

UFAC

UÁQUIRI

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia



PPG
MGe 

V. 1, N. 1, 2019

UÁQUIRI

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Karina Furini da Ponte
Raquel Lins Brandão
Rodrigo Otavio Peréa Serrano
Silvio Simione da Silva
Thirson Rodrigues de Medina
Victor Régio da Silva Bento

COMISSÃO CIENTÍFICA DE PARECERISTAS

Anderson Azevedo Mesquita
Alexsande de Oliviera Franco
Ariovaldo Umbelino de Oliveira
Carlos Estevão Ferreira Castelo
Domingos José de Almeida Neto
Elder Andrade de Paula
Elisandra Moreia de Lira
Frank Oliveira Arcos
José Alves
José Genivaldo do Vale Moreira
Karla da Silva Rocha
Karina Furini da Ponte
Lucilene Ferreira de Almeida
Maria de Jesus Morais
Rodrigo Otavio Peréa Serrano
Silvio Simione da Silva
Victor Régio da Silva Bento
Waldemir Lima dos Santos

APRESENTAÇÃO

A **Revista Uáquiri**, que agora lançamos no formato eletrônico, será um instrumento de divulgação científica do PPGMGeo/Ufac, que busca promover a divulgação e o debate científico geográfico sob uma ótica capaz de falar da Amazônia, observando-a por dentro de sua realidade, numa inter-relação com o mundo. Assim, ela surge como parte da maturidade que a Geografia acreana já atinge neste início do século XXI visto que há mais de quatro décadas, vimos atuando na formação de profissionais que levam à sociedade suas competências, seja no campo técnico ou mesmo no ensino de Geografia, nos três graus escolares em que atuamos.

A **Revista Uáquiri** teve sua primeira publicação em 2003 por ações de um grupo de professores que ousaram pensar em uma Geografia mais forte na Ufac, assim, começou a instrumentalizar suas ações na área com vistas a passos maiores no futuro. Neste sentido, esse grupo, tendo a frente os professores Silvio Simione da Silva, Jones Dari Goettert e Domingos José de Almeida Neto, propuseram e criaram a **Revista Uáquiri**, na versão impressa com a publicação dos números 1 (ano 2003) e número 2 (ano 2004). Com o passar do tempo, dado ao custo da impressão e as mudanças no quadro docente, com a saída dos dois últimos docentes citados, a publicação foi retomada com os professores Karina Furini da Ponte e Waldemir Lima dos Santos que após nove números publicados, não foi mais possível a continuidade da edição da mesma. Contudo, sua retomada sempre fora temas de discussões, na área da Geografia, por alguns professores.

Em meados do ano de 2015, a área de Geografia reunia pela primeira vez um grupo de doutores capazes de pleitear a criação de curso *Stricto Sensu*. Nestas condições sob a liderança dos professores Silvio Simione da Silva e Maria de Jesus Morais, reunindo-se com outros professores – José Alves “Bairral”, Karina Furini da Ponte e Waldemir Lima dos Santos, formou-se a Comissão de Elaboração do Projeto do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Geografia. Após alguns entremeios e as mudanças políticas no país, a proposta apresentada em 2017, recebeu a aprovação em 2019. Agora com o Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Geografia – PPGMGeo/Ufac criado e, sob a coordenação do Professor Silvio Simione da Silva (Coordenador) e Professora Maria de Jesus Morais (Vice Coordenadora), começamos a discutir formas de possibilitar a divulgação da produção acadêmica interna e receber contribuições externas, como instrumento para dar maior sustentação ao Curso.

Desta forma, a coordenação lançou a ideia de retomar, agora pelo PPGMGeo/Ufac, a **Revista Uáquiri**. Tal proposição encontrou respaldo com alguns professores e alunos do curso recém-iniciado, que entenderam a necessidade de retomar a revista, mas agora em formato eletrônico. Neste sentido, se compôs a primeira **Coordenação Editorial da Revista Uáquiri** com os seguintes professores: Silvio Simione da Silva, Rodrigo Otávio Peréa Serrano, Karina Furini da Ponte, Victor Régio da Silva Bento; e os discentes Thirson Rodrigues de Medina e Raquel Lins Brandão. Desta forma, sendo a equipe aprovada no Colegiado do Curso do PPGMGeo/Ufac, renasce a **Revista Uáquiri** sendo a fiel herdeira das antigas edições impressas, porém já encerradas.

Como parte deste resgate histórico, a Coordenação Editorial optou por organizar o primeiro número, como uma Edição Especial, composta por artigos publicados nas revistas impressas por professores do curso de Geografia da Ufac que trouxeram contribuições na época. De modo geral, buscamos ter como ponto de partida, um resgate do que foi a revista impressa; uma retomada dos trabalhos dos professores atuais e que passaram pelo curso; como também, uma amostragem da Geografia que antecedeu as condições atuais; e, que agora, nos permite veicular as ações do PPGMGeo/Ufac por um instrumento de divulgação científica aberto na interligação de nossas pesquisas, com contribuições vindas de outros lugares do Brasil e até mesmo fora do país.

Ademais, para definir uma linha teórica e política dos rumos que norteia a produção do conhecimento geográfico hoje, a **Revista Uáquiri** prezará sempre por uma leitura crítica da realidade socioespacial e socioambiental, com isso, como um instrumento apto a receber contribuições que nos permita entender a realidade Amazônica Sul-Americana, tais como questões da ciência Geográfica, na perspectiva de suscitar sempre o debate, sob a visão analítica que nos eleve na capacidade de **ver, julgar e agir** sobre a realidade produzida e vivida. Isto, logicamente, coloca a **Revista Uáquiri** como uma forma também aberta ao debate com outras áreas afins à Ciência Geográfica, desde que as discussões tragam em suas dimensões transdisciplinares, um foco fundamental de análise espacializada dos processos, fatos ou fenômenos estudados.

Portanto, queremos fixá-la como instrumento apto ao debate e capaz de discutir também as correntes de pensamentos que norteiam as ações dos profissionais da Geografia. Falamos disto, pois além da dialética (marxista ou não) outras visões como o ambientalismo, historicismo culturalismo, fenomenologia, sistêmico dentre outras serão aceitas como forma de ampliar as diferentes visões da Geografia na atualidade. Com isto, esperamos consagrar a

Revista Uáquiri como uma ferramenta de divulgação dos resultados de pesquisa sobre a produção do espaço geográfico, estudos temáticos e regionais amazônicos e discussões teórico-metodológicas geográficas.

Coordenação Editorial

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
SUMÁRIO	6
ARTIGOS	8
AGRICULTURA: DAS PRÁTICAS TRADICIONAIS ÀS PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS - ALGUMAS PERSPECTIVAS PARA A SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA	9
DINÂMICA ECONÔMICA DAS AGROVILAS DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DIRIGIDOS PEDRO PEIXOTO E HUMAITÁ - ACRE, BRASIL	26
DAS “MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS” ÀS “REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTOS”: REGIONALIZAÇÕES DAS TERRAS ACREANAS E AS POSSIBILIDADES DE NOVOS REARRANJOS NO PRINCÍPIO DO SÉCULO XXI	43
MANEJO INADEQUADO DO SOLO NO PROJETO DE COLONIZAÇÃO PEDRO PEIXOTO - ACRE	70
DESNÍVEIS REGIONAIS NA ERA GLOBAL	79
HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO NO BRASIL E TRABALHADORES EXTRATIVISTAS NO ACRE: ALGUNS APONTAMENTOS	88
A ATIVIDADE DE MINERAÇÃO DE AREIA E IMPACTOS AMBIENTAIS NO RIO ACRE	95
ENSINO DE GEOGRAFIA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UMA PROPOSTA PARA O DEBATE DOS TEMAS MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E ESCALA GEOGRÁFICA	105
OS SABERES DOCENTES E O ESTUDO DO ESPAÇO LOCAL: UMA EXPERIÊNCIA COM ATLAS ESCOLARES MUNICIPAIS	118
RELATOS DE EXPERIÊNCIAS	129
RIO MACAUÃ: VIAGEM AOS CONFINS DO RIO DAS MIL E UMA CURVAS	130
PROJETO DE COLONIZAÇÃO QUIXADÁ - BRASILÉIA/ ACRE: UM BREVE RELATO	160
TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES: RIO BRANCO A ASSIS BRASIL E AS TRÊS FRONTEIRAS - " BOL-PE-BRA"	166

ANÁLISE AMBIENTAL URBANO/REGIONAL E PERSPECTIVAS DE “DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL” NO ESTADO DO ACRE – CARACTERIZAÇÃO GEO-SÓCIO-AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE ACRELÂNDIA – ACRE	176
UM ENCONTRO COM MARIA	179
UMA EXPERIÊNCIA DE TRABALHO DE CAMPO: ATIVIDADE INDUSTRIAL NO MUNICÍPIO DE XAPURI-ACRE	191

ARTIGOS



UÁQUIRI

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia

UÁQUIRI - PPGGEO, v. 1, n. 1, p. 9-25, ano 2019

Home page: <https://periodicos.ufac.br/revista/index.php/Uaquiri>



ISSN impresso: 1806-0218, ISSN online: XXXX - XXX

AGRICULTURA: DAS PRÁTICAS TRADICIONAIS ÀS PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS - ALGUMAS PERSPECTIVAS PARA A SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

Alexsande de Oliveira Franco^{1*}

¹Professor da Universidade Federal do Acre, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Rio Branco, Acre, Brasil, Rio Branco, Acre, Brasil. *aofrancofranco@gmail.com

Publicado em 2003, v.1, n.1, p.41-58. Republicado em dezembro de 2019

DOI:

RESUMO

A agricultura sempre exerceu uma importante função a sobrevivência humana, desde o período neolítico. No início, unia prática localizada, simples e puramente de subsistência; com o passar do tempo a agricultura intensifica a transformação do espaço agrário, através da difusão de técnicas cada vez mais aperfeiçoadas. Esse processo de constante transformação desencadeou o avanço técnico e científico do espaço agrário, com maior incremento da produção e da qualidade, pois áreas inóspitas foram sendo incorporadas ao processo produtivo. A agricultura foi inserida na economia industrial passando a fornecer matéria-prima e alimento e a consumir máquinas, pesticidas e outros produtos industriais. No entanto, acompanhando a dinâmica agroindustrial, segue unia série de problemas de ordem social, econômica, político, cultural, e sobretudo ambiental para as populações do campo. Isso se deve ao fato da exclusão e expropriação das terras em todo o Brasil, porém, de forma peculiar na Amazônia, onde esse fato foi sentido mais fortemente devido à implantação da operação Amazônia e a expansão da fronteira agrícola desenvolvida pelo governo militar nos anos 1970. Nesse contexto de crise e problemas de toda a ordem, surgem os ideais sustentáveis e nesta concepção o conceito de agricultura sustentável ganha destaque, apresentando estratégias e possibilidades para a superação dos problemas em relação ao espaço agrário. Dentre as possibilidades de urna agricultura sustentável destacam-se os sistemas agroflorestais SAFs que é um termo novo, todavia uma prática antiga criada pelos indígenas. Os SAFs são uma alternativa de uso da terra com grande retorno econômico e ambiental, podendo contribuir também com a solução de outros problemas de ordem social, cultural e política de médio a longo prazo. Toda a experiência bem-sucedida de agricultura na Amazônia tem mostrado a necessidade de entender as especificidades que cercam cada grupo de produtores. Além do mais, é importante a adoção de políticas públicas que promovam a expansão e o fortalecimento da agricultura familiar bem como práticas coletivas como o associativismo e o cooperativismo.

Palavras-chave: agricultura, modernidade, destruição, sustentabilidade, Amazônia.

AGRICULTURE: FROM TRADITIONAL PRACTICES TO SUSTAINABLE PRACTICES - SOME PERSPECTIVES FOR SUSTAINABILITY IN THE AMAZON

ABSTRACT

Agriculture has always played an important role in human survival since the Neolithic period. At first, it was a localized, simple and purely subsistence practice; Over time agriculture intensifies the transformation of the agrarian space, through the diffusion of increasingly improved techniques. This process of constant transformation triggered the technical and scientific advance of the agrarian space, with greater increase in production and quality, as inhospitable areas were being incorporated into the production process. Agriculture was introduced into the industrial economy by providing raw materials and food and consuming machinery, pesticides and other industrial products. However, following the agro-industrial dynamics, follows a series of social, economic, political, cultural, and especially environmental problems for the rural populations. This is due to the fact of the exclusion and expropriation of land throughout Brazil, but peculiarly in the Amazon, where this fact was felt most strongly due to the implementation of the Amazon operation and the expansion of the agricultural frontier developed by the military government in the 1970s. In this context of crisis and problems of all kinds, sustainable ideals emerge and in this conception the concept of sustainable agriculture is highlighted, presenting strategies and possibilities for overcoming problems in relation to the agrarian space. Among the possibilities for sustainable agriculture are the agroforestry systems SAFs, which is a new term, but an old practice created by the indigenous people. SAFs are a land use alternative with a great economic and environmental return and can also contribute to the solution of other medium to long term social, cultural and political problems. All successful experiences of agriculture in the Amazon have shown the need to understand the specificities surrounding each producer group. Moreover, it is important to adopt public policies that promote the expansion and strengthening of family farming as well as collective practices such as associativism and cooperativism.

Keywords: Agriculture. Modernity. Undoing. Sustainability. Amazon.

AGRICULTURA: DE PRÁTICAS TRADICIONALES A PRÁTICAS SOSTENIBLES: ALGUNAS PERSPECTIVAS PARA LA SOSTENIBILIDAD EN LA AMAZONÍA

ABSTRACTO

La agricultura siempre ha jugado un papel importante en la supervivencia humana desde el período neolítico. Al principio, era una práctica localizada, simple y puramente de subsistencia; Con el tiempo, la agricultura intensifica la transformación del espacio agrario, a través de la difusión de técnicas cada vez más mejoradas. Este proceso de transformación constante desencadenó el avance técnico y científico del espacio agrario, con un mayor aumento de la producción y la calidad, a medida que se incorporaron áreas inhóspitas en el proceso de producción. La agricultura se introdujo en la economía industrial proporcionando materias primas y alimentos y consumiendo maquinaria, pesticidas y otros productos industriales. Sin embargo, siguiendo la dinámica agroindustrial, sigue una serie de problemas sociales, económicos, políticos, culturales y especialmente ambientales para las poblaciones rurales. Esto se debe al hecho de la exclusión y expropiación de tierras en todo Brasil, pero particularmente en la Amazonía, donde este hecho se sintió con mayor fuerza debido a la implementación de la operación amazónica y la expansión de la frontera agrícola desarrollada por el gobierno militar en la década de 1970. En este contexto de crisis y problemas de todo tipo, surgen ideales sostenibles y en esta concepción se destaca el concepto de agricultura sostenible, presentando estrategias y posibilidades para superar problemas en relación con el espacio agrario. Entre las posibilidades para una agricultura sostenible se encuentran los SAF de sistemas agroforestales, que es un término nuevo, pero una práctica antigua creada por los pueblos indígenas. Los SAF son una alternativa de uso de la tierra con un gran rendimiento económico y ambiental y también pueden contribuir a la solución de otros problemas sociales, culturales y políticos a mediano y largo plazo. Todas las experiencias exitosas de agricultura en la Amazonía han demostrado la necesidad de comprender las especificidades que rodean a cada grupo de productores. Además, es

importante adoptar políticas públicas que promuevan la expansión y el fortalecimiento de la agricultura familiar, así como prácticas colectivas como el asociativismo y el cooperativismo.

Palabras clave: agricultura. Modernidad. Ruina. Sostenibilidad Amazonas.

1. VISÃO INICIAL DO DESENVOLVIMENTO DE PRÁTICAS AGRÍCOLAS

A ocupação dos solos para uso agrícola, pelas sociedades humanas, data do período neolítico quando o homem deixa de ser nômade passando a domesticar animais e plantas. A agricultura sempre exerceu uma função primordial à sobrevivência; porém, a partir do momento que o homem se fixa no espaço, construindo cidades e participando em conjunto de uma vida social e familiar, cria, utiliza e domina novas técnicas, a produção agrícola cresce em quantidade e qualidade no passar dos tempos. "Estima-se que houve um crescimento de 466% em terras cultiváveis no Mundo de 1700 a 1980, sendo que na Ásia, América Latina e América do Norte excederam a média mundial" (DIAS, 2001, p. 247).

Após séculos de desenvolvimento da humanidade e paralelo ao aumento da produtividade agrícola e do desenvolvimento industrial impulsionado pelo avanço técnico científico, surge a necessidade de se ocupar cada vez mais áreas para o processo agrícola, gerando uma dinâmica que conduziu ao uso intensivo das terras e, conseqüentemente, um gradativo avanço sobre áreas de campos, savanas e florestas, como nos diz Diegues (1994), o que traz problema não é o fato em si, mas sim a maneira como o homem intervém na natureza. O objetivo do avanço agrícola sobre áreas naturais era atender os anseios de alimentos para consumo direto das massas urbanas, isso somente seria possível com o implemento de máquinas (tratores, colheitadeiras, ceifadeiras), agrotóxicos, defensivos químicos, seleção de sementes, ou seja, um complexo pacote tecnológico. Nos anos 60 e 70 do século XX, a chamada "Revolução Verde" foi a síntese desse processo, pois se propunha a solucionar a crescente demanda alimentar no Mundo por meio da transformação químico-mecânica das técnicas (GIANSANTI, 1998). Nesse momento a agricultura passa a ser subordinada direta e indiretamente à atividade industrial.

Esse termo, "Revolução Verde" foi definido pelo Banco Mundial, designando alto rendimento de cultivos, acabando por se mostrar excludente do ponto de vista social e ecologicamente devastadora. O capital é rápido ao apoiar projetos destrutivos, se estes acenam com lucros generosos (KURTZ, 1996). "Só um tolo nega o progresso. Uma coisa, porém. É o progresso a serviço do homem, orientado pela ciência, e outra, controlado pelo capital

transformando-se em técnica de obter lucros" (CHIAVENATO, 1989, p. 43). Dessa forma, o capitalismo em crise de crescimento não pode deixar de expandir-se.

2. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E AGRICULTURA

Segundo Sunkel (1980) e Glico (1987), o estilo de desenvolvimento brasileiro, como da América Latina, está estreitamente relacionado à economia, onde de maneira geral a adoção de urna estilo de vida pelos setores mais ricos da sociedade produziu uma intensa reestruturação dos sistemas de produção, resultando em problemas ambientais sérios. No Brasil e em particular na Amazônia, o rebatimento desse estilo de vida aconteceu de maneira mais clara a partir da década de 1970, com a implantação e o desencadeamento da "operação Amazônia" e a expansão da fronteira agrícola incentivada pelo Governo Federal. Esses programas Federais trouxeram profundas transformações socioeconômicas e ambientais sobre toda a Amazônia.

Os programas de desenvolvimento tinham forte conteúdo geopolítico, e ensejavam o incentivo a colonização e grandes projetos agropecuários visando substituir a cobertura original da floresta por áreas de pastagem, e conseqüentemente, sua incorporação ao conjunto da economia nacional de conformidade com as diretrizes delimitadas pelo modelo econômico vigente. O movimento em direção ao Estado do Acre e toda a Amazônia mobilizou grandes, médios e até pequenos proprietários do centro sul. Os pequenos e médios proprietários foram atraídos pela possibilidade de se tornarem fazendeiros prósperos e bem-sucedidos, já que tinham a possibilidade de adquirir glebas de terras que variavam de 100, 500 e 1000 hectares, como relata Costa Sobrinho (1992, p 145):

Os grandes empresários não vieram somente interessados em implantar grandes projetos de pecuária extensiva de corte motivados pelos incentivos fiscais e crédito fácil e subsidiado, mas também pela utilização de terra como reserva de valor e mais precisamente para especular com a terra.

O novo modelo de desenvolvimento acentuou o declínio e crise de setor extrativista, fazendo com que muitas das populações tradicionais (seringueiros, coletores, extrativistas e índios) que viviam dessa atividade, bem como agricultores e ribeirinhos, migrassem para as cidades, superpovoando-se. Os argumentos em favor dessa estratégia de ocupação e desenvolvimento da Amazônia ressaltavam os supostos impactos ambientais da agricultura "de subsistência" e enalteciam as grandes empresas voltadas a exportação e a agricultura de grande

escala. Outro argumento era a de que a agricultura familiar era incapaz de desencadear o desenvolvimento regional. (KITAMURA, 1994). A agricultura capitalista aliada a todos os outros projetos da operação Amazônia gerou uma série de impactos ambientais, "a derrubada das florestas tropicais deve-se à expansão da fronteira agrícolas, à exploração mineral e madeireira e a projetos de grandes obras de infraestrutura, como hidrelétricas e estradas" (GIANSANTI, 1998, p. 43).

Com a remoção da floresta há uma drástica mudança no ecossistema local, com profundas modificações nas propriedades e características do solo. Quebra-se o ciclo biogeoquímicos que explica a veloz ciclagem de nutrientes na floresta tropical, através de alterações na estocagem de nutrientes da biomassa da vegetação e do solo e, conseqüentemente nos mecanismos de conservação e transferência desses nutrientes da vegetação para o solo, modificando taxa de lixiviação de nutrientes. (DEM ATTÉ, 1986, p. 137).

Atualmente em pleno século XXI, essa atividade denominada de "Agricultura Moderna" está cada vez mais presente em nossas vidas. Segundo Bilsborrow & Okoth-Ogendo (1992) ao analisarem as tendências na agricultura e uso do solo, estimaram que já para a primeira década desse milênio haverá um crescimento anual de 11% das áreas agrícolas. O agronegócio é uma das características dessas atividades definidas como modernas, onde recebe investimentos intensos de capital e tecnologia. No entanto, pela área que abrange e pelas práticas que utiliza a agricultura moderna e/ou tradicional é considerada como uma das atividades mais impactantes ao meio ambiente, pois substitui a vegetação nativa (natural) pela paisagem muitas vezes degradada, homogeneizada e empobrecida quanto a diversidade de espécies e vida. Para Altieri (1992) um agroecossistema é considerado insustentável ou moderno quando acusa:

- Redução da capacidade; produtiva ocasionada pela erosão ou contaminação dos solos por agrotóxicos;
- Redução da capacidade homeostática, tanto nos mecanismos de controle de pragas como nos processos de reciclagem de nutrientes;
- Redução da capacidade "evolutiva" do sistema, em função da homogeneização genética provocada pelas monoculturas;

- Redução da disponibilidade e qualidade de recursos que atendam necessidades básicas (acesso a água, à terra etc.);
- Redução da capacidade de utilização adequada dos recursos disponíveis,
- Principalmente devido ao emprego de tecnologias impróprias.

A alteração dos ecossistemas naturais por meio das modernas e/ou tradicionais técnicas agrícolas vem provocando mudanças profundas, e possivelmente irreversíveis em áreas cada vez mais vastas da superfície terrestre; "estima-se que a degradação dos solos provocada pela ação humana atinja 15% da área total da terra, as consequências são erosão, perda de matéria orgânica, esgotamento e compactação dos solos e rebaixamento do lençol freático" (GIANSANTI, 1998, p. 42), com fenômenos graves nas zonas tropicais.

Nessa visão, para Kendall, citado por Cavalcante (2000, p. 153) "o homem e a natureza estão em rota de colisão". O homem possui uma visão mecanicista e fragmentada de enxergar o mundo, separa tudo para simplificar e se coloca à parte da natureza. Dessa forma, o ser humano observa a natureza como fonte de lucros e retorno de interesse direto. Assim surgem locais para se explorar e se preservar. Nesse pensamento, o homem é totalmente dissociado da natureza. "Muitos foram os esforços para qualificar essa distinção homem — natureza, além do pensar e agir racional: o homem seria também um 'animal' político, religioso, que fabrica utensílios, que ri, que cozinha..." (GIANSANTI, 1998, p. 18).

3. DA CRÍTICA DO DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA AOS CONCEITOS DE AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O cartesianismo consolidou dois pontos fundamentais do pensamento moderno, o caráter prático e utilitário do conhecimento e uma visão antropocêntrica do mundo e da natureza. "O homem é o centro do universo, do mundo e da natureza" (SEVERINO, 2000). Essa visão utilitária da natureza passa a ser mudada com mais força no período pós segundos guerra, com a lógica destrutiva das economias e sua sucessão de catástrofes ambientais. Dessas preocupações ambientais, surgem princípios e planos de ação para conter e reverter esse quadro de degradação do meio ambiente global. Em 1992, a conferência denominada de Rio-92 aprova cinco documentos: Declaração do Rio, Agenda 21, Convenção sobre Biodiversidade, Convenção sobre Alterações Climáticas e Declaração sobre as Florestas. As metas globais seriam uma melhor qualidade de vida humana e dos recursos naturais. Paralelo a Rio-92, ocorre o Fórum Global das Organizações Não-Governamentais — ONGs — intitulado de

"Compromissos para o Futuro", sendo um dos mais importantes eventos alternativos já realizados, com objetivo de elaborar mecanismos de cooperação e articulação das ONGs, resultando na elaboração de uma série de propostas dentre as quais a "Carta da Terra" com a ideia da terra como totalidade, o "lar de todos os seres vivos".

Apoiado no conceito de desenvolvimento sustentável, o documento salienta a importância dos povos tradicionais, condena a pobreza, rejeita o militarismo e as pressões ecológicas como solução de conflitos e destaca o papel das soberanias nacionais na preservação dos ecossistemas, cooperação mútua entre as nações e a proteção do meio ambiente (GIANSANTI, 1998, p. 59).

Nesse contexto surge a agricultura sustentável. A palavra sustentável é originária do latim *sus-tenere* e usada esporadicamente em relação ao uso da terra, dos recursos biótipos florestais e naturais. Em 1987 foi divulgado o relatório da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento — CMMAD (1991), o famoso Relatório Brundtland ou "Nosso Futuro Comum". Esse documento produzido por um grupo de especialistas, apontou a sustentabilidade como possível solução para os problemas nas relações entre ambiente e desenvolvimento. "Sustentabilidade refere-se à habilidade de um agroecossistema em manter a produção através do tempo, face a distúrbios ecológicos e pressões socioeconômicas de longo prazo" (ALTIERI, 1989, p. 60).

A literatura conhecida sobre o assunto oferece uma série de definições de agricultura sustentável, como:

- Manutenção em longo prazo dos recursos naturais e da produtividade agrícola;
- Mínimo de impactos ambientais ao meio ambiente;
- Retorno adequado aos produtores;
- Otimização da produção das culturas com o mínimo de insumos químicos;
- Satisfação das necessidades humanas de alimentos e de renda;
- Atendimento das necessidades sociais das famílias e das comunidades rurais.

Segundo o Fórum de Ação Global, realizado em 1993 em Copenhague, a agricultura é sustentável quando é ecologicamente equilibrada, economicamente viável, socialmente justa, culturalmente apropriada e fundamentada em um conhecimento científico holístico.

A adoção de prática e técnicas sustentáveis na agricultura podem propiciar ganhos econômicos e sociais mesmo que de pequeno alcance. O aproveitamento de resíduos orgânicos, compostagem e adubação orgânica, plantio em curvas de nível resultam em grande produtividade e redução do custo de produção. Dessa forma os usos de tecnologias simples contribuem para o agricultor diminuir a dependência de insumos agrícolas industrializados, além de possibilitar inserção (entrada) das comunidades no mercado. Em 1991, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e a Alimentação — FAO — reuniu um grupo de especialistas que definiu a agricultura e o desenvolvimento rural sustentável.

O manejo e a conservação da base dos recursos naturais, e a orientação da mudança tecnológica e institucional, de maneira a assegurar a obtenção e a satisfação contínua das necessidades humanas para gerações presentes e futuras. Tal desenvolvimento sustentável (na agricultura, na exploração florestal, na pesca) resulta na conservação do solo, da água dos recursos genéticos animais e vegetais, além de não degradar o ambiente, ser tecnicamente apropriado, economicamente viável e socialmente aceitável (FAO, 1992, p. 16).

Para o Conselho Nacional de Pesquisa dos Estados Unidos (NRC):

A agricultura sustentável não é um conjunto de práticas especiais, mas sim um objetivo: alcançar um sistema produtivo de alimentos e fibras que: (a) aumente a produtividade dos recursos naturais e dos sistemas agrícolas [...] (h) Produza alimentos saudáveis. Integrados e nutritivos que permita o bem-estar humano-, (c) garanta uma renda líquida suficiente para que os agricultores tenham um nível de vida aceitável e possam investir no aumento da produtividade do solo, da água e de outros recursos e (d) correspondente as normas e expectativas da comunidade (NRC, 1991 p. 3).

A agricultura sustentável poderia ser então unia "evolução" da agricultura convencional, com resposta aos problemas ambientais que gerou. De fato, para o Conselho Nacional de Pesquisa dos Estados Unidos (NRC, 1991, p. 2). "A agricultura sustentável é uma resposta recente aos problemas ambientais e econômicos da agricultura moderna".

4. SAF'S - SISTEMAS AGROFLORESTAIS

Um exemplo convincente de agricultura sustentável podem ser os Sistemas Agroflorestais SAFs. O termo SAFs é novo, antigo é a forma de manejo, que foi criado pelos indígenas. Para Moran, 1974 e 1990; Posey, 1983 e 1985; Elizabetsky & Posey, 1986, "Os indígenas tem mostrado habilidades no uso e manejo do meio ambiente com sistemas agroflorestais, artesanatos, produtos medicinais etc.", adaptando-se em diferentes graus ao ambiente biofísico como também as forças externas dos colonizados.

Catie e Ots (1986), definem os sistemas agroflorestais da seguinte forma:

Os SAFs são formas de uso e manejo dos recursos naturais nas quais espécies lenhosas (árvores, arbustos, palmeiras) são utilizadas em associação deliberada com cultivo agrícola ou com animais no mesmo terreno, de maneira simultânea ou em sequência temporal (CATIE e OTS Organización de Estudios Tropicales, 1986 p. 317).

Para Fassbender (1987), os SAFs se definem como uma série de sistemas e tecnologias de uso da terra onde se combinam árvores com cultivos agrícolas e/ou pastos em função do tempo e espaço para incrementar e otimizar a produção de forma sustentada.

Os SAFs utilizam uma tecnologia simples em áreas marginais em estágio de degradação. Ao contrário do que muitos pensem, os SAFs servem, a princípio, para recuperar áreas degradadas ao invés de substituir a vegetação natural existente. As áreas que já perderam a produtividade, podem ser reincorporadas ao processo produtivo, com isso e possível aumentar a produtividade e rentabilidade econômica da população rural e ainda reduzir os impactos ecológicos de desmatamento (VIEIRA, 1993).

A introdução de árvores e arbustos em solos degradados ou em vias de degradação pode contribuir de maneira decisiva, para a recuperação de sua capacidade produtiva. Feita a recuperação do solo, as árvores e arbustos continuaram a render um valioso serviço na manutenção, a longo prazo da fertilidade natural do solo. Assim, por se tratar de um reflorestamento pode-se aí criar (produzir) florestas artificiais, mas economicamente viável com espécies de alto valor produtivo e comercial. A função adubadora das árvores e dos arbustos, por si só justifica o uso de SAFs, onde associam-se árvores com cultivos agrícolas ou criação de animais (DUBOIS et al, 1996).

Os SAFs objetivam o desenvolvimento de sistemas heterogêneos, com o propósito de reduzir os riscos contra o ataque de pragas e doenças, aumentar a utilização do terreno, tornando-o mais eficiente e rentável, garantir mais equilíbrio comercial da produção, e aproveitar melhor a mão-de-obra ao longo do ano (NASCIMENTO; HOMMA, 1984).

Os sistemas agroflorestais por serem sistemas de uso da terra em que procurasse diversificar ao máximo as espécies, aumentar o número de produtos e serviços, explorar melhor o solo e os diversos estratos, produzir continuamente durante vários períodos do ano e, sobretudo, manter a sustentabilidade do conjunto do sistema; pode desde que bem planejado, ser uma interessante opção produtiva para o proprietário rural. Alguns princípios fundamentais como a diversidade de espécies e a proteção do solo são de primordial importância para a estabilidade e sustentabilidade do seu sistema produtivo. (FRANK, I. L.; AMARAL, E. F. DO; LUNZ, A. M. P., 1998, p. 15).

As árvores devem ser incluídas no sistema, de modo a satisfazer as necessidades dos produtores rurais; e as árvores de múltiplo uso são indicadas nesse caso, pois se adaptam bem ao local e fornecem uma variedade de usos.

Nos SAFs podem ser incluídas plantas de vários ciclos: curtos, médios e longos de forma a dar renda desde o primeiro ano e permitir a implantação de culturas perenes que após ser implantadas diminuem a demanda de mão-de-obra e proporcionam renda por muitos anos. A elaboração do consórcio deve ser baseada considerando tanto a viabilidade técnica de produção, questões de mercado para os produtos, quanto às possibilidades de beneficiamento e comercialização. "Quanto aos vegetais, mais de 50 espécies silvestres amazônicas estão hoje incorporadas ao mercado" (SMITH; SCHULTES, 1990, p. 36), mostrando a riqueza dessa flora, mas também fundamentalmente os riscos de uma ocupação mal planejada. O manejo inadequado da área desmatada resulta, na maior parte das vezes num rápido declínio da capacidade produtiva do solo, que implica novas derrubadas (WADE; SANCHEZ, 1983).

Há a necessidade de se desenvolver e melhorar tecnologia de manejo de solo para proporcionar cultivo contínuo na Amazônia, visto que o sistema de cultivo tradicional, responsável pela produção da maioria dos alimentos locais, tem sido instável e improdutivo (WADE; SANCHEZ, 1983).

Além dos SAFs, o manejo de capoeira na agricultura de derrubada e queima pode ser sustentado na pequena propriedade, desde que se permita o descanso necessário da terra, e se utilize técnicas para ampliar o número de anos de exploração e diminuir o de pousio, de forma

a necessitar menor área de terra. Uma técnica importante é o enriquecimento de capoeira com espécies leguminosas no período de pousio. Segundo estudos da Embrapa (2000), em três anos essas árvores detêm uma massa igual a de uma capoeira de cinco anos. Se necessário, a correção de acidez e dos baixos índices de fósforo nas áreas de cultivos anuais contribuirá para que a mesma produza melhor. Mais uma tecnologia recomendada no manejo de capoeira é o uso da máquina tritucap, que tritura a massa da capoeira, não demandando o uso de fogo, melhorando as propriedades físicas, químicas e biológicas do solo. Dessa forma, os milhares de hectares de capoeira degradadas no Estado do Acre poderão ser reincorporadas ao processo produtivo, permitindo ao agricultor o plantio em outras épocas do ano (FUNTAC, 1990).

5. O ACRE NO CONTEXTO AGRÍCOLA

No Estado do Acre, o quadro atual do setor produtivo rural apresenta um conjunto de uso da terra que precisa ser repensado, entre os quais a agricultura itinerante e a pecuária extensiva. No processo itinerante (agricultura migratória) o plantio é realizado após a derrubada e queima da floresta primária ou capoeira. A área é utilizada por dois ou três anos e logo após é abandonada. Os principais motivos para isso são; degradação do solo, invasão de ervas daninhas, ataque de pragas, doenças, entre outras. Trazendo como consequência, a queda na produtividade das culturas; "uma nova parte da floresta tem então que ser queimada para continuar o processo" (GOLLEY, et. al., 1978). Esse é o processo comumente utilizado pelas populações tradicionais extrativistas.

Quando a terra não produz mais a contento o colono se desloca buscando novas áreas de floresta, onde reinicia o ciclo de derrubadas, queima e degradação. Nessas condições, o pequeno agricultor raramente consegue permanecer no mesmo local, ele abandona a terra e busca outro sítio tornando-se assim nômade e não sai da pobreza (DUBOS. 1996, p. 10).

Segundo dados da Fundação de Tecnologia do Estado do Acre (FUNTAC, 1996), a área de ação antrópica do estado do Acre em 1995, correspondia 6,33% de sua cobertura florestal; gerando problemas ambientais, barreiras e insucessos aos agricultores. Para Collins (1986) e Moran (1981), tanto os problemas ambientais quanto os "insucessos" dos produtores na Amazônia, têm uma relação estreita com os processos econômicos e sociais a que estão submetidos, ou seja, os maiores problemas são políticos públicas mal planejadas. No entanto,

segundo Kitamura (1994), os maiores problemas da Amazônia estão relacionados à falta de usos dos conhecimentos disponíveis do que à sua inadequação. Baseado na experiência da Amazônia Boliviana, Redclift apresenta diferentes alternativas disponíveis aos agricultores que se encontram sob pressão dado o tamanho de suas propriedades.

[...] A primeira, é aumentar áreas cultivadas e/ou tempo dispensado para outras atividades; a Segunda, é a transição dos sistemas atualmente em uso, para sistemas de agricultura mais sustentáveis (cultivos perenes, pequenos animais e espécies florestas), em sistemas agroflorestais ou agrossilvapastoris combinados com cultivos alimentares. E a terceira é a simples intensificação de uso da terra, com uso de insumos químicos especialmente para reposição dos nutrientes transportados pelas colhidas (REDCLIFT, 1986 apud KITAMURA, 1994. p. 151).

Alguns projetos de agroflorestal tem apresentado resultados satisfatórios, segundo dados da Embrapa -AC, do ponto de vista da sustentabilidade, como os casos do Projeto de Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado (RECA), localizado na vila Califórnia — RO, com SAF multiestratos; os polos Agroflorestais administrados pela Prefeitura Municipal de Rio Branco- PMRB, através dos quintais Agroflorestais e alguns SAFS multiestratos dentro das Reservas Extrativistas.

Os SAFs multiestratos compreendem cultivos consorciados comerciais onde utiliza espécies arbóreas, frutíferas e florestais dispostas em fileiras ou uniformes constituindo-se em um modelo promissor e servindo como alternativa produtiva para o meio rural em pequenas propriedades no Estado do Acre [...] os quintais agroflorestais ocupa uma área que varia entre 1 hectare composta principalmente por frutíferas variadas, culturas agrícolas anuais, plantas medicinais e hortaliças. Os quintais agroflorestais como o próprio nome indica fica localizado ao redor e nas proximidades da moradia do produtor (FRANK, I. L; AMARAL, E. F. DO; LUIZ, A. M. P. 1998. p. 22-23).

Esses são os principais tipos de SAFs utilizados no Estado do Acre e em grande parte da Amazônia ocidental.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os sistemas agroflorestais são alternativos que já vem sendo testadas e aprovadas na Amazônia e em outras partes do Brasil, com bons resultados as populações que utilizam esta prática. Mostrou-se através de vastos estudos que os sistemas agroflorestais são viáveis desde que bem elaborados. Através de aspectos ambientais, econômicos, sociais e políticos podemos observar resultados positivos, vejamos cada um deles: ambiental - possui uma integração agroecológica perfeita no local entre as plantas nativas e culturas brancas, ciclagem de nutrientes rápida, diversidade de espécies, conservação do solo, da água e boa sucessão ecológica das espécies nativas; econômica — espécies de interesse econômico para o mercado, distribuição de renda ao longo do ano devido a grande diversidade de espécies nos SAFs; Social — fortalecimento da agricultura familiar, visão de gênero, alimentação diversificada; Política — políticas públicas bem planejadas para a população do local, melhorando as condições de produção. Os SAFs respeitam e imitam uma adaptação da floresta, especialmente naqueles locais que devem ser cobertos por floresta.

Assim, uma agricultura sustentável, um desenvolvimento racional e ecologicamente correto, diminui o desequilíbrio ambiental, preserva a floresta, recupera áreas degradadas e ainda fixa o homem no campo.

As experiências bem-sucedidas de agricultura na Amazônia têm mostrado a necessidade de entender as especificidades que cercam cada grupo de produtores, bem como sua relação com o meio ambiente. Na realidade, não há um modelo único para o desenvolvimento sustentável da região; o que há é um mosaico de diferentes sistemas de agricultura e de uso de recursos que podem compor uma visão própria de desenvolvimento sustentável (KITAMURA, 1994).

No futuro o caráter sustentável dos sistemas agrícolas da Amazônia será determinado em grande medida pela capacidade das políticas de planejamento em levar ao ordenamento de áreas já ocupadas; de maneira a satisfazer os aspectos sociais e ambientais, neste caso, pela realocização das atividades, ou ainda pela transição dos sistemas atualmente predatórios em direção à sustentabilidade. "Um sistema que seja sustentável a longo prazo no uso dos recursos naturais e equitativo em termos de garantir o mínimo nutricional de todos e de evitar o consumo predatório dos recursos naturais" (SCHEILMAN, 1983, p. 162). Além da adoção de políticas públicas que promovam a expansão e o fortalecimento da agricultura familiar e fundamentalmente a práticas coletivas como o associativismo e o cooperativismo. Dessa forma,

poderemos vislumbrar a conservação do meio ambiente paralelo e intimamente relacionado à qualidade de vida da população, ou seja, a perfeita harmonia entre homem e natureza.

Assim sendo, percebe-se que a agricultura sustentável será provavelmente uma evolução do atual modelo de produção agrícola em uma direção que ainda ao está totalmente clara, mas que, certamente, combinará elementos da agricultura convencional (moderna) e da agricultura alternativa.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/ FASE, 1989, p. 60.

_____. "Sustainability and the Rural Poor: a Latin American Perspective". In: ALLEN, Patrícia (org). **Food for the future** Nova York: John Wiley & Sons, 1993. p. 205.

BILSBORROW, R. E. & OKOTH-OGENNDU, H. W. O. "Population driven changes in land use in developing countries". **Amibio** 21 (I). 1992. p. 37-45.

CAVALCANTE, C. **Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável/ Clovis Cavalcante, organizador**. 3º ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001.

CEDI, **Rio - 92 e Fórum global: os compromissos do encontro da terra. Tempo e presença**. Rio de Janeiro: Centro de Estudos de Documentação e Informação -CEDI, 14 (265): 21 - 28, set./out. 1992.

CHIAVENATO, J.I. **O massacre da natureza**. São Paulo: moderna, 1989 - (coleção polêmica).

COLLINS, J. L. Smallholder settlement of tropical south America. The social causes of ecological destruction. **Human Organization**, 45(1): I - 10, 1986.

Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento - CMMAD. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FVG, 1991. 430 p. 2 ed.

COSTA SOBRINHO, P. V. **Capital e Trabalho na Amazônia Ocidental: Contrição à História Social e das Lutas Sindicais no Acre**. São Paulo: Cortez. Rio Branco, Ac: Universidade Federal do Acre, 1992.

DEMATTÊ, J. L. I. **Manejo de Solos Ácidos dos Trópicos Úmidos**, região Amazônica. Campinas: Fundação Cargill, 1998. 217 p.

DIAS, Genchaldo Freire - 1949. **Educação Ambiental, princípios e práticas Kienbaldo Freire Dias** - 7 edição - São Paulo: Gaia, 2001.

DIEGUES, A C. S. **O Mito Moderno da Natureza intocada**. São Paulo: Nepaub/ USP, 1994.

DUBOIS, J. C. L.; VIANA, V. M.; ANDERSON, V. M. **Manual Agroflorestal para a Amazônia**. Rio de Janeiro: REBRAAF, V. I, 1996.

ELIZABETSKY, E.; POSEY, D. A. **Pesquisa Etnofarmacológica e recursos naturais no trópico úmido**: o caso dos índios kaiapós de Brasil e suas implicações para a Ciência médica. In: Simpósio do Trópico Úmido, 1., Belém, 1984. Anais. Belém: EMBRAPA- CPATU, 1986.

EMBRAPA. **Alternativas para prática das queimadas na agricultura**: recomendações tecnológicas. Brasília: Embrapa, 2000.

EMBRAPA. **Atlas de meio ambiente do Brasil**. Brasília: Empresa Brasileira de pesquisa agropecuária - EMBRAPA. Fundação Banco do Brasil, terra viva, 1994.

FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação). "**Relatório da Conferência da FAO/ Holanda sobre Agricultura e Meio ambiente**", 1991, in: AS-PTA. Agricultura Sustentável, Rio de Janeiro: Textos para Debate, N. 45, 1992, p. 16, (Tradução John Cunha Comerford e Lourdes Grzybowski).

FASSBENDER, H. W. 1987. **Modelos edafológicos de sistemas agroflorestais**. Turrialba - Costa Rica, CATIE, 475p. (Série materiales di Ensenanza, 29).

FLORES, Murilo X. et al. "Pesquisa para a agricultura auto-sustentável", **revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, 29 (I) p. 3, jan.-mar., 1991.

FRANKE, I. L; AMARAL, E. F. do; LUNZ, A. M. P. **Sistemas Agroflorestais do Acre**: problemática geral, perspectivas, estado atual de conhecimento e pesquisa. Rio Branco: (EMBRAPA — CPAF/ AC. Documento 38).

FUNDAÇÃO DE TECNOLOGIA DO ESTADO DO ACRE (FUNTAC). **Monitoramento da cobertura Florestal do Estado do Acre**: desmatamento e uso atual da terra. Rio Branco: FUNTAC, 1996 (no prelo).

FUNDAÇÃO DE TECNOLOGIA DO ESTADO DO ACRE (FUNTAC). **Monitoramento da cobertura Florestal do Estado do Acre**: desmatamento e uso atual da terra. Rio Branco: FUNTAC, 1990, 214 p.

GIANSANTI, R. **O Desafio do Desenvolvimento Sustentável**. Coordenação Sueli Angelo Furlan, Francisco Searlato - São Paulo: Atual, 1998.

GLICO, N. Política, sustentabilidad ambiental y evolución patrimonial. **Pensamento Iberoamericano**, 12: 23 - 39, 1987,

GLOBAL ACTION. "**Sustainable agriculture and food security**". **Briefing between the summits down to Earth**, Copenhagen, dezembro (mimeo), 1993, p I.

GOLLEY, F. B. **Ciclagem de Minerais em um Ecossistema de Floresta Tropical Úmido**. Tradução Eurípides Malavolta. São Paulo: EPU, 1978.

KITAMURA, P. C. A. **Amazônia e o Desenvolvimento Sustentável: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Centro Nacional de Pesquisa de Monitoramento de Impacto Ambiental** — Brasília: EMBRAPA — SPI, 1994. 182 p.

KURZ, R. O programa suicida da economia: crescimento economico pode inviabilizar em Pouco tempo a vida na Terra. **Folha de São Paulo**, 216/96.

MYERS, N. **El Atlas Gaia de la gestión del planeta**. Madrid: Hermano Blume, 1987.

MORAN, E. F. A. The Adaptive System of the Amazonian caboclo. In: WAGLEY, C Man in the Amazon. **Gainesville**: University of Florida, 1974.

MORAN, E. F. A. Developing the Amazon. Bloornington: **Indiana University Press**, 1981.

MORAN, E. F. A. **Ecologia Humana das populações da Amazônia**. Petropolis: Vozes, 1990.

NASCIMENTO, C.N.B. do; HOMMA, A. K. O. Amazônia: meio ambiente e tecnologia agrícola. Belém: **EMBRAPA-CPATU**, 1984. p. 279 (EMBRAPA-CPATU, Documentos, 27).

NRC. **Toward Sustainability, a plan for Collaborative Research on Agriculture and Natural Resource Management** Washington, D. C: National Academy Press, 1991, p. 2.

ORGANIZACION E ESTUDIOS TROPICALES (OTS & CATIE, 1986). **Sistemas Ariolorestales: principios y aplicaciones en los tropicos**. San Jose, Costa Rica, OTIS/CATIE. 817 p.

POSEY, D. A. Indigenous Knowledge and Development: and ideological bridge to the Future. **Ciência e Cultura**, 35 (7): 877 — 94, 1983.

POSEY, D. A. Indigenous Management of Tropical Forest Ecosystems: the case of the Kayapo Indians of Brazilian Amazon. **Agroforestry Systems**, 3: 139-158, 1985

SCHEITMAN, A. Analisis integral del problema alimentario y nutricional em America Latina. **Estudios rurales Latinamericanos**, 6 (2-3): 141- 180, 1983.

SEVERINO, Antônio Joaquim, 1941 — **Filosofia**. São Paulo: Cortez, 1994 - (coleção magistério 2º grau, série formação geral).

SMITH, N. J. H. & SCHULTES R. E. Deforestation in simple and shrinking crop gene pool. **Amazon environmental conservation**. 17: 22 – 234, 1990.

SUNKEL, O. The interaction between styles of development and the environment in latin America. **CEPAL**. Review, 12: 15-50, 1980.

VIEIRA, I. C. A. **Importância de áreas Degradadas no Contexto Agrícola e Ecológico da Amazônia**. In: Bases científicas para estratégias de preservação e desenvolvimento da Amazônia. Editado por Efren J. G. Ferreira; Geraldo M. dos Santos; Elizabeth I. m. Leão e Luiz Antônio de Oliveira. Manaus: INPA, 1993.

WADE, M. K.; SANCHEZ, P. A. Mulching and Green Manure Applications for Continuous Crop Production in the Amazon Basin. **Agronomy journal**, v. 75 n. 39, jan./fev., 1983.



UÁQUIRI

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia

UÁQUIRI - PPGGEO, v. 1, n. 1, p. 26-42, ano 2019

Home page: <https://periodicos.ufac.br/revista/index.php/Uaquiri>



ISSN impresso: 1806-0218, ISSN online: XXXX - XXX

DINÂMICA ECONÔMICA DAS AGROVILAS DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DIRIGIDOS PEDRO PEIXOTO E HUMAITÁ - ACRE, BRASIL

Matusalém Bezerra Cavalcante, Maria de Jesus Morais^{1,2*}

¹Professora da Universidade Federal do Acre, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Rio Branco, Acre, Brasil;

²Professora do Programa de Pós-graduação em Geografia, Rio Branco, Acre, Brasil. *mjmorais@hotmail.com

Publicado em 2003, v.1, n.1, p.71-89. Republicado em dezembro de 2019

DOI:

RESUMO

Neste estudo, a partir da compreensão do processo de produção espacial das agrovilas Campinas, São Vicente, Humaitá e "V", dentro dos Projetos de Assentamentos Dirigidos Pedro Peixoto e Humaitá, abordaremos sua dinâmica destacando as relações cidade - vila-campo.

Palavras-chave: agrovilas, dinâmica econômica, projetos de assentamento dirigido.

ECONOMIC DYNAMICS OF AGRICULTURAL PROJECTS SETTLEMENT DIRECTED PEDRO PEIXOTO AND HUMAITÁ — ACRE, BRAZIL

ABSTRACT

In this paper we will approach the process of spatial production of Campinas, São Vicente, Humaitá agrovilas and "V" ones and its dynamics from the comprehension of that process. These agrovilas are located in Directed Assentamentos named Pedro Peixoto and Humaitá. We will also show the relations between these tree categories: field-village-town.

Keywords: economic dynamics, settlement-driven projects

DINÁMICA ECONÓMICA DE PROYECTOS AGRÍCOLAS ASENTAMIENTO DIRIGIDO PEDRO PEIXOTO Y HUMAITÁ - ACRE, BRASIL

RESUMEN

En este artículo abordaremos el proceso de producción espacial de Campinas, São Vicente, Humaitá agrovilas y "V" y su dinámica a partir de la comprensión de ese proceso. Estos agrovilas se encuentran en asentamientos dirigidos llamados Pedro Peixoto y Humaitá. También mostraremos la relación entre estas categorías de árboles: campo-pueblo-ciudad.

Palabras clave: dinámica económica, proyectos impulsados por asentamientos.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Na década de 1970, no contexto das políticas públicas dos militares para Amazônia, foram criados os projetos de colonização dirigidos, que tinham como objetivo assentar a população que estava povoando as periferias das cidades acreanas, bem como o excedente da população do Nordeste e do Centro-Sul brasileiro.

Para esta modalidade de colonização, foi pensado um processo de "urbanismo rural". Isto é, a implementação de agrovilas rurópolis e agrópolis, que seriam núcleos urbanos hierarquizados que dariam sustentação para que a população do campo tivesse acesso aos serviços públicos que seriam oferecidos, tais como: saúde, educação, assistência técnica agrícola e outros.

Nos projetos de colonização Pedro Peixoto e Humaitá foram planejadas duas agrovilas (Campinas e Humaitá, respectivamente), com intuito de serem sedes administrativas dos referidos projetos. Foram projetados, ainda, seis núcleos de apoio rural (Nuar), que no PAD Pedro Peixoto correspondem ao Nuar-1, na BR-317, km 70; Nuar-2, na BR-364, no km 39; Nuar-3, na BR-401, km 14; Nuar-4, na AC-40 e Nuar-5, no ramal do Bigode, e no PAD Humaitá, a vila do "V", na linha 1, além dos núcleos planejados, a vila São Vicente é um caso de uma vila espontânea.

As atividades econômicas destas vilas e as suas relações com a zona rural do projeto e as cidades do entorno são o objetivo de estudo deste artigo.

2. OS PROJETOS DE COLONIZAÇÃO DIRIGIDOS

A colonização oficial no Acre inicia em 1970, quando o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), cria o PIC (Projeto Integrado de Colonização) Xapuri. Este modelo de projeto não gerou o resultado esperado e foi substituído pelos PAD's (Projetos de Assentamento Dirigidos). Estes possuem como características o caráter de organização territorial como zona urbana, suburbana e rural, com intuito de oferecer parcelas de terra para a população excedente do Acre, do Centro-Sul e do Nordeste do Brasil, excluídas do processo de modernização da agricultura, bem como regularizar a situação fundiária dos posseiros que se encontravam na terra.

Os PAD's fazem parte do conjunto de estratégias de caráter geopolítico, no que se diz respeito à ocupação amazônica; no caráter econômico, que incentiva o desenvolvimento

econômico na região; e no caráter social, de vez que visa abrigar a população excedente de outras regiões do país. (CAVALCANTE, 1994)

No Acre foram criados cinco PAD's pelo Incra, a saber:

- O PAD Pedro Peixoto, criado em 31 de outubro de 1977, situado em áreas do então município de Senador Guiomard (que com a divisão territorial de 1992, passou a pertencer aos municípios de Acrelândia e Plácido de Castro) e abrigou 4.225 famílias numa área de 317.588 ha.
- O PAD Boa Esperança, que foi criado em 1977 no município de Sena Madureira, abrigou 2.756 famílias numa área de 275.646 ha.
- O PAD Humaitá, que foi implantado no então município de Rio Branco (que com a divisão territorial de 1992 passou a pertencer a Porto Acre) na data de 8 de junho de 1981, abrigou 951 famílias numa área de 63.861 ha.
- O PAD Quixadá, criado no município de Brasiléia no ano de 1981, abrigou 952 famílias numa área de 76.447 ha;
- O PAD Santa Luzia, que se situa no município de Cruzeiro do Sul, abrigou 829 famílias em uma área de 69.700 km², desde sua criação no ano de 1981. (ACRE, 2000; CEDEPLAR, 1979).

Para os PAD's foram pensados os núcleos urbanos, que se dividem em:

- A agrovila, que é um centro urbano em pequenas proporções que tem como finalidade abrigar aqueles que se dedicam às atividades agropecuárias, garantindo a integração social dentro dos projetos de colonização e oferecendo a infra-estrutura e os serviços de que necessitam para melhor se fixar no campo. Os "rurícolas" (proprietários ou empregados rurais) deveriam trabalhar no lote rural e residir no lote urbano, que por sua vez também deveriam ter espaço para o cultivo de pomares, hortas e criação de pequenos animais;
- A agrópolis, que como um pequeno centro urbano agro-industrial, administrativo e cultural, exerceria o domínio sobre as agrovilas situadas em suas redondezas;
- A rurópolis, um pequeno pólo de desenvolvimento, exercendo diversificadas atividades públicas e privadas para servir a área de influência (agrópolis, agrovilas e hinterland rural). (OLIVEIRA, 1991).

Neste trabalho estudaremos especificamente as agrovilas dos PAD's Pedro Peixoto e Humaitá.

3. URBANISMO RURAL

A vila tinha como finalidade possibilitar às famílias de agricultores a ter sua parcela de terra na zona rural e possuir seu terreno na área "urbana", mantendo assim contato com as oportunidades oferecidas pelas duas localidades. O produtor e sua família teriam, então, acesso à escola, ao atendimento médico, ao correio, a um posto do Inca, à delegacia, ao cartório, a comércios, etc.

Segundo Martine (1987), essa concentração da população em regiões e localidades dinamizando a economia, abriu acesso a novas ocupações sucessivas da fronteira agrícola.

Neste sentido, o Inca criava estratégias de "urbanizar primeiro a região para que as pessoas lá instaladas, realizassem as mesmas prospecções e adaptações necessárias para explorar os recursos" (RACIONERO apud BECKER, 1988, p. 74).

Os núcleos urbanos são implantados de forma planejada para abrigar órgãos públicos, mão de obra e população consumidora, visando criar um ambiente que abrigue empreendimentos comerciais e de serviços. Não podemos nos esquecer, ainda, que essas condições materiais de produção possibilitam a circulação de capital através das melhorias dos meios de comunicação e dos transportes.

Essa infra-estrutura "urbana" das agrovilas é indispensável para o funcionamento das atividades produtivas que atendem, também, às necessidades das massas populares e das relações dos grupos sociais do campo.

As agrovilas apresentam um contraste do rural com o urbano. Dois fatores principais caracterizam a presença da urbanidade. O primeiro leva em consideração a chegada de pessoas que reproduzem o modo de vida urbano, característico das cidades de onde vieram. E o segundo fator por possuir uma estrutura material que oferece recursos energéticos, acessibilidade de informações, habitação em pequenos terrenos, formas de trabalho diferenciadas das do campo, etc.

Essa (pró)criação de um ambiente "urbano" entra em contraste com a tranquilidade proveniente do lugar pacato que a agrovila representa, bem como o processo de (re)produção dos modos de vida rural pelos "ocupantes" da terra, provindos de áreas rurais. Muitos migrantes

provenientes de áreas rurais ou periurbanas mantêm suas tradicionais criações e plantações adaptadas em terrenos baldios ou nos de sua propriedade, reproduzindo um modo de vida rural. Esse choque dos modos de vida urbano e rural leva a agrovila a se enquadrar nos moldes de um território periurbano.

Numa localidade com características periurbanas, o terreno para construção corresponde a uma realidade bastante precisa. O posicionamento numa área estratégica tem grandes possibilidades de beneficiar o acúmulo de rendas. As propriedades que estão localizadas nos melhores locais da agrovila são motivo de prestígio devido a maior viabilidade de utilidade econômica. Os comércios, restaurantes, lanchonetes, órgãos públicos e de prestação de serviços, encontram-se, quase que em sua totalidade, nas entradas das principais vias de acesso a nas partes centrais das agrovilas, localidades com maior circulação de pessoas provenientes de seus arredores.

A agrovila veio a se transformar num local de residência dos funcionários da administração pública local, dos profissionais liberais e dos proprietários de microempresas, bem como aposentados e pessoas que trabalham no campo e que são urbano-residentes.

Segundo o responsável pelos projetos de colonização Pedro Peixoto e Humaitá, José Caetano de Oliveira, apesar de serem frequentes as vendas das benfeitorias nos terrenos nas vilas, existem mais pessoas querendo comprar do que vender. Nisso Sposito (1999, p. 16), esclarece que o "aumento da oferta de terrenos, com ou sem benfeitorias, altera o conjunto dos preços dos imóveis e possibilita a oferta constante de novas mercadorias sempre associadas a novos signos, de formas a que se amplie a demanda."

3.1. As agrovilas dos PAD's Pedro Peixoto e Humaitá Vila Campinas

A vila Campinas está localizada no km 61 da BR-364, com aproximadamente 5 mil habitantes. É o núcleo urbano planejado pelo Inbra para ser a sede do PAD Pedro Peixoto, onde se concentra a maior circulação de capital, informação e força de trabalho do projeto de colonização Pedro Peixoto. É um núcleo que oferece oportunidades empresariais e de empregos no setor terciário. O fato dos serviços públicos estarem representados pelo Inbra, subprefeitura (do município de Plácido de Castro), secretarias estaduais, delegacia, empresa de saneamento básico, empresa de distribuição de energia elétrica, rodoviária, etc., faz com que o núcleo seja um locus de ação político-ideológico, possibilitando a mobilização de mão-de-obra, comércio e serviço.

3.1.1. Vila São Vicente

A vila São Vicente está localizada no PAD Pedro Peixoto, que embora não seja uma vila planejada, pertence a uma área, cuja rede se apresenta segmentada no mesmo centro regional de desenvolvimento por incentivo estatal. Ela é formada por um aglomerado de casas no km 52 da BR-317, contando, ainda, com uma escola, um posto de saúde, uma igreja católica e pequenos comércios de alimentos. Os moradores não têm acesso à energia elétrica e nem saneamento básico.

3.1.2. Vila Humaitá

A vila Humaitá está localizada a 33 km de Rio Branco, ao longo da rodovia AC-10. Ela foi planejada para ser sede do PAD Humaitá, e por isso é chamada de "cidade do Incra". Possui uma população de 4,5 mil habitantes distribuídos em 1.162 lotes "urbanos".

3.1.3. Vila do "V"

Com 802 lotes "urbanos" e com a população de aproximadamente 4 mil habitantes, a vila do "V" foi projetada no cruzamento de quatro ramais, dentre eles a linha 01 que liga a vila do "V" à vila Humaitá. Esta é a vila onde se encontra a maior concentração de camponeses de todas as vilas pesquisadas. Eles vêm fazer compras, trabalhar, estudar, etc. O fato da vila ter a única escola estadual que oferece ensino médio de todo o projeto Humaitá faz com que os jovens, tanto da vila Humaitá quanto do entorno rural, deslocam-se diariamente através de ônibus escolares. Além disso, a vila recebe grande quantidade de pessoas que vem de Rio Branco nos finais de semana. Eles vêm pelo fato de ter um lote de terra no campo ou para visitar amigos e parentes, e para isso passam pela vila. Essa vila oferece, ainda, um balneário e uma festa de rodeio uma vez por ano.

3.2. O perfil dos moradores

Segundo Nascimento (1985, p. 60), depois da criação dos projetos de colonização, eles

[...] passam a receber colonos absolutamente descapitalizado em seu local de origem; desempregados urbanos sem experiência na área rural; bem como

pequenos proprietários que vêm na "nova fronteira" uma possibilidade de expansão de seus empreendimentos agrícolas. Eles guardam uma característica comum: seu padrão de subsistência é diferenciado de toda região, ele implica numa expectativa modernizante, tanto a nível do trabalho propriamente dito, como de habitação e hábitos alimentares [...] (grifo nosso)

Muitos dos moradores antigos que permanecem nas vilas, no momento que chegaram nos projetos de colonização, ganharam sua parcela de terra na área rural e outro na área "urbana" que iria se formar. Eles provinham (e ainda provém) de centros urbanos e áreas rurais de várias partes do país, inclusive do próprio Acre. Muitos conheceram as vilas através de visitas propositadas em conhecer uma nova oportunidade de trabalho e espaço para prestar serviços ou oportunidade para montar um estabelecimento comercial.

Das pessoas que entrevistamos, a maioria é representada por novos moradores que chegaram cerca de 5 anos atrás em diante. Já os antigos moradores, que vivem nas vilas mais de 15 anos, fizeram parte de uma pequena parcela dos entrevistados. A maioria dos entrevistados vive no mesmo lugar desde que chegaram.

Poucas dessas famílias que chegam conseguem se adaptar à realidade de uma agrovila, procurando, em seguida, um novo local para sobreviver, em especial as periferias de Rio Branco, capital do Estado. Elas vem do campo, da floresta ou de outras cidades (ou vilas), com intuito de trabalhar nas vilas em atividades tipicamente urbanas, e não conseguindo se deslocam para Rio Branco.

Com respeito aos motivos que os levaram a se fixar nas vilas, a maioria dos entrevistados estava devido ao baixo preço dos imóveis e da possibilidade de encontrar um sustento. É muito corriqueiro os comentários de que as agrovilas oferecem oportunidades de trabalhos.

Uma pequena parcela da população das agrovilas é formada por pessoas que passaram boa parte de suas vidas nas zonas rurais, acreanas ou não, migraram para Rio Branco, e não conseguindo se adaptar aos transtornos "urbanos", resolveram procurar a tranquilidade, que ainda é característica nas agrovilas. Muitos dessas pessoas são aposentados, que associam a tranquilidade com as oportunidades de trabalho para os filhos.

Grande parte dos comerciantes e proprietários de imóveis faz parte dos novos "ocupantes". Muitos se estabilizaram economicamente e não pretendem voltar de onde vieram. Contam que o Acre é uma "terra de oportunidades".

Dos moradores entrevistados, a maioria possui renda familiar de até três salários mínimos. Em grande parte dos casos, crianças, idosos sem aposentadoria e doentes inválidos dependiam da renda de até duas pessoas, dentre eles trabalhadores, aposentados ou pensionistas.

4. DINÂMICA ECONÔMICA DAS AGROVILAS

As atividades econômicas, tipicamente urbanas, são aquelas que se desenvolvem nas estruturas urbanas que são avassaladas pelo setor secundário (indústria) e terciário (comércio e serviços).

Segundo a definição do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a indústria consiste em configurar o trabalho e o capital para transformar matéria-prima em produtos semi-acabados ou acabados (bens de consumo ou bens de produção).

A atividade comercial diz respeito à permuta, troca, compra e venda de produtos ou valores visando o lucro.

O setor de serviços compreende o ramo das finanças, profissões liberais, comunicação, transporte, propaganda, administração pública e atividades sociais (educação, policiamento, saúde, etc.). Os serviços são produtos de uma atividade humana que não assume forma de um bem material, apenas satisfaz necessidades. (MORAIS, 2000).

As atividades comerciais e de serviços são representantes maior do modo de vida urbano ou da forma urbana, já que a atividade comercial, junto com a função política, é a essência do urbano (PINTAUD1, 1999). Essas atividades, embora sejam rotina nos núcleos populacionais urbanos, são mitos remanejados do meio agrário e adaptados no urbano junto às atividades não-agrícolas (LEFEBVRE, 1999).

A infra-estrutura franqueada pela administração pública deu relevância à instalação das atividades tipicamente urbanas. Essas atividades econômicas se organizaram na medida em que as novas relações estabeleceram tanto dos trabalhadores migrantes, quanto dos trabalhadores acreanos que procuram exercer um novo modo de vida nessas vilas. Com isso, uma simbiose de funções excepcionalmente exercidas contribui para formulação dessas novas relações de produção, estabelecendo maior proximidade com o imperativo capitalista.

A base econômica das agrovilas dos projetos de colonização Pedro Peixoto e Humaitá apresenta sustentação na produção agropecuária, onde sua organização atual na rede urbana apresenta para o estado do Acre uma ótica global, induzindo o desenvolvimento da pequena propriedade rural na produção agropecuária, reproduzindo outras atividades econômicas sobre

si próprio em meio ao dinamismo comercial com entradas e saídas de fluxos, integradas como parte de um todo.

Como já foi dito, a população migrante, sem opções de trabalho, negociações e moradia em seus locais de origem, vieram para as agrovilas em busca de novas oportunidades sócio-econômicas, uns trazendo capital, estimulando o comércio, e outros trazendo a força de trabalho, fornecendo diversas prestações de serviços e se proletarizando nas agrovilas, tornando-se vítimas da especulação "urbana".

4.1. Atividade industrial

Quase sempre encontramos em núcleos populacionais, mesmo numa localidade não industrial, alguma atividade industrial, mesmo que seja de consumo local como padarias, construção civil etc.

No setor secundário da economia, a vila Campinas possui quatro marcenarias, uma indústria de processamento de palmitos, uma pequena fábrica de confecções, uma unidade beneficiadora de grãos da Seater-GP (Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Rural — Garantia de Produção), além das pequenas padarias instaladas nos fundos das residências, formando o setor secundário na vila. A vila possui projetado um distrito industrial com proporções para abrigar possíveis indústrias.

Já a vila do "V" apresenta duas marcenarias e as tradicionais padarias que exercem a função de abastecer a população local.

A vila São Vicente se destaca com os trabalhos artesanais de bordados e confecções que têm desempenhado uma função importante nas atividades de mulheres, como uma estratégia de renda. No entanto, estas indústrias vêm registrando, no seu conjunto, quebras sucessivas de atividade, o que vem originando consequências às mulheres que vivem dessa renda, na qual falaremos mais adiante.

A vila Humaitá possui a única serraria dos dois projetos de colonização, que é pertencente a Funtac (Fundação de Tecnologia do Estado do Acre), três marcenarias, uma unidade beneficiadora de grãos da Seater-GP, uma peladeira de arroz, além de pequenas padarias. É de chamar atenção uma carvoaria instalada na rua Belém, sem a preocupação da poluição causada para os vizinhos e para a própria família.

4.2. Comércio e serviços

O tecido empresarial da região é constituído, predominantemente, por empresas de pouca repercussão regional, reunindo poucas condições favoráveis ao desenvolvimento de novos fatores de competitividade. As vilas rurais proporcionam uma série de serviços e atividades comerciais urbanas destinadas não somente a seus habitantes como também às suas cercanias (COY, 1988). Esses serviços são tanto do setor público quanto privado, sendo que cada serviço corresponde uma clientela a ser atendida, com suas necessidades diferenciadas e com diferentes níveis de disponibilidade (DOLLFUS, 1978).

Qualquer localidade oferece alguma espécie de comércio e de serviços, seja para o atendimento de sua própria população, como é o caso do comércio varejista, dos serviços de recreação, etc. Porém, "são os serviços que ela exporta que lhe define a função econômica." (SINGER, 1998, p. 146). Como as agrovilas não são auto-suficientes, isso determina a sua necessidade de importar serviços de Rio Branco, em particular.

Os serviços oferecidos do setor público são de uso das agrovilas e de sua hinterlândia, havendo a necessidade de aprimorar os recursos de seus equipamentos escolares e de assistência à saúde, por exemplo, tendo em vista atender sua população e a consequência inesperada de surgir uma clientela de fora disposta a usar estes equipamentos.

Nesses últimos anos, comerciantes de bens-de-consumo duráveis (eletrodomésticos, móveis, materiais de construção, etc.), de Rio Branco, investem nas agrovilas aproveitando-se de um novo horizonte para investir e instalando ali filiais. Algumas lojas da capital chegam a trazer seus funcionários para venderem domicílio, facilitando prazo de pagamento e oferecendo rapidez no prazo de entrega, o que traz concorrência ao comércio local ainda pouco estruturado.

Nas pequenas mercearias e açougues, a venda a crédito informal, o conhecido "fiado", torna-se bastante expressivo. Os comerciantes menores . k'ubram mais caro pelo que vendem, para um maior ganho por unidade vendida, visando manter-se no negócio.

Segundo Santos (1994), quanto menor os núcleos urbanos, mais homogêneos a estrutura sócio-profissional. Isso corresponde a vocação ao consumo local, fator que induz a instalação de uma certa tipologia da produção e bens, serviços e comércios.

Como falamos anteriormente, os comerciantes das agrovilas possuem grande dificuldade com a falta de agência bancária que efetue o pagamento dos funcionários públicos e aposentados, uma vez que estes vão a Rio Branco, recebem seus salários e gastam grande parte nos estabelecimentos da capital, a compra de produtos de consumo durável (eletrônicos,

materiais de construção, etc.) e não-durável (vestuário, alimentos, etc.), em detrimento ao comércio das vilas.

Nos dias atuais, embora havendo energia elétrica, as notícias da capital só chegam através dos programas de rádio, já que os televisores, são interligados a antenas parabólicas que só recebem notícias dos grandes centros urbanos do Brasil. Com isso, a população local não fica a par dos concursos públicos, promoções comerciais, eventos, oportunidades de ganhos diminuem nas cidades vizinhas, etc. Isto distancia as vilas da realidade regional e o intercâmbio entre a rede urbana, o que desprivilegia as relações econômicas de comércio e de serviços exercidas pelos trabalhadores das vilas.

Nos projetos de colonização são estabelecidas interativamente entre técnicos regionais, locais e produtores agrícolas, as tipologias dos produtos a serem cultivados, considerando a diversidade de propriedades existentes e suas funções produtivas. Os reflexos dessa determinação são apresentados nas feiras, armazéns e cerealistas das vilas que comercializam com as mercearias, cooperativas, indústrias e supermercados de Rio Branco, ou até mesmo direto ao consumidor, como é feito na feira livre realizada no pátio do armazém da Seater-GP, na vila Campinas.

Essa forma de comercialização direta ao consumidor foi uma nova forma de se recuperar da crise que o setor agrário da região vem sofrendo. Os pequenos produtores buscam agregar valor ao produto na comercialização. Uns participam da feira, outros vendem frutas diretamente nas residências, outros vendem leite para a mercearia, e os mais prósperos tem seu próprio açougue ou mercearia na vila. Isso faz com que os produtores mantenham uma relação mais íntima com a agrovila, dividindo as atenções com a produção rural e a comercialização.

As mulheres e os homens das agrovilas mantêm, ainda, suas ocupações em órgãos públicos como professores, serventes, assistentes administrativos; ou como "profissionais liberais" como empregadas domésticas, lavadoras de roupa, costureiras, mecânicos, cabeleireiros, etc.

No setor de comércio e serviços, a vila Campinas possui delegacia, cartório civil e eleitoral, subprefeitura, lojas de confecções, uma loja de móveis, restaurantes, mercearias, um hotel, lanchonetes, bares, etc. além da presença de pequenos comerciantes, que trabalham em instalações fixas, onde vendem em pequenas proporções, adaptando-se às entradas insuficientes e irregulares de dinheiro.

A vila do "V", pelo fato de haver essa grande movimentação de pessoas, fez com que ela apresentasse uma variedade de comércio e serviços particulares bem mais prósperos do que

nas outras vilas pesquisadas. Ela possui restaurantes, açougues, mercearias, sorveterias, etc., além de uma loja de móveis e eletrodomésticos, filial de uma empresa da capital e a única agência dos correios e a única escola de ensino médio de todo o projeto Humaitá.

O setor de comércio e serviços na vila Humaitá está em volta de um posto de saúde, duas escolas de ensino fundamental, um posto policial, uma unidade do Incra, etc., possuindo ainda lojas de confecção de roupas, mercearias, açougues, loja de material de construção, etc.

Neste setor, a vila São Vicente conta com uma escola e um posto de saúde e pequenos comércios de alimentos. Entretanto, esta vila apresenta uma particularidade que não foi encontrada em nenhuma das outras vilas: uma associação organizada por mulheres. Esse trabalho começou na década de 1980, com a chegada das freiras italianas, que através da igreja ajudou famílias de colonos a encontrarem recursos para resolverem suas problemáticas econômicas com a formação de um grupo que trabalhava com corte, costura, artesanato, pintura em guardanapos, plantios comunitários, criação comercial de galinha caipira, além de oferecer cursos de saúde, para aumentar a renda familiar e reivindicarem juntamente com os homens as soluções das problemáticas do campo. Esse grupo está perdendo força desde que a organizadora, a italiana conhecida como Pia, voltou para a Itália. Até hoje Felismena Félix, uma das mais antigas moradoras da vila, recebe cartas e quantias em dinheiro dessa freira.

4.3. Atividade informal

As agrovilas apresentam grande complexidade nas situações de trabalho/ocupação em atividades que poderão ser designadas por não formais, nomeadamente as que se referem a trabalho por conta própria, trabalho ao domicílio e trabalho a tempo parcial, muitas vezes em atividades de baixo nível de remuneração e que configuram a existência de situações de subemprego. Enquadra-se particularmente nessa situação o trabalho domiciliário. As situações de pluriemprego ocorrem principalmente na indústria da construção civil e nos serviços, apresentando-se a agricultura como a segunda atividade mais frequente. Nestas condições, a taxa de desemprego não permite refletir situações existentes de sub-emprego.

De acordo com as informações dos moradores, Campinas é a única vila que apresenta comércio informal internacional. A curta distância entre as vilas Campinas e Montevidéu (Bolívia), faz com que seja frequente a presença de ambulantes daquela localidade, praticando tal comércio com a venda de bugigangas asiáticas, aventurando-se a ganhar dinheiro em território brasileiro.

4.4. A Pluriatividade nos assentamentos

Nos assentamentos rurais ou urbanos, a pluriatividade aparece por meio da combinação do trabalho externo de membros da família com o trabalho agrícola ou nas atividades tipicamente urbanas (ALENTEJANO, 1999). Considerando as agrovilas como áreas periurbanas, há uma plurifuncionalidade no uso do solo e uma pluriatividade das relações de trabalho (SCHNEIDER, 1999). A pluriatividade potencializa essa diversidade social e espacial, pois ela é um dos principais atributos dos espaços periurbanos.

A pluriatividade não constitui um processo de abandono da agricultura e do meio rural; ela expressa uma estratégia familiar adotada, quando as condições o permitem, para garantir a permanência no meio rural e os vínculos mais estreitos com o patrimônio familiar (WANDERLEY, 2001).

As agrovilas fazem parte de um rural desruralizado pela adaptação à estrutura urbana, onde apresentam novas formas residuais de viver. Essa nova realidade é associada a uma recusa radical do que o rural ainda é entre nós, como lugar de privações e insuficiências, formulando uma recusa sem que as características de seu habitat se afirmem como urbanas (MARTINS, 2001). Para perceber a significação deste processo basta relevar a realidade das vilas rurais e perceber que são raras as famílias que se dedicam em tempo exclusivo às atividades agrícolas, ao mesmo passo das atividades rurais exercidas por habitantes "urbanos".

Os trabalhos temporários são comuns nessas vilas para a prestação de diversos serviços. Em Campinas, por exemplo, há uma recente opção para muitos jovens do campo para ganhar uma renda. Para isso deslocam-se diariamente para trabalhar na usina de asfalto localizada próxima à vila na BR-364. Além disso, as vilas oferecem outras oportunidades de trabalho para os trabalhadores pluriativos, como as marcenarias ou outros empreendimentos da vila. Conforme Graziano (1997), essas características enfatizam os trabalhos sobre o novo rural, na mesma medida em que muitos jovens das vilas buscam alternativas agrícolas nas pequenas criações e plantações, mas não há nenhum trabalho de extensão para estas atividades. A terra é um fator escasso.

Muitas das famílias do campo que construíram casas nas vilas, o fizeram devido aos jovens que trabalham e/ou estudam na zona "urbana", enquanto os outros integrantes da família continuam se dedicando à atividade agrícola em suas parcelas de terra no projeto. Essa moradia na vila vem a ser um motivo de deslocamento diário ou semanal da propriedade rural para a

urbana (e vice-versa), ajudando a manter uma maior relação plurifuncional e plúriativa da família.

5. O DESLOCAMENTO CAPITAL-VILAS-CAPITAL

O fácil acesso ao transporte rodoviário coletivo, a melhoria das estradas e as caronas dadas pelos funcionários do Incra e da Seater-GP, favorecem os deslocamentos sistemáticos à cidade. O preço do transporte aumenta menos que os demais fatores de produção e o baixo custo das viagens possibilitam às pessoas adquirir bens e serviços que não tem acesso nas vilas ou procurando preços mais atrativos.

A falta de agência bancária nas vilas, bem como outros serviços, acaba prejudicando o comércio local. Servidores públicos, empresários da região, aposentados e pensionistas, quando vão a Rio Branco receber ou utilizar algum serviço, fazem suas feiras mensais nos comércios na capital, além de aproveitar a oportunidade para comprar as "últimas novidades" de roupas e calçados nas lojas. Eles voltam para a vila com pequenas proporções monetárias para pagar os débitos acumulados nas mercearias e passar o resto do mês.

É grande a vontade de possuir a moda sugerida pelos programas de televisão, de assistir os novos lançamentos de filmes, de comprar os lançamentos dos cantores preferidos. Essas novidades chegam mais rápido nas maiores cidades, e a população das vilas com maiores recursos financeiros sentem necessidade de se deslocar periodicamente para esses centros de consumos.

Santos (1997), assevera que:

Quem não pode mover-se periodicamente para obter os novos itens de consumo que a publicidade lhe insinua, acaba saindo de vez. Temos aí um novo motivo para aumento no número de migrantes para os maiores centros. A Migração em última instância, é, sem paradoxo, consequência também da mobilidade. Quem pode, como já mencionamos, vai consumir e volta ao lugar de origem. Quem não pode locomover-se periodicamente, vai e fica [...]

Na vila São Vicente, no projeto de colonização Pedro Peixoto, essa situação se encaixa de modo mais pertinente. A falta de acessibilidade dos moradores a bens, serviços e energia elétrica, faz com que o desejo de morar na cidade seja maior. A falta de pavimentação da via de acesso faz com que no inverno seja quase impossível vir à cidade em um caso de emergência.

Principalmente, jovens e pessoas de meia idade desejam conseguir uma oportunidade de trabalho na cidade, para ter mais acesso ao conforto tão desejado.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visando analisar e compreender a dinâmica econômica das vilas dos projetos de colonização Pedro Peixoto e Humaitá, e as considerando como mediadoras entre a hinterland e os centros urbanos na absorção e abastecimento de produtos, pode-se constatar que as agrovilas vem alcançando um crescimento progressivo no que diz respeito as atividades econômicas. Com isso, novas formas de relações sociais ocorrem, transcorrendo uma dinâmica que agiliza a relação campo-agrovila, na medida que essas vilas incorporam o ideal de sociedade globalizada.

Constatamos, ainda, que há distinções nas vilas pesquisadas, no que se refere a seus papéis e configuração sub-regionais, que são diferenciados pelas formas de produção, organização do mercado de trabalho e relações sociais próprias, com diferente peso de ação governamental interferindo na gênese e morfologia das vilas.

As atividades econômicas cada vez mais acompanham os centros urbanos no que diz respeito às relações de produção renovadas a cada dia, devido à entrada de capital externo. As agrovilas passam a se constituir pólos de atração para pessoas e empresas de outras cidades, bem como para as do campo, completando-se igualmente a nível local ou sub-regional, propondo uma integração cada vez maior no momento que vai desenvolvendo suas atividades econômicas.

7. REFERÊNCIAS

ACRE. Governo do Estado do Acre. **Zoneamento Ecológico-Econômico**: recursos naturais e meio ambiente. Rio Branco: SECTMA, 2000: il. v. I, II e III.

ALENTEIANO, Paulo Roberto R. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? In: TEDESCO, João Carlos (org.) **Agricultura Familiar: Realidades e Perspectivas**. Passo fundo: Edupf, 1999.

BECKER, Bertha. **A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

_____. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia brasileira. In.: AUBERTIN, Catherine (org.). **Fronteiras**. Brasília: UNB; Paris: ORSTOM, 1988.

CAVALCANTE, T. J. da S. **Colonização no Acre: uma análise sócio-econômica do Projeto de Assentamento dirigido Pedro Peixoto**. Fortaleza, 1994. Dissertação (Mestrado em Economia) — Departamento de Economia, Universidade Federal do Ceará.

CEDEPLAR. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG. **A Migração no Conjunto da Economia Acreana: caso do Acre**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1979. V. II.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A Rede Urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

COY, Martin. Desenvolvimento regional na periferia amazônica. Organização do espaço, conflitos de interesses e programas do planejamento dentro da região de "fronteira": o caso de Rondônia. In.:

AUBERTIN, Catherine. **Fronteiras**. Brasília/ Paris: UNB/ORSTOM, 1988.

CRUZ, Tereza Almeida. **Resistência e Luta das Mulheres da Floresta nos Vales do Acre e Médio Purus (1988-1998)**. Rio Branco: Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour, 2000.

DOLLFUS, Oliver. **O Espaço Geográfico**. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1978.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **Do "Manso" ao Guardião da Floresta**. Rio de Janeiro, 1999. Tese (Doutorado em História) — Instituto de Ciências Humanas Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

GEORGE, Pierre. **Geografia da População**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O Novo Rural Brasileiro**. Nova Economia, Belo Horizonte: IE/Unicamp, 1997.

GALVES, Carlos. **Manual de Economia Política Atual**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEGOFF, Jacques. **Por Amor às Cidades: conversações com Jean Lebrun**. São Paulo: UNESP, 1988.

MARTINE, George. Êxodo rural, concentração urbana e fronteira agrícola. In: MARTINE, G. & GARCIA, R. V. (org.) **Os Impactos Sociais de Modernização Agrícolas**. São Paulo: Caretés, 1987.

MARTINS, José de Souza. **Impasses sociais e políticos em relação à reforma agrária e à agricultura familiar no Brasil**. In.: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. Santiago do Chile, dezembro de 2001.

_____. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MOLD, Zilá Mesquita. A Política de Desenvolvimento Urbano no Processo de Desenvolvimento Nacional. **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro. v. 3, n. 5, p. 46-58, 1973.

MORAIS, Maria de Jesus. **Rio Branco (AC), uma Cidade de Fronteira: o processo de urbanização e o mercado de trabalho, a partir dos planos governamentais dos militares aos dias atuais**. Florianópolis, 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

NASCIMENTO, Eloísa Winter do. **Rumo da Terra: Rumo da Liberdade (Um estudo dos migrantes do Sul no estado do Acre)**. Florianópolis: 1985. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**. Campinas: Papirus, 1990.

_____. **Integrar para não Entregar**. Campinas: Papirus, 1991.

PINTAUDI, Silvana Maria. A cidade e as formas de comércio. In.: CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

PRADO, Ney. **Economia Informal e o Direito no Brasil**. São Paulo: LTr, 1991.

SANTOS, Milton. **Por uma Economia Política da Cidade**. SP: HUCITEC-EDUC, 1994.

SILVA, Sílvio Simione da. **A Fronteira Agropecuária Acreana**. Presidente Prudente, 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual de São Paulo.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Contexto, 1998.

SPOSITO, Maria da Encarnação. Espaços Urbanos: territorialidades e representações. In.: SPOSITO, Eliseu Savério (org.) **Dinâmica Econômica, Poder e Novas Territorialidades**. Presidente Prudente: UNESP/FCT: GAsPERR, 1999.

TEDESCO, Joao Carlos & DALSO, Adelar Carlos. Relações de trabalho informais no conjunto das estratégias de sobrevivência na periferia urbana de Passo Fundo. In.: MORO, Selina Maria Dal et. al. (org.). **Urbanização, Exclusão e Resistência: estudos sobre o processo de urbanização na região de Passo Fundo**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Uma Nueva Ruralidad em América Latina?** Buenos Aires: Consejo latino americano de Ciencias Sociales, 2001.



UÁQUIRI

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia

UÁQUIRI - PPGGEO, v. 1, n. 1, p. 43-69, ano 2019.

Home page: <https://periodicos.ufac.br/revista/index.php/Uaquiri>



ISSN impresso: 1806-0218, ISSN online: XXXX - XXX

DAS “MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS” ÀS “REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTOS”: REGIONALIZAÇÕES DAS TERRAS ACREANAS E AS POSSIBILIDADES DE NOVOS REARRANJOS NO PRINCÍPIO DO SÉCULO XXI

Silvio Simione da silva^{1,2*}

¹Professor Doutor da Universidade Federal do Acre, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Rio Branco, Acre, Brasil; ²Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia, Rio Branco, Acre, Brasil.

*ssimione@gmail.com

Publicado em 2004, v.1, n.2, p.80-106. Republicado em dezembro de 2019

DOI:

RESUMO

Aqui, buscamos compreender os fundamentos das regionalizações mais recentes das terras acreanas. Vimos os propósitos desses processos no contexto da Geografia e, com isto, os avanços e recuos na definição territorial das regiões. Partindo de críticas teóricas, defendemos em tese “a necessidade de rever as regionalizações vigentes no estado”. Nisto, fixamos pontos para a compreensão e superação das definições de regiões “naturais” ou “homogêneas” como parcialmente denota a divisão em “regionais de desenvolvimento”, apresentada no Zoneamento Ecológico Econômico do Acre.

Palavras-chave: Acre, regionalização, escalas regionais, desenvolvimento, planejamento.

FROM “GEOGRAPHICAL MICRORGIONS” TO “REGIONAL DEVELOPMENTS”: REGIONALIZATIONS OF ACREAN LANDS AND THE POSSIBILITIES OF NEW REHABILITATIONS IN THE EARLY 21ST CENTURY

ABSTRACT

Here we seek to understand the fundamentals of the most recent regionalization of the Acrean lands. We saw the purpose of these processes in the context of geography and, with this, the advances and setbacks in the territorial definition of the regions. Based on theoretical criticism, we defend in theory “the need to review the current regionalizations in the state”. In this we set points for understanding and overcoming the definitions of “natural” or “homogeneous” regions as partially denoting the division into “developmental regions” presented in the Acre Economic Ecological Zoning.

Keywords: Acre, regionalization., regional scales, development, planning.

***DE LAS "MICRORGIONES GEOGRÁFICAS" A LOS "DESARROLLOS REGIONALES":
REGIONALIZACIONES DE LAS TIERRAS ACREANAS Y LAS POSIBILIDADES DE NUEVAS
REHABILITACIONES EN EL PRINCIPIO DEL SIGLO XXI***

RESUMEN

Aquí buscamos comprender los fundamentos de la regionalización más reciente de las tierras de Acre. Hemos visto el propósito de estos procesos en el contexto de la geografía y, con esto, los avances y retrocesos en la definición territorial de las regiones. Con base en la crítica teórica, defendemos en teoría "la necesidad de revisar las regionalizaciones actuales en el estado". En esto, establecemos puntos para comprender y superar las definiciones de regiones "naturales" u "homogéneas" como que denotan parcialmente la división en "regiones de desarrollo" presentadas en la Zonificación Ecológica Económica Acre.

Palabras clave: Acre, regionalización, escalas regionales, desarrollo, planificación

1. INTRODUÇÃO

Para a sociedade organizada, o ato social de administrar o espaço de vivência é de importância vital. Temos uma dimensão espacial na qual limitamos, racionalizamos e gerimos nossas ações. A definição de áreas, ou seja, de espaços prioritários a certas ações, é a forma de agirmos mais eficientemente no cotidiano social em que produzimos e somos reproduzidos. Aí redefinimos espaços passíveis de ações concretas, delimitamos territorialmente e começamos a dar sentido de uma regionalização, na qual considerando nossas ações pretéritas, projeta-se nosso devir social no lugar. Então, não somos estranhos a (re) formação ou (re) territorialização da região, pois fazemos parte da dinâmica social que se processa sobre o lugar.

A região, portanto, independente das concepções firmadas ao ser delimitada, é instância de racionalização de ações de quem a procura defini-la. Portanto, a tese básica do que se trata neste artigo, é que a "região" se firma como entidade territorial na sua gestão, como "região administrativa", na qual somos parte integrante e ativa nos processos que a produz.

As condições para conhecê-la, leva-nos a superar as visões de regiões naturais ou homogêneas, para uma compreensão dos processos relacionais que produzem o território heterogeneamente. Ao territorializar, estes processos promovem o desenvolvimento desigual e contraditório dos lugares, o que nos permite identificar espaços privilegiados de concatenação de forças na formação de identidades regionais. Por isto, o que define a região não é a homogeneidade, mas as correlações de forças que se combinam e conduzem a identidade regional no contato e confronto aos processos globais. Aí identificamos dimensões em que

sobressaí reações, dando-nos a clareza do domínio político que “manifestado” materializam arranjos territoriais que se combinam – isto é, a região.

Portanto, a luz destes pressupostos, sob o ponto de vista de uma crítica radical, trataremos da firmação das últimas regionalizações do espaço territorial acreano, assim como da premência de novas discussões sobre estas questões em nível de Estado.

2. DESENVOLVIMENTO

a. A região

Num dia do mês de setembro de 1998, numa conversa com um trabalhador migrante em Brasília, este me fazia a seguinte afirmação: “na minha região as coisas não eram assim! Lá nós trabalhamos os morros, endireitamos leitos dos riachos, desmatamos e plantamos lavouras e pastagens; enfim fizemos o lugar produtivo. Ali nós mandávamos! Aqui está tudo para fazer! Nós é que temos de fazer”.

Frases como estas são muitas comuns quando conversamos com migrantes sobre suas condições de vida local com relação a espaços vividos, ou seja, os territórios que deixaram para traz em suas andanças por estes rincões brasileiros. A região, portanto, comumente vista como algo presente, é uma entidade construída no processo de vivência na produção do espaço vivido da sociedade que se localiza. Assim, como território de bases físicas/naturais identificáveis, a região se redefine sob a projeção de ações sociais transformadoras do homem sobre o espaço que vive. Também como “domínio” em que se projeta das condições de exercício de poder, a região se define territorialmente, como espaço em que gestores a administram, projetando condições sociais/reprodutivas em áreas devidamente localizadas (referimos ação do poder público estatal ou da sociedade organizada). Portanto, podemos dizer que a região é um constructo histórico de relações sociais produtivas, as quais projetaram-se sobre a formação físico/natural do espaço, dando uma identidade que se combina e torna possível de ser apreendida no lugar. Nisto é dinâmica e passível de redefinições ao longo da ampliação da complexidade das forças que produzem os territórios de vivência humana.

É, portanto, o conceito e a definição de região uma necessidade constante na vida do homem. Numa sociedade, complexa a região se define por territórios preferenciais de ações políticas. Aí o poder público delimita formas de gestão do território, mas a sociedade se organiza na composição de forças que darão dinâmicas às relações de produção. Estas ao se reproduzirem territorializam no espaço vivido, novos processos na dinâmica territorial. Nisto a

região é palco de combate e conciliação, de desigualdade e de busca de equacioná-la, mas é também lócus onde por mais abstrato que seja o conceito de espaço, seus elementos processuais estão passíveis de delimitação e conhecimento real na superfície terrestre, a partir da materialização dos “jogos de forças estabelecidos”. Então região não é o território, mas se define a partir de dimensões territoriais que nestes arranjos produzidos, dão-nos a configuração possível delimitação territorial, em condições sociais e temporais específicas. Por isto, essa delimitação não é definitiva, mas necessária de ser revista e considerada na dinâmica contraditória que produz espaço vivencial, sob critérios planejados pelo gestor ou pela sociedade que aí se territorializa.

Projetamos então, um conceito de região que se define a partir das relações de produção e atribuições estratégicas da ação humana sobre o espaço, territorializando-se. Vemos aí, possibilidades de efetuarmos a definição de regiões geográficas¹, numa ótica da dialética que produz o desenvolvimento desigual e combinado do território, mas que pouco tem sido considerada nos estudos regionais.

Há, todavia, outros conceitos de região que não considera esta complexidade presentem no espaço produzido. Dentre essas cabe destacar aquela que provém do estudo e compreensão positivista clássica das “regiões naturais” implementadas, sobretudo, quando concepções naturalistas (até as primeiras décadas do século XX) exerceram influências dominantes sobre as ciências humanas. Essas regiões eram áreas que se definia a partir da identidade que a natureza lhe conferia, isto é, “dos domínios naturais” como: bacia hidrográfica, floresta, campos ou cerrados, montanhas, lagos etc. Sendo essas definidas pelas determinações da natureza, caberia aos estudos de regionalizações, captar os aspectos dominantes da paisagem natural e traduzi-los em espaços passíveis de serem delimitados. Isto seria muito prático se aplicado numa região em que sobressai o domínio natural como na Amazônia; porém, isto não refletiria a realidade, pois os elementos sociais que produzem as diferenciações regionais ficariam ignorados.

Talvez a proposta mais aplicada no âmbito da Geografia Brasileira, tenha consistido na busca de identificar a região a partir de elementos que homogeneíza uma porção do território nacional. Isto factualmente se dá a partir das características de domínios naturais (como

¹ - Propomos outro caminho para conhecer a região geográfica. É preciso ir além da definição tradicional, na Geografia, em que se buscava apenas a compreensão empirista dos elementos naturais ou culturais em combinações específicas que conferia singularidades a região. Assim, a definição da região passa por processos sociais de produção dos quais manifestações socioculturais também são tributárias.

florestas, rios, montanhas etc.) ou socioculturais (presença de tipos étnicos, tradições locais etc.) ou econômicas (áreas agrícolas, áreas mais urbanizadas, áreas industriais etc.). Aí o elemento de maior expressividade é o identificador da região – são as regiões homogêneas². No caso da Amazônia teria os rios e a floresta como principal definidor do território regional.

b. As regionalizações

Na a realidade brasileira, e mais precisamente, a realidade acreana, tivemos vários conceitos empregados nas definições regionais. Aqui trataremos apenas das regionalizações acreanas em “regiões homogêneas” e em “regiões geográficas” feitas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), para depois refletir sobre a regionalização proposta pelo Governo do Estado do Acre com as “regionais de desenvolvimento”.

No final da década de 1960 o IBGE, definia uma regionalização do espaço brasileiro com base no conceito de região homogênea. Em nível macrorregional tinha se cinco grandes regiões: Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte. Em nível de espaços menores, no Acre, territorialmente tínhamos a Mesorregião Homogênea do Acre que correspondia ao território estadual, e internamente dividia-se em duas microrregiões homogêneas: Alto Purus (correspondendo às áreas orientais território acreano, drenadas pelos rios das bacias do Purus e no Leste por rios da bacia do Madeira, como o Abunã) e Alto Juruá (correspondendo as áreas ocidentais do território acreano, drenadas pelos rios da bacia do Juruá). Aí se teve definido a base das regionalizações para ações administrativas nas duas décadas seguintes.

No final da década de 1980 esta regionalização já não retratava a realidade brasileira, embora o elemento homogeneizador permanecesse. Assim, perante a dinâmica de um espaço que se produz contraditoriamente em complexidade e complementaridade com suas bases físicas, socioeconômicas e socioculturais, havia um desafio para outra compreensão do território nacional, tendo em vista a ações efetivas mais eficientes. Da crítica e insuficiência das regiões homogêneas para retratar a realidade do país, busca-se outra concepção para a nova regionalização. Então, também sob a coordenação do IBGE, o conceito de “região geográfica”,

² - Esta concepção, em que tendo por bases o positivismo lógico, vê a região como “conjunto de lugares onde as diferenças internas são menores que as existentes entre eles e qualquer elemento de outro conjunto de lugares” (CORRÊA, 1998, p.32). A delimitação é um problema estatístico, em que a solução é obtida pela invariabilidade das informações quantificáveis. Isso se pode resolver em laboratórios sem uma base empírica prévia ou processual da formação, bastando dados dos elementos dominantes para determinar sua expressão delimitada em mapas. Uma vez que consideramos as informações de elementos humanos, podem-se obter condições de “regiões funcionais” que são definidas a partir dos movimentos de pessoas, mercadorias e decisões aplicadas sobre partes da superfície terrestre (ID. IBID, p.33-35).

numa concepção econômica e historicista, viria como base para outra regionalização sob uma visão mais crítica da realidade brasileira, em diferentes escalas territoriais. Então, tenta-se identificar os múltiplos processos se interagem na definição regional. Desse processo, em nível macrorregional, o país se caracterizaria por três grandes regiões – as “regiões geoeconômicas”: Centro-Sul, Nordeste e Amazônia.

É dessa regionalização que começaremos a analisar mais especificamente a situação acreana. Nesse processo, definiu-se então em nível estadual duas mesorregiões geográficas: do Vale do Juruá e a do Vale do Acre; e cinco microrregiões geográficas: de “Brasiléia”, de “Rio Branco” e de “Sena Madureira” no Vale do Acre; de “Tarauacá” e de “Cruzeiro do Sul” no Vale do Juruá (mapa 1).

No plano da configuração espacial as mesorregiões do Vale do Acre e do Vale do Juruá correspondiam aos territórios das antigas microrregiões homogêneas do Alto Purus e Alto Juruá respectivamente. Todavia, as mudanças de denominações denotam especialmente a maior diversificação na produção do estadual: não são mais as microrregiões homogêneas, baseadas na hidrografia, que se dividem internamente o Estado, pois a complexidade do espaço produzido já dá outra configuração regional. Isto justificou na divisão interna do Acre nas cinco microrregiões geográficas referidas. As mudanças de escalas territoriais são denotadas pelas trocas internas nos nomes dos “fatos geográficos” denominadores: alto-rio (elemento natural do curso do rio dá dimensão geomorfológica de extensão trajeto fluvial) para vale (em que o elemento natural dá a dimensão territorial de áreas de abrangências demanda pelo rio). Já não é o rio de maior expressão a dominar a região, mas o território em que estrategicamente projetam os centros hegemônicos no processo produtivo no Estado. Nisto, por exemplo, podemos compreender o porquê da denominação da Mesorregião Geográfica Vale do Acre, quando o rio Acre é na verdade um afluente do rio Purus. O conteúdo que expressa a região drenada pelo Rio Acre e ele em si próprio, historicamente, conferiram-lhe a condição de um significado geopolítico que, na Amazônia, que extrapola os limites de sua rede hidrográfica (tanto que foi este Rio que deu o nome ao Estado e não os rios principais: Purus e Juruá). Este significado, somente foi captado como identificador regional dado ao plano das relações socioespaciais e territoriais aí estabelecidas.

Figura 1 - Acre – Divisão em regiões geográficas (IBGE, 1991; ACRE, 2000).



São nestes propósitos que a regionalização, efetiva-se na apreensão de municias como tentativa de individualizar as características do território. Ainda não se buscava a compreensão das forças contraditórias, resultantes das múltiplas determinações, como processo contido no espaço regional produzido; daí a permanência territorial de bases físicas anteriores. Nota-se então, a dificuldade da aplicação de um conceito que parte da concepção de região como produto de forças contraditórias na dinâmica social desigual que produz o espaço vivido. Esta dificuldade está na operacionalização do que é específico, mas não homogêneo na sua configuração territorial³, como base para conhecer a região.

c. As microrregiões geográficas

No Acre, podemos dizer que com a identificação das microrregiões geográficas, tentou-se apreender tais especificidades. Porém, as dificuldades operacionais fizeram que o processo social produtor de especificidades, ainda não fosse apreendido em sua forma integral manifestada. Com estes termos, do ponto de vista de operacionalização, os limites políticos dos territórios municipais, ainda são as bases concretas para definir as microrregiões. Todavia, é

³ - Neste aspecto, apesar de partir dos pressupostos pautados na crítica social da Geografia Radical, não se rompeu com a visão clássica. Esta regionalização assemelha às concepções lablachianas em que processos socioculturais são considerados como determinantes. Não se captou a luta e as relações sociais de produção (em seu movimento histórico) que realmente é o identificador dinâmico dos espaços regionais, na escala do social que habita o lugar. Por isto aí vemos bases históricas, porém não numa concepção dialética.

inegável que isso já significou um avanço na tentativa de captar as diversidades regionais acreanas.

2.1. Plano microrregional, no Vale do Acre:

- a) A Microrregião de Brasiléia - Localizada no Sul do Estado, abrange os municípios de Brasiléia, Epitaciolândia, Xapuri e Assis Brasil. No tocante ao aglomerado urbano, Brasiléia junto com Epitaciolândia e a cidade boliviana de Cobija, forma um “contínuo urbano” de aproximadamente setenta e cinco mil habitantes. No âmbito macrorregional, caracteriza-se como a segunda área com maior expressividade da vida urbana na Amazônia-acreana. Isto reflete na tendência da firmação, aí, de um centro comercial em territórios binacionais, de que a cidade boliviana já é uma “zona de livre comércio”. Todos os municípios são drenados pelo Rio Acre em trechos de seu médio e alto curso e, com exceção de Xapuri, os demais são áreas de limites internacionais com as repúblicas da Bolívia e do Peru. Sob o ponto de vista natural, caracteriza-se por floresta densa, onde sobressai uma flora diversificada muito valiosa em espécies. Isto fez desses territórios, áreas densamente povoadas por seringueiros, desde a ocupação inicial do Acre pela frente pioneira extrativista no final do século XIX. Dado essa situação com o avanço da frente pioneira agropecuária recente, tornaram-se áreas de intensos conflitos e luta pela terra. Isto reflete na realidade recente da questão agrária acreana com a implantação grandes fazendas de criação bovina, áreas de colonização e áreas de unidades de conservação de uso direto e indireto. Dentre as unidades de conservação de uso direto, a Reserva Extrativista Chico Mendes é também uma expressão da luta dos trabalhadores extrativistas na conquista de seu território de vivência. Aliado a isso a participação política e efetiva dos trabalhadores em sindicatos rurais, cooperativas e associações, demonstra uma região bastante suscetível a projetos alternativos de desenvolvimentos.

- b) A Microrregião de Rio Branco - Abrange áreas centro-leste do Vale do Acre, sendo drenados por rios da Bacia Hidrográfica do Purus (rio Acre e seus afluentes) e da Bacia Hidrográfica do Madeira (rio Abunã e seus afluentes). Forma-se pelos municípios de Rio Branco, Porto Acre, Bujari, Capixaba, Senador Guimard,

Plácido de Castro e Acrelândia. É a microrregião mais populosa; economicamente, a mais importante e é também, localização da sede do poder político estadual em “Rio Branco” – a capital do Estado. Por estas condições, centraliza a principal praça comercial e as poucas indústrias locais. No conjunto, isto se materializa com uma enorme disparidade no padrão de desenvolvimento econômico e nos serviços prestados, entre a capital e os municípios vizinhos. Ademais, é nesta região que alguns municípios apresentam os maiores índices de áreas desmatadas (como Acrelândia com 27,73%, Plácido de Castro com 41,45% e Senador Guiomard com 51,41%, conforme dados da Fundação de Tecnologia do Acre – FUNTAC em 1999, citado in: ACRE, 2000). Disto provém ser esta região área de grande expansão das atividades agrícolas e pecuárias no Estado. Partindo das situações constatadas, podemos afirmar que nesta microrregião, sob o ponto de vista dos processos sociais que a reproduz, já há uma diferenciação regional consolidada internamente. Se tivermos a regionalização como um processo de busca de eficiência aos programas e políticas de desenvolvimento, é necessário iniciar esta discussão com vista a possibilidade de uma divisão microrregional. Possivelmente, seja mais viável tratarmos da divisão nas “regionais de desenvolvimentos”. Todavia, a isto retornaremos mais adiante.

- c) A Microrregião de Sena Madureira - Situa em áreas centrais território acreano, sendo que suas terras estendem de norte a sul do Estado, correspondendo aos municípios de Sena Madureira, Manoel Urbano e Santa Rosa do Purus. São drenados pelos rios Purus e seu afluente Iaco, que constituem nas principais vias de transportes por extensas áreas da microrregião. Os municípios de Sena Madureira e Manoel Urbano, em sua porção norte, é cortado pela BR-364 (sentido leste/oeste), de onde partem diversas estradas vicinais em áreas de colonização e fazendas de criação de gado bovino. O predomínio majoritário de áreas florestais faz do trabalhador florestal – o seringueiro, um sujeito social de grande expressão no ambiente rural, junto aos colonos, ribeirinhos e fazendeiros⁴. Há também vários grupos indígenas que habitam

⁴ - É bom ressaltar que, em todo o Estado, a formação de fazendas ocorre também em áreas mais distantes das estradas. Porém, com menor frequência. Quando isso ocorre geralmente, é com baixa produtividade, sendo que a formação de pastagem, com ou sem a criação extensiva do gado bovino, serve apenas para justificar a manutenção de latifúndios, sob o argumento de “serem propriedades produtivas”.

áreas dos altos rios, sendo que a maioria já produz numa economia de subsistência, baseada na agricultura e até na criação de poucos animais bovinos (sem, contudo, ter deixado a caça e a pesca), os quais regionalmente são denominados de “caboclos”.

2.2. Mesorregião Geográfica do Juruá temos:

- a) A Microrregião de Cruzeiro do Sul - Corresponde a parte mais ocidental do Acre em que se localizam os municípios de Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo. Trata-se de uma área fronteira com a República do Peru, na costa oeste, sendo que suas terras estendem de norte a sul do Estado. São áreas drenadas pelo Rio Juruá e seus afluentes, destacando como principal o Rio Moa. As características geomorfológicas irregulares demonstram um relevo que estende de planícies às áreas serranas (na Serra do Divisor, que já é formação pré-andina). Aí a floresta é dominante, sendo que os municípios com maiores percentuais de seus territórios desmatados são: Rodrigues Alves com 7,30% e Cruzeiro do Sul com 4,21%. Com essas especificidades, teve-se em áreas dessa microrregião a instalação do Parque Nacional da Serra do Divisor (Criado em 16/06/1986 pelo Decreto Federal nº 97 839) que é a maior Unidade de Conservação de Uso Indireto no Acre; e, a Reserva Extrativista do Alto Juruá (RESEX Alto Juruá) que foi a segunda Unidade de Conservação de Uso Direto criada no Estado, já na década de 1990. As áreas desmatadas correspondem a: antigas localidades ribeirinhas, proximidades das cidades e vilas e margens das estradas existentes; aí se localizam áreas de colonização e fazendas de criação de gado bovino. Dados essas características em áreas florestais, a medida que se afasta dos núcleos urbanos, as figuras sociais que sobressai é a do seringueiro e colono ribeirinho, em antigos seringais e áreas da atual RESEX do Alto Juruá, e de indígenas (extratores, coletores e agricultores de diversas nações), em áreas de reservas. A cidade de Cruzeiro do Sul, com uma população pouco superior a quarenta mil habitantes (a segunda cidade do Estado em população), exerce a condição de núcleo central em nível microrregional, o que confere certa liderança sobre os demais municípios. Todavia, entendemos que aí, dado a situações atuais, inclusive com a implantação de novos municípios (Rodrigues Alves, Porto Walter e Mal. Thaumaturgo em 1991/92), a distância física e as características dos processos produtivos a que

submete cada lugar, já se fazem necessário rediscutir as possibilidades de outra divisão microrregional, juntamente com a microrregião de Tarauacá.

- b) A Microrregião de Tarauacá - Localiza-se em áreas centrais do Estado, em recorte territorial que se estende de norte a sul. Corresponde aos municípios de Tarauacá, Jordão e Feijó em áreas drenadas pelos rios Tarauacá e Envira respectivamente (afluentes do Juruá). Na parte norte dos territórios dos municípios de Feijó e Tarauacá, a BR-364 faz a ligação por terra entre as duas cidades e de forma precária, dessas com Rio Branco e Cruzeiro do Sul. São nesses trechos da Rodovia que se localiza as principais áreas de colonização e fazendas de criação bovinas (o que também ocorre em áreas ribeirinhas, porém com menor frequência), mas com menos representação que noutras microrregiões. Nas áreas florestais a população seringueira é predominante e, sejam em terras firmes (áreas centrais distantes dos rios) ou ribeirinhas (às margens), aí praticam atividades diversas que vai desde a tradicional coleta extrativa, até práticas de pequenas lavouras e de criação de gado bovino⁵. Também a população indígena é bastante numerosa em tribos que habitam áreas na divisa com a República do Peru. Aí, domínio dos rios como via de acessibilidade é marcante, juntamente com a floresta que cobre, em alguns casos, praticante quase a totalidade do território municipal, como é a situação de Jordão. Jordão é a cidade mais isolada da microrregião, localizada no alto curso do Rio Tarauacá. No plano de sua localização e das formas de produção social estabelecidas, vemos uma maior proximidade com os municípios de Marechal Taumaturgo e Porto Walter, de que com os municípios de Feijó e Tarauacá. Aí, como já mencionamos, vemos uma identidade regional que se forja.

São estes os pontos básicos possíveis de captar dessa configuração regional elaborada e aplicada após 1989.

⁵ - É bom ressaltar que esta criação bovina que, as vezes, tem até aumentado relativamente, está longe de ser um processo de expansão da pecuária para fins lucrativos como fazem os fazendeiros. Na verdade para estes trabalhadores, esta criação ainda que exceda a uma dezena de cabeça de rezes, tem a função de formar uma reserva econômica para momentos de extremas necessidades. Isto, pois o gado vacum, é indiscutivelmente a mercadoria de maior e mais fácil liquidez, em mão desses camponeses. Raramente se poderia falar de uma diferenciação social por esta causa, ou seja, aí não se está em curso necessariamente a capitalização desses trabalhadores (o que pode até ocorrer, mas é raro), e sim uma estratégia de sobrevivência.

Praticamente, o emprego dessa regionalização em nível de direcionamento a aplicação de políticas públicas de desenvolvimento pouco fora utilizado. Somente no final da década de 1990, essa divisão regional seria base territorial mapeada, para a (re) nominação das microrregiões como “regionais de desenvolvimento”, embora a concepção de região aí fosse diferente da concepção de “região geográfica”. Esta “nova regionalização” se deu no plano da gestão territorial que a equipe que governa o Acre (no momento em que estamos produzindo esta análise), implantou para a efetivação de suas ações políticas em territórios definidos.

Por final, com estes apontamentos visamos nos situarmos no conjunto da regionalização acreana. Um estudo minucioso sobre cada microrregião terá condição de identificar certas nuances que não se pode captar numa leitura mais geral como esta; e, tampouco sob as bases conceituais que nortearam as “regionais de desenvolvimento”. Isto é o suficiente para afirmarmos que, no Acre, já se faz necessário avançar com propostas de regionalizações, mais coerentes e realistas, tanto do ponto de vista das políticas administrativas defendidas, como da sociedade localizada e também das concepções científicas e filosóficas que norteiam tais processos (o que por sinal, foram poucas consideradas pela equipe responsável na definição das “regionais de desenvolvimento”).

2.3. As “regionais de desenvolvimento”

Com a chegada ao governo do Estado do Acre, em 1998, de forças políticas partidárias de uma frente progressista (Frente Popular do Acre: formada por partidos como PT, PC do B, PSB, PMN, PL etc.), teve-se a implantação de um projeto de governo, pautado em princípios das propostas de “desenvolvimento sustentável”, herdeira das bases previstas no Relatório Our Future Commom⁶. Assim, sob apoio e acompanhamento do Ministério do Meio Ambiente do Brasil e organizações internacionais⁷, executou-se o Zoneamento Ecológico-Econômico do

⁶ - Quero ressaltar isto, pois é preciso desfazer o “mito” de que estas propostas provêm dos movimentos sociais dos trabalhadores na busca de um projeto de “desenvolvimento alternativo” para a região. Esses encontram espaço e apoio, ou seja, algumas ressonâncias nessas “novas propostas”, o que não era possível anteriormente. Isso significou avanços, mas estamos adentrando num projeto de desenvolvimento vindo de fora, ou melhor, propostos pelas grandes potências mundiais, que submete inclusive as forças de seguimentos progressistas locais na sua execução. Então se difunde a ideologia de que sabem “o que é bom para os países e povos empobrecidos”, mas não praticam nada que interfiram em seus interesses econômicos.

⁷ - Referimos a órgãos como o GTZ – Agência Alemã de Cooperação Técnica; o PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; a WWF – World Wildlife Fund; KFW – Kreditanstalt Wiederaufbau/Banco Alemão; o MMA – Ministério do Meio Ambiente do Brasil etc.

Acre – o ZEE/AC. Daí se produziu um documento final capaz de promover as orientações necessárias para a aplicação “mais eficientes das políticas governamentais” (ACRE, 2000).

Este documento explicita uma concepção de “regionalização sob bases conceituais em “regiões naturais”, como estratégia para a delimitação territorial de ações com vista ao desenvolvimento do Estado – são as “regionais de desenvolvimento”. Sob o ponto de vista do “Governo do Estado”, esta divisão regional não partia dos pressupostos em que foram definidas as “microrregiões geográficas”. Suas bases conceituais retrocedem a compreensão positivista clássica, excluindo “o social” da construção e definição dos espaços regionais. Isto pode ser notado na seguinte afirmação: “a partir da rede hidrográfica [...], o Governo do Estado, em 1999, organizou o Estado em cinco Regiões de Desenvolvimento: Regional Baixo Acre, Alto Acre, Juruá, Purus e Tarauacá/Envira” (ACRE, 2000, p.41). Continuando, afirmam que, a “hidrografia foi determinante” perante aos traçados dos rios que dificultam a ligação entre os municípios; isso formariam “diferenças” que devem ser consideradas no “planejamento e execução da ação governamental” (ID. IBID.).

Na definição proposta pelo ZEE/AC (ACRE, 2000), as “regiões de desenvolvimento” são, então, porções territoriais que por suas condições físicas tem maiores afinidades do ponto de vista “geográfico”, quer dizer, natural (o que conceitualmente é deveras errôneo). Por isto são passíveis de tratamentos próprios com políticas definidas no projeto de “desenvolvimento sustentável” para o Acre. Aí se busca identificar potenciais naturais, como definidor de territórios para metas sociais e empresariais, numa perspectiva de viabilizar também a produção regional ao mercado, em diferentes escalas de abrangências.

Há claramente aí uma confusão na concepção de região. O mesmo documento explicita que as regionais de desenvolvimento “correspondem às microrregiões estabelecidas pelo IBGE”, mas seguem a distribuição das “bacias hidrográficas dos principais rios acreanos” (ACRE, 2000, p.11). Ora! Como já vimos os pressupostos deterministas ambientais, presentes na concepção de região natural, são muitos diferentes dos que nortearam a regionalização em regiões geográficas do IBGE, o que denota uma confusão teórica na conceituação de região. Por isto é equivocada, pois denominam “regiões de desenvolvimento”, mas as definem, na realidade expressa no Documento, como “regiões naturais”. Além desta “confusão”, sob ponto de vista teórico e científico essa concepção de regionalização expressa no ZEE/AC (ID. IBID) é um retrocesso com relação às bases já lançadas pelo IBGE. É insuficiente para captar as especificidades regionais, pois não rompeu com o traçado territorial das regiões feita pelo IBGE e retrocedeu a métodos de estudos regionais já superados.

Por outro lado, a ideia de “região de desenvolvimento” é avançada denotando uma apreensão dos processos sociais produtivos que produz o “desenvolvimento” do território. Isto não é captado por um elemento físico, mas pela compreensão dos processos sociais e econômicos em face às forças hegemônicas globais, que se reproduzem localizadas espacialmente, inclusive sobre bases físicas e naturais. Aí se reproduz em formas e processos combinados de desenvolvimento que é desigual e contraditório”, mas que se materializam territorializados em regiões concretas. Isto seria uma “região de desenvolvimento”; porém no ZEE/AC não foi assim considerada.

Ademais, não significa negar a importância das bases físicas de uma região, sobretudo, pois a rede hidrográfica e a floresta, em si são partes importantes no histórico processo de ocupação e formação político e territorial do Acre (e da Amazônia em geral). Vemos então que essa base natural, uma vez apropriada pelos processos sociais reprodutivos capitalistas (pois antes aí já viviam indígenas), no plano da configuração espacial, participa como “assoalho” sob o qual as relações sociais de produção constroem e redefinem territórios e regiões. Tal é a importância que, como já tratamos, a antiga “Microrregião Homogênea do Alto Purus” foi redefinida como “Mesorregião Geográfica Vale do Acre”. Porém, o conteúdo do Vale do Acre é preenchido pelo papel geoestratégico que teve esse Rio no processo produtivo da região acreana.

Outra situação que ainda salientamos, é a importância de planejar considerando as bases físicas, como o uso das fontes hídricas em que a água é também uma questão estratégica em qualquer processo de desenvolvimento regional implementado. Todavia, o queremos deixar claro é que isto por si só não define os territórios e as regiões, pois estes que são constructos sociais.

Ademais, no plano de regionalização, a adoção da definição territorial pelo ZEE/AC, em nível estadual, confirmava a validade dos elementos que anos antes, o IBGE definira as microrregiões geográficas acreanas. Todavia, o que se fez com as “regionais de desenvolvimento” foi tomar o conteúdo mais avançado que definia as regiões geográficas e deu-lhe uma “roupagem nova”. Porém está “roupagem” era de uma “moda já ultrapassada”, sob um discurso “moderno” difundido nas políticas neoliberais do “desenvolvimento sustentável”. Faltou a ousadia de avançar nos propósitos políticos que, partidariamente, seus mentores representam no Acre.

No âmbito científico a que nos referimos, a visão determinista, há décadas já é algo superada. Os equívocos teóricos, lamentavelmente, estão nítidos. Contudo, dado a riqueza

informativa do material, é lastimável saber que na equipe de elaboração do ZEE/AC, teve-se a presença de geógrafos, mas que não atentaram para estas questões (ou não quiseram atentar). Com estas ressalvas, podemos dizer que a regionalização do ZEE/AC tomou a divisão do Acre em “microrregiões geográficas”, atribuindo-lhes a denominação de “regiões de desenvolvimento”, mas com um conteúdo explícito de “regiões naturais”.

Todavia, para amenizar as críticas, estamos certo de que a referida regionalização deve ser vista como um aparato de execução política governamental e não como a apreensão de um processo geográfico que se territorializa e, cientificamente, é captado e elaborado.

Portanto, obedecendo aos mesmos limites territoriais, assim se apresenta a referida regionalização:

- “Microrregião Geográfica de Brasiléia” forma a “Regional Alto Acre”;
- “Microrregião Geográfica de Rio Branco” forma a “Regional Baixo Acre”;
- “Microrregião Geográfica de Sena Madureira” forma a “Regional do Purus”;
- “Microrregião Geográfica de Tarauacá” forma a “Regional Tarauacá/Envira”;
- “Microrregião Geográfica de Cruzeiro do Sul” forma a “Regional do Juruá”.

3. DISCUSSÃO

3.1. A possibilidade de novas (re) configurações regionais

Apesar dos equívocos teóricos na conceituação de “região”, a que retratamos, o conteúdo das “microrregiões geográficas”, territorialmente falando, esteve presente no conteúdo das “regionais de desenvolvimento” do Governo do Estado. Tomando por base as configurações territoriais das regiões geográficas e as transformações ocorridas nos processos reprodutivos que deram formas e vida ao território nestes vinte anos, como já vimos apontando, o conteúdo presente na configuração geográfica atual, já não é suficiente para refletir a realidade microrregional acreana. Pensar numa revisão na divisão microrregional, com base na dinâmica da geograficidade presente em processos reprodutivos recentes, é uma forma de revitalizar as regiões como entidade territorial apta a receber tratamentos específicos, conforme suas condições e processos próprios.

Com este propósito podemos apontar para a possibilidade de uma nova (re) configuração microrregional. Justifica-se considerando a maior eficácia de bases territoriais

para ações de políticas de desenvolvimento e maior coerência no processo de conceituação de região. Porém, deve ser gradativamente visto a partir de elementos que facilite enxergarmos os matizes processuais presentes que dão novas configurações ao território, no atual momento. Numa nova regionalização, firmaríamos as “regionais de desenvolvimento”, não como uma medida política do gestor sobre o território, mas como um aparato de investigação e conceituação geográfica, aplicado a redefinir a “região” territorialmente tanto para de gestão do território, como para outros fins⁸ (por exemplo, para fins didáticos).

Partindo destes pressupostos e considerando as informações que dispomos, duas configurações de “regionais”, estamos certo que já se definem. Estas são:

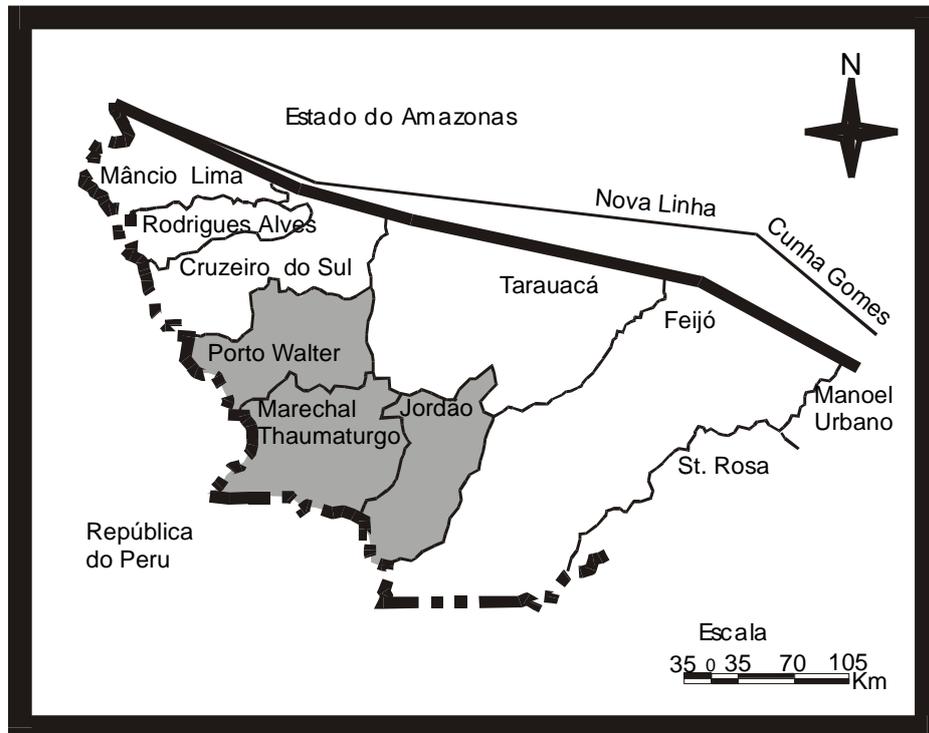
3.2. Regional Sul-Occidental

Referimos ao extremo oeste do Estado entre as microrregiões geográficas de Tarauacá e Cruzeiro do Sul. Aí, já em áreas fronteiriças, sobressaem os novos municípios de Jordão, Mal. Thaumaturgo e Porto Walter (Mapa 2). Perante aos processos produtivos atuais, com forte participação de populações seringueiros e indígenas), de grandes partes seus territórios serem tomados por unidades de conservação (Parque Nacional da Serra do Divisor e a RESEX Alto Juruá e Alto Tarauacá), de apresentar poucas áreas desmatadas, de não terem vias de terrestres de acessos etc, esses municípios formam uma região que necessita de tratamentos políticos próprios.

Em tese, estamos certo de que pela veracidade da situação, o território referido, caracteriza a possibilidade real de uma “nova microrregião”, ou melhor, uma nova “regional de desenvolvimento”. Para isto mais que o fato da “vizinhança”, deve ser considerado os processos que tangem suas produções sociais, econômicas, ambientais e socioculturais. Tais situações se combinam numa “identidade regional” que é heterogênea em si, mas que no plano do desenvolvimento, vai se deferindo gradativamente dos municípios do norte e leste. Cabe salientar que esta identificação preliminar que aqui estamos fazendo, deve ser base para estudos mais aprofundados com vista a criação dessa “regional de desenvolvimento”, sob outros pressupostos conceituais de região. Todavia, isso que apresentamos é uma problematização e não a regionalização em si.

⁸ - Nisto estaríamos agora (re) invertendo o processo, de regionalização anterior. As novas regionais de desenvolvimento poderiam ser bases para futuros processos de regionalizações, inclusive, em regiões geográficas de órgãos como o IBGE.

Figura 2 - A “Regional Sul-Occidental” na Mesorregião do Vale do Juruá (IBGE, 1996; ACRE, 2000. Reorganizado por Silvio Simione da Silva, 2003.



3.3. Regional Norte-Oriental (ou Ponta do Abunã)

Vimos que dentre as cinco microrregiões geográficas acreanas, a Microrregião de Rio Branco é a que comporta maiores diferenças internas. Isto demonstra que para a eficácia de uma regionalização em regionais de desenvolvimento, aí há uma necessidade urgente de rever as especificidades microrregionais. Os municípios mais orientais, nas duas últimas décadas do século XX, tiveram sua reprodução socioespacial como prolongamento dos processos produtivos no avanço da fronteira agropecuária ao longo da BR-364. Sobressaíram se assim Plácido de Castro, Acrelândia e Senador Guimard, além de várias localidades em que já se formam vilarejos, como a Vila Campinas as margens da referida Rodovia, com mais de cinco mil habitantes em “área urbana”.

Cabe ressaltar que, devido ao traçado territorial, a situação do município de Senador Guimard é a mais atípica. Sua área rural norte está inserida nos processos produtivos idênticos aos vizinhos municípios citados, inclusive, muito mais ligada a incipiente “vida urbana e comercial” da Vila Campinas. Porém, sua área urbana e território circunvizinho ao sul do

município, muito próximo de Rio Branco, gradativamente se insere no contexto produtivo do espaço da capital do estado. Um exemplo desta situação pode ser notado no trecho da estrada que liga as duas cidades, onde praticamente está tomado por chácaras de moradores urbanos, num longo e contínuo espaço semi-urbanizado já interligado (que aqui poderíamos falar de um espaço periurbano de Rio Branco).

Isso, ao nosso ver, já demonstra que plano interno há uma necessidade de repensar a configuração político-administrativa acreana em diferentes níveis e escalas territoriais. Entretanto, no momento, o que propomos é apontar situações e processos que nos permitam visualizar maiores identidades microrregionais, com novas possibilidades a serem estabelecidas, no tocante às “regionais de desenvolvimento”. Neste sentido, agora nos deteremos na faixa territorial que corresponde ao prolongamento da Ponta do Abunã (antiga área de litígio entre Acre e Rondônia, hoje território rondoniense) no Acre, ou seja, aos três referidos municípios.

3.4. Propósitos para a identificação da “Regional Norte-Oriental”

A identificação de uma região é produto da materialização dos processos sociais que lhe atribuem características próprias, a ser apreendida através de estudos. Para o poder público, identificada a região, visa-se ter nesta entidade territorial, dimensões espaciais mais propícias a tratamentos políticos próprios. Com esses propósitos vemos ser possível a identificação de uma nova regional no âmbito territorial da Microrregião Geográfica de Rio Branco. Referimo-nos aos municípios de Plácido de Castro, Acrelândia e Senador Guiomard, aos quais vamos identificar como “Regional Norte-Oriental” (mapa 3), tendo em vista que os elementos definidores foram processos geográficos e não apenas um fenômeno natural.

Por não se tratar de uma configuração do acaso, agora podemos apresentar situações e processos que nos ajudam a apreender a pertinência da questão. Todavia, ressaltamos que por si só, qualquer um dos pontos apresentados não explica a situação. Esta compreensão somente advém ao considerarmos no processo das imbricações que se têm no conjunto da produção do lugar em realidades heterogêneas que se combinam ou se conflitam em várias questões, como expomos a seguir:

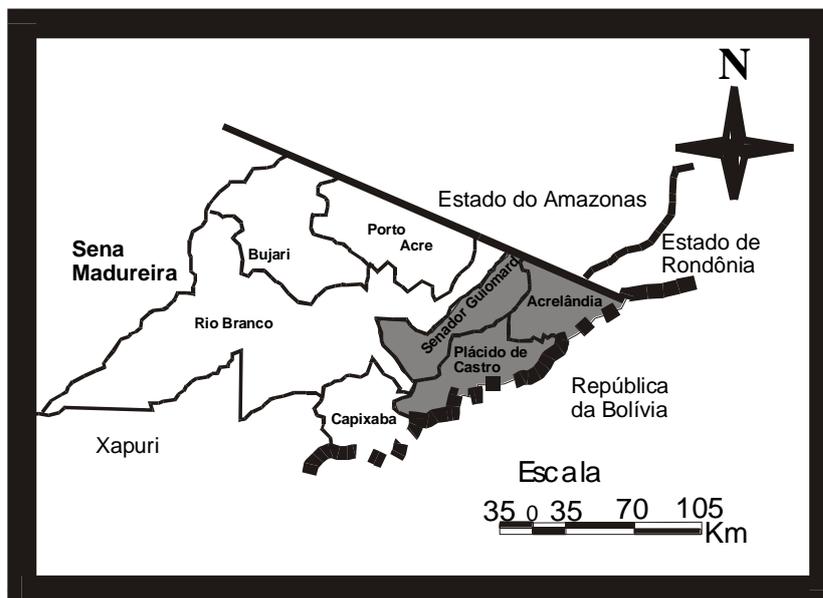
3.5. Do ponto de vista dos limites físicos

Sob o ponto de vista dos limites físicos, quase a totalidade territorial destes três municípios são drenados por rios da Bacia Hidrográfica do Madeira, no caso pela sub-bacia do Abunã. Neste plano, é essa a situação que mais individualiza essa área do território acreano. No que se refere as suas características geológicas e geomorfológicas não diferem de grande maioria das terras acreanas, apresentando-se em terrenos de Formação Terciária (Formação Solimões), com relevo em colinas, com solos poucos férteis, em que predominam os tipos latossolo amarelo e argissolo vermelho. Originariamente eram terrenos cobertos pelas florestas abertas com palmeiras e bambuzais, por onde estendia ricos castanhais. Todavia, com a maciça ocupação e desmate ocorrido, grandes partes dessas vegetações já foram removidas. Neste momento, vastas áreas já estão desmatadas e a interferência dos novos processos da reprodução antrópica continua modificando as características naturais (ACRE, 1991; 2000).

Na bucólica paisagem às margens das rodovias, vemos os imensos castanhais, em que árvores colossais, moribundas e desnudas nos campos abertos das pastagens recém-formadas, agonizantes esperam a morte. A degeneração começa com a esterilidade gradativa, em que o desmate quebra o ciclo reprodutivo do castanhal. O fogo da queima anual das pastagens abre “chagas” no caule que sustenta a frondosa árvore. A destruição integral ocorre com a insensibilidade de quem desmatou e das leis ambientais, destinando-a ao seu retorno natural como húmus ao solo que lhe sustentara, quando já não tivera perecido nas queimadas anuais, tornando simplesmente cinza sobre o solo desnudo e pisoteado por bois. Isto retrata a realidade dramática local dos recursos florestais.

Historicamente essas características físicas foram de grande importância. A floresta com seus recursos naturais foi base para a ocupação produtiva da área com os seringais na extração da borracha e da castanha. O Rio Abunã era via de chegada e saída de produtos e mercadorias para grande parte do Acre. Esta era via de circulação de mercadoria que vinham pelo Rio Madeira, seguindo depois pelo Abunã, até a vila de Plácido de Castro, de onde seguia por terra para a capital do então Território Federal do Acre. Com a chegada da Rodovia BR-364 a Rio Branco, no final da década de 1960, essa situação muda e o povoamento se desloca para o eixo rodoviário. A hidrovia do Abunã fica em desuso para tais finalidades, pois a circulação já se estabelecia por rede terrestre ligada ao Centro-Sul, via Porto Velho.

Figura 3 - A “Regional Norte-Oriental” na Microrregião de Rio Branco (IBGE, 1996; ACRE, 2000. Reorganizado por Silvio Simione da Silva, 2003)



3.6. Do ponto de vista histórico e social

A ocupação desta parte do Estado se deu com a formação de seringais no final do século XIX. As frentes produtivas e de povoamentos, a maioria provinda de Belém, Manaus e do Nordeste, chegavam via Rio Madeira-Abunã. Contudo, houve similaridade aos processos que ocorreram noutras partes da Amazônia-acreana (para quais as vias de circulação se davam pelos rios Purus e Juruá): a mobilidade de força-de-trabalho era composta por migrantes nordestinos, deslocados em face da implantação das empresas extrativas – os seringais (financiados pelo capital financeiro industrial estrangeiro).

Enquanto via de circulação, o Rio Madeira, pelo volume de água, apesar de apresentar cachoeiras em território rondoniense, é mais navegável de que seu vizinho Purus. Isto fez da rede Madeira-Abunã, via de circulação de mercadorias, também para abastecer cidades (como Rio Branco) que estava nas margens do Rio Acre (Bacia do rio Purus), como já tratamos anteriormente.

Já em princípios da década de 1970, com o avanço da fronteira agropecuária pela Amazônia atingindo as terras acreanas, novas frentes de ocupação se instalam na região. Fazendas de criação bovinas vão se fixando e vários projetos de colonização são implantados, tanto por órgãos federais como estaduais. Do ponto de vista social, a maioria dos migrantes agora provinham de correntes migratórias originárias do Centro-Sul do Brasil. Pode-se dizer

que era um prolongamento das correntes que se arrastaram ao longo da BR-364, ocupando, criando cidades e vilas por Rondônia e nos anos 1970/80 chegava ao Acre.

Como os tipos sociais de migrantes centro-sulistas eram trabalhadores camponeses e fazendeiros em atividades agrícolas e pastoris, apesar das características físicas do solo, estes territórios foram reocupados com finalidades agropecuárias. A partir de então, esses sujeitos sociais e econômicos têm sido responsáveis pela atividade econômica aí implantada. Travam-se uma relação de domínio sobre a terra “desflorestada” como fonte de produção, diferente do que ocorre em áreas florestais onde esta relação com a terra é intermediada pelo significado da floresta em pé. Daí serem essas áreas, sob ponto de vista do impacto ambiental local (sobre a floresta e seus moradores), as mais violentamente atingidas no Estado.

A expressividade dessas frentes se dá com a rápida transformação da paisagem rural, com a expansão da atividade agrícola e pastoril e com o crescimento das vilas e cidades existentes (Plácido de Castro e Senador Guiomard). Também ao se fixarem esses migrantes “plantam sementes de novas cidades” e, assim surgiu o município Acrelândia (em áreas de antigos projetos de colonização, as margens de rodovia estadual) e povoados como Vila Campinas (também em áreas de projeto de colonização as margens da BR-364). Neste contexto que das três cidades, Plácido de Castro e Senador Guiomard teve sua emancipação política de no período 1976/77 e Acrelândia no período de 1991/92.

3.7. Do ponto de vista econômico

Como já tratamos, na ocupação recente, a produção econômica dessa região está essencialmente ligada às atividades agrícolas, pecuárias e madeireiras. A atividade madeireira é explorada por empresas, às vezes sediada noutros municípios, em que predomina a extração predatórias de espécies de maiores valores comerciais. O trabalho com manejo madeireiro é incipiente, mas que já se faz presente com projetos comunitários. Há também atividades de extração a borracha, que fora revitalizado sob a influência dos efeitos do preço subsidiado da borracha.

O avanço da pecuária bovina de corte é notável, fazendo dessa atividade um empreendimento atrativo para empresários rurais, sobretudo pela disponibilidade de terra a ser tomada como propriedade privada, sobretudo, em áreas de antigos projetos de colonização. Também em meio a produtores camponeses, essa atividade avança tanto com a criação gado de corte como leiteiro; porém, muito mais com o caráter estratégico de sobrevivência pelo

trabalhador, numa economia de excedente, de que como princípio de capitalização. Todavia, isso já é o suficiente para que esses também absorvam tecnologias e formas de manejos mais adequados do rebanho. Tudo isso faz desta “regional”, uma das áreas mais expressivas na produção leiteira e de carne bovina no Estado.

Já a agricultura está sendo praticada, em especial por trabalhadores camponeses em propriedades de médios e pequenos portes. Entretanto, essa atividade tem se deparado com as inadequações às condições locais (como já referimos, às limitações dos solos, às condições climáticas, aos regimes pluviais etc.), a falta do desenvolvimento de tecnologias adequadas às condições de produção na Amazônia, a falta de incentivos creditícios e a tecnificação do produtor, as condições poucas atrativas do mercado local etc. Apesar destas dificuldades, essa é uma das “regiões do Estado” em que mais se produzem gêneros alimentícios de primeira necessidade como milho, arroz, feijão e o café.

Certamente, adequando-se o tipo de agricultura ou agrossilvicultura e considerando os pontos críticos levantados, esta região poderá se firmar como uma das principais áreas produtoras do Estado, com atividades produtivas não-florestais.

Temos, entretanto que admitir que essas atividades têm limitações ao seu avanço. Os índices de desmatamentos já não permitem a expansão extensiva das atividades agropecuárias e agrícolas. Para a agricultura, tem-se feito várias experiências com atividades em sistemas agroflorestais e com mecanização dos solos agrícolas. Para a pecuária, o que resta é a intensificação das práticas criatórias, senão quisermos pagar o preço por uma degradação ainda maior das áreas florestais. Além disso, a própria intensificação da pecuária e até da agricultura tem seu impacto, pois se trata de solos rasos, com fertilidades baixas, expostos a regimes pluviais bastantes intensos e passíveis a processos de compactações. Isto poderá conduzi-los gradativamente a esterilidade em com o tempo de uso. Contudo, diante dessas tentativas, talvez aí se comece a desenhar novas possibilidades para estas atividades na Amazônia, inclusive, corrigindo os danos com os impactos causados pelos acelerados desmatamentos que se teve inicialmente.

Portanto, sob o ponto de vista socioeconômico esta identidade regional se forma a medida que as demandas sociais de quem já vive, trabalha e produz na região dos três municípios, requer tratamentos específicos. Isto como já apresentamos, pode ser notado, na maior intensidade de transformação na paisagem natural, na opção agrícola e pecuarista e nos impactos socioambientais já consumados. Por tudo isto, aí, a implementação de políticas de desenvolvimentos terá que se pautar em preocupações socioambientais e nas próprias

expectativas dos produtores locais (trabalhadores camponeses e fazendeiros), já que as economias das vilas e cidades são tributárias majoritariamente dessas produções rurais.

No caso de Senador Guimard com sua especificidade urbana antes ressaltada, cabe-nos ainda uma consideração. Sob o ponto de vista produtivo e econômico rural, justifica-se sua maior e proximidades a realidade dos outros municípios que estamos referindo, numa nova regionalização em escala micro, de que com a capital, Rio Branco.

3.8. Do ponto de vista ambiental

No âmbito do ambiente rural, os impactos nas florestas, nos cursos d'água, no regime pluvial e no modo de vida do trabalhador têm sido deveras sentido. Sob o impacto do desmatamento, florestas foram destruídas com seus recursos madeiros parcialmente aproveitados. Muitos seringais de onde antes a população seringueira produzia também sua sobrevivência, com trabalhos extrativos, deram lugar a áreas agricultáveis e de formação de pastagens.

No período de estiagem, o regime dos rios foi alterado e cursos d'água menores, sazonalmente, podem secar. Consequentemente há uma alteração no nível hidrostático com o aprofundamento do lençol freático, a escassez de água potável também pode ser sentida pelos moradores. A água para criação de gado é prevenida a pelos açudes e “reservatórios” construídos para a captação nos períodos chuvosos. Esta variabilidade é sazonal na Amazônia, sendo que certos graus de oscilações são normais entre o “período chuvoso e de estiagem”. Porém, com o desmatamento deixando o solo desprovido de cobertura, sujeito a maior compactação natural ou pelo pisoteio do gado, ocorre uma ampliação dos efeitos de degradação ambiental atuando sob a composição pedológica e geomorfológica do lugar.

O ambiente do trabalhador tradicional foi deveras alterado, pois com a mudança na base produtiva, a vida na floresta foi inviabilizada. Esse impacto socioambiental teve como origem o domínio fundiário estabelecido, com a implantação de colonização e áreas de fazendas, em que se reforçavam os espaços de reprodução da propriedade fundiária privada. Isto significava uma mudança radical na territorialização do domínio e uso da terra dos antigos seringais, nos quais após a falência da empresa capitalista, o trabalhador extrativista fixou meios de vida próprios sob bases de sua unidade de produção na floresta – a colocação. A população seringueira reduzia-se na zona rural, migrando para as cidades sede dos municípios e para Rio Branco. Por consequência, do ponto de vista socioambiental, são nestes municípios acreanos

que a potencialidade para novas atividades extrativistas são mais delicadas, dado o percentual desmatamento alcançado.

Então, estamos diante de uma “regional de desenvolvimento” que carece de um planejamento específico no tratamento de questões a amenizar os problemas socioambientais. Contudo, neste processo, não se pode negar a tendência produtiva aos cultivos e criações bovinas, já consumadas em três décadas de avanços das forças recentes da frente pioneira agropecuária. Porém não se pode perder de vista as metas de incentivar a retomada de atividades florestais e agrossilvícolas, dado que para a primeira ainda há quase 50% do território em floresta e para a segunda, pode-se ter aí mecanismos fortes e viabilização socioeconômica e ambiental ao trabalhador familiar, em áreas já semi-degradadas.

3.9. Ponto de vista da gestão territorial

Esta identificação microrregional fixa bases para racionalizar ações que visem atingir tanto suas dimensões produtivas e como também sociais em escala territorial menor. Assim, ao tratar das questões ambientais, se por um lado, quase cinquenta por cento dos territórios já estão desmatados, por outro, ainda há um percentual quase idêntico a ser considerado como áreas de florestas. Portanto, ao gerir esse território a questão da “vocação para a agropecuária”, não pode ser uma máxima seguida   risca. Neste sentido, dois padrões produtivos, ainda que bastantes divergentes, têm que ser encarados como campos de possibilidades objetivas para estes municípios; são estes: as atividades agropecuárias e a reativa o mais intensa de atividades agroflorestais.

Essa “Regional Norte-Oriental” na bacia do Abunã, talvez seja o território mais propício a gerar alternativas na constru o de caminhos produtivos que concilie desenvolvimento humano, ambiental e econômico num projeto de firma o da atividade agropecuária perante a preserva o ambiental e a produ o agroflorestal. Este “campo de possibilidades” deve ser considerado num projeto que vise consumir o desenvolvimento do lugar, na amplitude da auto-sustentabilidade do local, respeitando a autonomia de quem   vive, produz e trabalha.

Ao nosso ver, isto vai muito  m do discurso do chamado “desenvolvimento sustentável”. Os tratamentos de questões socioambientais não terão que se adequar exclusivos aos limites naturais ou sociais, mas ao amplo conjunto das rela es que estabelecem na produ o dos territórios.   este processo que permite-nos ver a identidade regional que   já se

forja, diante das forças motoras que produzem tais dinâmicas e geram especificidades passíveis de tratamentos próprios.

Portanto, está “identidade regional” já tem base territorial socialmente produzida, apta a ações mais condizentes dos órgãos gestores na definição de políticas públicas locais. É este o intuito de defendermos a necessidade de rever as características territoriais, num novo processo de regionalização, em nível micro do espaço acreano. Esta “Microrregião” que aqui apresentamos como “Regional Norte-Oriental”, é a área que seguramente, temos mais elementos para afirmar que “sua identidade” distinta no contexto mais amplo da Microrregião Geográfica de Rio Branco (“Regional do Baixo-Acre”).

4. PARA FINALIZAR

Pensar na definição de região como entidade concreta de escalas espaciais diferenciadas, é ponto de partida para definirmos processos de desenvolvimentos também em escalas diferentes. Normalmente, na escala macro tem se priorizado a produção e circulação sobre a promoção do social. Somente na escala micro tem notado pequenas preocupações com o social.

Aqui propomos outro caminho. Ao compreendermos as formas de produção e atentarmos para questões localizadas que promovem o desenvolvimento do lugar, a região é vista como *locus* de forças econômicas, mas também de forças sociais. Aí são produzidas identidades sob processos diversos, nos quais se combina a heterogeneidade como expressão da “unidade na diversidade” contida territorialmente.

Nisto, o sujeito-habitante, com o intrínseco atributo de ser sujeito-produtor, como detentor da força-de-trabalho (processo social que produz espaços e forma os territórios), submetendo ou resistindo às forças do modo de produção vigente, territorializa-se e produz o lugar. Deste lugar se projetam bases que definem as especificidades regionais, pois a condição deste sujeito lhe insere no contexto da produção global, a partir de seu local de morada. Assim, a região sobressai com identificação de territórios em diferentes escalas, nos quais as forças produtoras geram diversidades, mas constroem processualmente unidades regionais. Por isto, a região é produto de um desenvolvimento desigual e combinado (forças contraditórias) que territorialmente se materializam em realidades concretas.

Com base nestas considerações, na realidade acreana, vemos que o conceito de “região de desenvolvimento” poderá significar avanços desde que rompemos com os equívocos teóricos que a definiram a partir de pressupostos de “regiões naturais”. Então, significa (re)

conceituarmos a região; e, ao fazer isto, muda-se o conteúdo definido. Ao mudá-lo, a necessidade de outra regionalização fica evidente.

Neste novo processo, as “regionais de desenvolvimento” passarão a serem definidas como constructos produzidos por forças sociais e econômicas, atuando sobre os lugares. Isto se dá a partir ações de agentes que promovem o desenvolvimento desigual e combinado no âmbito de inserção microrregional nos processos globais. É neste contexto que vemos sobressair especificidades de espaços regionais que requer tratamentos de políticas públicas condizentes com as realidades que aí se individualizam e se firmam.

Não se trata de defender a necessidade de uma política do “lugar” para o estado. O que estamos defendendo é que conhecendo e delimitando melhor o espaço administrado regionalmente, o órgão gestor poderá definir com maior coerência suas ações, conforme a realidade territorial na qual será aplicada.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACRE, Secretaria de Meio Ambiente do. **Atlas Geográfico Ambiental do Acre**. Rio Branco: IMAC, 1991. 47p.

ACRE, Governo do Estado. Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do estado do Acre: **Aspectos Socioeconômicos e ocupação territorial** – documento final. Rio Branco: SECTMA, 2000. v.II.

ACRE, Governo do Estado. **Guia para usos da terra acreana com sabedoria: Zoneamento Ecológico Econômico do Acre**. Rio Branco: SECTMA; Brasília: WWF-Brasil, 2001. 68p.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Geografia, Região e Desenvolvimento** (introdução ao “aménagement du territoire”). 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1971. 95p.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região: Globalização, pluralidade e persistência conceitual**. S.n.t. (mineo – Disc. Espaço, região e regionalização, Pós-Graduação em Geografia, FCT/UNESP, 1997).

_____. **Região e organização espacial**. 6.ed. São Paulo: Ática, 1998. 93p.

DUARTE, Aluísio Capdeville. Regionalização – considerações metodológicas. In: **Boletim de Geografia Teórica**. Rio Claro: Depto. de Geografia/UNESP, 1980. v.10. p.05-32.

FAISSOL, Esperidião. **Urbanização e regionalizações: relações com o desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975. 247p.

- FERREIRA, Fco. W. **Planejamento sim e não**. 14. ed. São Paulo: Paz e terra, 1979. 157p.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contagem da População de 1996 - Acre**. Rio de Janeiro: FBGE, 1997. 3p.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269p.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: HUCITEC, 1988. 124p.
- _____. **A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2002. 381p. (Coleção Milton Santos, 1).
- SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção de espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. 250p.



UÁQUIRI

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia

UÁQUIRI - PPGGEO, v. 1, n. 1, p. 70-78, ano 2019

Home page: <https://periodicos.ufac.br/revista/index.php/Uaquiri>



ISSN impresso: 1806-0218, ISSN online: XXXX - XXX

MANEJO INADEQUADO DO SOLO NO PROJETO DE COLONIZAÇÃO PEDRO PEIXOTO - ACRE

Elisandra Moreira De Lira^{1,2*}, Adailton De Sousa Galvão¹, José Alves Costa¹

¹Professor(a) da Universidade Federal do Acre, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Rio Branco, Acre, Brasil; ²Professora do Programa de Pós-graduação em Geografia, Rio Branco, Acre, Brasil.

*elisandrageo@yahoo.com.br

Publicado em 2004, n.2, p.71-79. Republicado em dezembro de 2019

DOI:

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo abordar os principais tipos de erosões físicas no solo, ocasionadas por um modelo de ocupação considerado inadequado para a região amazônica. Neste, elucidaremos os impactos ambientais negativos sobre o solo, evidenciados no Projeto de Colonização Pedro Peixoto, localizado na Microrregião de Rio Branco-AC

Palavras-chave: reorganização do espaço; manejo inadequado do solo; erosão.

IMPROPER SOIL MANAGEMENT IN PEDRO PEIXOTO COLONIZATION PROJECT - ACRE

ABSTRACT

This paper aims to address the main types of physical erosion in the soil, caused by an occupation model considered inappropriate for the Amazon region. In this, we will elucidate the negative environmental impacts on the soil, evidenced in the Pedro Peixoto Colonization Project, located in the Rio Branco Microregion-AC.

Keywords: space reorganization; improper soil management; erosion.

GESTIÓN INADECUADA DEL SUELO EN EL PROYECTO DE COLONIZACIÓN PEDRO PEIXOTO - ACRE

RESUMEN

Este documento tiene como objetivo abordar los principales tipos de erosión física en el suelo, causada por un modelo de ocupación considerado inapropiado para la región amazónica. En esto, aclararemos los impactos ambientales negativos en el suelo, evidenciados en el Proyecto de Colonización Pedro Peixoto, ubicado en la Microrregión de Río Branco-AC.

Palabras clave: reorganización del espacio; manejo inadecuado del suelo; erosión

1. PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA ÁREA

O processo de ocupação da microrregião de Rio Branco acompanhou os interesses do avanço do capitalismo na região. A partir da década de 1970, o governo militar promove medidas e desenvolve ações, objetivando a diversificação das atividades econômicas, baseado em incentivos fiscais e financeiros para investidores privados, além da criação de alguns órgãos que atendessem os interesses e necessidades do capital especulativo de então. A Amazônia começa a ser trabalhada através de atividades madeireiras, agropecuárias e mesmo industrial, de modo que a real intenção de incentivo a ocupação do espaço, tomou -se um modelo meramente especulativo de aquisição de terras.

Levando-se em conta o modelo de ocupação e reorganização do espaço nessa região, pode-se constatar inúmeras evidências de um modelo considerado inadequado para se ter um desenvolvimento sustentado da área. A atividade da pecuária desenvolvida na Microrregião de Rio Branco sendo do tipo extensiva, na qual a terra é trabalhada através de técnicas rudimentares (desmatamento e queima), ocasionou e ainda vem ocasionando verdadeiros impactos ambientais nos ecossistemas acreanos.

Os projetos de colonização criados pelo INCRA, não apresentaram características diferentes, até hoje a principal atividade desenvolvida ainda é a pecuária, sem contar com a técnicas utilizadas, que na sua maioria são tradicionais e trazem prejuízos para os ecossistemas locais.

Com base nos dados obtidos durante o período de estudo, no projeto de colonização Pedro Peixoto, constatou-se um crescente processo de remodelagem da paisagem de acordo com os impactos ambientais verificados in loco, impulsionados pela ação antrópica, através das atividades econômicas desenvolvidas.

Atualmente, os debates sobre conservação e preservação ambiental assumem uma nova roupagem já em evidência. O termo sustentabilidade levou ao surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável. De acordo com Kitarnura (1994), Ignacy Sachs, merece destaque nessa corrida a favor de um ambiente sustentado. Sua proposta ficou conhecida por ecodesenvolvimento, embasado na ideia de um desenvolvimento em harmonia com a ecologia. Além disso, seria necessário a valorização da diversidade biológica e cultural, a tomada de decisões locais e autônomas, o acesso mais equitativo aos recursos naturais e urna burocracia estatal descentralizada.

Diferente das outras áreas mundiais a região amazônica tem um valor especial, os olhares internacionais estão voltados para as suas funções ambientais, principalmente no que concerne a sua biodiversidade, sua parcela no problema do efeito estufa e a sua função de reguladora do clima. As interpretações sobre o meio ambiente amazônico infelizmente, na sua maioria não atendem e/ou pouco valorizam os interesses locais, principalmente aqueles relacionados a própria subsistência das pessoas.

2. IMPACTOS AMBIENTAIS NEGATIVOS

2.1. Consequências sobre os solos

Segundo Pinheiro e Monteiro (1992), a floresta Amazônica é considerada uma comunidade clímax, na qual se mantém em equilíbrio dinâmico em um solo cuja constituição mineral de um modo geral é pobre, arenoso e ácido. Neste sentido, a exuberância da vegetação está relacionada ao ciclo fechado de nutrientes que ocorre pela rápida ação dos microrganismos do solo favorecidos pelas altas temperaturas e umidade.

Vale lembrar que a região revela um alto índice pluviométrico com solos profundos e arenosos, isso quer dizer que, se a vegetação for retirada teremos aí grandes impactos ambientais, principalmente sobre o solo.

Sobre o desmatamento na Microrregião de Rio Branco, Galvão (1997, p. 16) contribui, dizendo:

Com o desmatamento desenfreado, as áreas de pastagem, pecuária e de agricultura, passaram a sofrer processos erosivos, decorrentes dos altos índices pluviométricos na região, o tipo de constituição do solo, a falta de manejo adequado para as áreas de pastagens e pecuária. Esses processos erosivos são principalmente do tipo erosão em lençol, ravinamento e sulcamento, chegando até o voçorocamento.

É importante ressaltar que a constituição dos solos da região acompanhada pelo uso inadequado, sem levar em consideração suas características, são de grande relevância para o agravamento dos impactos sobre os mesmos.

A região acreana possui na sua maioria solos de origem distrófica. Segundo o Zoneamento Econômico/Ecológico do Estado do Acre, os Argissolos constituem 64% do

território. Os Gleissolos ocorrem em 7,4% do Estado, estes apresentam um potencial para cultivo nas áreas de influência de rios e igarapés.

O projeto de Colonização Pedro Peixoto está constituído em grande parte por solos do tipo Argissolo distrófico. Estes têm como característica marcante o horizonte B textural e a baixa atividade de argila, muitos deles com alta saturação por alumínio. Assim, devido tais características essa região não apresenta alta aptidão Agroflorestal, segundo o ZEE. De acordo com dados do Zoneamento Ecológico/Econômico (2000), a maior parte da microrregião de Rio Branco, segundo as possibilidades de uso do solo, pertence ao grupo que apresenta aptidão para culturas perenes, espécies frutíferas e florestais em monocultivos.

Dentre os principais impactos observados na área de estudo, resultantes da forma de manejo utilizada, pode-se destacar a crescente destruição da floresta primária ainda com técnicas rudimentares - derrubada acompanhada de queima - para a implantação de atividades agropecuárias.

Sabemos que a vegetação original se constitui em uma camada física protetora, impedindo a ação direta das chuvas e das intempéries do tempo de forma geral. Sem essa barreira protetora os solos estarão dispostos à ação erosiva e ainda a perdas de nutrientes (lixiviação).

Figura 4 - - Importância da Vegetação na proteção do solo

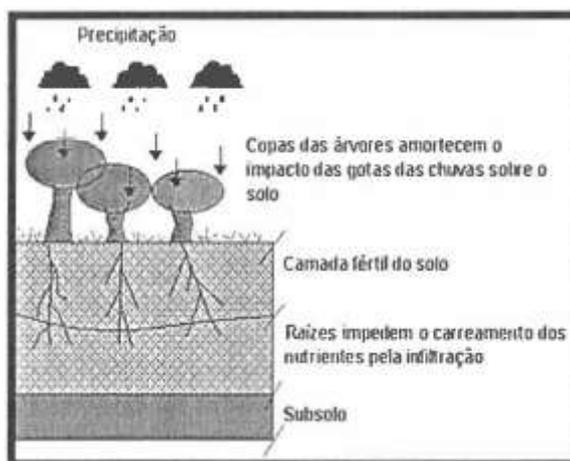
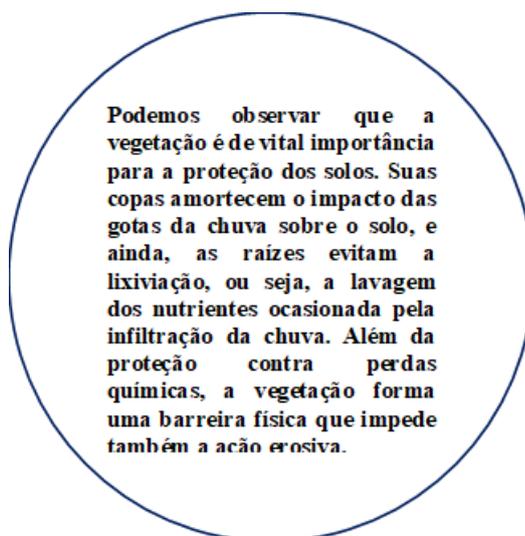
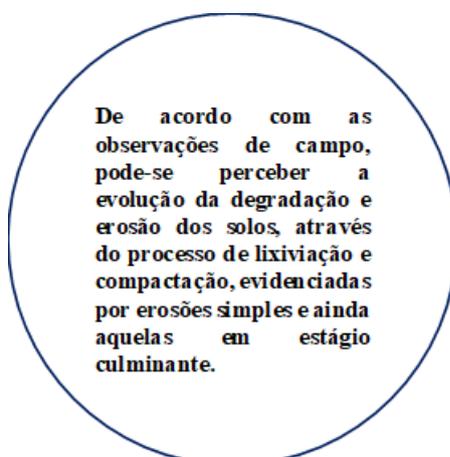


Figura 5 - Fluxograma (Desenho: Elisandra Moreira de Lira, 2002)



Vale lembrar que, além dos benefícios acima referendados, a vegetação também é responsável pela determinação do regime pluviométrico e ainda contribui como regulador térmico. Cerca de 50% das precipitações ocorrentes na Floresta Amazônica são oriundas do processo de evapotranspiração.

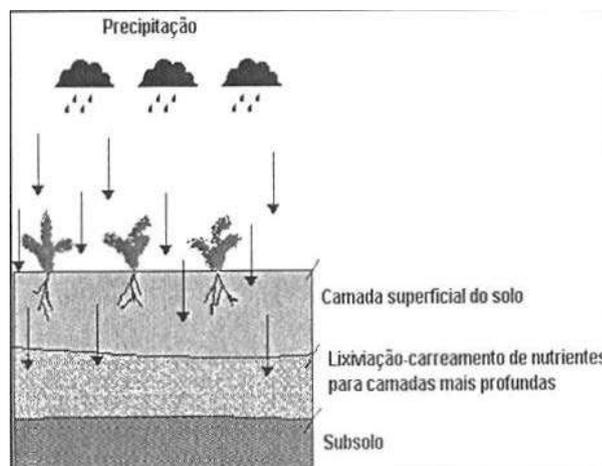
Figura 6 - Fluxograma (Desenho: Elisandra Moreira de Lira, 2002)



De um modo geral áreas com solos desnudos, com lavouras ou pastagens sofrem a ação direta das intempéries do tempo. Neste ambiente, as chuvas provocam escoamento superficial intenso e percolação com lixiviação, já que não tem mais a vegetação para proteger solo e impulsionar o processo de infiltração. Além disso, concorre para o processo de compactação e

erosão, prejudicando o desenvolvimento de qualquer atividade sobre o solo, principalmente a agricultura.

Figura 7 - Processo de lixiviação do solo (Elisandra Moreira de Lira, 2002)



2.2. Tipos mais perceptíveis de erosão na área de estudo

a) Erosão Laminar

Também conhecida como erosão em lençóis, se dá pelo escoamento superficial de forma dispersa. Sem canais definidos, a água da chuva cobre a superfície do solo, sem grande profundidade. Esse tipo de erosão irá acontecer quando a capacidade de armazenamento de água no solo for saturada, contribuindo para o posterior processo de escoamento.

Na região amazônica esse tipo de erosão tornou-se comum, haja visto, o alto índice pluviométrico que por sua vez, irá determinar o grau de erosão. De acordo com Guerra (1994), quanto maior a turbulência do fluxo de água, maior a capacidade erosiva gerada por esse fluxo.

b) Erosão em ravinas

Esse processo se inicia quando a água provoca uma incisão sobre o solo, formando canais contínuos, estreitos e de pouca profundidade. O estágio de erosão mencionado, está diretamente relacionado com o aumento da velocidade do fluxo de água em combinação com formas de relevo que apresentam determinado grau de inclinação.

Figura 8 - Ravinamento no Projeto Pedro Peixoto (Pesquisa de campo, 2002)



Para Guerra (1994. p. 181-189): “O desmatamento e o uso agrícola da terra podem acelerar os processos de formação de ravinas, em especial onde chuvas concentradas ocorrem em períodos em que os solos estão desprotegidos de cobertura vegetal [...]”

c) Erosão em voçorocas e ainda disposição de piping

As voçorocas são estágios culminantes do processo erosivo do solo. É resultado do alargamento das ravinas, sendo consequente do escoamento superficial e subsuperficial. Diferente das ravinas, que muitas vezes são consideradas características efêmeras nas encostas e que podem ser corrigidas, o voçorocamento é considerado um estágio irreversível, apresentando uma real incapacidade de reversão por máquinas agrícolas.

Figura 9 - Erosão em voçoroca – Projeto de Colonização Pedro Peixoto



Figura 10 - Erosão em forma de piping – Pc Pedro Peixoto



Além dos processos mencionados que dão origem às voçorocas, segundo Guerra (1994), algumas voçorocas se originam pelo escoamento subsuperficial. A água é transportada em forma de piping, dutos abertos em subsuperfície, com diâmetros que variam de poucos centímetros até vários metros. A erosão em forma de piping são responsáveis pelo carreamento de grande quantidade de material, em subsuperfície, aumentando o diâmetro dos dutos a medida que tais materiais vão sendo transportados, dessa forma, podendo ter como consequência o colapso do material situado acima, concorrendo para uma possível voçoroca.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as observações in loco, constatou-se que o uso inadequado da terra através das implantações de pastagens, agricultura e pecuária extensiva estão gradualmente destruindo os recursos naturais existentes, além, de proporcionar nova modelagem a paisagem pré-existente.

Assim, o uso e/ou manejo dos solos de forma insustentável, principalmente em condições de agricultura tropical tem levado estes a uma significativa perda de fertilidade. Dessa forma, práticas conservacionistas devem ser empregadas no sentido de amenizar os impactos ambientais sofridos em tais áreas, no caso dos solos, são várias as práticas que possibilitam diminuir a perda de nutrientes: adequação da cultura ao tipo de solo, controle do uso do fogo, rotação de culturas (sistema de pousio da terra), consorciação de culturas, dentre outras.

Por fim, a reprodução do espaço amazônico aos moldes da atividade agropecuária, impulsionada pelo forte poder do capital, provocou fortes mudanças ambientais que se manifestam de forma acelerada das mais diversas formas. Constatou-se vários impactos no Projeto de Colonização Pedro Peixoto, especialmente no que concerne ao uso do solo, possibilitando o impedimento de qualquer outra atividade voltada para uso da terra, em especial a agricultura. Dessa forma, fica claro a real necessidade da introdução de práticas conservacionistas, afim de que amenizem as agressões ambientais já em evidência.

4. REFERÊNCIAS

ACRE, Governo do Estado do Acre. Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre. **Zoneamento ecológico-econômico: aspectos socioeconômicos e ocupação territorial** - V.2, documento final. Rio Branco: SECTMA, 2000.

CASSETI, Valter. Ambiente e apropriação do relevo. São Paulo: Contexto, 1991.

GALVÃO, Adailton de Sousa. **Evolução dos Impactos Ambientais causados pela Agropecuária na Microrregião de Rio Branco - Acre**. 1997. 241 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Ciências Geográficas do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

GUERRA, Antônio José Teixeira e CUNHA, Sandra Baptista da. **Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994

KITAMURA, Paulo Choji. **A Amazônia e o Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: EMBRAPA -SPI, 1994.

PINHEIRO, Antonio Carlos da F. Bragança Pinheiro e MONTEIRO, Ana Lúcia da F. B. P. André. **Ciências do Ambiente: ecologia, poluição e impacto ambiental**. São Paulo: Makron, 1992.



UÁQUIRI

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia

UÁQUIRI - PPGGEO, v. 1, n. 1, p. 79-87, ano 2019

Home page: <https://periodicos.ufac.br/revista/index.php/Uaquiri>



ISSN impresso: 1806-0218, ISSN online: XXXX - XXX

DESNÍVEIS REGIONAIS NA ERA GLOBAL

Waldemir Lima dos Santos^{1,2*}

¹Professor da Universidade Federal do Acre, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Rio Branco, Acre, Brasil;

²Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia, Rio Branco, Acre, Brasil. *waldemir_geo@yahoo.com

Publicado em 2005-2006, v.1, n.5-6, p. 166-181. Republicado em dezembro de 2019

DOI:

RESUMO

O presente artigo traz à discussão uma temática real e atual das relações regionais – a globalização e seu papel excludente, gerando desníveis regionais na atualidade. Tem como objetivo principal despertar a sociedade para o que de fato propõe a ideia “global”, seguido de algumas considerações que fundamentam o papel alojador e produtor de desigualdades sociais e desníveis de desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Globalização. Desigualdades regionais. Exclusão sócio econômica.

REGIONAL GAPS IN THE GLOBAL AGE

ABSTRACT

This article discusses a real and current theme of regional relations - globalization and its exclusionary role, generating regional gaps today. Its main objective is to awaken society to what the “global” idea actually proposes, followed by some considerations that underlie the host and producer role of social inequalities and unevenness of regional development.

Keywords: Globalization. Regional Inequalities. Socioeconomic Exclusion.

BRECHAS REGIONALES EN LA ERA GLOBAL

RESUMEN

Este artículo analiza un tema real y actual de las relaciones regionales: la globalización y su papel de exclusión, generando brechas regionales en la actualidad. Su objetivo principal es despertar a la sociedad a lo que realmente propone la idea "global", seguida de algunas consideraciones que subyacen en el papel de anfitrión y productor de las desigualdades sociales y las desigualdades del desarrollo regional.

Palabras clave: Globalización. Desigualdades regionales. Exclusión socioeconómica.

1. INTRODUÇÃO

A união de mercados é marca do atual modelo de crescimento econômico observado em nível mundial. A sobreposição das fronteiras físicas já não mais corresponde a ideologias tais como invasão de territórios ou grave ameaça à soberania nacional. A globalização já não é mesma neste início de século e partimos para uma “hiperglobalização” que fomenta não só o fim da Geografia, como previu o geógrafo econômico Benko (2001), sem seu trabalho sobre a recomposição dos espaços, relacionando-se a união das territorialidades e, portanto, dos territórios, mas também a uma acentuada diferença socioeconômica entre as diversas regiões. Considerando esta tendência, analisaremos do ponto de vista dialético, como o Brasil está inserido nesta nova tônica mundial.

2. DESENVOLVIMENTO TEÓRICO

O fenômeno econômico denominado “Globalização” que desde outrora se apresenta a nível mundial, trouxe consigo, além da proposta de união dos mercados, o problema da exclusão social de parcela considerável da população, generalizando-se como sendo este o ápice dos desníveis regionais.

Partindo-se do pressuposto de que há crescimento e posterior desenvolvimento regional, não podemos escapar às análises das influências deste crescimento que, por sua vez, é econômico, pois este vem provocar um movimento de fluxos de mercadorias, de informações e, conseqüentemente, de população, diferenciados. Portanto, os modos de organização do espaço correspondem as diferentes etapas do crescimento econômico.

Os desníveis regionais sobre os quais iremos abordar estão relacionados com a falta de atenção por parte de setores que promovem investimentos para áreas diversas, sendo que na falta destes submergem as regiões que se sujeitam aos atrasados meios de produção e sem perspectivas de desenvolvimento local, ocasião em que recebem vários adjetivos como sendo regiões “atrasadas”, “deprimidas”, “subdesenvolvidas”, “problemáticas”, etc. Essas áreas ou regiões (preferimos a segunda denominação por se tratar de relações) são avaliadas de acordo com o seu nível de crescimento econômico que vem determinar, num processo posterior a esse crescimento, o chamado desenvolvimento.

Nesses espaços de “racionalidade econômica”, o mercado é torna-se tirânico e o Estado tende a ser impotente, deixando de ser regulador das leis econômicas e passando a ser dominado

por essas. Tudo é disposto para que os fluxos hegemônicos corram livremente, destruindo e subordinando os demais fluxos. Por isso, também, o Estado deve ser enfraquecido, para deixar campo livre (e desimpedido) à ação soberana do mercado, assim, o Estado deixa de exercer suas funções básicas que visem o bem-estar social (educação, saúde, segurança, etc.) para atender as demandas oriundas de um processo mercadológico excludente (Santos, 1994).

Dentro dessa perspectiva, abordada por vários autores, começamos a perceber que conceitos como: mercado livre, fluidez, competitividade e racionalidade fazem parte dos meandros que envolvem o processo de globalização. Na atualidade, tudo é global. Não nos preocupamos mais com as tendências locais e regionais. Buscamos construir um “mundo” uniforme e sem conflitos, como se ao longo do processo histórico as novas tendências não tivessem passado por conflitos e controvérsias.

Todo o conceito de unificação que permeia as relações globais permite-nos aludir ao conceito de Geografia das Desigualdades que, de acordo com Santos *et. al.* (1996), explica que há uma tentativa em mascarar conceitos que na realidade não ficam explícitos, havendo uma camuflagem do que é sabido: sempre haverá desníveis de crescimento/desenvolvimento entre regiões, dada a falta de um planejamento que vise atender as peculiaridades regionais.

O que de fato é global do ponto de vista social, econômico, cultural? Quais são os indicadores que teremos para classificar uma região como global?

No Brasil, ao tentarmos responder as essas indagações percebemos claramente que os Planos de Desenvolvimento ou de crescimento econômico ainda não encontraram uma direção exata, considerando-se serem Planos ditos “globais” e não regionais como seria o desejável.

A tentativa de aplicação de conceitos e atividades produtivas a espaços com diferentes formações históricas, políticas, sociais e culturais, como por exemplo, as regiões norte e sul brasileiras devem ser avaliadas por diferentes variáveis que, segundo Andrade (1987), conceituando região, essa é tida como uma porção definida e qualificada por certo número de caracteres comuns cuja especificidade depende da forma e da intensidade das relações tecnológicas entre o meio natural e os grupos humanos que a ocupam.

Para que seja reconhecida uma região como desenvolvida há que considerar alguns pontos para análise, que dizem respeito às variáveis socioeconômicas frequentemente utilizadas para o estudo, sejam elas:

- Renda per capita;
- Consumo per capita de energia elétrica;

- Expectativa de vida média;
- Taxa de mortalidade infantil;
- Número de habitantes por médico;
- Porcentagem da população alfabetizada com mais de 15 anos;
- Porcentagem de jovens matriculados nas escolas;
- Consumo de calorias per capita;
- Porcentagem de fécula no total calórico;
- Porcentagem de força de trabalho masculina na agricultura;
- Nível de urbanização; e
- Porcentagem da renda nacional proveniente da agricultura (Serra, 1991).

Estas variáveis irão permitir a compreensão do desenvolvimento como um processo que afeta não só o setor produtivo como um todo, mas também engloba considerações a respeito da distribuição de renda, das condições de alimentação, do nível educacional, do abastecimento alimentar, da distribuição espacial da população e da estrutura de produção. Diante da conclusão da análise poderá haver a distinção de regiões desenvolvidas ou não, bem como a presença de desequilíbrios regionais.

As diferenças regionais não são encontradas apenas nos países em desenvolvimento, presenciando-se casos de regiões atrasadas, mas também se destacam nos países desenvolvidos, problemas estes referentes a diferenças inter-regionais no plano social, econômico e político. Destacam-se os casos da Suécia e da Suíça, ambos são países desenvolvidos que, apesar de pequenos em extensão territorial, apresentam um elevado nível de renda per capita (um dos mais altos do mundo) e taxas de crescimento econômico dos mais satisfatórios e, mesmo assim, sofrem as tensões das desigualdades regionais.

A organização humana apresenta uma importância macro nesta questão, pois através dos tempos, o homem organiza o espaço de acordo com suas necessidades imediatas, utilizando-se dos instrumentos técnicos e culturais de que dispõe, fazendo com que a região em si se diversifique no tempo e no espaço, de acordo com o maior ou menor grau de desenvolvimento. O homem passa a ser a “mola-mestra” da modificação da paisagem em todos os sentidos, diferenciando-a e modificando-a, seja para o desenvolvimento ou não. Afinal, o ato de planejar é dual e traz em seu bojo competências para incluir ou excluir, desenvolver ou atrasar.

A tentativa de canalização de recursos para estas áreas “atrasadas” torna-se um problema político, pois há a confrontação da escassez de capital para investimento e o retorno que esses investimentos irão proporcionar, sendo mais rendosos nas áreas desenvolvidas. Isto se torna uma barreira que vem impedir que estas se desenvolvam ou igualem seus padrões de crescimento com as demais. Sobre isso, Rattner (1978, p. 04), estudando o planejamento e os desequilíbrios regionais diz que:

O fato de estas regiões, apesar de medidas e estratégias diferentes, continuarem sendo identificadas como atrasadas e como entidades distintas, diferenciadas da comunidade nacional, parecem demonstrar que os esforços para resolver seus problemas têm sido inadequados e nem sempre eficientes.

Assim, percebe-se que o que vem a contentar a população que habita nessas áreas é a premissa de que uma região para alcançar o processo de desenvolvimento primeiro terá de ser subdesenvolvida, tornando-se esta ressalva um problema cultural. Outro agravante é o de que estas regiões não são tratadas de forma igualitária em todo o território nacional no que diz respeito ao planejamento, e sim, são diferenciadas no volume de destinação de recursos, sendo estes insuficientes para manter os serviços básicos e necessários aos seus habitantes.

Neste caso, os investimentos de empresas estrangeiras não ocorrem de maneira contínua, doravante o não investimento onde não há infraestrutura local. Quando há investimentos, seja pela implantação de capitais e de mão-de-obra em escala mundial, a despeito das fronteiras políticas, estes ajudam de uma forma ou de outra a demolir as opiniões estabelecidas sobre regiões ricas e pobres na economia mundial, demonstrando mais claramente as desigualdades regionais, quando esta já é notória, apesar de alguns autores acharem que a integração de áreas mais desenvolvidas com as menos privilegiadas, em determinado estágio, haverá o desencadear do desenvolvimentos nestas.

A concentração de serviços e capitais aceleram o processo de disparidades, uma vez que deixa de ser assistida grande parte da região ou país envolvido. Esta centralização de atividades acaba por determinar uma concorrência entre as várias regiões que compõem um país, além de impedir que áreas que ficam no entorno deste centro (*hinterland*) obtenha crescimento/desenvolvimento, havendo uma canalização de recursos para as áreas mais desenvolvidas e prestadoras de serviços que envolvem, principalmente, alto nível técnico e tecnológico.

Nos países em vias de desenvolvimento, a configuração de sua hierarquia espacial é, geralmente, representada por uma área metropolitana altamente desenvolvida, que domina tanto economicamente quanto culturalmente as outras regiões do país. O Brasil insere-se neste contexto quando se avalia a posição econômica da região Sudeste frente às demais regiões do país. Assim, Rattner (1978, p. 14), assinala as principais características desse tipo de região:

[...] Essa região metropolitana detém, via de regra, uma alta proporção da população, dos bens de capital, de recursos humanos qualificados e dos meios de comunicação, o que lhe confere uma posição de controle e dominação das outras áreas, que se tornam dependentes [...]

Observa-se que essa dependência tende a agravar-se diante do processo de globalização, entendendo-se que quanto mais a economia configurar-se como um aglomerado de mercados organizados em blocos econômicos, maior será a convergência de funções centrais nas cidades, tornando-as centro polarizadores que centralizarão mais efetivamente as decisões, os serviços, as transações financeiras, etc.

O primeiro impacto que se observa diante desta centralização são as imigrações constantes das áreas menos desenvolvidas para os centros mais avançados, culminando com o afloramento de graves problemas urbanos onde o mercado de trabalho é, na maioria das vezes, insuficiente para absorver esta massa populacional.

Como resultado, disponibiliza-se mão-de-obra barata, desqualificada para as atividades citadinas, com salários submínimos, condições habitacionais de extrema pobreza (aumento da favelização) e, logicamente, níveis muito baixos de saúde e expectativa de vida. Estes são alguns efeitos consequentes deste processo de polarização ou centralização de atividades e serviços que tende a atrair uma população carente de assistência básica à sua sobrevivência nas cidades.

Acima, presencia-se o sentido figurante do “mundo globalizado”, que ao invés de unir tende a separar ainda mais as classes sociais. Porém, o movimento migratório não tende a ser apenas um fator negativo ao desenvolvimento regional, dependendo do momento de sua efetivação, conforme observa Santos (1989, p. 87):

[...] A própria ‘qualidade’ dos migrantes e o momento de sua chegada são fatores de crescimento ou, ao contrário, um freio. Se a chegada de imigrantes se dá num momento econômico oportuno, pode ser causa de crescimento econômico [...]

Diante disso, percebe-se que há o fator “qualidade” interferindo e relacionando-se com o decréscimo ou acréscimo do desenvolvimento regional, como podemos salientar o caso da região metropolitana de São Paulo, no Brasil, e Buenos Aires, na Argentina, no final do século XIX, onde a população migrante, no caso da primeira, era especializada em agricultura, principalmente na cultura do café, promovendo sua industrialização e, conseqüentemente, elevando o índice de urbanização.

Para Santos et.al. (1996) o processo de globalização tem buscado unificar e não unir. Esta ideia tenta ser hegemônica em detrimento das outras. Busca-se, neste contexto um padrão uniforme, esquecendo-se que as regiões são porções que possuem características diferentes e diversas vocações.

Falar em espaço mundial, internacionalização da economia, tempo mundial, metrópoles globais, parece-nos escamotear as relações do cotidiano, no qual o indivíduo perde a noção do seu espaço. Hoje, somos informatizados o bastante para compramos quase tudo pela rede mundial de computadores, pagamos as contas no caixa eletrônico e temos amigos virtuais. Neste mundo global, perde-se a noção do cotidiano das pessoas.

Somos apenas números, caixas postais etc. O cidadão perde a noção das relações cotidianas. Não conhecemos nossos vizinhos, o padeiro da esquina, o dono da mercearia. Estamos entrando nas relações virtuais. A globalização e a fragmentação dão-se no plano do indivíduo, tanto quanto no espaço. Na sociedade essa fragmentação dá-se através da dissolução de relações sociais que ligavam os homens entre si.

A globalização, juntamente com a revolução técnico-científica provoca, cada vez mais, os desníveis regionais, onde enfraquece as estruturas do Estado como gestor público e o direciona às leis do mercado. Não se tem uma prioridade definida pelo Estado com base nas necessidades de cada região, causando o que percebemos nitidamente nas relações comerciais das regiões brasileiras.

Ficam claros os desníveis de desenvolvimento entre as regiões brasileiras no momento em que os investimentos são direcionados para as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Então, podemos considerar, numa visão geográfica, as regiões Norte e Nordeste como regiões deprimidas? As especificidades regionais devem ser consideradas e o que é deprimido do ponto de vista financeiro pode ser desenvolvido do ponto de vista da biodiversidade, por exemplo.

Conceitos como o de tecnologia de ponta, cibernética, mundo virtual, frente as políticas governamentais preveem uma inclusão digital em pleno processo hiperglobalizante, onde o

cidadão terá acesso a bens e produtos mais rapidamente, sem sair de casa. No entanto, a exclusão existe, está presente e, com certeza, as benesses desse novo processo não abrangerão a todos. Vale ressaltar que, neste caso, milhares de cidadãos que passam fome no Polígono das Secas, na Ásia e na África ficarão a mercê do adágio “somente há ricos por que há pobres”. É esse o mundo global, a qual todos nós sonhamos estar incluídos.

E os excluídos da globalização? Muitas vezes essa discussão é escamoteada, porque dentro do que prevê o conceito global, vencem os mais abastados e informados. Invertem-se as teorias, agora de Darwin a Gates.

Esquecemos, neste contexto global, teorias tão estudadas que dizem respeito às culturas, as diversidades regionais e o respeito ao indivíduo como resultado de todo um processo histórico.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões acerca do que é global e do que é restrito, induz o mercado e as economias a destinos totalmente inversos do que realmente se deseja. No momento da união de mercados e a inserção de mercadorias nos diversos pontos do globo, diminui-se a participação da maioria da população que não tem acesso a esses produtos, culminando com desníveis entre regiões inteiras.

Desse modo, o comportamento contraditório do processo globalizante, ora de juntar e ora de excluir, acarreta uma direção de recursos financeiros e investimentos de capital em algumas regiões brasileiras, notadamente o Sul e Sudeste, divergindo o “global” para locais ditos “centros do poder econômico”.

As regiões Norte e Nordeste do Brasil detêm níveis baixos de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) em relação ao restante do País, exatamente por não dispor de uma cadeia produtiva ou parque industrial forte para aquecer a economia local e promover o bem-estar social, considerando-se que uma das variáveis para aferição do índice é a renda per capita, que podemos também considerar que não expressa a realidade por seu uma média aritmética.

A insuficiente circulação da moeda nessas regiões ocasiona uma forte dependência financeira, onde o termo “regiões atrasadas” ganha respaldo sendo motivo de esquecimento.

Uma estratégia para o desenvolvimento dessas regiões é impulsionar a indústria interna com fabricação/produção de alimentos e/ou utensílios que visem a exportação, gerando emprego e renda para as famílias mais pobres. Além da indústria, os investimentos na

agricultura também se fazem necessários, mantendo o homem do campo no campo, diminuindo sensivelmente as mazelas sociais das cidades. Procedendo-se assim, estaremos próximos do chamado “mundo global”.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRRADE, M.C.de. **Espaço, Polarização & Desenvolvimento**: uma introdução à economia regional. São Paulo: Atlas, 1987.

BENKO, G. A recomposição dos espaços. Interações: **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Campo Grande/MS. Vol. 1, nº 2, p. 7-12, Mar. 2001.

RATTNER, H. **Planejamento Urbano e Regional**. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (org.). **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1989.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SERRA, G. **Urbanização e Centralismo Autoritário**. São Paulo: Edusp, 1991.



HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO NO BRASIL E TRABALHADORES EXTRATIVISTAS NO ACRE: ALGUNS APONTAMENTOS

Lucilene Ferreira de Almeida ^{1,2*}

¹Professora da Universidade Federal do Acre, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Rio Branco, Acre, Brasil;

²Professora do Programa de Pós-graduação em Geografia, Rio Branco, Acre, Brasil. *lulucageo@gmail.com

Publicado em 2005, n.5-6, p.155-165. Republicado em dezembro de 2019

DOI:

RESUMO

Faço aqui alguns apontamentos sobre os trabalhadores extrativistas no Acre, procurando relacionar alguns momentos de suas trajetórias de luta, à história social do trabalho, tomando para esta discussão alguns autores que discutem militância e luta de classe e temporalidade e vida do trabalho.

Palavras-chave: História Social do Trabalho. Trabalhadores extrativistas. Acre.

SOCIAL HISTORY OF THE WORK IN BRAZIL AND WORKERS EXTRATIVISTAS IN THE ACRE: SOME NOTES

ABSTRACT

I make here some notes on the extractivists workers in the Acre, looking for to relate some moments of its trajectories of fight, to the social history of the work, taking for this quarrel some authors who argue militancy and fight of classroom and temporality and life of the work.

Keywords: Social history of the Work. Extractivists workers. Acre.

HISTORIA SOCIAL DEL TRABAJO EN BRASIL Y TRABAJADORES EXTRATIVISTAS EN EL ACRE: ALGUNAS NOTAS

RESUMEN

Tomo aquí algunas notas sobre los trabajadores extractivistas en el Acre, buscando relatar algunos momentos de sus trayectorias de lucha, con la historia social del trabajo, tomando para esta disputa algunos autores que argumentan la militancia y la lucha del aula y la temporalidad y la vida. del trabajo.

Palabras clave: Historia social del trabajo. Trabajadores extrativistas. Acre.

(...). A classe se delinea segundo o modo como homens e mulheres vivem suas relações de produção e segundo a experiências de suas situações determinadas, no interior do “conjunto de suas relações sociais”, com a cultura e as expectativas a eles transmitidas e com base no modo pelo qual se valeram dessas experiências em nível cultural. (...). (Silva, 2001:277)

1. INTRODUÇÃO

Produzi este texto a partir das aulas da disciplina História Social do Trabalho no Brasil, ministrada pela professora Eda Maria Góes, no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências e Tecnologia/Universidade Estadual Paulista – Unesp. A princípio pensei, como aquela disciplina poderia me ajudar com meu projeto de mestrado, que trata de questões ligadas à Geografia Política e à Geografia Histórica. Bem, pensei, e o que pensei foi o que expus no primeiro dia de aula. Aquela disciplina poderia me ajudar pois iria desenvolver meu projeto numa área que foi apropriada, em sua maioria, por trabalhadores expropriados de suas regiões de origem, regiões Sul e Sudeste, com excedente de mão-de-obra e de pessoas excluídas da posse de terra. Pessoas que passam a se apropriar de áreas às margens da rodovia BR-364 ao longo de Rondônia, até chegarem ao Acre. Vinham, portanto, em busca, principalmente de trabalho e terra. Talvez, esse movimento migratório faça parte de suas lutas enquanto trabalhadores expropriados do trabalho e da terra. A ligação que fiz, a priori, entre disciplina e projeto foi esta.

2. DESENVOLVIMENTO TEÓRICO

Ao longo da disciplina construí, desconstruí e reconstruí muitas coisas que foram sendo produzidas durante alguns poucos anos de estudo e pesquisa. Durante as discussões nem sempre foi possível reportar-me ao meu projeto de mestrado, à minha pesquisa, mas certamente consegui fazer muitas conexões com fatos ocorridos ou que ainda ocorrem no Acre e também na Amazônia, principalmente os relacionados com a classe de trabalhadores extrativistas e agricultores.

A disciplina História Social do Trabalho no Brasil, discute a história dos trabalhadores, como estes se organizaram e se organizam para conquista de seus objetivos de luta, enfim, discute o mundo do trabalho. Daí fazerem parte da disciplina os temas como movimentos

sociais, classe, consciência de classe, centralidade do trabalho, crise do trabalho e do movimento operário, entre outros.

Foi interessante viajar pela história do movimento operário inglês, pelo cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro, pelo movimento operário no Brasil, entre outros e os diversos acontecimentos que marcaram e contribuíram para impulsionar ou reprimir os movimentos sociais. Foi fascinante reportar-me aos trabalhadores na Amazônia a partir dessas discussões e compreender melhor, ou mesmo passar a ter um outro olhar sobre ou sob essas questões. Houve ao longo da disciplina algumas discussões que certamente impulsionam muitos debates e me fizeram refletir.

A partir da disciplina, tomo como base para fazer alguns apontamentos sobre os trabalhadores extrativistas no Acre, os textos de Sérgio Silva, algumas observações sobre classe e “falsa consciência” – neste são discutidos alguns conceitos centrais sobre a luta de classes, a militância no mundo do trabalho; de E. P. Thompson, *Costumes em comum: estudo sobre a cultura popular tradicional* – especificamente o capítulo 6, *Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial*. Aqui ele verticaliza a temporalidade do trabalho, a partir das mudanças na percepção do tempo, o tempo da natureza e o tempo do relógio, e como isso interfere na vida do trabalho; e pó fim, de Edgard De Decca, 1930: *o silêncio dos vencidos*.

Os grupos que se organizam por terem um interesse em comum, se caracterizam, principalmente pelas suas formas de luta, ou seja, modo como se manifestam para atingir um alvo, um objetivo. Aqui está intrínseco a realidade contraditória entre a dualidade forças produtivas e relações sociais, onde estão em jogo os interesses dos capitalistas e dos trabalhadores, dualidade está sempre presente nos movimentos de trabalhadores.

No texto sobre a peculiaridade dos ingleses, a partir de E. P. Thompson, algo chama atenção, “primeiro ocorre a luta, no meio desta é que se tem, se cria uma consciência de classe”. O texto reporta-se a luta de classes dos operários ingleses, vista como condição e não como resultado da industrialização. Com isso a luta de classes cria condições para transformações significativas no espaço.

Trazendo isso à minha realidade amazônica, passo a analisar, a partir de dois importantes momentos da fronteira acreana. Um primeiro, trata do momento em que a atividade extrativista da borracha passa a comandar a vida, não só econômica, mas cultural, social e política, marcado pela relação semiescrava nos seringais, onde as relações de trabalho baseavam-se num sistema de dependência, onde o Capital Internacional financiava as Casas Aviadoras, que financiava os seringalistas, que mantinham como força de trabalho, o

seringueiro. Thompson (1998), abordando sobre tempo e disciplina de trabalho, fez-me remeter a esse momento. Sendo que aqui, não se trata de uma percepção de tempo pré e pós criação do relógio. O seringueiro era impedido de desenvolver qualquer outra atividade que “ocupasse seu tempo”, que deveria ser totalmente dedicado a extração e produção da borracha, por dois motivos. Primeiro, uma maior utilização do tempo significativa maior produção, mesmo que não houvesse uma forma de controlar esse tempo. O seringalista fazia com que o seringueiro tivesse uma disciplina do tempo, a partir do discurso que sua maior produtividade o tiraria do endividamento com o patrão. Com isso, a maioria trabalhava mais de doze horas por dia para conseguir se libertar das dívidas. O seringueiro se orientava pelas tarefas, pelas atividades que desenvolvia e nisso, como afirma Thompson (1998:271).

[...] na comunidade em que a orientação pelas tarefas é comum parece haver pouca separação entre “o trabalho” e “a vida”. As relações sociais e o trabalho são misturados – o dia de trabalho se prolonga ou se contrai segundo a tarefa e não há grande senso de conflito entre o trabalho e “passar do dia”. Terceiro, aos homens acostumados com o trabalho marcado pelo relógio, essa atitude para com o trabalho parece perdulária e carente de urgência.

Um segundo motivo era que, qualquer produção feita em sua colocação o deixaria menos dependente das mercadorias vendidas pelo seringalista. Esse elo de dependência e endividamento do seringueiro começa a sofrer alterações quando, não coletivamente, os seringueiros passam a tentar ludibriar seus patrões tanto na produção de alimentos na colocação (trabalhando na agricultura), quanto na venda das pelas de borracha. Introduziam nestas, algo que as tornassem mais pesadas, aumentando seu peso e conseqüentemente, seu valor.

Nesse momento não se tem um movimento coletivo contra esse sistema, contra a exploração trabalhista, mas acredito que mesmo assim, a partir desse momento já comece a ser criado nos seringueiros uma consciência de classe, mesmo que nesse momento ainda não se organizem em expressivos grupos, mas há uma comunicação que os unem nessa luta. Não seria isso o início de uma militância, de uma luta?

A classe é vista como uma categoria histórica, que deriva de processos sociais através do tempo. Não representa na prática uma categoria estática. Não seria este momento o início de uma classe de trabalhadores?

Sobre isso diz Silva (2001:274):

[...], para mim, as pessoas se veem numa sociedade estruturada de certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real.

Acredito que os seringueiros, vivendo por meio de relações de produção, passam a ter uma consciência do antagonismo que essa relação vem reafirmar. A partir daí se inicia uma consciência de classe.

Os acontecimentos posteriores confirmam que o seringueiro se une, se agrupa para se defender do sistema de aviamento. Com as crises na economia gumífera, o seringueiro vai conseguindo autonomia enquanto posseiro e também produtor agrícola, já que os seringalistas semi abandonam seus seringais pela queda do valor da borracha do mercado internacional. Essa autonomia que não ocorre com a mesma intensidade em todos os seringais, não ocorre primordialmente por um movimento, por uma mobilização dos seringueiros, mas por questões de cunho econômico, porém representam, de um lado, uma quebra no sistema de aviamento, tornando muitos seringueiros posseiros das terras dos seringalistas, mas por outro lado, representava uma falência da atividade extrativista, motor da economia do estado.

Num segundo momento, mais expressivo quanto a organização coletiva, se dá a chegada da fronteira agropecuária acreana, marcada pela vinda de migrantes, principalmente do centro-sul do Brasil, atraídos, sobretudo pelos preços baixos das terras no estado. Através de propagandas e incentivos governamentais, a implantação de uma outra atividade que reativasse a economia acreana, no caso a pecuária, estava se iniciando. Vamos ter nesse momento, a maior expressão local de movimento social: os trabalhadores extrativistas. Seringueiros, que a princípio “lutaram” contra a dominação do seringalista, agora lutam contra a derrubada da floresta para a implantação de pasto. Tendo como principais articuladores desse processo, os grandes e médios fazendeiros.

Nesse momento há uma intensa articulação entre os seringueiros e o surgimento de movimentos organizados, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, existente na maioria dos municípios onde o conflito estava mais presente. Os seringueiros se tornam uma classe, onde suas lutas se articulam não mais contra um patrão, mas contra os que querem desestruturar

através dos desmatamentos e das queimadas, a floresta, que representa o meio de reprodução para os que nela vivem.

É aí que vamos ter constantes conflitos entre seringueiros e fazendeiros. Conflitos que tinham como campo de luta os espaços dos antigos seringais, agora com novos donos. Seringueiros se enfrentam agora com os fazendeiros e seus peões.

Essa luta também se dava nos encontros organizados nas cidades pelos sindicatos, para articularem como, onde e quando deveriam agir para impedirem a derrubada da floresta. Estes conflitos ficaram conhecidos na região como empates.

[...]. Na história, nenhuma formação de classe específica é mais autêntica ou mais real que outra. As classes se definem de acordo com o modo como tal formação acontece efetivamente (Silva, 2001:277).

Acredito então que temos nesse momento, a concretização de uma classe, tendo o início de sua formação ainda na fronteira extrativista.

A década de 1970 tem, portanto, uma importância quanto ao fortalecimento do movimento dos trabalhadores extrativistas no Acre. De Decca (1986), aponta o final da década de 1970, no Brasil, como a irrupção de movimentos operários e populares, que passam a emergir com autonomia, independentes do Estado. A afirmação de uma identidade leva esses movimentos a discutirem o trabalho e a vida. No Acre essa militância, que ganha força nesse período, busca também trazer para suas discussões interesses por novas conquistas, que se concretizam, como as Reservas Extrativistas (RESEX) e os Projetos de Assentamento Extrativistas. Sendo que, ainda há muito a se conquistar.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje considero que há uma identidade, que há uma classe de trabalhadores que continuam lutando por seus objetivos, mesmo que, como mostra a história, os lados antagônicos dessa relação e muitas formas de luta tenham se modificado ao longo dos tempos, ficando presente a todos que ainda prevalece a dominação das relações sociais sobre as forças produtivas, definindo assim, as relações capitalistas. Isso foi notável no operariado inglês e o é nos trabalhadores brasileiros, aqui representados pelos trabalhadores extrativistas acreanos.

4. REFERÊNCIAS

DE DECCA, **Edgard, 1930: o silêncio dos vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 31-38.

SILVA, Sérgio. **Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”**. In: NEGRO, L. e

SILVA, Sérgio (orgs). **E. P. Thompson: As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: **Edunicamp**, 2001, p. 269-281.

THOMPSON, E. P. **Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial**. In: ____. **Costumes em comum: estudo sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: **Companhia das Letras**, 1998, p. 267-304.



UÁQUIRI

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia

UÁQUIRI - PPGGEO, v. 1, n. 1, p. 95-104, ano 2019

Home page: <https://periodicos.ufac.br/revista/index.php/Uaquiri>



ISSN impresso: 1806-0218, ISSN online: XXXX - XXX

A ATIVIDADE DE MINERAÇÃO DE AREIA E IMPACTOS AMBIENTAIS NO RIO ACRE

Edilson Silva de Araújo, Francisco Elionardo Amâncio, Maria de Jesus Felipe, Waldemir Lima dos Santos^{1,2*}

¹Professor da Universidade Federal do Acre, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Rio Branco, Acre, Brasil;

²Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia, Rio Branco, Acre, Brasil.

*Waldemir_geo@yahoo.com.br

Publicado em 2007, v.1, n. 7-8, p. 159-170. Republicado em dezembro de 2019

DOI:

RESUMO

Este trabalho tem por finalidade mostrar como está sendo degradada às margens do Rio Acre, em razão das dragas que atuam em Rio Branco, bem como contribuir para tomadas de decisões dos gestores públicos ligados a questão ambiental, no sentido de empreender medidas que resultem na preservação das margens do referido manancial. A verificação *in loco* compreendeu a metodologia adotada para este trabalho, que foi desenvolvido a partir de expedições a campo, como parte das atividades práticas das disciplinas de Geomorfologia e Hidrografia, ambas do curso de Geografia da Universidade Federal do Acre. Posteriormente às expedições, analisou-se em gabinete as fotografias convencionais tomadas nas áreas em estudo. A partir das análises finais, restou comprovado a ocupação inadequada das margens do rio Acre, culminando com a fragmentação de sua mata ciliar, evolução de talude, em razão da má adequação da tubulação utilizada, bem como a compactação do solo com uso de máquinas pesadas, resultando no intenso processo erosivo das margens e aumentando, consideravelmente, a quantidade sedimentos em suspensão.

Palavras-chave: Exploração mineral. Impactos ambientais. Rio Acre.

THE ACTIVITY OF MINING OF SAND AND ENVIRONMENTAL IMPACTS IN RIVER ACRE

ABSTRACT

This work has for purpose to show as this being degraded to the edges of the River Acre, in reason of drags them that they act in Rio Branco, as well as contributing for taking of decisions of on public managers the ambient question, in the direction to undertake measured that results in the preservation of the edges of the flowing related one. The verification in lease understood the methodology adopted for this work, through the conventional photograph taking and posterior analysis of cabinet. From the final analyses, it remained proven the inadequate occupation of the edges of the river Acre, culminating with the spalling of its ciliar bush, slope evolution, in reason of the bad adequacy of the used tubing, as well as the compacting of the ground with use of weighed machines, resulting in the intense erosive process of the edges and increasing the amount sediments in suspension.

Keywords: Mineral exploration. Ambient impacts. River Acre.

ATIVIDADE DE MINERÍA DE ARENA E IMPACTOS AMBIENTAIS EN EL RÍO ACRE

RESUMEN

Este documento tiene como objetivo mostrar cómo se está degradando en las orillas del río Acre, debido a las dragas que operan en Río Branco, así como contribuir a la toma de decisiones de los administradores públicos relacionados con el tema ambiental, a fin de tomar medidas que den como resultado la preservación los márgenes de ese stock. La verificación *in situ* comprendió la metodología adoptada para este trabajo, que se desarrolló a partir de expediciones de campo, como parte de las actividades prácticas de las disciplinas de Geomorfología e Hidrografía, ambas del curso de Geografía de la Universidad Federal de Acre. Después de las expediciones, las fotografías convencionales tomadas en las áreas de estudio fueron analizadas en el gabinete. A partir de los análisis finales, se demostró la ocupación inadecuada de los márgenes del río Acre, que culminó con la fragmentación de su bosque ribereño, la evolución de la pendiente, debido a la insuficiencia de la tubería utilizada, así como la compactación del suelo con el uso de maquinaria pesada. resultando en el intenso proceso erosivo de los márgenes y aumentando considerablemente la cantidad de sedimento suspendido.

Palabras clave: exploración mineral. Impactos ambientales. Acre River.

1. INTRODUÇÃO

O Rio Acre, tem sido de vital importância para as comunidades que residem, não só na cidade de Rio Branco, mas também nos demais municípios que compõem as regionais do alto e baixo Acre, ora localizados às suas margens. Tal manancial é fundamentalmente indispensável, uma vez que além de favorecer ao abastecimento de água das cidades para fins diversos inclui também, dentre outros usos, a utilização como via de transporte tanto para pessoas, como para o escoamento da produção ribeirinha. Ademais, é utilizado para a pesca, contribuindo na obtenção de alimento; o uso do entorno de suas margens para o cultivo da lavoura branca; e pastagens para a criação de alguns poucos animais, para a subsistência.

No entanto, é preocupante a forma como vem se estabelecendo a ocupação humana nas margens desse rio, no que se refere principalmente à formação de bairros periféricos nas cidades acreanas, em especial em Rio Branco. Paralelamente outros fatores têm contribuído com uma gama de impactos ambientais de efeitos negativos de grandes proporções sobre o referido manancial em consequência do uso que se faz. Assim pode-se constatar que os fatores de degradação do rio Acre variam em suas origens, apresentando desde o lançamento de esgoto *in natura* no seu leito até servindo como depósito de lixo doméstico e industrial (pó- de- serra e restos de madeira de indústrias de beneficiamento de madeira – serrarias), passando pela construção de fossas negras em seus terraços e a edificação de moradias (tipo palafitas) em suas planícies de inundação.

Estes fatos geram graves problemas ambientais e sociais, especialmente durante o período chuvoso, quando o nível da água se eleva inundando áreas que são ocupadas por

ribeirinhos, tanto na zona rural, quanto na zona urbana, neste último ocasionando elevados prejuízos econômicos e sociais para as famílias.

A retirada do material sedimentado em seu leito - em sua maioria constituída de areia – é realizada, em muitos casos, de forma clandestina, sem amparo nos dispositivos ambientais, representando passivos ambientais que, entre outros danos ambientais, implicam no favorecimento do assoreamento do rio.

Por estas razões, a atividade da extração de areia do leito do rio Acre constitui a temática para a elaboração deste trabalho, quando foram observados os impactos ambientais oriundos dessa atividade econômica, de sua complexidade, uso tecnológico e ritmo de produção. A dinâmica desse tipo de atividade tem sido investigada por vários estudiosos e, nesse sentido, entendemos ser de fundamental importância proceder a uma continuidade de tais estudos, no sentido de uma análise que possa traduzir o ritmo e os efeitos decorrentes dessa atividade produtiva em especial no município de Rio Branco.

Deste modo, este artigo científico tem por objetivo abordar como vêm sendo utilizadas as margens do rio Acre no perímetro urbano de Rio Branco, levando em conta os riscos decorrentes do uso inadequado das margens em razão das atividades das dragas, além de tentar identificar os níveis de comprometimento das margens do rio Acre do ponto de vista estrutural e ambiental.

2. MATERIAIS E METODOS

A área de estudo compreende as áreas à montante do rio Acre, no trecho que abrange o sítio urbano de Rio Branco. Procedeu-se uma ida a campo para reconhecimento da área a ser pesquisada, onde foram diagnosticadas, ao longo do trajeto, as diversas agressões ao meio natural e as atividades de extração mineral (areia) no leito do rio Acre.

Após, realizou-se uma discussão entre a equipe no intuito de proceder a uma filtragem do que foi coletado no campo, notadamente quanto à análise das tomadas fotográficas.

O levantamento bibliográfico constituiu etapa pré e pós-campo, fundamentando-nos quanto aos objetivos a serem atingidos e as conclusões que nortearam a confecção do relatório final.

Esta fase da pesquisa foi de fundamental importância para o trabalho de campo, com visita as áreas de atuação de uma amostragem de três dragas, do universo de dezesseis

licenciadas pelo IMAC para esta atividade, que atuam na extração mineral de areia no leito do rio Acre, no perímetro urbano e suburbano de Rio Branco.

Com a visita as áreas verificaram-se e documentaram-se através de fotografias digitais os locais onde as dragas estão localizadas, que vão desde as áreas bastante povoadas de Rio Branco, como por exemplo, a rua campo novo no bairro Airton Senna, até as que estão localizadas em áreas mais afastadas da cidade a exemplo a que atua no bairro do Amapá a margem direita do rio Acre próximo à terceira ponte no município de Rio Branco.

3. ASPECTOS GEOAMBIENTAIS DA ÁREA DE ESTUDO

A geologia acreana é constituída de bacia sedimentar perfazendo uma área de 230.000 km² (ZEE 1ª fase vol.1 p. 17), formada por várias formações geológicas que vão desde o pré-cambriano até o último período do cenozoico.

Entretanto, o foco deste trabalho está direcionado para as formações Solimões e as formações holocênicas presentes na área de estudo, os sedimentos da formação Solimões, que datam do plioceno – pleistoceno, afloram ao longo dos rios, em recortes de estradas nos interflúvios. Na sua maior parte predomina rochas argilosas com concreções carbonáticas e gipsíferas (MAIA 2003).

Ainda de acordo com Maia (2003), a formação Solimões abrange mais de 80% do Estado do Acre, cobrindo quase toda região interfluvial, com exceção do extremo oeste do Estado.

Além da formação Solimões, temos também inserido neste estudo a formação mais recente, presente nas planícies e em parte dos terraços fluviais do rio Acre, trata-se das aluviões holocênicas, constituídos de sedimentos de rochas inconsolidados. Para Accorsi (2001), esta consequência é quase totalmente dominada pelos sedimentos resultantes da dinâmica fluvial que consolida a formação de depósito aluvionário constituídos por areias finas, silte e argilas.

No que concerne ao relevo da área de estudo, identificamos os terraços fluviais superiores oriundos principalmente da formação Solimões, apresentando formação mais resistente. No entanto, não há atividade mineradora nas margens que são constituídas por esses terraços, devido à topografia do relevo que dificulta a atividade extrativa.

Por outro lado, a atividade é desenvolvida principalmente nos terraços inferiores e com menor frequência nos intermediários. Todavia, o terraço inferior como já foi citado anteriormente são constituídos de materiais inconsolidados (areia, silte e argila), denominadas

de aluviões holocênicos que estão presentes também nas planícies de inundações do rio Acre. Esta é a formação geológica mais recente, comandada pela dinâmica natural do manancial em suas cheias e vazantes que ocorrem sazonalmente.

De acordo com Accorsi (2001), os solos predominantes nas planícies e terraços fluviais são gleissolos húmicos, gleissolos pouco húmicos e os neossolos flúvicos. Estes solos jovens e férteis oriundos da sedimentação de material aluvial são bastante aproveitados pelos ribeirinhos no cultivo da lavoura branca temporária.

O clima reinante na área de estudo se caracteriza como equatorial quente e úmido, com duas estações distintas, inverno e verão, apresentando um verão com altos índices pluviométricos ao contrário do inverno, sendo caracterizados como verão e inverno “amazônicos”.

Quanto à cobertura vegetal para Accorsi (2001), nesta área predomina a Floresta Ombrófila Aberta e Floresta Ombrófila Densa. Dentro destes dois grandes domínios, coexiste uma grande densidade de formações vegetais, determinado pela qualidade do solo, sendo verificado também áreas de matas de floresta com bambu, floresta aberta com palmeiras, e gramíneas arbustivas de praias.

4. A DINÂMICA FLUVIAL E A EXTRAÇÃO MINERAL DE AREIA.

O rio Acre é um sistema aberto e complexo e, por isso, o mesmo é analisado a partir de sua dinâmica natural, resultante do *feed back* referente a intensa troca de energia entre os demais elementos e fatores da natureza já explicitados acima. É possível, a partir desta análise, constatar algumas situações importantes que devem ser levadas ao conhecimento da comunidade científica, bem como da sociedade civil, considerando a importância do manancial em estudo.

Neste sentido, foi constatado o manejo inadequado da atividade de extração de areia, tanto no que se refere à forma utilizada, constituída da extração no leito do rio, bem como à degradação a partir do uso indiscriminado das margens.

O ritmo de exploração é, na maioria das vezes, intensivo, onde as dragas que usam o método de retirada de areia de forma irregular fazendo a sucção muito próxima da margem do rio, o que provoca um espaço mais profundo entre a margem e o talvegue, fato este que provoca, em razão da força gravitacional e a inconsolidação do material em contato, um intenso processo erosivo das margens (fig. 1).

Figura 11 - Draga operando junto à margem do rio Acre. Observa-se o descaso com as condições ambientais, através da operação inadequada que, posteriormente, ocasionará processos erosivos pela ação gravitacional.



Foto: Francisco Elionardo – março/2007

Segundo Accorsi (2001), outro problema ligado à má aplicação deste método de extração está no retorno da água que é retirada juntamente com areia à margem, o que provoca, também, erosão e, conseqüentemente, o desbarrancamento.

Paralelamente a esta, tem-se ainda o cancho (poço de decantação da polpa), localizado fora dos padrões permitidos pela legislação ambiental. De acordo com as normas ambientais, o topo do terraço teria que ter cerca de 20 metros de largura, e daí ser construído a caixa de decantação, fato este que não foi constatado durante o trabalho de campo, onde foram constatadas distâncias de até 4 metros do topo do terraço, conforme se observa na figura 2.

Como se observa, a forma inadequada na operação das dragas traz sérios prejuízos ao ambiente, que vão desde falta de fiscalização quanto a manter as distâncias dispostas em lei, até o abandono de material inorgânico (vasilhames) à cargo da autodepuração pela natureza, poluindo solo e água.

Figura 12 - Poços de decantação construído a aproximadamente 3m do talude e vasilhame de óleo combustível usado pelas dragas.



Foto: Francisco Elionardo – março/2007.

Algumas dragas se localizam em bairros bastante povoados operando inclusive em espaço bastante reduzido e com isso potencializando ainda mais os impactos ambientais negativos e diminuindo a qualidade de vida da população de entorno. A fragmentação da mata ciliar ou a sua total retirada, também constitui prática não observada pelo poder público no tocante a fiscalização. Ao longo das observações em campo, constatou-se esta prática, considerada como crime ambiental contra as Áreas de Preservação Permanente, legalmente protegidas pela legislação ambiental (Resolução CONAMA nº 303/2002) (fig. 3).

Figura 13 - Planície de inundação e mata ciliar degradada em razão da operação de equipamentos pesados (tratores e caminhões) na extração de areia.



Foto: Francisco Elionardo – março/2007.

Outros fatores de grande relevância a esse respeito, é a escavação do material inconsolidado na planície de inundação (aluviões holocênicos), principalmente para a construção dos poços de decantação, aliados ao intenso trânsito de máquinas pesadas – tratores e caminhões, impactando e compactando ainda mais o solo, levando-o ao processo erosivo em bloco. Cabe salientar que, isso ocorre numa proximidade reduzida, considerando a altura, inclinação, vegetação e os materiais constituintes dos terraços (fig. 4 –A e B).

Figura 14 - Poço de decantação construído as margens do rio Acre e utilização de máquinas pesadas no trato da areia extraída.



Foto: Francisco Elionardo – março/2007.

Amostragem de fotografias comprovando *in loco* o manejo inadequado das margens do Rio Acre, no município de Rio Branco – AC. Na figura “A”, demonstra-se um poço de decantação de areia extraída do rio Acre. Na figura “B”, visualiza-se o uso de máquinas pesadas, ocasionando a compactação do solo e posterior processo erosivo das margens do rio.

Em síntese, de acordo com as análises realizadas pelo grupo de pesquisa é factual que as margens do rio Acre, não estão sendo manejadas adequadamente do ponto de vista ambiental, social e economicamente, como requer a ideologia do desenvolvimento sustentável.

No que compete à legislação ambiental, quanto a atividade de extração mineral de areia no leito do rio Acre, de acordo com o CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente) através da Resolução nº 237 de 19 de dezembro de 1997, corroborada pela lei de crimes ambientais nº 9605/98, está se insere no universo das atividades consideradas efetivas ou de significativo potencial degradador e poluidor do meio ambiente, por isso, práticas de fiscalização e ajustamento devem ser constantes na região, melhorando as condições ambientais quanto ao uso e utilização do rio Acre.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E APONTAMENTOS

Diante do exposto neste trabalho, constatou-se de maneira sistematizada que as margens do rio Acre estão sendo utilizadas indiscriminadamente, havendo um comprometimento estrutural e estético da paisagem, ocasionando irreversíveis ao meio ambiente. Esta potencial degradação ocorre devido as mais diversas atividades desenvolvidas às margens do manancial, que são uma consequência da ocupação humana de forma desordenada, fato marcante no município de Rio Branco (AC). A partir das observações em campo, foi diagnosticado o manejo inadequado das margens do referido rio pela atividade das dragas, notadamente na extração mineral de areia.

Não há fiscalização eficiente e, por conseguinte, aplicação das medidas que discipline o controle de forma satisfatória às atividades de dragagem no município de Rio Branco (AC), fazendo com que, tal atividade extrativa não ocorra de maneira satisfatória, ficando o ambiente sufocado por um modo capitalista que visa, acima de tudo, lucro e acumulação de riqueza com rapidez, não levando em consideração o meio ambiente e o bem estar das comunidades vivas, principalmente a sua. Sendo assim, não atende de forma nenhuma o que preconiza o desenvolvimento sustentável algo atualmente tão difundido e propalado, principalmente, para a Amazônia.

Sugerem-se, dessa forma, a elaboração de um projeto de recuperação vegetal das margens do rio Acre, no trecho abordado, dando preferências as espécies da região, estimulando a recuperação dos ambientes degradados e a ocupação pela fauna regional.

O zoneamento do perfil longitudinal e latitudinal do rio Acre para atividade de mineração de areia, se faz necessário, levando em conta as particularidades do quadro natural, de maneira a conter os prejuízos ambientais, diminuindo os riscos de contaminação e erosão das margens.

6. REFERÊNCIAS

ACCORSI, Osmar José. **Mineração de Areia no Rio Acre e os Problemas Ambientais Associados**: Trecho da Área Urbana de Rio Branco/Ac. 2001. Dissertação (Mestrado em Geociências), Universidade Estadual Paulista. Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Campo de Rio Claro. São Paulo, 2001.

ACRE (Estado). Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente. Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre. **Zoneamento Ecológico-econômico**: recursos naturais e meio ambiente – documento final. Rio Branco, 2000. v 1, 116p.

Constituição Federal. **Artigo 225. 1988.** Disponível em: < [http:// www.valeverde.org.br/html/pesq.php](http://www.valeverde.org.br/html/pesq.php)>. Acesso em: 23/02/2007.

GUERRA, Antônio Teixeira. **Estudo Geográfico do Território do Acre.** Ed. Integral – Brasília: Senado Federal, 2004.

MAIA, Maria do Socorro Oliveira. **Zoneamento Geotécnico do Sítio Urbano do Município de Rio Branco/Ac e seus arredores, para fins de Planejamento com ênfase à Expansão Urbana, através do Sensoriamento Remoto. 2003.** Dissertação (Mestrado em Geociências), Universidade Estadual Paulista. Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Campo de Rio Claro. São Paulo, 2003.

RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997. Disponível em: < <http://www.lei.adv.br/237-97.htm>>. Acesso em: 23/02/2007.



UÁQUIRI

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia

UÁQUIRI - PPGGEO, v. 1, n. 1, p. 105-117, ano 2019

Home page: <https://periodicos.ufac.br/revista/index.php/Uaquiri>



ISSN impresso: 1806-0218, ISSN online: XXXX - XXX

ENSINO DE GEOGRAFIA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UMA PROPOSTA PARA O DEBATE DOS TEMAS MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E ESCALA GEOGRÁFICA

José Alves^{1,2*}

¹Professor da Universidade Federal do Acre, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Rio Branco, Acre, Brasil;

²Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia, Rio Branco, Acre, Brasil. *bairral@hotmail.com

Publicado em 2007, v.1, n.9, p. 68-83. Republicado em dezembro de 2019

DOI:

RESUMO

O trabalho aborda sobre a importância do debate no ensino de geografia da questão da mundialização do capital e do reordenamento territorial a partir de uma proposta metodológica que busque uma articulação desses temas no entendimento da produção do espaço geográfico. Como estes não podem ser desconsiderados da formação básica de professores, privilegamos durante nossas experiências na Disciplina Estudos Regionais III, do Curso de Geografia (Licenciatura) da Universidade Federal do Acre, discussões teóricas com os acadêmicos a este respeito, tais como: regionalização do espaço mundial, escala geográfica, internacionalização do capital, reestruturação produtiva e seus reflexos socioambientais. Após a fundamentação teórico-metodológica inicial propõe-se como atividade aos educandos/educadores a elaboração de seminários temáticos sobre “a nova (des) ordem mundial”, com os quais buscam-se focar o novo imperialismo americano, o Japão na nova ordem mundial, a globalização e o reordenamento territorial na Europa, bem como a China no contexto da globalização, sempre articulando o local, o regional, o nacional e o global.

Palavras-chave: Ensino de Geografia, formação de professores, mundialização do capital, escala geográfica.

GEOGRAPHY TEACHING AND TEACHER TRAINING: A PROPOSAL TO DEBATE THE WORLD CAPITAL AND GEOGRAPHICAL SCALE THEMES

ABSTRACT

The paper discusses the importance of the debate in the teaching of geography of the issue of capital globalization and territorial reordering based on a methodological proposal that seeks an articulation of these themes in the understanding of the production of geographic space. As these cannot be disregarded from the basic formation of teachers, we privileged during our experiences in the Regional Studies Discipline III, of the Geography Course (Undergraduate) of the Federal University of Acre, theoretical discussions with the academics in this regard, such as: regionalization of space geographic scale, internationalization of capital, productive restructuring and its social and environmental reflexes. After the initial theoretical-methodological foundation it is proposed as activity to the students to elaborate thematic seminars on “the new (dis) world order”, with which we seek to focus the new American

imperialism, Japan in the new world order. , globalization and territorial reorganization in Europe, as well as China in the context of globalization, always articulating the local, regional, national and global.
Keywords: Geography teaching, teacher training, capital globalization, geographic scale.

ENSEIGNEMENT DE GÉOGRAPHIE ET FORMATION D'ENSEIGNANTS: UNE PROPOSITION POUR LE DÉBAT DES THÈMES MONDIALISATION DU CAPITAL ET ÉCHELLE GÉOGRAPHIQUE

RÉSUMÉ

Le travail aborde sur l'importance du débat dans l'enseignement de géographie de la question de la mondialisation du capital et du réordonnance territorial à travers d'une proposition méthodologique qui cherche une articulation ces thèmes dans l'accord de la production de l'espace géographique. Comme ces ne peuvent pas être déconsidérés de la formation basique d'enseignants, nous privilégions pendant nos expériences dans Discipline de Études Régionales III, du Cours de Géographie (Licence) de l'Université Fédéral d'Acre, discussions théoriques avec les académiques à cet égard, tels comme: régionalisation de l'espace mondial, échelle géographique, internationalisation de capital, réorganisation productive et ses réflexes socio- environnementaux. Après le fondement théorique-méthodologique initial se propose avec l'activité aux académiques/éducateurs l'élaboration de séminaires thématiques sur la "nouvelle (dés)ordre mondial", avec ils lesquels se cherchent focaliser le nouvel impérialisme américain, le Japon dans la nouvelle ordre mondial, la globalisation et la réordonnance territorial en Europe, ainsi comme la Chine dans le contexte de la globalisation, toujours en articulant le lieu, le régional, le national et le global.

Mots-Clé: enseignement de géographie, formation d'enseignants, mondialisation du capital, échelle géographique.

1. PALAVRAS INICIAIS

O trabalho versa sobre a importância do debate, no ensino da Geografia, da questão da mundialização do capital e do reordenamento territorial a partir de uma proposta metodológica que busque uma relação desses temas via articulação escalar entre o local, o regional, o nacional e o global.

Como estes não podem ser desconsiderados da formação básica de professores, privilegiamos durante nossas experiências no trabalho com a Disciplina Estudos Regionais III, do Curso de Geografia (Licenciatura) da Universidade Federal do Acre, discussões teóricas com os acadêmicos a este respeito para o entendimento crítico da regionalização do espaço mundial, tais como: a escala geográfica, a internacionalização e a mundialização do capital, a reestruturação produtiva e seus reflexos no espaço geográfico.

Tomando como base uma fundamentação teórico-metodológica inicial, propõe-se aos educandos, futuros educadores, a elaboração de atividades didáticas (seminários temáticos) com a produção de textos e apresentação/debates em sala sobre a nova desordem mundial, buscando enfocar dentre os tema: o novo imperialismo americano, o Japão na nova ordem

mundial, a globalização econômica, o reordenamento territorial na Europa e a China no contexto da globalização, articulando tais espaços nacionais e regionais ao global, bem como o Brasil aos mesmos.

Para podermos refletir sobre o tema em questão, estruturamos este texto em três momentos.

Primeiramente enfocaremos o porquê dos conceitos, ou seja, tomamos como pressuposto de que na formação básica, o educando, futuro educador, deve ter uma boa fundamentação teórica, pois é a partir da compreensão de conceitos e temas chave que estes terão mais clareza sobre a importância da Geografia no momento presente.

Posteriormente, relataremos uma prática educativa que viemos construindo no trabalho com a disciplina em questão a respeito da atividade didática em sala de aula que tem o aluno como sujeito do seu processo de aprendizagem. O trabalho com os seminários visa possibilitar tal exercício, pois na relação professor-aluno e aluno-professor o conhecimento é construído e não transferido do primeiro para o segundo. Para isto há a apresentação e debate em sala do tema selecionado pelo grupo, bem como a construção de sua fundamentação teórica estruturada em um texto.

Por fim, elucidamos, nas considerações finais, alguns aspectos do ensino de Geografia que acreditamos para este início de século.

2. O PORQUÊ DOS CONCEITOS? A FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Pensar o momento presente enquanto possibilidade de reflexão em sala de aula não é uma tarefa fácil, por vários motivos, em especial pelo fato deste cada vez mais parecer fragmentado, desarticulado e confuso. Esse é o quadro do chamado processo de globalização da sociedade atual. Mas, seria esse um processo recente em que as diferentes sociedades passariam a ter uma maior inter-relação por meio dos mais variados fluxos, possibilitados pelas diversas redes? Como trabalhar com o tema em questão na formação básica do professor de Geografia?

Visando entender tais questionamentos que a reflexão teórica surge como necessidade e com ela vem a importância dos conceitos geográficos, dentre os quais o de região e o de escala geográfica. O desafio passa então a ser o entendimento da problemática regional neste início de século XXI, para o qual, devemos nos respaldar em um conceito que permita compreender a

sociedade “mundializada” em suas diferentes articulações escalares e, conseqüentemente, como os chamados fatores globais atuam no espaço geográfico de forma desigual, mas combinado.

Oliveira (1999) demonstra em “Estado, ideologia e poder”, que o mundo atual não pode ser compreendido sem o contraponto histórico do surgimento, expansão e crise do socialismo, sem a guerra fria e a geopolítica da bipolaridade e sem as profundas transformações que o capitalismo realizou. Assim, o estudo de uma “geografia do capitalismo contemporâneo” deve passar pelo entendimento do seu processo de mundialização.

Os termos globalização, mundialização, nova ordem ou desordem mundial são temas e conceitos que na formação básica devem ser elucidados. Para Sposito (2004), os termos mundialização e globalização devem ser confrontados. A respeito afirma:

Entendemos por *mundialização* aquilo que se refere basicamente à tendência de expansão das relações capitalistas de produção e sua capacidade de tentar impô-las em todos os lugares do mundo; por sua vez, *globalização* refere-se à tendência na homogeneização de usos e costumes, com a predominância de meios de comunicação que podem inibir qualquer reação ou crítica individualizada, distante da padronização imposta. (SPOSITO, 2004, p. 135).
(Grifo do autor)

Para Chesnais (1996, apud OLIVEIRA, 1999, p. 76-77), os adjetivos global e globalização, surgem no começo dos anos de 1980 nas grandes escolas de administração de empresas, e dentre outros aspectos, faz apologia a um mundo sem fronteiras e as grandes empresas como sem nacionalidades. Tais termos não são neutros, pois invadiram o discurso político e econômico cotidiano, justamente por serem termos cheios de conotações (para manipular o imaginário social e pesar nos debates políticos) e, ao mesmo tempo, vagos.

Oliveira (1999) prefere o emprego do termo mundialização e para tanto também apresenta algumas distinções, como:

A mundialização é mais do que a pura e simples internacionalização ou multinacionalização. Como se sabe, a internacionalização é decorrente de um processo de evolução dos diferentes setores industriais a partir de uma crescente integração dos fluxos de conhecimento técnicos, matérias-primas, bens intermediários, produtos e serviços finais através de diversos países do mundo. A multinacionalização por sua vez, originou-se do processo de transformação das empresas nacionais em empresas internacionais e multinacionais através da expansão por diferentes países com a

abertura de filiais, aquisições, fusões, e associações. (OLIVEIRA, 1999, p. 86)

Diante do exposto, como falamos em processo de mundialização do capitalismo como uma tendência de expansão e intensificação das relações capitalistas de produção em todos os lugares do mundo, isso significa que não é algo recente, embora tenha se intensificado partir de meados do século XX.

Não sendo algo recente, deve-se buscar entender as diferentes fases que levou ao seu processo de estruturação. Segundo Robertson (1994, apud HAESBAERT, 2001, p. 18-19), cinco fases se destacam.

Em sua fase embrionária, que vai do século XV a meados do século XVIII, há o crescimento das comunidades nacionais, o avanço das explorações geográficas e das conquistas territoriais constituindo em um significativo processo de acumulação primitiva. Em um outro momento temos a constituição da primeira fase do capitalismo industrial, via a primeira revolução industrial, que tem a Inglaterra como centro do sistema e construtora de uma divisão social e territorial do trabalho. Em um terceiro momento podemos falar de uma segunda fase do capitalismo industrial, no século XIX (que vai mais ou menos de 1870 ao primeiro conflito mundial), na qual a economia mundial está ligada a uma aceleração na acumulação de capital nos sistemas de produção e uma intensificação do comércio internacional. Neste momento, os países que passaram à linha demarcatória do “clube dos desenvolvidos” (FURTADO, 1996), devem-se em parte ao fato dos mesmos tendo fortalecido seus sistemas econômicos nacionais, também visarem orientar suas ações para o “sistema internacional”. Outro momento importante vai do período da década de 1920 até a primeira metade da década de 1960, no qual se destaca o desenvolvimento da grande empresa nacional e internacional por meio dos monopólios e oligopólios, além do segundo conflito mundial e da criação das Nações Unidas. Segundo Furtado (1996, p. 25), a partir da segunda metade da década de 1960 há a formação de um importante mercado internacional de capitais que constitui o coroamento do processo das grandes empresas, já atuando mais fortemente no mercado internacional, passam a se instalarem nos países “periféricos”, já que tais empresas liberam-se de muitas das limitações criadas pelos sistemas monetários e financeiros nacionais⁹.

⁹ Sobre tais aspectos ver: Haesbaert (2001) e Furtado (1996).

De acordo com Haesbaert (2001), a globalização (mundialização) só começou a tomar vulto a partir dos anos de 1960, sendo a década de 1970 decisiva, pois com o capital financeiro, altamente especulativo, cada vez mais autônomo em relação ao setor produtivo da economia em relação às lógicas de reprodução das formações nacionais, consolida-se um capitalismo mundial. Em tal contexto, as empresas multinacionais, integrando capital financeiro e industrial, tomam dimensões que são capazes de influenciar decisivamente a ação do Estado-nação.

Assim, é com a crise sobre os países socialistas no final da década de 1980 que a principal característica do mundo, no final do século XX, passou a ser a mundialização do capitalismo. E para melhor entendermos quais são alguns dos princípios a ela concernentes, apresentaremos, com base em Sposito (2004), algumas de suas características:

- a) A financeirização representa a incorporação de valor à mercadoria sem que necessariamente isso passe pelo circuito produtivo. “O movimento do capital produtor de valor e de mais-valia internacionalizou-se e ‘deslocou-se’ cada vez mais, assim como a esfera dos mercados financeiros, onde se move o capital monetário.” (CHESNAIS, 1997, p. 12);
- b) Tendência à homogeneização, vista como a ampliação territorial dos costumes, tentando superar os costumes locais e incorporando vantagens regionais. Pensar sobre este ponto é importante, pois “[...] a mundialização não é sinônimo de homogeneização, nem dos grupos sociais, nem dos Estados-nações, nem do espaço geográfico mundial”. (VLACH, 2005, p. 33);
- c) Seletividade de pontos no território mais especializados, qualificados e a exclusão de locais menos competitivos;
- d) A importância tecnológica e da ciência enquanto forças produtivas, tornando-as agentes de acumulação ao capital;
- e) A questão da competitividade: o Estado-nação não é mais o agente principal na economia e na sociedade, pois com a mundialização há a consolidação dos oligopólios internacionais que deram origem à formação das empresas multinacionais. Oliveira (1999, p. 88) afirma que a mundialização do capital colocou as empresas multinacionais (monopólios que em geral atuam oligopolizados) no centro da produção material da existência humana. “Esse processo criou a empresa mundial. Uma empresa que tem na busca do lucro o elo

de unidade empresarial e na diversidade produtiva de bens e serviços a sua distribuição territorial em múltiplas localidades do mundo [por isso seu caráter ‘multiterritorial e transterritorial]’.

Outro aspecto necessário para uma caracterização do processo de mundialização refere-se ao fato de que o desemprego se tornou estrutural, não visto como uma crise conjuntural do sistema. Com o modelo neoliberal de políticas de liberalização, desregulamentação e privatização que os Estados capitalistas adotaram desde Thatcher (1979) e Reagan (1980), o capital volta a ganhar a liberdade que precisava para se deslocar à vontade no plano internacional. Esse processo é importante, pois como afirma Chesnais (1997), além do domínio da moeda e das finanças, tais políticas em países capitalistas também foram levadas a fundo no plano do emprego e das condições contratuais do trabalho.

O capital mundializado passa a

[...] impor à classe operária dos países capitalistas avançados as condições de exploração que nunca deixaram de existir na maioria dos países sob a dominação imperialista. (CHESNAIS, 1997, p. 15).

[...] a expressão ‘globalização da economia’, é constantemente utilizada por jornalistas e políticos para designar a fonte de todos os problemas e justificar, em nome das inexoráveis coerções externas, a necessidade de os assalariados e a juventude ‘se adaptarem’ às exigências do capital e aceitarem todas as políticas governamentais retrógradas e destruidoras das relações sociais e da própria existência humana. (CHESNAIS, 1997, p. 17).

Isso demonstra sérias mudanças no papel social do Estado, tornando-o inclinado fundamentalmente, para as determinações do capital.

Portanto diferentemente da **forma keynesiana e social-democrata** que, desde o pós-Segunda Guerra, havia definido o **Estado como agente econômico para a regulação do mercado e para investimento nas políticas sociais**, agora, o **capitalismo dispensa e rejeita a presença estatal não só no mercado, mas também nas políticas sociais [...]**. (OLIVEIRA, 1999, p. 81). (Grifo do autor).

Para Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006), o atual processo de “globalização econômica” é um jogo de poder em que interferem como agentes centrais a grande empresa

transnacional, instituições supranacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, mas também ainda está presente o papel do Estado. Deste modo, é fundamental reconhecer a permanência dos Estados-nações, não só pelo seu poder político-militar, mas também por sua função de estabelecer regras para a entrada de capitais (com taxa de câmbio e juros), de produtos (definindo alianças em blocos econômicos preferenciais) e, especialmente, para a força de trabalho.

A importância do Estado na economia mundanizada não deve ser negada pela mudança no rumo de sua política em relação ao mercado, ao planejamento territorial e regional, e em âmbito social, pois a redução ou ausência de políticas nestes aspectos deve ser vista como um ato político. Além do mais, o Estado ainda é considerado um elemento chave no conflito entre capital-trabalho, e vice-versa, já que cabe ao mesmo manter o “equilíbrio” ao bom funcionamento do sistema e a regularidade da propriedade privada.

Visto por outro prisma, também cabe ao Estado o papel central no próprio ordenamento do território, pois embora constatamos sua retirada, no caso brasileiro, do planejamento regional, este tem um papel central na distribuição de investimentos e políticas públicas em escala nacional, regional e local, fato extremamente necessário para balancear o sentido concentrador do capital em determinados setores e porções do território.

Segundo Vlach (2005, p. 32), com exceção do setor financeiro, próximo de se tornar um mercado efetivamente mundanizado, a ideia de mercado mundial é um mito, e a força desse mito está em sua tentativa de eliminar o Estado-nação da arena política e da arena econômica, substituindo-o pelo mercado “como se o mercado fosse capaz de resolver todos os problemas em um mundo finalmente homogeneizado por suas únicas leis”. Considerar que com a mundialização há uma crescente interdependência do ponto de vista das finanças e da produção propriamente dita é uma coisa, bem como considerar que nesse contexto o poder do Estado-nação tenha sido bastante arranhado, mas é exagerado afirmar que o mesmo perdeu completamente a razão de ser. Assim nos lembra (VLACH, 2005, p. 32-33 - grifo nosso):

É preciso lembrar que o Estado-nação foi um dos primeiros a promover o desenvolvimento das redes econômicas, de maneira que ele é, há algum tempo, um dos agentes da mundialização. E não se trata de um agente qualquer: trata-se do agente que define as condições de implantação das empresas transnacionais aqui, acolá, ou estabelece os termos de uma concorrência internacional, que propõe uma ‘unificação’ econômica, política e militar de antigos Estados-nações em torno de um projeto de reconquista de hegemonia

mundial (a exemplo da União Europeia), ou da criação de um mercado regional (ou a integração a um mercado já existente). [...]

Por meio de suas lideranças políticas, econômicas, intelectuais, o território de cada Estado-nação continua desempenhando um papel político (e geopolítico) da maior importância: o de realizar a mediação entre o mundial e o local, entre o local e o mundial.

3. A PRÁTICA EDUCATIVA

Pensar em uma formação educativa na sala de aula que permita ao discente fundamentar-se teoricamente, não só na compreensão de alguns elementos conceituais importantes para pensar de forma crítica a realidade atual, mas também que este consiga articular esses conhecimentos de forma didática é uma tarefa a ser buscada, e achamos que a prática dos seminários temáticos pode contribuir com isso.

Como mencionado na introdução do presente texto, uma dificuldade encontrada em sala, mesmo com os alunos do ensino superior é poder articular conceitos, teorias e temas centrais debatidos na Geografia Crítica com a realidade vivida. Se esta meta é difícil quando falamos da escala local, onde os processos singulares fazem parte da vivência deste discente, do seu cotidiano, mais difícil ainda é tentar compreender os processos em escala regional, nacional e global a partir de uma leitura teórico-prática. Deste modo, a escala geográfica é importante já que esta deve ser entendida enquanto possibilidade de compreender um determinado fenômeno a partir de sua relação dialética no espaço geográfico.

Assim, quando propomos apreender um determinado fenômeno a partir da sua espacialidade, não significa apenas localizá-lo no espaço, ou seja, representá-lo cartograficamente. Se o fenômeno no plano filosófico deve ser compreendido a partir da sua relação singular-geral/geral-singular, e que neste jogo surgem às particularidades, no plano espacial tal fenômeno será compreendido a partir das escalas representadas pelo local (ou lugar), o regional, o nacional e o global. (CASTRO, 2001).

Como isso não é uma tarefa fácil na prática educativa da formação de professores os sujeitos envolvidos devem encontrar uma metodologia que permita debater determinado processo podendo articulá-lo a partir de diferentes escalas geográficas, pois assim, as teorias e conceitos vistos nas diversas disciplinas contribuirão para que o discente em formação possa não só compreender a sua realidade relacionada a processos que ocorram na escala regional,

nacional e global, que interfiram na singularidade, mas que ao influenciá-la, possa visualizar suas relações e não homogeneização, já que a mesma também atua em tais processos.

Além disso, torna-se fundamental que para entender os fenômenos em outras escalas, que as relações dialéticas sejam feitas, pois processos ocorridos em escala local e regional, em muitos casos, acabam tomando dimensão nacional e global.

É visando tal exercício que propomos a atividade em questão, pois com a elaboração dos seminários temáticos, pretendemos que os discentes em formação básica possam não só compreender as mudanças locais, regionais e nacionais a partir do contexto da mundialização, mas também verificar que esse processo não ocorre de forma dicotômica, e sim dialética, em um jogo de poder entre os atores envolvidos.

Dentre os temas selecionados para os seminários temáticos, como já citados, estão: o novo imperialismo americano, o Japão na nova ordem mundial, a globalização econômica, o reordenamento territorial na Europa e a China no contexto da globalização.

Após a escolha dos temas pelos grupos (formado, normalmente, por quatro discentes), estes em reunião com o professor da disciplina recebem a indicação de algumas bibliografias básicas referentes a cada tema. A partir de um primeiro contato com a bibliografia básica, uma das propostas é complementar a bibliografia. Após a leitura e sistematização das referências, realizamos colóquios para o esclarecimento de dúvidas sobre conceitos, teorias, enfim, pontos que o grupo ache necessário para melhor compreensão das leituras realizadas.

A próxima etapa passa a ser a organização da estrutura do seminário, que se divide em dois momentos.

O primeiro é a elaboração de um texto, no qual serão apresentados os aspectos centrais acerca do assunto em foco. Para isso, o grupo elabora um plano de redação prévia, discute com o professor e aí passa para a produção do texto. Após a sua versão final o texto é disponibilizado aos colegas com uma semana de antecedência para que os mesmos tomem contato com a discussão proposta pelo grupo.

A segunda etapa é a apresentação do tema em sala. As metodologias adotadas dependem do grupo, pois é proposta a liberdade de escolha dos recursos metodológicos, sendo utilizado geralmente painéis com fotos, figuras e mapas; trechos de filmes; letras de músicas; sistematização do assunto em lâmina para retroprojeter; Datashow, dentre outras. Alguns grupos estruturam a apresentação de modo mais formal, expositiva, outros buscam articular e dialogar mais com os colegas, propondo atividades de participação.

Ao término da apresentação dos grupos, dois por aula, busca-se fomentar o diálogo com a turma, sendo orientado e mediado pelo professor. Os responsáveis pela apresentação também realizam uma atividade avaliativa com os demais colegas, para complementar as discussões.

A avaliação pelo professor busca levar em consideração o trabalho realizado em grupo, bem como a participação individual. Certamente que o processo de avaliação não é um exercício simples, já que temos que partir do pressuposto que a avaliação não é do professor para o aluno, mas a reflexão avaliativa é da atividade realizada, por isso ambos devem se avaliar. Levando isso em consideração, busca-se considerá-la de forma processual e não pontual, ou seja, leva-se em questão: o interesse e participação dos membros do grupo nos colóquios para a elaboração do texto e da estrutura da apresentação; o texto final é avaliado, pois é necessário que o mesmo tenha fundamentação teórica e metodológica, coerência nos argumentos e discussões, sequência de ideias entre tópicos e sub-tópicos, assim como entre os parágrafos; que tenha uma introdução clara e objetiva; as considerações finais devem esboçar a importância do tema e da atividade realizada; e, por fim, referências que levem em conta várias fontes de consulta.

Quanto à apresentação em sala, o processo de avaliação busca levar em conta a clareza nas ideias expostas, coerência e fundamentação teórica; todos os membros do grupo devem participar da apresentação do tema, bem como, quando do debate devem procurar realizar uma arguição com segurança e clareza. Caso o grupo tenha dúvidas sobre os assuntos levantados para os debates (podendo não ter domínio teórico, por não ter sido objeto de estudo), o professor contribui para as discussões e leva o tema para reflexão com os demais colegas.

4. DE QUE ENSINO DE GEOGRAFIA ESTAMOS FALANDO: ELEMENTOS PARA A REFLEXÃO

À guisa de conclusões devemos esboçar que não pretendemos com este trabalho apresentar um receituário de como trabalhar alguns conceitos e temas nas aulas de geografia no processo de formação do discente, futuro professor. Tanto porque a prática educativa deve surgir da relação entre os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, sendo que para isso não existe uma fórmula pronta e acabada, e sim um processo construído diariamente.

Pensando nisso que consideramos de extrema importância possibilitar ao discente a construção de uma fundamentação teórico-metodológica que lhe permita romper com o raciocínio formal e começar a estruturar seu conhecimento alicerçado em um raciocínio

dialético. Este processo pode parecer fácil, mas para aqueles que lutam pela construção de um ensino de qualidade e com um compromisso social, sabe das dificuldades enfrentadas nas salas de aula do ensino superior brasileiro, que traz em suas estruturas, embora não seja uma regra, mas também não é uma exceção, um “nível” de ensino que deixa muito a desejar. E se isso não foi construído no Ensino Fundamental e Médio, algumas dificuldades básicas devem ser superadas na universidade, junto à formação profissional.

Assim, acreditamos que a formação básica em Geografia deve contemplar além de uma fundamentação teórico-metodológica, que prepare para interpretar as contradições espaciais da sociedade contemporânea, também possa possibilitar uma “pedagogia da autonomia”, para citar Freire (1999), que só pode surgir com o compromisso social, pois “não há docência sem discência”, “ensinar não é transferir conhecimento” e “ensinar é uma especificidade humana”, que exige comprometimento e saber que a educação é uma forma de intervenção no mundo.

5. REFERÊNCIAS

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 117-140.

CHESNAIS, François. O capitalismo de fim de século. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). **Globalização e socialismo**. São Paulo: Xamã, 1997. p. 07-33.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HAESBAERT, Rogério (Org.). **Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo**. Niterói, RJ: EdUFF, 2001.

HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Estado, ideologia e poder. In: SPOSITO, Eliseu Savério. (Org.). **Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades**. Presidente Prudente: UNESP/FCT; GASPER, 1999. p. 75-96.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

VLACH, Vânia Rubia Farias. Entre a idéia de território e a lógica da rede: desafios para o ensino de geografia. **Terra Livre**, Goiânia, ano 21, v. 1, n. 24, p. 13-28, jan./jun., 2005.



UÁQUIRI

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia

UÁQUIRI - PPGGEO, v. 1, n. 1, p. 118-128, ano 2019

Home page: <https://periodicos.ufac.br/revista/index.php/Uaquiri>



ISSN impresso: 1806-0218

OS SABERES DOCENTES E O ESTUDO DO ESPAÇO LOCAL: UMA EXPERIÊNCIA COM ATLAS ESCOLARES MUNICIPAIS

Miriam Aparecida Bueno¹

¹Professora do Departamento de Geografia/UFAC, Doutoranda em Geociências/UNICAMP
*miriam@ige.unicamp.br

Publicado em 2007, v.1, n.9, p.25-39. Republicado em dezembro de 2019
DOI:

RESUMO

O estudo do lugar faz parte dos conteúdos programáticos de Geografia, no Ensino Fundamental. O lugar emerge como importante categoria de análise da Geografia, e também de outras áreas ligadas a estudos socioambientais. Para se estudar o espaço local, em âmbito municipal, existe uma carência por parte do professor no tocante a material curricular condizente e que ofereça documentos cartográficos para se trabalhar a representação espacial com os alunos. Visando suprir essa carência é que propostas de elaboração e uso de atlas escolares vêm se ampliando. O estudo do lugar permite recuperar, nas atividades escolares, algumas práticas como estudos do meio e recursos de representação gráfica, fazendo do lugar a instância na qual a cultura e a história tecem significados e produzem identidades.

Palavras-chave: ensino de geografia, lugar, saberes docentes, representação, Atlas Escolares

THE TEACHER KNOWLEDGE AND THE LOCAL SPACE STUDY: AN EXPERIENCE WITH MUNICIPAL SCHOOL ATLAS

RESUMEN

The study of the place it is part of the contents programmarians of Geography, in Basic Ensino. The place emerges as important category of analysis of Geography, and also of other on areas the partner-ambient studies. To study the local space, in municipal scope, a lack on the part of the professor in regards to curricular material exists and that the space representation with the pupils offers cartographic documents to work. Aiming at to supply this lack it is that proposals of elaboration and pertaining to school atlas use come if extending. The study of the place it allows to recoup, in the pertaining to school activities, some practical as studies of the way and resources of graphical representation, making it place the instance in which the culture and history weaves meanings and produces identities.

Key-words: education of geography, know professors, representation, school atlas, place

EL CONOCIMIENTO DEL PROFESOR Y EL ESTUDIO DE ESPACIO LOCAL: UNA EXPERIENCIA CON ATLAS DE LA ESCUELA MUNICIPAL

El estudio del lugar es parte del programa de estudios de geografía en la escuela primaria. El lugar emerge como una categoría importante de análisis de geografía, así como otras áreas relacionadas con

estudios socioambientales. Para estudiar el espacio local, a nivel municipal, el profesor carece de material curricular adecuado y ofrece documentos cartográficos para trabajar la representación espacial con los estudiantes. El objetivo de satisfacer esta falta es que las propuestas para la elaboración y uso del atlas escolar se han expandido. El estudio del lugar permite recuperar, en las actividades escolares, algunas prácticas, como los estudios ambientales y los recursos de representación gráfica, haciendo del lugar la instancia en la que la cultura y la historia tejen significados y producen identidades.

Palabra clave: enseñanza, geografía, lugar, enseñanza, representación, Atlas escolar

1. INTRODUÇÃO

Parece que, de repente, têm um monte de gente falando da mesma coisa, em lugares diferentes, com diferentes olhares...

É essa a sensação que tenho nesse momento que me proponho a escrever sobre a prática docente e seus saberes, a relatar as impressões que têm tomado conta de mim nessa jornada do meu doutorado. Vou falar de saberes construídos e elaborados por professores do Ensino Fundamental, mais especificamente de professores do ciclo II, ou seja, 3ª e 4ª séries. Vou falar do trabalho de professores do município de Sena Madureira, no Acre. Vou falar do que tenho aprendido sobre ser professor, em diferentes lugares... a partir do estudo do lugar.

2. APENAS UM BREVE HISTÓRICO

Durante o mestrado, realizado junto à UFMG, no final da década de 90, desenvolvi uma pesquisa que envolvia o ensino de Geografia em séries iniciais do Ensino Fundamental, o uso da Cartografia como instrumento mediador¹⁰ e a melhoria da qualidade do trabalho docente (SILVA,1998)

Eu partia do pressuposto de que os professores que atuam nos ciclos I e II do Ensino Fundamental, não possuindo formação específica na área de Geografia, teriam seu trabalho comprometido no que se referia à construção de conceitos ligados à Geografia. Após inúmeras observações de aulas, entrevistas com professores e coordenadores pedagógicos e análise de materiais didáticos utilizados, apresentamos a possibilidade do trabalho com atlas escolares

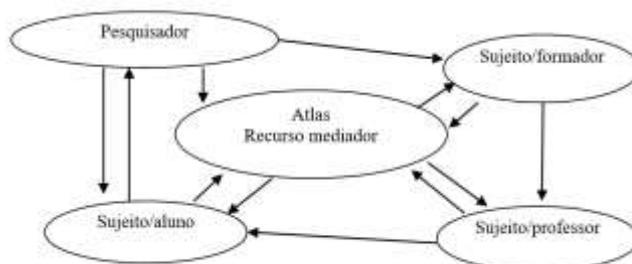
10 Os atlas escolares constituem-se em instrumentos carregados de signos. Instrumentos porque orientam para regular as ações sobre os objetos; carregados de signos, pois são os que orientam para regular as ações sobre o psiquismo das pessoas (PINO, 2000).

municipais. Essa ideia já vinha sendo desenvolvida por Le Sann¹¹, em municípios do Vale do Jequitinhonha. (SILVA, 2002)

Dando continuidade à proposta de elaboração de atlas escolares municipais e fundamentada pelos resultados obtidos durante a pesquisa, é que venho, no doutorado, discutir o estudo do lugar e os saberes docentes, pensando numa possibilidade de formação continuada do professor. E ainda mais, me inserir nesse processo, não só como pesquisadora, mas como professora reflexiva das minhas próprias transformações, das minhas desconstruções individuais e coletivas.

3. UM RESGATE METODOLÓGICO

Todo o meu percurso investigativo aconteceu dentro de uma abordagem qualitativa, onde considerei o professor como agente-sujeito, ou seja, um ator do processo educacional escolar. Busquei entender¹² como os agentes-sujeitos, mergulhados em uma cultura pedagógica, em uma prática cotidiana, em uma interação com os outros sujeitos no meio escolar e mediados pelos atlas escolares, foram construindo um conhecimento sobre o seu ofício.



A abordagem qualitativa me permitiu uma reflexão mais ampla sobre a prática das professoras envolvidas e ousei inovar na abordagem metodológica, indo além de somente um estudo de caso, me aproximando mais da ideia de pesquisa-ação. Mas não uma pesquisa-ação tradicional, mas uma nova visão de pesquisa-ação: uma pesquisa-ação *transpessoal*. A pesquisa-ação é aquela que “convida” o pesquisador a implicar-se, a envolver-se com aquilo

11 Le Sann coordenava um projeto que buscava desenvolver esse tipo de material curricular para municípios do Vale do Jequitinhonha/MG. O projeto Atlas Escolares Municipais teve início em 1996, no Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, com financiamento da FINEP.

12 Os questionamentos eram: “De que forma os atlas escolares influenciam no processo formativo do professor? Como isso acontece? Quais os percursos do processo formativo do professor, em sala de aula, mediados pelo uso dos atlas escolares, na construção de conceitos geográficos?”

que está pesquisando. Ele percebe como está implicado pela estrutura social na qual ele está inserido e pelo jogo de desejos e de interesses de outros. Ele também implica os outros por meio do seu olhar e de sua ação singular no mundo.

Para Barbier (2002), ao optar pela pesquisa-ação, o pesquisador deve considerar que há riscos institucionais e pessoais ao seguir por esse caminho. Riscos institucionais relacionados com a sua carreira acadêmica, riscos pessoais porque a pesquisa-ação leva o pesquisador a uma desconstrução interna na busca de respostas para suas inquietações.

Penso nessa desconstrução como um raciocínio por escala, um “olhar algo” de outro modo, e então esse algo já não será mais o mesmo, aparecerá de uma outra forma, dentro de um novo contexto. Quando me ponho a pensar os saberes docentes daquelas professoras, reavalio toda a minha trajetória como educadora.

Outro elemento que considero é a *escuta sensível*, indispensável nessa proposta de pesquisa-ação. Ela apoia-se na empatia. É quando eu procuro sentir o universo afetivo, imaginário e cognitivo do outro para “compreender do interior” as atitudes e os comportamentos, o sistema de ideias, de valores, de símbolos e de mitos. A escuta sensível reconhece a aceitação incondicional do outro. Ela não julga, não mede, não compara. Ela compreende sem, entretanto, aderir às opiniões ou se identificar com o outro, com o que é enunciado ou praticado. Ela afirma a coerência do pesquisador. Assim eu posso comunicar minhas emoções, meu imaginário, minhas perguntas, meus sentimentos profundos.

A escuta sensível supõe uma inversão da atenção. Antes de situar uma pessoa no seu lugar, começo a reconhecê-la em seu ser, na sua qualidade de pessoa complexa dotada de uma liberdade e de uma imaginação criadora. A atitude requerida para a escuta sensível é a de uma abertura holística. Trata-se de entrar numa relação de totalidade com o outro, tomado em sua existência dinâmica.

A pesquisa-ação visa à mudança de atitudes, de práticas, de situações, de condições, de produtos, de discursos... em função de um projeto alvo que exprime sempre um sistema de valores, uma filosofia de vida, individual e coletiva, suposta melhor do que a que preside à ordem estabelecida. Se houver um problema a resolver, é porque essa ordem estabelecida foi incapaz de, ou não quis que houvesse, mudança. A pesquisa-ação é sempre um questionamento político no sentido etimológico de uma organização da cidade.

O objeto final dessa pesquisa-ação reside numa mudança de atitude do sujeito em relação à realidade que se impõe em última instância. Não se trata de esperar uma mudança milagrosa ou de permanecer numa atitude passiva. Na verdade, na ação mesma em prol da

mudança social e pessoal, uma lúcida apreciação do princípio da realidade permanece constante, sem se perder numa postura fria de todos os que nos repetem continuamente que “não se deve sonhar!”.

O objeto da pesquisa-ação transpessoal, na educação, com a escuta dos professores, consiste numa mudança possível do sistema vivido de representação, de sensações, de sentimentos, de pensamentos, de valores de cada participante e se possível, de uma transformação relativa e correlativa da cultura e da instituição escolar. Não se trata de uma mudança decretada pelas autoridades oficiais, ela se torna necessária aos olhos dos participantes da pesquisa-ação. Para elas há um problema a resolver, mas o resultado se traduz sempre por outra coisa de que o esperado. Uma adequação relativa entre os desejos, os interesses, os valores de cada uma e a realidade do mundo que contrapõe sua inércia gigantesca. Essa relação com a instituição insuportável e impositiva, à primeira vista inabalável, é uma fonte de frustração, mas também de maturação para um otimismo trágico e delicado. A instituição não mudará muito e precisará tempo, mas cada uma delas já pode realmente e cotidianamente, em simples detalhes de vida, mudar seu comportamento em função de sua nova visão do mundo.

4. UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO E OS SABERES DA EXPERIÊNCIA

Mobilizada pela ideia da pesquisa-ação *transpessoal*, a proposta de formação foi se delineando ao longo da pesquisa. Ora eu me via com ideias prontas sobre o desenrolar da pesquisa, ora eu era levada a olhar, ouvir, sentir, pensar a prática daquelas professoras. A ideia inicial era bastante clara. Consistia em apresentar os atlas escolares municipais como “mais uma” alternativa de formação em serviço. E ao passo que as coisas não aconteciam como fora previsto, eu me frustrava. E diante da frustração me restavam duas alternativas: ou “desistir do tema” ou me envolver, de fato, naquele processo de formação docente. Não apenas como pesquisadora, mas também como professora... e eu optei por essa segunda alternativa.

É necessário que eu explique para o leitor como a formação do professor havia sido pensada, para que esse perceba as transformações e adaptações. Os atlas escolares municipais de Sena Madureira foram elaborados a partir de um projeto de Iniciação Científica e entregues à comunidade escolar daquele município. Inicialmente fiz uma breve apresentação do material e uma rápida explicação de como o material poderia ser trabalhado. Chamei a isso de “oficina

de capacitação¹³”. Era a primeira de outras planejadas para acontecerem mensalmente, e que seriam desenvolvidas por duas alunas do curso de Licenciatura em Geografia, voluntárias no projeto, aqui chamadas de formadoras. Essas seriam as responsáveis pela mediação entre eu e o grupo de professores, pois eu estava me afastando das atividades docentes para cursar o doutorado. Com isso estabeleceram-se alguns mecanismos de contato possíveis, se pensarmos na geografia dos lugares: Acre e São Paulo. Eu orientava as “formadoras” através de indicações bibliográficas, enviava textos via correio, conversava por carta, telefone e e-mails. Essas, por sua vez, orientavam as professoras em exercício nas “oficinas de capacitação” que foram organizadas para acontecerem uma vez por mês. As professoras, esclarecidas da proposta de trabalho presente nos atlas, preparavam suas aulas com o uso do material. E assim iria acontecendo o processo de formação, professor e aluno, construindo juntos seus saberes.

Concordo com Tardif (2000), que diz que os saberes docentes não se reduzem a uma função de transmissão de conhecimentos constituídos. Sua prática integra outros tipos de saberes: saberes profissionais, saberes das disciplinas, saberes curriculares e saberes da experiência. Neste artigo vou me ater apenas aos saberes da experiência, aqueles saberes específicos do trabalho cotidiano e do conhecimento do meio, do lugar, do espaço em que se vive. Esses saberes se incorporam à vivência individual e coletiva sob a forma de habilidades, de saber fazer e de saber ser.

A maior dificuldade apresentada pelas professoras foi com relação à iniciação cartográfica. De uma maneira geral os mapas, ou qualquer outro tipo de representação gráfica são dados aos alunos como algo pronto e acabado, e essa diferença na nossa proposta de construção de conhecimento foi percebida pelas professoras. À medida que o trabalho com as noções de localização, orientação, ponto de vista, simbologia e escala ia surgindo, alguns saberes específicos ficavam mais evidentes. No início houve uma grande resistência ao trabalho, pois elas se consideravam incapazes de “aprender”. Aos poucos esse quadro foi sendo alterado. Tardif (2002) comenta como resultado de suas pesquisas, que os saberes adquiridos através da experiência profissional constituem os fundamentos da competência do trabalho do professor. Ou seja, eu tinha nas mãos um grande desafio, pois para que aquelas professoras utilizassem os atlas escolares em sala de aula, seria preciso dar-lhes essa fundamentação, credenciar-lhes seus saberes experienciais.

13 Reunião das formadoras com as professoras das 3ª e 4ª séries, que estavam utilizando os atlas escolares em suas aulas. Nesses encontros trabalhava-se com algumas pranchas do atlas, escolhidas pelas formadoras, tirava-se dúvidas quanto ao trabalho com os atlas e se conversava a respeito das mudanças na prática docente.

Pode-se chamar saberes experienciais o conjunto de saberes atualizados, adquiridos e necessários no âmbito da prática da profissão docente e que não provêm das instituições de formação nem dos currículos. Estes saberes não se encontram sistematizados em doutrinas ou teorias. São saberes práticos, não da prática, [...] e formam um conjunto de representações a partir das quais os professores interpretam, compreendem e orientam sua profissão e sua prática cotidiana em todas as suas dimensões [...] constituem a **cultura docente em ação**. (grifo nosso) (TARDIF, 2002)

Nesse artigo vou me ater a apenas uma das professoras envolvidas no processo da pesquisa, a qual vai me ajudando na proposta da autorreflexão. Numa mistura de narrativas e reflexões vou apresentando a construção desses saberes... Prefiro usar um nome fantasia para essa professora, no sentido de resguardar-lhe a imagem. Vou chamá-la de *Fátima*, e falar um pouco da sua história profissional.

Fátima, 40 anos, nasceu em um seringal, em Sena Madureira, e seus primeiros anos escolares foram feitos numa escola da zona rural. Após se casar e ir morar na cidade, continuou seus estudos. Aos 28 anos ingressou no curso de Magistério, mas desde os 17 anos de idade, com apenas o ginásio completo, já atuava como professora, integrante do quadro efetivo da Secretaria Municipal de Educação de Sena Madureira. Naquela época, década de 80, a quantidade de professores leigos no estado do Acre e até mesmo no Brasil, ainda era muito grande.

“Desde criança que eu tinha o sonho de ser professora, eu não sei porque mas era o meu sonho. Não era de ser médica, nada assim. Só de ser professora. Quando eu era criança, eu já ficava brincando com minhas cinco irmãs – ai a gente ficava brincando, eu era a professora, elas eram as alunas. Ainda não sabia nem ler nessa época. Eu lembro que a gente não tinha material, não tinha nada e a gente pegava assim, aqueles rótulo de embalagem que meu pai trazia aquelas lata de bolacha, aquelas coisa e ai a gente pegava tudinho e dependurava assim na parede e dizia que era losa, e ficava ensinando pra elas. Eu nem sabia, só porque eu via aquelas figura e eu tinha um sonho, meu Deus, eu tinha muita vontade de aprender a ler e escrever só que era muito difícil, a escola era muito longe.” (sic)

Aos 32 anos concluiu o Magistério, com uma duração de quatro anos. Aos 34 anos ingressou no curso de Pedagogia, oferecido dentro do Programa de Formação de Professores,

objeto de uma parceria da Universidade Federal do Acre (UFAC), do Governo do Estado e das prefeituras municipais acreanas, cujas aulas eram ministradas na cidade de Sena Madureira, por professores vindos da sede, em Rio Branco.

Ao ser entrevistada, *Fátima* foi elaborando alguns saberes. Segundo Tardif (2002), o professor não atua sozinho. Ele interage com outras pessoas, a começar pelos alunos. A atividade docente não é exercida sobre um objeto, sobre um fenômeno a ser conhecido ou uma obra a ser produzida. Ela é realizada numa rede de interações com outras pessoas, num contexto onde o elemento humano é determinante e dominante e onde estão presentes símbolos, valores, sentimentos, atitudes, que são passíveis de interpretação e decisão e que possuem, geralmente, um caráter de urgência.

Os saberes experienciais adquirem também uma certa objetividade em sua relação crítica com os saberes disciplinares, curriculares e da formação profissional. A prática cotidiana da profissão não favorece apenas o desenvolvimento de certezas “experienciais”, mas permite também uma avaliação dos outros saberes, através da sua retradução em função das condições limitadoras da experiência (Tardif, 2002). Assim, a prática pode ser vista como um *processo de aprendizagem* através do qual o professor *retraduz* a sua formação e a adapta à sua profissão, conservando aquilo que lhe é útil.

Ao perguntar sobre o trabalho com os atlas escolares municipais e as possíveis mudanças na sua prática docente, *Fátima* disse:

“Antes, a gente trabalhava muito história e geografia mas não tinha, não era do Acre. Era fora da realidade das crianças, então até nós como professora tinha dificuldade porque nem nós tínhamos conhecimento com a realidade afora. E com o Atlas, a gente percebe que é coisa do município mesmo, que existe mesmo, não é realidade diferente, é a realidade do próprio município, das crianças. Então, é muito bom quando a gente trabalha com a própria realidade da criança.” (sic)

O estudo do espaço local faz parte dos conteúdos programáticos de Geografia, no Ensino Fundamental. O lugar emerge como importante categoria de análise da Geografia, e também de outras áreas ligadas a estudos socioambientais. Para se estudar o espaço local, em âmbito municipal, existe uma carência por parte do professor no tocante a material didático condizente e que ofereça documentos cartográficos para se trabalhar a representação espacial com os alunos. Nos Parâmetros Curriculares Nacionais ressalta-se que a Geografia deve contribuir para

que os alunos compreendam como se processam as relações globais, como o local mais próximo contém e está inserido em um contexto mais amplo e quais as possibilidades e implicações que essas relações acarretam.

O *lugar* como categoria de análise geográfica passa a tomar importância com a globalização, com as transformações recentes do mundo, provocadas pela técnica. O lugar ganha, então, outro sentido, como espaço do cotidiano, no qual as relações próximas, as tarefas corriqueiras permitem a construção da *identidade*.

O lugar deixa de ser um ponto no mapa, assumindo novos significados. Define-se, portanto, como a identidade histórica que liga o homem ao local de sua existência. O estudo do lugar permite recuperar, nas atividades escolares, algumas práticas como trabalhos de campo, entrevistas, recursos de representação gráfica: croquis, perfis, documentação fotográfica. Permite, principalmente, lançar mão dos novos meios de comunicação: TV, vídeo, internet, etc.

“Eu acho que avançou muito porque antes a gente fazia aquele trabalho, era só tirar do livro, a gente explicava, explicava e as criança não sabia nem o que a gente tava falando e com o Atlas não. Eles ficava com o Atlas nas mãos, ficava fazendo pesquisa, ia nos campos fazer pesquisa e quando chegava na escola, eles completava tudo direitinho o Atlas e era a realidade deles, não era a realidade diferente.” (sic)

Entender o lugar implica no conhecimento de sua história e sua geografia de modo a dar significado a atual situação – significado dado pelas relações com outros lugares e com o espaço mundial. Essa dinâmica cria continuamente situações diversas. Entender o lugar implica, pois, dar conta dessa lógica, que envolve aspectos internos (locais), bem como externos. O detalhamento dos aspectos internos requer conhecimentos sobre a Geografia e a História da situação em questão. Pede ainda uma indagação a respeito dos problemas oriundos da trama social estabelecida no espaço local. Assim, o estudo do lugar, por parte de seus habitantes, traz uma ressignificação do próprio lugar. Por essa razão, nas atividades escolares em que se propõe o estudo do lugar não é suficiente obter materiais informativos sem que estes venham proporcionar reflexões problematizadoras.

“As dificuldades foram muitas, muitas mesmo. Principalmente nos primeiros anos que nós trabalhamos com Atlas porque muitas vezes pra trabalhar com aquela rosa dos ventos – eu mesma, como professora eu confesso que tinha muita dificuldade de trabalhar com a leitura dos mapas.” (sic)

Numa perspectiva mais atual, o atlas escolar pode auxiliar, também, nas etapas da alfabetização cartográfica. Segundo Passini (1994), a alfabetização cartográfica pode ser entendida como o processo que possibilita a eficácia na leitura de mapas, envolvendo as atividades consideradas necessárias para o desenvolvimento das habilidades que permitem lidar com as relações espaciais e a função simbólica. Esta deve ser trabalhada desde as séries iniciais, permitindo a formação do aluno para a leitura de mapas, passando pelas etapas que o envolvem na atividade de mapear o espaço para, posteriormente, entender as representações cartográficas.

“Meu Deus, eu sofria, sofria no começo porque eu não entendia de jeito nenhum aquela leitura dos mapas. Meu senhor. Ai ia lá e comprava os mapas e quando chegava tinha muita coisa que era errada e aí não dava certo e eu ficava confusa, muitas vezes procurava a Sainá e a Fernanda¹⁴. Daí eu tinha dúvida e perguntava pra elas, elas esclarecia, as vezes nós sentava mais a Francisca¹⁵ porque muitas das vezes nem a supervisora sabe tirar as nossas dúvidas.” (sic)

A experiência, como bem colocado por Tardif (2002), provoca um efeito de retroalimentação dos saberes adquiridos antes ou fora da prática profissional. Ela filtra e seleciona os outros saberes, permitindo rever os saberes, julgá-los e avaliá-los. *Fátima*, com essa forma de entender e utilizar o atlas escolar na sua prática docente, faz com que esse processo seja submetido a um processo de validação constituído pela prática cotidiana.

5. UM MOMENTO PARA A AUTO-REFLEXÃO

Olhar para si mesma e buscar compreender o meu papel como pesquisadora não é uma tarefa muito simples. Se no início da minha pesquisa a idéia era comprovar apenas a dimensão formadora da Cartografia, ao longo da minha trajetória outros olhares foram se estabelecendo. Vale ressaltar que nesse processo está também um projeto de vida, profissional e pessoal, que busca algo mais que um título. Entre outras coisas, a busca pela melhoria da prática docente, revendo valores e olhares, refletindo sobre a ciência como movimento de reflexão e transformação. Eu diria que há um processo de desconstrução.

14 Formadoras

15 Coordenadora pedagógica da escola onde *Fátima* trabalha.

E junto a essa desconstrução, fui percebendo o quanto o saber docente é heterogêneo, e como isso se dá, principalmente em função dos demais grupos produtores e portadores de saberes, e também das instituições de formação.

É nítida a existência de dois processos formativos: a professora aprendendo Geografia com os atlas; e a professora ensinando Geografia com os atlas. Todos os dois processos conduzem à construção do conhecimento geográfico. O que mais me chamou a atenção nisso tudo e me levou a essa autorreflexão foi a importância de uma aprendizagem significativa, mas não de acordo com os meus valores, e sim com os valores de cada um dos professores pesquisados.

Aprendi muito com a *Fátima*. Ela tem me mostrado outros valores na prática docente, valores que talvez não interessem muito àqueles responsáveis pelas Políticas Públicas na educação, mas que certamente se emocionariam ao ler esse depoimento:

*“Porque eu sei o que é ser professora. Eu trabalho, eu sei o que é. E acredito no meu sonho. No dia que eu deixar de acreditar eu deixo de ser professora ((risos))... deixo lá, pro diretor da escola ... não tenho mais por que lutar.”
(sic)*

6. REFERÊNCIAS

BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Brasília: Editora Plano, 2002. 159p.

PASSINI, Elza Yazuco. **Alfabetização cartográfica e o livro didático: uma análise crítica**. Belo Horizonte: Editora Lê, 1994. 94 p.

PINO, Angel. O conceito de mediação semiótica em Vygotsky e seu papel na explicação do psiquismo humano. **Cadernos Cedex**, Campinas, n.24, p.32-43, 2000.

SILVA, Míriam A. Bueno da. **Atlas escolar municipal de Sena Madureira/AC: uma proposta regional de formação continuada de professores do Ensino Fundamental**. CD Rom do Colóquio anual do grupo de trabalho “Cartografia para escolares no Brasil e no mundo”. Diamantina/MG, 2002.

_____. **A Cartografia e o ensino de Geografia na escola fundamental: um estudo de caso**. Belo Horizonte: IGC-UFMG, 1998. (Dissertação de mestrado)

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério. **Revista Educação e Sociedade**, ano XXI, n 73, Dezembro, 2000.

Relatos de experiências



UÁQUIRI

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia

UÁQUIRI - PPGGEO, v. 1, n. 1, p. 130-159, ano 2019.

Home page: <https://periodicos.ufac.br/revista/index.php/Uaquiri>



ISSN impresso: 1806-0218, ISSN online: XXXX - XXX

RIO MACAUÃ: VIAGEM AOS CONFINES DO RIO DAS MIL E UMA CURVAS (Relato de experiência)

Silvio Simione da silva^{1,2*}

¹Professor Doutor da Universidade Federal do Acre, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Rio Branco, Acre, Brasil; ²Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia, Rio Branco, Acre, Brasil.

*ssimione@gmail.com

Publicado em 2003, v.1, n.1, p.133-164. Republicado em dezembro de 019

DOI:

RESUMO

Neste artigo relatamos uma viagem de estudo às FLONAS Macauã e São Francisco, no município de Sena Madureira, no estado do Acre, realizada no final de março de 2002. Aqui apresentamos uma descrição sobre o trajeto, ora expressando a emoção, ora analisando o significado das situações vivenciadas num olhar geográfico sobre esta realidade. Assim, descrevemos aspectos físicos naturais da região e situações que denotam a reprodução socioespacial humana do lugar, numa reflexão científica sobre os pontos estudados. No conjunto também demonstramos a possibilidade de aprendizado a partir de uma “viagem de estudo” na Geografia.

Palavras-chave: Amazônia. Floresta. Rio. Reprodução camponesa. Metodologia de estudo. Análise geográfica.

MACAUÃ RIVER: TRIP OUT TO THE THOUSAND-AND-ONE-BEND RIVER (EXPERIENCE REPORT)

ABSTRACT

In this article we describe a field trip to the Macauã and São Francisco National Forests in the municipality of Sena Madureira, state of Acre, taken at the end of March, 2002. Here there is a description of the route, at times expressing the emotion, and other times analysing the meaning of the situations we lived under a geographical look into this reality. Thus, we describe natural physical aspects of the region and situations that indicate the human socio-spatial reproduction of the place in a scientific reflection on the points studied. Finally, in its entirety, the text demonstrates the possibilities of learning from a “study trip” in Geography.

Keywords: Amazonia. Forest. River. Peasant reproduction. Study Methodology. Geographical Analysis.

**RIO MACAUÃ: VIAJE AL RÍO DE MIL Y UNA BANDA
(INFORME DE EXPERIENCIA)**

RESUMEN

En este artículo informamos un viaje de estudio a FLONAS Macauã y San Francisco, en el municipio de Sena Madureira, en el estado de Acre, realizado a fines de marzo de 2002. Aquí presentamos una descripción de la ruta, a veces expresando emoción, a veces analizando el significado, de las situaciones experimentadas en una mirada geográfica a esta realidad. Así, describimos aspectos físicos naturales de la región y situaciones que denotan la reproducción socioespacial humana del lugar, en una reflexión científica sobre los puntos estudiados. Juntos también demostramos la posibilidad de aprender de un "viaje de estudio" en geografía.

Palabras clave: Amazon Bosque Rio. Reproducción campesina. Metodología de estudio. Análisis geográfico.

1. CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE

Coça, coça , coça, puim

Pium, mucuim, carapanã, de noite, cedo, tarde de manhã, e quanto mais se roça, mais se coça mais se esfolia, meu Deus, essa agonia não tem fim!

Meus amigos, companheiros de batalha seringal dá vida mansa, mas tem algo que atrapalha. Não quero ser panema ao confessar esse desgosto, mas vejam minhas pernas, pés e mesmo o rosto (Música de Keilah Diniz, cantora acreana).

Neste artigo buscamos apresentar o relato do trabalho de campo que realizei junto com discentes e docente da Universidade Federal do Acre (UFAC) em viagem de estudo à Floresta Nacional (FLONA) do Macauã e São Francisco, no município de Sena Madureira, AC. (figura 01), no final de março de 2002. O objetivo da atividade era levantar informações preliminares sobre aspectos socioeconômicos e ambientais que permitisse a um dos membros da equipe obter dados que para fundamentar seu trabalho de monografia de conclusão do curso de Bacharelado em Geografia junto a UFAC. Eu, enquanto pesquisador, defini duas finalidades: ter conhecimento desta realidade que orientaria a referida aluna e, ao mesmo tempo, levantar material informativo sobre as organizações comunitárias que estão sendo formadas nestas áreas, como as associações de produtores familiares agroextrativistas. A possibilidade de escrever este artigo, somente surgiu no decorrer da viagem.

A equipe estava composta por sete pessoas sendo, duas alunas: Rosiane Silveira de Lima, acadêmica no curso de Bacharelado em Geografia – Campus de Rio Branco, Sainá Soares da Silva, acadêmica do curso de Licenciatura em Geografia de Sena Madureira; dois

professores, sendo eu – Silvio Simione da Silva e Suilene Oliveira Maia, professora substituta – todos ligados ao Departamento de Geografia da UFAC; o barqueiro Davi, do IBAMA; e os guias Sr. Manuel e Sr. Antônio, ambos seringueiros moradores da área da FLONA Macauã. Em todas as etapas da referida atividade contamos com o pleno apoio do IBAMA, na pessoa do Tecnólogo Sebastião Santos da Silva (Tião), coordenador das FLONAS Macauã e São Francisco.

No âmbito geral deste artigo, devo salientar que foge a minha pretensão apresentar uma profunda reflexão científica sobre as questões vistas, pois quero primar mais pelo caráter informativo e descritivo da viagem e dos diversos aspectos aí observados. Estas reflexões foram feitas no referido trabalho monográfico.

2. VIAGEM PARA SENA MADUREIRA.

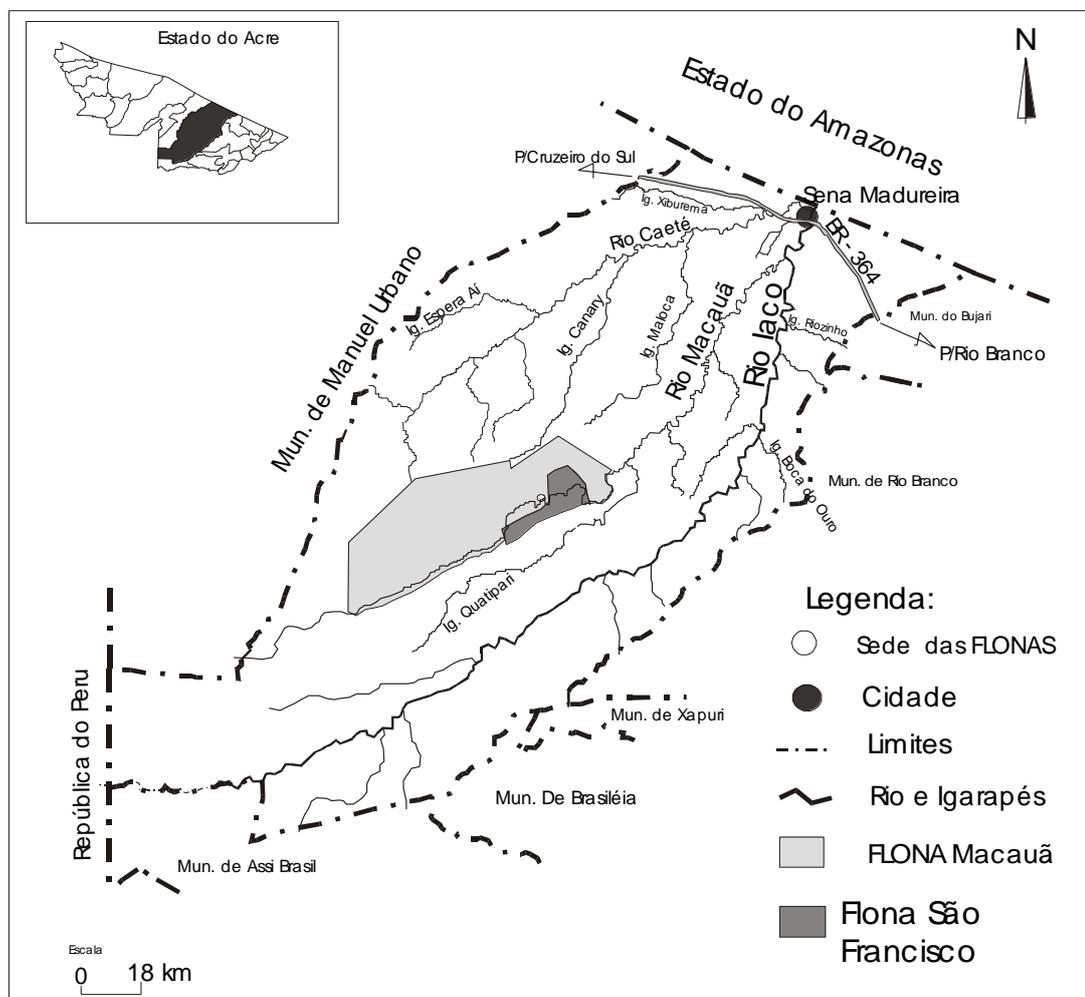
Ao final do dia 27 de março, saímos de Rio Branco com destino a Sena Madureira. Seriam 140 quilômetros a ser percorrido na BR-364, em trechos pavimentados, que apesar de grande parte apresentar péssimas condições de conservação, permite uma viagem tranquila de duas horas num táxi (que pode ser feita também por ônibus). A estrada é circundada por paisagens rurais tipicamente dominadas por pastagens de gramíneas plantadas, em solos de um relevo de colinas de altitudes modestas. A imponência da floresta aparece ao fundo da paisagem, o que no anoitecer se apresentava como uma faixa escura a barrar os reluzentes raios do sol que ao se pôr no horizonte, ia perdendo em sua luminosidade na sombria imensidão turva da mata. Em sua grande maioria, o uso deste solo, volta-se predominantemente para a criação bovina com práticas agropecuárias extensivas em propriedades de médio e grande porte. O cheiro do capim dá um aroma diferente e agradável à atmosfera local, isto no dizer dos pecuaristas locais é porque “pasto e boi exala cheiro de dinheiro”.

No decorrer a viagens conhecemos uma missionária da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, que se dirigia a uma missão no Alto Rio Iaco. Lá a Instituição mantém grupo de missionário que promove a evangelização da população ribeirinha e ao mesmo tempo desenvolve formas de produção agrícola de gêneros alimentícios, com a introdução de novas técnicas agro hortifrutigranjeira. A impressão que ficou foi de que se trata de ações de grande alcance social, em que se busca trabalhar o alimento do espírito, mas também da carne; afinal, tratam-se de seres humanos, “filhos de Deus” nos confins da floresta!

Por volta das dezenove horas chegamos a Sena Madureira, onde tomamos as providências finais para a viagem que se iniciaria no dia seguinte. Verificou-se o barco com o barqueiro, contatou-se com os participantes da viagem na cidade, compraram-se os víveres que faltavam, e por final, a noite nos reunimos com coordenador das FLONAS Macauã e São Francisco (figura 01), que nos passou algumas informações, fez alguns esclarecimentos sobre o projeto do IBAMA (política do Governo Federal) para estas áreas, fornecendo-nos materiais informativos. Assinamos alguns documentos que nos dava a permissão para tal atividade e estava tudo pronto.

Após isto, pernoitamos na cidade na residência de familiares de uma das acadêmicas, onde gozamos da boa hospitalidade da família acreana.

Figura 15 - Mapa: Sena Madureira, AC. FLONAS Macauã e São Francisco.



3. DEFINIÇÕES DE TERMOS

Na conversa que tivemos com o coordenador das unidades de conservação que iríamos visitar, “o Tião do IBAMA”, como já mencionamos, tiramos algumas dúvidas e começamos a nos habituar a certos termos que para nós eram ainda poucos conhecidos. Neste sentido, entendo ser importantes esclarecer algumas definições quanto ao sistema político de conservação da natureza definido pelos órgãos federais que atuam na área ambiental, no caso Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que poderão ser mencionando no decorrer deste trabalho.

Em 18 de julho de 2000, o Governo Federal através da Lei 9.985, instituiu o Sistema Nacional de Conservação da Natureza (SNUC). Com isto estabeleciam-se os critérios e normatizações para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Unidades de Conservação é definida como um espaço territorial de conservação da natureza. Ao ser delimitada, cabe a instância pública criadora, fomentar formas de gestão deste território como foi definido da referida lei. O território destas unidades deve ser entendido como o espaço em sua integralidade de recursos naturais existente, ou seja, com suas águas, sua flora e sua fauna (BRASIL, 2000).

As unidades de conservação que fazem parte do SNUC, conforme BRASIL (2000), são caracterizadas em dois grupos específicos:

- Unidades de Proteção Integral, que se caracterizam como territórios voltados especialmente para preservar a natureza. Aí os recursos destes espaços somente terão uso indireto, como em pesquisa científicas e visitação com objetivos educacionais. Neste grupo estão as estações ecológicas, reservas biológicas, parques nacionais, monumentos naturais e refúgios de vida silvestre.
- As Unidades de Uso Sustentável, que podem ser definidas como espaços territoriais de conservação da natureza, ou seja, territórios em que se busca compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. O uso, aí vai além da pesquisa e visitação, chegando até às formas de exploração de seus recursos naturais. Neste grupo estão as áreas de proteção ambientais, as áreas de relevantes interesses ecológicos, as florestas nacionais, as reservas extrativistas, as

reservas da fauna, reservas de desenvolvimento sustentável e reservas particulares do patrimônio natural.

Para nosso trabalho, aqui nos interessa especificamente as Florestas Nacionais (FLONAS). As florestas nacionais, portanto, são áreas territoriais com cobertura florestal predominante nativa que tem como objetivo o uso múltiplo sustentável dos recursos naturais e a pesquisa científica. Nestes casos, passam a ser espaços para aplicação de formas de explorações sustentáveis de florestais nativas, como campo de experimento tanto por instituições de pesquisa (universidades, IBAMA etc.), como por outros que obterem permissão junto aos órgãos responsáveis e ao Plano de Manejo e Uso do espaço desta unidade de conservação.

As FLONAS são de posse do domínio público, sendo admitida a permanência de populações tradicionais que habitavam estes espaços anterior a criação, desde que estejam de acordo com os regulamentos e plano de manejo da unidade. Visitação pública é permitida e a pesquisa é incentivada, mas ambos condicionada a autorização prévia do órgão competente, que no nosso caso, foi o IBAMA. Esta categoria de unidade de conservação pode também ser criada pelo Estado ou Município sendo estes casos, denominados de conformidade com a instância criadora.

Com estas definições, agora podemos iniciar o relato da viagem, tendo clareza das dimensões espaciais e territoriais as quais iremos referir no corpo descritivo e analítico deste trabalho.

4. VIAGEM PARA AS FLONAS

a. Subindo o Rio Iaco:

No dia 28 de março nossa jornada se iniciou de manhã, às 06:00 h. em Sena Madureira. Após efetuar a aquisição de alguns mosquiteiros (cortinados adaptados para redes) no comércio local, dirigimo-nos a um ponto nas vertentes do rio Iaco, rio que banha esta cidade, numa área que constituí um porto natural. Estávamos vendo o rio da cidade. A areia e as rochas argilosas que formam o terreno marginal, as águas lamacentas e a correnteza do rio, dão-nos boas-vindas ao ambiente que nos espera. Muitas pessoas já estão trabalhando, carregando e descarregando os barcos que navegarão o rio a jusante ou a montante da cidade levando víveres para serem

comercializados com a população ribeirinha e, pessoas que vieram a cidade (a “rua” com dizem no lugar) fazer compras. O forte cheiro de “barro” exalado da lama que se forma nas margens do rio, se mistura ao odor forte do suor dos carregadores e transeuntes que por aí trafegam e trabalham.

O Coordenador das FLONAS já estava a nossa espera, juntamente com o barqueiro que nos conduziria, com um senhor que iria a trabalho (na construção de um barco) e, uma senhora que procurava de alguém que levasse uma correspondência a seus familiares. O Coordenador deu as últimas “instruções” e apresentou-nos a senhora que o acompanhava, dona Boneca e, mais o trabalhador viajaria conosco. Então passaram nos ajudar a embarcar nossas bagagens numa pequena “voadeira” (barco leve a motor).

Em conversa com dona Boneca, foi possível ter uma ideia do ambiente social que nos esperava: pessoas simples, trabalhadoras, que no interior da floresta encontra sentido a suas vidas com valores que para nós, citadinos, são coisas do passado. O Coordenador das FLONAS nos apresentou esta senhora dizendo: – “Esta é dona Boneca, ela é a proprietária de uma das colocações que vocês irão visitar; é um dos lugares mais bonito de toda a FLONA Macauã, ela o marido e os filhos trabalham com lavoura de subsistência e extrativismo vegetal”. Cumprimentamos dona Boneca e, nisto alguém da equipe perguntou a ela quantos filhos tinha. Ela respondeu: – “Doze filhos”. Nossa admiração foi geral, pois a trabalhadora ainda é uma mulher com menos de 45 anos, morena clara, bem “conservada” para alguém que enfrenta a difícil vida de morar nestes confins da ocupação humana da Floresta Amazônica. Aí se perguntou: – “Nossa! Mas doze filhos é demais? A senhora não acha?” Dona boneca respondeu de forma categórica, e dentro dos valores socioculturais que cercam seu universo: – “Que nada! Muito nada. Quando espalho todos no roçado, ainda falta é muito! Poderia ter mais”. Com estes argumentos, dona Boneca demonstrava que ter muitos filhos responde na realidade, a necessidade de braços para o trabalho, no tocante a forma de exploração da terra que fazem. Isto relacionando a outros raciocínios que iríamos ver nos dias seguintes nos mostraram uma lógica de vida e valores que presa pela autonomia de conservar “o que é bom” – e ter muitos filhos para eles, é bom. Aí reside uma lógica que entendo ser própria de uma reprodução camponesa, nestes confins da floresta.

Estando tudo pronto, despedimo-nos das pessoas no porto, adentramos ao espaço do barco e iniciamos a viagem que perduraria por volta de 8 horas subindo o rio Iaco e depois o Macauã, até a sede das FLONAS, na colocação de nome Santa Rosa. Passávamos agora do rio, ver a cidade. Vê-se então a cidade nas duas margens do rio, a margem esquerda está a sede do

município, com o comércio e a vida econômica mais ativa, a margem direita, isolada do restante da cidade por via terrestre urbana, estão os bairros chamados “Niterói e São Francisco”, lugar de extrema pobreza, mas com um povo que no seu sorriso e cordialidade expressam o calor de pessoas que apesar das dificuldades conseguem sorrir; e assim, sorriem para a vida.

No plano visual, a paisagem vista do rio com os velhos casarões contrastando com novos prédios comerciais, é testemunha do passado de uma cidade que nasceu de frente para o rio, como a maioria das cidades amazônicas e, agora nega este passado e vira a costa para ele. Os novos prédios voltam-se para a “terra firme”, o rio é espaço pretérito, depósito dos restos que a sociedade urbana produz e joga em suas margens, é canal de esgoto que “Deus na sua infinita” bondade deixou para nós usarmos e abusarmos dele. Em algumas áreas, as serrarias e o comércio (em pequenos casebres de madeira), agora se edificam nos barrancos do rio, porém somente pela localização e pelo preço do solo urbano. Do barco se vê apenas fundo das edificações em palafitas e o lixo produzido que é jogando no rio.

Saindo da área próxima ao centro, no trecho urbano que margina o canal do rio, a maior parte das vertentes esquerdas são ocupadas, sobretudo no leito maior do rio, por barracos de madeiras que se dependuram nos barrancos como se fosse cair a qualquer momento. São populações paupérrimas que não encontrando lugar para morar em áreas mais nobres, este espaço é o que lhes restam na cidade, habitando e se reproduzindo nas fedentinas destas áreas marginais. Se os “barrancos” (vertentes) do rio são vistos como lugar para jogar o lixo, aí também a sociedade joga estas pessoas como se fossem “seus lixos sociais”. Todavia, isto não é algo apenas deste município, é a realidade da grande maioria das cidades amazônicas.

Assim, o rio que um dia um estudioso da Amazônia disse que “comandava a vida”, sofre do desmando de seus ex-comandados. Aparece como negação da vida para a cidade, espaço que não desperta cuidado, coisa do passado, pois a tese de que era a via do progresso caiu na hora que a estrada chegou. Agora a estrada comanda as trilhas da vida desta e de outras cidades amazônicas. Nisto, a ponte sobre o rio Iaco, aparecia imponente como um gigante de ferro que briga com o rio, mas é marca que a estrada já o ultrapassou. A quantidade de árvores encalhadas (balseiros) em seus pilares demonstra a força das águas na “briga” com a edificação da obra humana que ali construída.

Após passar a ponte, o forte cheiro de borracha atestava que estávamos próximo da Usina de Borracha Chico Mendes, que é uma cooperativa que visa beneficiar a borracha produzida a fim de agregar maior valor ao produto e viabilizar a políticas de revitalização desta

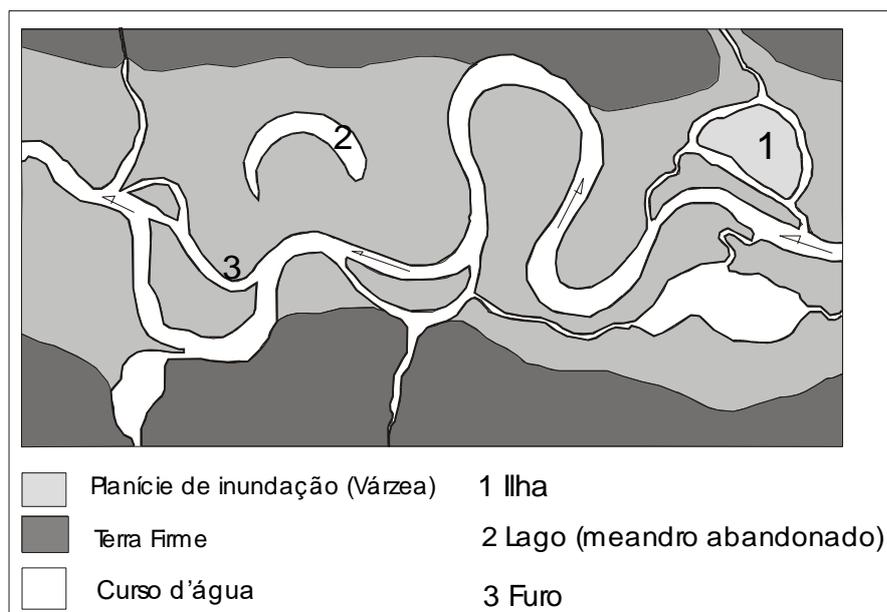
atividade na Amazônia-acreana. Aqui a indústria não joga lixo no rio – isto é fantástico! Mas o cheiro forte da borracha ainda incomoda bastante.

Sáímos da cidade e agora a paisagem é tipicamente rural. Inicialmente pouco se difere da que vimos margeando a rodovia: pastagem e criação de gado bovino ao alto das vertentes, a partir do leito maior do rio. A visão do rio agora é um grande curso d'água circundado por “paredões” de rochas sedimentares argilosas, intercalados por áreas rebaixadas, mais arenosas, com patamares crescentes em forma de escadarias, o que testemunha os constantes movimentos de massas que se dão no plano geomorfológico da evolução do relevo local. As praias fluviais, apesar da vazante não ter se completado, já começavam a aparecer. A vegetação é formada por alguns tipos de capins nativos que se desenvolvem sazonalmente nos períodos de vazantes, e por uma mata ciliar com formações arbustivas de árvores de rara beleza. Infelizmente, os pedaços de plásticos, papéis, garrafas de vidros que vimos presos nas vegetações, demonstram o efeito nefasto inconsequente de ação humana que irresponsavelmente, teimam em jogar seus restos no rio.

O rio Iaco é um rio de “água branca” (barrentas ou lamacentas) e o seu afluente Macauã é um rio de “água clara”, aplicando a classificação de Harald SIOLI (1985). Seus percursos se caracterizam pelo desenho meandrante que serpenteia pela floresta, multiplicando por muito qualquer distância que se pretenda percorrer. Mesmo assim, constitui em parte do ano a única via de transporte para a população que habita suas margens. A formação de lagos (meandros abandonados), a indefinição de canais e os furos (mais no Macauã) demonstram que na dinâmica da geomorfologia fluvial local, estes são processos evolutivos de um rio jovem numa área de formação sedimentar (Figura 02).

À medida que subíamos o rio, à paisagem rural modifica-se e as formações de florestas “virgens” passam a ocupar também estas áreas circundantes. Além dos barrancos e praias, há extensões de formação de árvores de imbaúbas, palmeiras e até algumas árvores de portes maiores como o mulateiros, seringueiras etc., passam a ocupar desde terrenos mais baixos sujeitos a alagações em períodos de cheias, até áreas de terras firmes. Um pouco mais adiante, no plano mais elevado do relevo, pode-se observar a presença de árvores de grandes portes que já ocupam as áreas de terras firmes, aí aparecem também castanheiras, seringueiras, cedros, mognos, cumarus, cerejeiras etc.

Figura 16 - Representação da geomorfologia local, adaptado conforme observações nos rios Iaco e Macauã, 2002.



A fauna regional já se mostra com alguns tracajás (espécies de quelônios, típicos desta região da Amazônia) e pequenos jacarés que ficam a “tomar banho de sol” em troncos de árvores ribeirinhas e nas praias fluviais que já começavam a aparecer, respectivamente. Também, a diversidade de pássaros faz suas cantaroladas nas matas e nos dão a impressão de que uma orquestra receptiva que nos aguardava.

As áreas residenciais de trabalhadores ribeirinhos abrem clareiras ao longo do percurso do Iaco, aparecendo às formações de pastagem e casas onde vivem seus moradores. São lavradores, extrativistas e criadores de gado bovino e animais de pequenos portes, que atuam nestes sistemas de produção sob base de trabalho familiar. Partes destas famílias são de trabalhadores que optaram para que a esposa e filhos mais novos fossem residir na cidade (em busca de acesso a educação que no lugar tem grandes limitações), mas que o chefe de famílias e os filhos mais velhos ficam trabalhando nas terras para garantir o sustento. Outra parte é formada por trabalhadores que cuidam de terrenos de proprietários que vivem na cidade, são lotes de proprietários absenteístas, que ora semi-exploram as áreas extensivamente, ora apenas as têm como um local para as folgas de fins de semanas ou, ainda a espera de valorização da terra para vendê-la por melhores preços. Na maioria destes casos, trata-se de especulação com a terra, porém não é grilagem. A propriedade ou posse fundiária se formou em áreas de extensões poucas consideráveis para a região e, quase sempre, são heranças de famílias que nas

décadas passadas migraram para a cidade e construíram vida urbana, mas que algum membro familiar ficou no local, portanto não se abandonou o direito sobre a terra familiar.

Assim, percorrendo esta paisagem ribeirinha, por duas horas, chegamos a “boca do Macauã” (a foz do Macauã no Iaco). A área de frente, na margem oposta do rio Iaco é bastante desnata (margem direita), com formação de pastagem. À primeira vista do rio é de como se estivéssemos vendo uma grande estrada que adentrava a florestas. A força vigorosa do Macauã briga com o Iaco, mas aos poucos a diferença da coloração da água logo é vencida, e tudo se torna um só corpo d’água em sua caminhada rumo ao Amazonas.

b. Subindo o Rio Macauã:

Entramos no Macauã e já se podia observar o maior domínio das florestas. Nas margens, aparecem com mais intensidades as vegetações de gramíneas e arbustivas. Nos bancos de areias, a fauna mostra seus habitantes que habitualmente ficam observando a passagem dos viajantes barulhentos: Tracajás, jacarés, capivaras, macacos, pássaros e borboletas multicoloridas, em que qualquer de nossos “movimentos suspeitos” quebra sua paz que nos parece ser contagiante. Chuva e sol se intercalam em trechos percorridos de meia em meia hora e, aí ficamos à mercê do revezamento de frio e calor constante. As poucas paradas se tornavam necessárias para “esticar o corpo” ou fazer nossas necessidades fisiológicas. Deparávamos então, com a lama das margens que sob o disfarce de bancos de areias, obrigava-nos a atolar parte de nossas pernas para se chegar a terra firme. Assim, seguimos rio acima em busca de alcançar as FLONAS Macauã e São Francisco.

Logo após o longo trecho reto de entrada, começavam o predomínio das curvas no trajeto. A demonstração que se tem agora é de um rio que sua geomorfologia se apresenta meandrante, com constantes furos num insistente trabalho em que tenta endireitar seu leito, parecendo querer encurtar o caminho para chegar para seu destino final. A morfologia do terreno vista do canal fluvial se apresenta cheia de indefinições por se tratar de formação recentes. Cada furo ao se transformar em canal – paraná-mirim, começa a dar base a formação de um novo trajeto ao rio e deixa, paralela, parte do antigo leito abandonado, por onde se inicia a consolidação da formação de lagoas – lagos de meandros abandonados (formato de ferradura), típicos destas formações de rios que percorrem áreas de planícies sedimentares, como nesta parte da Amazônia. Nos períodos de vazantes do rio, estes lagos se desligam do curso fluvial e passam a serem ambientes lacustres propícios para a reprodução de vários tipos de vidas aquáticas em águas semi-paradas. Nestes ambientes, a vida aquática se reproduz

abundantemente, pois funcionam como viveiros naturais para peixes, anfíbios e outras espécies de vida. O desenvolvimento intenso da flora aquática de fitoplâncton que desempenham papéis fundamentais na cadeia alimentar local produz também massas de sedimentos de origem vegetal que se deposita anualmente no fundo dos lagos, isto em conjunto com o processo de deposição de sedimentos trazidos pelas enchentes e pelo trabalho dos fatores erosivos nas vertentes promove constantes processos de transformação deste relevo, que em longo prazo conduzirá ao soterramento natural do leito lacustre. Estes são processos típicos destas formações geomorfológicas, que aí se pode notar.

Após três horas, a viagem já começava a ficar cansativa, bate-papos, piadas, brincadeiras, amenizam, mas não resolve. O tempo nos castiga com um sol escaldante acima de trinta graus, momentaneamente interrompido por “pancadas” de chuvas que diante do vento provocado pela velocidade de nossa embarcação, tornava-se extremamente frio. As capas e as lonas pouco resolviam a situação, procuramos então, proteger as bagagens para não molhar nossas roupas e instrumentos de trabalho. Já ao barqueiro nada podia interromper e as intempéries climáticas não mudavam seu ritmo de trabalho. Assim sob chuva ou sol, o barco continua em velocidade considerável.

Viajamos mais um pouco e chega a hora do almoço. Na impossibilidade de fazer comida, comemos as “merendas” que levamos prontas: bolachas, biscoitos, frutas e as tradicionais farofas de frango e de jabá. Esta foi uma das poucas paradas em que ancoramos a margem e deu para sair da posição que se ficava no período que estávamos viajando. Devoramos a comida como se fosse um banquete de muito requinte e em seguida recomeçamos a viagem.

Subindo o rio, as colocações (posses, locais de moradia e vivência dos seringueiros) situavam-se em média de uma a duas áreas de distância a percorrer uma para outra. Os primeiros contatos com os moradores locais se dão através do barulho do motor que ao passar desperta a atenção destes, e saem com toda a família para o alto das vertentes (barrancos) e ficam a observar nossa passagem. Lá de cima nos acenam e aguarda resposta dos cumprimentos. Nos rostos angelicais das crianças ou nas faces marcadas pela vida dura dos adultos, vem expressões que nos dá a sensação de estarmos recebendo “as boas vindas”.

Estes gestos dos moradores a buscar de saber o que está acontecendo no rio, demonstra a primeira mão, o conhecimento de que simbolicamente o rio ainda representa o caminho de entrada e saída no lugar, ou seja, é a via que possibilita o contato com o mundo exterior, é o principal meio de saber informações da cidade e do que acontece “lá fora”. Isto também traz

um significado de rompimento com o isolamento para quem vive nestes espaços longínquos. O tímido aceno que se dá ao passageiro é uma forma de demonstrar a possibilidade de interagir com o mundo que vem de fora para o seu. É o desafio de se ver diante do “novo” e buscá-lo conhecer, ora incorporando-o, ora negando-o; e nisto, são muito precavidos! Isso pode ser entendido, pois o “novo” que se apresenta poderá criar possibilidades de rompimento com a situação vigente gerando incertezas para estes sujeitos sociais. Isto é temeroso!

Para estes homens simples da mata, na realidade socioambiental que os cercam, parecem-nos que o rio, a florestas e os animais mais que comandar a vida, são partes de suas vidas. Todos se governam conjuntamente, homem e natureza, ambos se comandam e são comandados intrinsecamente ligados e, ambos participam das condições para sua existência equilibrada no espaço geográfico local. Assim homem-rio-floresta, juntos forma três forças que se ligam e se equilibram na vida local – aí também reside sentido para se viver. O “novo” traz mudanças, daí a precaução e não a negação.

Durante a viagem, nos troncos de árvores que despendiam das vertentes, os tracajás formavam pequenas comunidades a tomar sol. Alguns grupos ao ouvir o barulho do motor se jogam na água e interrompe seu “lazer”, mas continua a observar, às vezes de um pouco mais distantes. Agora os jacarés já começam a ser mais frequente nos bancos de areia. Já chegando as FLONAS, um belo exemplar de capivara nos observava do alto das vertentes do rio com certa desconfiança, porém parece não temer tanto a presença humana. Os peixes dão saltos no rio como se estivessem a fazer malabarismo, os pássaros ensaiam seus concertos com grandes variedades de sons e, muitos insetos nos rodeiam com seus zumbidos estridentes como se estivessem festejando a chegadas de “sangue novo no pedaço”, como dizem os moradores locais. Nesta a atmosfera, a natureza se realiza plenamente mesmo diante da ocupação humana que se apresenta a décadas.

c. A chegada as FLONAS

Mais algumas horas de viagem e estávamos passando pelo seringal cachoeira, onde as edificações existentes ainda testemunham a funcionalidade do local que no passado se constituiu em sede administrativa desta unidade de produção extrativa, ou seja, era um barracão (sede do seringal). Após esta localidade entramos nas áreas das FLONAS Macauã e São Francisco que juntas forma um território contínuo (Cf. figura 01).

Avistamos a primeira clareira a margem do rio, era colocação de dona Boneca. Tratava-se de uma área de cinco ou seis hectares desmatadas com pastagem de gramas natural. Uma

barraca (casa simples coberta de palha ou madeira) que aparentava ser bastante aconchegante, com alguns pés de árvores frutíferas circundado indicavam o local da habitação familiar. Algumas cabeças de gado, de galinhas e patos, o pequeno roçado de macaxeira e outros tipos agrícolas de subsistência e um pequeno barco a remo ancorado no barranco do rio, dá-nos a certeza de que estamos entrando em um ambiente típico de territórios de reprodução familiar camponesa na floresta. Aportamos paralelos ao barco e o barqueiro chamou pelo morador. Saíram quatro crianças da casa e vieram em direção ao rio atender ao chamando. Eram crianças com menos de dez anos de idade. Perguntou-se pelo pai deles e este informou-nos de que este e os irmãos mais velhos estavam no roçado. Então, entregou-se a carta que a mãe lhes enviara e disse que ela mandava abraços para todos. As crianças subiram as ladeiras das vertentes e nós retomamos a viagem.

Mais duas horas navegando rio acima, passando curvas e mais curvas e chegamos a colocação São Sebastião, sede da Associação dos Moradores das FLONAS Macauã e São Francisco e Áreas de Entorno. Neste local também funciona uma escola um pequeno entreposto comercial (cantina) mantido pela associação. Três famílias residem aí: um casal de idosos e as famílias de dois filhos já casados. Um destes moradores, Sr. Admilson é o professor da escola e presidente da associação, o que o torna um líder comunitário bastante respeitado no local.

Nesta colocação ficaria o senhor que viajou conosco para trabalhar na construção do barco da associação dos produtores locais. Quando chegamos aí, encontramos ancorado um barco da Fundação Nacional da Saúde que fazia o levantamento socioeconômico na área. Fomos apresentados ao responsável pelo trabalho, que de imediato se prontificou a repassar as informações colhidas para nós, assim que estivessem retornados a Sena Madureira e sistematizando-as.

Ainda na proa do barco ancorado, o barqueiro solicitou a presença do presidente da associação para saber quem nos serviria de guia nos dias que permaneceríamos ali. Rapidamente Sr. Admilson apareceu e nos cumprimentou lá do alto do “barranco”, apresentando-nos o Sr. Manoel que nos guiaria na visita aos moradores das FLONAS. Sr. Manoel é um seringueiro, nascido e criado nesta região e, é vice-presidente da associação e residindo uma colocação após a sede das FLONAS.

Sr. Manoel entrou no barco por volta das 14:00 h. e seguimos viagem. A medida que subíamos o rio, aumentava as curvas e leito navegável estreitava, o que exigia mais habilidade de jovem barqueiro que nos conduzia. Passamos por mais quatro colocações e seguimos direto até a colocação Santa Rosa, onde está construída sede. Por volta das 16:30 horas sob forte

chuvisco aí aportamos. O barranco era alto e o lamaçal era considerável, subi-lo já era um desafio. Vagarosamente subimos com a bagagem. Estávamos todos molhados e exausto. A área era uma pequena clareira aberta num istmo de uma curva a margem esquerda, que nesta época do ano forma uma ilha, pois logo acima o rio “trabalha” na abertura de um novo canal – um “furo” que já forma um “braço do rio” e no futuro constituirá no novo leito do Macauã neste trecho. Era a dinâmica da formação do relevo fluvial que se colocava novamente a nossa frente fazendo lembrarmos das aulas de Geomorfologia. Na pequena clareira seis edificações se erguem, sendo: uma escola, cuja professora estava viajando para fazer treinamento, uma casa de máquinas onde fica o motor que fornece luz elétrica para os demais prédios, e mais quatro edificações em formato hexagonal, sendo uma cozinha, uma sala de reuniões e dois dormitórios equipados de vários armadores de rede. Todas as edificações estão construídas em madeiras impermeabilizadas com betume. O contraste do formato das construções, o preto da madeira impermeabilizada e o verde da floresta dão um “clima de exotismo” à paisagem local.

Ao chegarmos aí, pode-se notar que teríamos “amigos” incansáveis a nos acariciar. Eram nuvens de insetos hematófagos – mosquitos de vários tamanhos. Os piores eram os minúsculos que à primeira vista sequer víamos – piuns e borrachudos que saem durante o dia quando o tempo está nublado, no alvorecer e no entardecer. Sentíamos sua ação silenciosa e incomoda, sugando nosso sangue e deixando marcas de centenas de pintinhas em nossos corpos como se fossemos todos sardos. Suas picadas são pequenas não doem tanto, mas coça, arde e queima muito. O uso de repelentes tem uma ação curta e após dez a quinze minutos os insetos voltam a atacar e continuam até o anoitecer. Então, por alguns minutos há uma aparente calma, mas é o momento que começa a sair os piuns e chegar os carapanãs (pernilongos) com sua musicalidade estridente em nossos ouvidos. Abelhas, muriçocas e marimbondos atuam o dia inteiro. As gesticulações, tapas e coçar a pele são movimentos sincrônicos para todos que mais parece estarmos numa aula de exercícios físicos. A calma só vem quando entramos debaixo dos mosquiteiros; mesmo assim, é possível que insetos de menores tamanhos consigam romper a “barreira” e se alimentar do “sangue novo”. Este era o ambiente que nos deparamos e nos desafiava a conhecê-lo melhor.

Ainda no percurso, Sr. Manoel avisou-nos que teríamos outro companheiro nos trabalhos, era Sr. Antônio, seu sogro e também responsável por cuidar do ambiente da sede das FLONAS. Nesta conversa nos avisou que na noite anterior em Sena Madureira um filho do Sr. Antônio, havia sido assassinado numa briga, mas que não devíamos contar, pois temia a reação deste.

Uns trintas minutos após chegarmos a referida sede, chegou o Sr, Antônio, um caboclo moreno de 50 a 60 anos, acompanhado por uma jovem cabocla que era sua esposa. Muito alegres nos cumprimentaram e se colocaram as nossas inteiras disposições. Eles residiam próximo, numa colocação à margem direita, isto é, de frente a sede das FLONAS. Conversamos um pouco e, os dois guias e o barqueiro providenciaram água na caixa suspensa e então se pode começar a providenciar o jantar, tomar banho, armar as redes e mosquiteiros. Na rede sob o mosquiteiro tínhamos o refúgio – o lugar da paz, “livre dos mosquitos”.

A noite o Sr. Antônio e sua esposa retornaram para sua casa. Após o banho, o jantar estava pronto: farofa, arroz e feijoada em conserva. Jantamos, planejamos as atividades do dia seguinte e em seguida fomos dormir. O silêncio da natureza era rompido pelos sons de grilos, sapos e pequenos animais noturnos que cantarolavam nas matas próximas. Após acostumar, o som parece uma verdadeira a orquestra natural a embalar nosso sono, porém até chegar a isto pode ser verdadeiro atormento a um novato que desconheça esta realidade, pois na incerteza de quem o produz, não se sabe se o som provém de um dócil sapinho ou de uma temível onça. Assim, passou-se nossa primeira noite no Macauã.

i. Primeiro dia visita aos moradores locais

No dia 29 de março levantamos bem cedo, o tempo continuava muito chuvoso e os piuns pareciam mais calmos. Depois de cuidados higiênicos diários, tomamos café, providenciamos nossas farofas que seriam o almoço do dia, pois dado à distância era impossível voltar para uma refeição normal. Ainda muito cedo Sr. Antônio chegou com a esposa que ficaria no local fazendo limpeza dos prédios. Nós arrumamos, descemos as vertentes e agora com toda equipe no barco, iniciamos o trabalho com a subida do rio até a última colocação, pois como havíamos decidido, neste primeiro dia faríamos visitas a todas as colocações que estavam a montante de Santa Rosa e no segundo dia faríamos aquelas que estivessem a jusante.

Na viagem de subida, Sr. Antônio ainda estava inocente sobre a morte de seu filho. Após navegar uma hora mais ou menos, ouvimos barulho de outro motor que logo apareceu no final de uma curva do rio, era um senhor de mais de sessenta anos e um garoto que pilotava o barco (um casco comprido e estreito feito de madeira). Acenaram para nós pedindo que parecemos. Sr. Antônio disse: - “É Pedro meu irmão”. Paramos o barco no meio do rio, fomos apresentados ao Sr. Pedro e ao garoto que o acompanhava. Após cumprimentar todos Sr. Pedro convidou o irmão para que passasse para seu barco por um instante que tinha que lhe falar algo, o que foi feito de imediato. Sr. Pedro perguntou ao irmão se ele havia ouvido rádio no dia anterior. Sr.

Antônio informou ao irmão que não, pois seu rádio estava sem pilhas. Então Sr. Pedro disse: - “ontem estava passando uma mensagem para você e era uma notícia muito ruim!” Sr. Antônio indagou: - “Mas o que foi então?” - “Sinto muito meu irmão, você tem que ser forte, mas o caso é que mataram seu filho lá em Sena Madureira”. Sr. Antônio baixou a cabeça e por dois ou três minutos não disse nada. O silêncio pairava no lugar, parecia que até os animais respeitavam a dor daquele pai com o coração ferido. Em seguida ele se levantou no barco do irmão, retornou ao nosso barco e então disse: - “Mas ele tinha só dezenove anos! Eu sempre disse a ele para ficar aqui e trabalhar comigo, mas ele não me obedeceu. Queria ir é para a cidade!” Neste momento gotas de lágrimas escorreram pelo rosto sofrido do velho seringueiro que na sua amargura, arrancou palavras e gesto que mostrava a “fibra” de um homem da floresta: - “Mas, pessoal vou com vocês, é para isto que estou aqui”. E assim seguiu e nos dois dias seguintes e, em momento algum retornou ao assunto e, manteve-se prestativo e bem-humorado o tempo todo. Continuamos nossa subida, seguida agora pela embarcação do Sr. Pedro que nos acompanhou até sua colocação, aonde chegamos após uma hora de viagem.

O rio já apresentava seu leito navegável muito mais estreito, formando em alguns trechos, vários canais em meio a mata ciliar. A planície de inundação agora aparece imensa tomando longos trechos de floresta, o que prova se tratar de um “rio jovem”. As árvores caídas em seu leito dificultavam a navegação, o que sempre é contornado pela experiência do barqueiro e dos dois guias. A paisagem é muito bonita, grande planície inundada, os canais fluviais em meio da floresta alagada e ao fundo as florestas de bambus. Tudo dá um sentido exótico ao visual proporcionado.

Por volta das 09:30 horas chegamos a última colocação. Duas famílias de pequenos camponeses habitavam a duas cabanas ao alto de uma colina que se situava as margens direitas do rio, que segundo o morador, nesta época do ano está área torna-se uma ilha. Numa casa reside a senhora dona da colocação, uma mulher de pouco mais de quarenta anos, com três filhas bem jovens demonstrando exemplos da beleza mulher seringueira naqueles confins de mundo; na outra cabana residia o filho desta senhora, com sua esposa e dois filhos – duas lindas crianças muitas comunicativas, todos marcados pelas picadas dos piuns. A pele branca das pernas das crianças contrasta com a grande quantidade de pintinhas das ferroadas dos insetos. Por meia hora aproximadamente conversamos com o casal sobre informações de caráter socioeconômico. Estes nos informaram que o rio ainda era muito piscoso e que havia muitas piranhas, tucunarés, tambaqui, surubim e outros peixes; havia também muita caça e era um bom lugar para plantar, mas quase tudo o que faziam era para o próprio consumo, o excedente era

muito pequeno. O garoto fez questão de nos informar que sua mãe, a poucos dias, havia matado uma onça que vinha comer as galinhas e tentou invadir sua casa; falava e mostrava o couro do animal esticado na parede da pequena sala. Na verdade, está senhora agiu como forma de impedir que o felino entrasse em sua casa, numa noite em que estava só com as crianças, pois o marido havia viajado para a cidade.

O que podemos notar é que a consciência do uso racional da caça e pesca aí está bem difundida e assimilada pela comunidade. Estes sabem que se caçar e pescar apenas o necessário para seu consumo terá peixe e caça para sempre. Assim, após a conversa nos ofereceram um mucunzá (“canjica” de milho) ao leite de castanha, o que aceitamos e em seguida despedimo-nos e iniciamos a decida, agora passando por todas as colocações.

Ao todo visitamos neste dia sete colocações e nove famílias. Portanto, duas colocações tinham mais que uma família. Em cada residência se tomava um cafezinho, sendo que às vezes, as condições de higiene do local e dos moradores não eram muitas convidativas, o que tornava isto para aqueles que tinham um organismo mais sensível, uma tarefa um pouco difícil. Geralmente a segunda família da colocação era de um filho homem que se casou e fez uma casa próxima a habitação paterna. As filhas mulheres quando se casam geralmente acompanham seus maridos indo morar na colocação do pai do esposo que a recebe. Em todas as colocações tivemos produtivas conversas com estes sujeitos sociais que de forma muito prestativa, informaram-nos muito sobre suas condições de vida, suas perspectivas e sua luta cotidiana na floresta.

Todas as famílias visitadas com exceção do Sr. Pedro fizeram questão de salientar sua satisfação em morar na área e, que apesar das “dificuldades”, aí ainda era melhor que na “rua”. No caso do Sr. Pedro não chega ser uma insatisfação, mas uma limitação dada sua idade e suas condições de saúde. Sua colocação é indiscutivelmente a mais bonita e melhor apresentável de toda a FLONA Macauã, uma área grande formada em pastagem muita limpa, umas vinte cabeças de rezes (gado bovinos), muito patos e galinhas, porém este senhor já idoso e com a esposa também idosa moram sozinhos em seu lugar. Fazem seus trabalhos pagando para outros, uma vez que é aposentado, o que lhe garante recurso extra para tal fim. Contou-nos este casal, que nunca tiveram filhos, mas que haviam criado dois adotivos: – “Um, hoje, é guarda da Fundação Nacional da Saúde vive em Sena Madureira com sua família e o outro mora em Porto Velho (RO)”. Eles vivem bem lá e não querem mais saber daqui! Por isto tenho vontade de ir embora, mas não gosto da agitação da cidade.

O que causa preocupação no Sr. Pedro, ao que se pode entender, são as condições impostas agora com a incorporação de sua área pela FLONA Macauã, quando não tem “herdeiro” para deixar na terra. Conforme normas do uso da terra nesta área, o Governo Federal através do IBAMA reconhece o direito do morador sobre sua colocação, porém aqueles que quiserem sair receberão uma indenização do próprio Órgão Federal e esta área ficará incorporada plenamente ao território da FLONA, sem a presença de moradores. A partir desta transação ninguém jamais poderá voltar a ocupar como morador este lugar. Como também não se pode deixar sem morador, para este casal restam poucas opções: ficar mesmo com suas limitações etárias ou sair e perder tudo o que construiu numa vida de trabalho, recendo uma pequena indenização.

Nas conversas que tivemos, pode-se notar que todas as famílias perderam membros no constante processo de êxodo rural que ainda atinge várias regiões da Amazônia nas duas últimas décadas do século XX e no início do século atual (aqui ainda não houve o fim do êxodo rural como questionaram alguns estudiosos da questão).

Há certa confiança de que a vida está melhorando com a organização da associação e com a ação de apoio do IBAMA e órgãos estaduais, pois como dizem eles: – “É pela primeira vez vemos ações de pessoas do governo, sem ser para pedir votos”. Por outro lado, a situação torna-se ambígua quando falamos do futuro de vida, agora em território tomado pela Floresta Nacional: aí contrastam situações de desconforto e medo do que os esperam, com esta “satisfação” que referimos. Nisto eles sabem que essa nova situação poderá mexer profundamente com suas vidas, no seu espaço vivencial já produzido e consumado há décadas. Surgem, então, incertezas sobre o futuro que lhes esperam: ou a fixação definitiva em melhores condições de vida ou a fuga para a cidade?

Neste ritmo de trabalho, por volta das 15:00 h. estávamos chegando novamente a sede das FLONAS na colocação Santa Rosa. Por hoje bastava, tomamos banho e repousamos. Ao anoitecer foi possível jantar o arroz com feijão tão esperado. Neste dia 29 de março, sexta-feira santa e dia do meu aniversário (38 anos), minhas alunas e colega haviam levado um pequeno bolo e fizeram questão de cantar parabéns. Após isto fizemos uma breve avaliação e definimos as atividades do dia seguinte, inclusive de um convite do Sr. Admilson para irmos à festa de seu aniversário na sede da associação, o que ficou certo que após os trabalhos de sábado iríamos. Ficamos por mais algumas horas a contar piadas e ouvir histórias de Sr. Manoel em meio ao exercício constante de matar mosquito. Por volta das 22:00 h., o cansaço já nos convidava a buscar refúgio em baixo do mosquiteiro.

ii. Segundo dia de visita aos moradores locais.

No dia 30 de março, novamente levantamos cedo e após cumprir com os afazeres normais, a equipe já recomposta, recomeçamos o trabalho descendo o rio até a primeira colocação. Neste dia visitaríamos todas as famílias que residem a jusante de Santa Rosa.

Descemos aproximadamente duas horas e por volta das nove horas iniciamos a subida. Agora eram nove famílias em seis colocações, sendo que destas uma colocação era ocupada por duas famílias e outra por três, sempre tendo laços de filiação entre estas famílias; as demais colocações eram ocupadas por apenas uma família cada. O trabalho deste dia fora continuação do iniciado no dia anterior, agora visando atingir o total de famílias que habitam as FLONAS.

Eram visitas que perdurava em média meia hora. Apenas na colocação São Sebastião houve uma variação de tempo gasto na pesquisa, pois se tratava da sede da associação e nossa conversa com o Sr. Admilson foi mais demorada. Esta colocação é uma vasta clareira que deve ocupar mais que dez hectares de terra desmatada, com fruteiras diversas, cinco cabanas e um rebanho bovino de mais de trinta cabeças de rezes. A aparência é de que se trata das famílias mais abastadas do lugar.

Enquanto aguardava para a entrevista ao Sr. Admilson, conheci um morador local, Sr. Raimundo, seringueiro e migrante que nasceu no Rio Grande do Norte e havia chegado na área a mais de trinta anos atrás. Aí conheceu uma moça e casou-se. Disse-me ele: – Aí fiquei amarrado para sempre, hoje tenho filhos casados e netos aqui. Então o respondi fazendo alusão ao meu enlace matrimonial, de que “estas são as dóceis ‘amarras’ da Amazônia que nos pega”.

Em seguida comecei a entrevista ao Sr. Admilson. Este nos informou que a Associação dos Moradores das FLONAS Macauã e São Francisco e Áreas de Entorno é uma organização de trabalhadores rurais que está vinculada a COOPERIACO (Cooperativa de Pequenos Produtores do Rio Iaco) que é uma cooperativa de trabalhadores rurais do município de Sena Madureira com sede nesta cidade. Mostrou-nos o armazém com produtos de primeira necessidade e como se comercializa com a venda direto ao trabalhador, e quando possível aviando ao associado e recebendo com produção. Conforme nos informou, o barco que está sendo construído é de importância vital para escoar a produção da associação, uma vez que juntos, tem “muita coisa” a ser levado para a cidade e o tempo de navegação no rio em média não dura mais que cinco meses (quando o rio está cheio). Na vazante seu leito não é navegável.

Quanto a criação e implantação das FLONAS, demonstrou muito otimismo, uma vez que a sede projetada (Núcleo comunitário), a áreas de uso coletivo (Zona de Uso Comunitário) e a área de exploração madeireira ficarão muito próxima de sua colocação e da sede atual da

associação. Por final, informou-nos que sendo presidente da associação e professor, não tem tempo para trabalhar no roçado, por isto tem um trabalhador permanente (sem carteira assinada) e contrata diarista sempre que necessário. Este foi o único morador do Macauã em tais condições que fogem a uma típica reprodução camponesa.

Saindo desta colocação continuamos nossas visitas. A chuva recomeçava, mas o sol teimava a vir com seu calor castigante sobre nós aqui e acolá, mosquitos e lamaçal completavam o panorama. A realidade era a mesma: famílias pobres que buscam ganhar a vida em meio às dificuldades vividas sem deixar a terra, sem perder o direito de se autodecidir, sobretudo, para os chefes de famílias (alguns ainda bastante novos) que não querem nem pensar em sair da floresta. O passado, depois do barracão é lembrado como tempo de fome, pois mesmo tendo produtos para vender e às vezes até o dinheiro, não havia local para comprar.

No contexto da coletividade dos moradores, são pessoas de vida simples se fundamentam em ter o necessário para viver. Todos os trabalhadores não se cansam de salientar que “a melhor coisa que aconteceu” para eles foi a revitalização do preço da borracha (Lei Estadual N° 1.277 – 13/03/1999 – Lei Chico Mendes), como medida política implementada pelo atual governo do estado do Acre. Um destes moradores, disse-nos que durante estes últimos anos, fora possível faturar R\$ 140,00 por mês vendendo borracha (num período de cinco a sete meses anual, ou seja, período de estiagem quando se faz a coleta). E reforçava: – Isto para vocês pode ser pouco, mas para nós é o suficiente para fazer a “feira” por uns seis meses (ora suas compras resumem-se apenas naquilo que não produzem como sal, açúcar, aguardente, óleo comestível, remédios, roupas, etc.). Um aspecto interessante para compreender o sentido de sua visão de mundo de sua reprodução socioespacial foi explicada por este morador, dizendo como isto era possível: – “A questão é que aqui nós somos diferentes dos que moram na cidade, na cidade se vive o luxo e esquece o bucho, aqui não. Nós enche o bucho e esquece o luxo”. Vimos que nesta frase este trabalhador nos mostra como sua lógica de reprodução é diferente da lógica de outros trabalhadores, sobretudo da cidade. Seus parâmetros para apreender as melhorias recebidas, são as situações de se alimentar e vestir bem melhor agora de que antes – eis aí o sentido de sua lógica que se pauta na fartura, contrária a lógica do proletário e do trabalhador capitalizado que vê estas situações no sentido da acumulação (ainda que representativa, como por exemplo: se vestir bem sem ter dinheiro, inclusive para se alimentar). Nisto também há raízes de uma reprodução campesina ribeirinha que se forma na floresta e que cada vez mais se vê diante da necessidade de se colocar ativamente frente ao mercado.

Assim por volta de 16:00 h., chegamos novamente a Santa Rosa, sob forte chuva. Tomamos um café quente e a chuva não parava. Uma situação interessante nos aconteceu na hora da avaliação quando sentei com as alunas e a professora para avaliarmos a atividade e decidir se iríamos ou não a festa do Sr. Admilson. Eu e mais uma aluna defendíamos que não fossemos, pois estava chovendo muito. A aluna Rosiane defendia a ida para a festa. O Sr. Manoel, debruçado sobre a viga da varanda da casa que estávamos um pouco distantes, ouvia nossas discussões. Rosiane começou a argumentar e disse: – “Olha, acho que irmos a festas é uma oportunidade de conhecer mais as pessoas daqui e de entrar em suas intimidades [...]”. Neste momento, Sr. Manoel nos olhou assustado e deu para perceber que tentava entender o porquê nós falávamos deles como se fossem “coisas” tão estranhas. E, além disso, o termo “entrar na intimidade tinha para ele outra conotação”. Diante da chuva acabamos forçadamente tendo que optar por não ir à festa. Ficamos e então, jantamos uma galinha caipira que gentilmente o Sr. Antônio e sua esposa nos ofereceram.

Depois, separados, somente com as estudantes e a professora, refletimos sobre o episódio e a forma que nós nos colocamos diante do “homem da floresta” não individualmente, mas enquanto grupo social e objeto de nossas pesquisas. Entendemos então que estes trabalhadores florestais são pessoas que no âmbito de sua reprodução socioespacial, vivem, sentem necessidades e se relaciona com o mundo um pouco diferente de nós, moradores da cidade. Porém sendo, pensando e vivendo a realidade de forma diferente, fazem isto por que são diferentes na conjuntura social que forma e vivem, localizando-se, mas não se alienando da realidade que é global. Daí concebê-los como parte ativa, pensante e formadora da realidade da qual também pertencemos e, então colocamos a nós e a eles como partes integrantes do sujeito e objeto da pesquisa em condições das perspectivas e ideais próprios que se entrecruzam na formação socioespacial em que vivemos.

No Plano de uma análise da formação socioespacial, pode-se compreender que a operacionalização da pesquisa era face da compreensão intrínseca do dia-a-dia de trabalho, lazer e vivência familiar. Nisto são pessoas como nós, nas suas expectativas de vida, no seu cotidiano social e em suas relações com seus espaços vivenciais. Isto num traçado processual dos movimentos pretéritos que produziram o espaço amazônico-acreano, todos nós cruzamos com esta realidade e somos produtos dela – a realidade produtiva do espaço agrário amazônico-acreano. Assim do ponto de vista metodológico para abordar estas questões, ou vemos esta realidade social como dimensão da qual também somos parte construtora dela, ou se presa por uma postura tentando vê-la de fora e analisando tudo como se fizesse parte de um ambiente

estranho para nós. Estes pontos surgiram para refletir a postura metodológica em que estávamos abordando e, isto somente foi possível, após a estranheza com que Sr. Manoel nos olhou e quando percebeu que falávamos deles de forma diferente. Assim, podemos discutir o equívoco que estávamos cometendo, acreditando estarmos inserido no mundo camponês local, apenas pela nossa presença e amizade com eles. Então compreendemos que esta inserção muito mais que o discurso é um processo de engajamento social e aprendizado na vida do pesquisador.

Novamente após o jantar sentamos fizemos uma avaliação de todo o trabalho, chegando a conclusão que tínhamos alcançado o objetivo da pesquisa. Ficamos a bater-papo, contar piadas e casos até por volta das vinte e duas horas. Aí, então se desligou o gerador de luz e fomos dormir. Era hora de descansar das andanças, das quedas nos barrancos escorregadios, das chuvas e do sol escaldante e, em especial dos borrachudos, piuns, muriçocas, abelhas e carapanãs que nessa tarde desse sábado estavam com uma “fome” voraz.

Acertamos que a saída de retorno para Sena Madureira, ficaria para o dia seguinte de manhã.

3. O RETORNO PARA SENA MADUREIRA

No domingo de manhã, após tomarmos café recolocamos nossas bagagens no barco e nos aprontamos para iniciar a viagem de retorno. O tempo estava ensolarado e a ameaça de chuva por enquanto estava fora de possibilidades. Sr. Antônio, e a esposa vieram para fechar o prédio e se despedir. Após as despedidas agradecemos ao casal pela hospitalidade e estes gentilmente, convidaram-nos que voltasse a visitá-los outras vezes, o que ainda pretendemos fazer. E então saímos. Sr. Manoel seguiu conosco até a sede da associação. Ao chegarmos em São Sebastião, ficamos sabendo que a senhora esposa do dono da colocação teve um princípio de infarto durante a festividade de aniversário de seu filho, mas já estava passando bem. Insistimos para que viajasse conosco para a cidade (as duas alunas foram até esta senhora), mas ela disse que não necessitava, pois havia tomado uns remédios caseiros e já estava bem e que está “situação era comum”. A tranquilidade que todos demonstravam, fez que percebêssemos que isto faz parte da vida deste povo. Os conhecimentos da mata proporcionam remédios que são muitos usados nestas horas de necessidades. Assim, na dureza do dia-a-dia destes sujeitos tenazes, até a doença só os retiram do seu lugar quando tem que saírem carregados.

Após se despedir da equipe Sr. Manoel desembarcou e seguimos nossa viagem de retorno. Os acenos de “tchau” dos moradores vinham do alto das vertentes do rio em cada

colocação que passávamos. Por volta das doze ou treze horas chegamos a “boca do Macauã” e entramos novamente em águas do Iaco. Olhando o encontro dos dois rios nos parecia mesmo um encruzamento de duas grandes estradas, cuja cobertura se deu com fina massa de pavimentação em material de requintada espessura e coloração feita pelo “criador”, cercada por imensos jardins. Assim, deixamos para traz as curvas do Macauã e seguimos duas horas a mais descendo os trechos mais retos do Iaco. Entre quinze e dezesseis horas, aportamos em Sena Madureira e estava encerrada a atividade.

Seria difícil agora dizer que chegamos de um paraíso perdido ou do inferno verde! Talvez um pouco de cada. Mas uma coisa ficou certa, tínhamos deixado para traz um mundo de gente que tem “sonhos” e “esperanças”. Pessoas que mesmo com os rigores da natureza local e com a distância, aí querem viver, pois este rio, este chão e esta floresta é o “seu pedaço” neste espaço brasileiro que “chamamos de Acre”.

Isto é apenas uma parte Amazônia que muito se fala e pouco se conhece.

4. REFLEXÕES SOBRE AS POSSIBILIDADES E PERSPECTIVAS PARA DESENVOLVIMENTO O LOCAL

Como vimos, a situação dos camponeses ribeirinhos que habitam as áreas das FLONAS Macauã e São Francisco até o momento não difere muito da realidade de outros grupos campesinos, trabalhadores agroextrativistas amazônicos: trabalho familiar, fortes laços comunitários, valorização de sua autonomia, fortes vínculos de parentesco entre famílias locais, relações de domínio patriarcal, produção agrícola de subsistência com pequeno excedente para o comércio, produção extrativa mais voltada para a comercialização de que para a autossubsistência, pequena pecuária extensiva para a subsistência com pouco excedente para o comércio, relação de convívio e afetividade com o rio e a floresta enquanto espaço vital para sua existência e geração de valores socioculturais impregnados destes sentimentos. O que começa a diferenciar é em primeiro lugar a perspectiva de melhorias com a organização coletiva, uma vez que das dezoito famílias que habitam as FLONAS, dezessete estão associadas e apenas uma ainda não, e o motivo não é tanto por achar pouco importante a associação, mas sim por questões de outras ordens. Podemos então, notar que a conscientização surge da necessidade perante o isolamento que vive, mas também do trabalho precursor de agentes como o Padre Paulino Baldassari que começou a plantar “as sementes” desta organização a anos. Hoje recebem apoio também do IBAMA e da COOPERIACO.

Por outro lado, a criação das FLONAS Macauã e São Francisco que se territorializou sobre seus territórios de vivências (refiro-me às colocações, pois a área era território de antigos seringais, habitados por seringueiros, desapropriados para estes fins), suscita nos moradores locais duas situações contraditórias facilmente apreendidas nas conversas com eles:

- O sentimento de esperança e otimismo. Aí falam com entusiasmo da assistência na saúde, escola, na extensão rural, na estrada que esperam ter tráfego normal e se possível com veículo que faça a linha de transporte público até a cidade. E especialmente, de que com tais medidas, o governo finalmente lembrou de sua existência. Aí esperam transpor a situação de abandono e isolamento que sempre os caracterizaram.
- O sentimento de desconfiança e incerteza. As medidas que serão introduzidas com o plano de uso e manejo da terra nas FLONAS geram situações que estes desconhecem o que poderá vir acontecer. Há uma certa timidez de falar destas questões, pois temem por punições do poder público. Daí a extrema precaução em falar o que pensam sobre as políticas para a área.

A primeira situação se reverte em esperanças em melhorias, pois historicamente os seringueiros foram grupos sociais que sempre estiveram fora das políticas do governo (federal, estadual e municipal). Primeiro, a estrada do “remelexo” (seu trajeto é cheio de curva, pois corta sempre por áreas divisoras de águas), ligando por terra a área com a cidade de Sena Madureira permitirá que, apesar das dificuldades, estas famílias poderão escoar sua produção também no período de estiagem; segundo que com o IBAMA chegou a assistência técnica e, novos meios de transporte pelo rios para a comunidade começam a ser construídos; ademais, a possibilidade da construção do núcleo comunitário, com uma infra-estrutura básica desperta a expectativa de acesso a melhores condições de vida em padrões semi-urbanos; e por final, a política de subsídios a produção de borracha pago nos preços do produto ao produtor traz a chance de aumentar a renda familiar, e ver o valor que tem a floresta em pé. Em tudo isto surge o sentimento de satisfação de ser lembrado pelo poder público, embora já comecem a tomar consciência da importância de estarem organizados para garantir suas conquistas.

A segunda situação é gerada, sobretudo, com relação ao plano de manejo e uso da terra nas áreas das FLONAS. Quando perguntamos sobre o que achavam da criação das florestas nacionais no local, estes responderam que era algo bom, mas que não sabiam como funcionaria

direito, pois as colocações são muito distantes uma da outra e se a família vir morar no núcleo urbano terá que ficar distante do seu local de trabalho. Também outra questão que eles geralmente respondiam com muita precaução era sobre o uso de parte da área para a exploração madeireira como se prevê. De maneira geral, a satisfação com algumas melhorias é manifestada com interrogações que demonstra a incerteza do futuro que o espera. Nestes momentos as palavras não ditas ficam presas em gaguejos, resmungos e desculpas de que não sabem. São momentos que o silêncio, os gestos e expressões corporais falam por si só.

Diante de tudo isto, o que notamos é que é necessário que haja políticas voltadas para estes grupos sociais que acreditam na possibilidade de viver na terra e da terra (floresta). A criação destes tipos de áreas de conservação e preservação ambiental que se territorializa sobre espaços ocupados por populações tradicionais, entretanto, traz agravante, pois esta modalidade introduz planos de manejos que não admite quase nada das pretensões da população local. Já trazem propostas quase acabadas de manejos. O que ao nosso ver, torna-se esta modalidade, a longo e médio prazo, um tanto mais expropriatório de que as reservas extrativistas e os projetos de assentamentos extrativistas (RESEX e PAEs) que criam condições de manejo e uso da terra provindo de iniciativas autóctone. Daí serem estas modalidades as mais adequadas a áreas como esta.

Para entender a proposta de manejo da área, temos que a vê a partir da compreensão da lógica da reprodução do espaço agrário no país, numa economia capitalista que se globaliza. Sob esta visão as políticas de manejos propostas para as FLONAS nas áreas de unidades de conservação são viáveis, pois otimizam a preservação de uma parte considerável da vida natural como reserva a serem utilizadas apenas para fins de pesquisa científica e ecoturismo; possibilitam um plano de maior assistência a população que irão se aglomerar nos núcleos urbanos, viabilizando um projeto de agricultura comunitária nas áreas de uso coletivo e incentivando a silvicultura; e, define área de exploração do principal recurso natural – a madeira, por empresas capitalistas licitadas que se disponham fazer a extração desta matéria-prima “sem provocar grandes danos à natureza”. Nota-se então, que sob esta ótica aí, estaríamos gerando um “desenvolvimento” que dizem ser “sustentável”.

Tomando a ótica do contexto em que tais políticas foram geradas – o “novo rural brasileiro” e, o lado conflituoso destas situações, a primeira questão prognosticada é que tais modalidades de uso da floresta, não se sustentam nas expectativas criadas pela própria coletividade local ao longo de décadas de vida e lutas nestas áreas. Seus conhecimentos, suas tradições, suas crenças, seus modos de viver, sua produção econômica e política de seu espaço

social e territorial, somente são considerados quando se adequam ao que se prevê no plano de manejo (em que a maior parte das normas foram propostas pelos órgãos responsáveis). Assim, quase sempre o que é melhor é dito pelo “agente do governo” e não pela comunidade.

As zonas de exploração de ecoturismo e exploração madeireira irão gerar emprego, mas estas áreas não mais pertence a população local. O trabalho gerado é para operários na extração da madeira e nas serrarias ou de guia nas expedições de turistas e pesquisadores. Em ambas situações, o homem camponês trabalhador da floresta vai sendo recriado como o operário, sem sair ainda de seu espaço rural, de produtor vai se transformando em consumidor exclusivo e, de detentor de seus meios de produção passará a ser proletário e a vender a única mercadoria que lhe restou – sua própria de força-de-trabalho braçal. O núcleo comunitário será depositário desta mão-de-obra proletarizada, disponível na floresta.

As colocações serão respeitadas, mas as infra-estruturas serão implantadas apenas no núcleo comunitário e, para ter acesso, as famílias terão que deixar suas colocações e ocupar o espaço preparado para elas nesta “vila rural”. Aí terá luz, educação, saúde entre outros benefícios, mas na colocação não terão nada. Para uma família que tem sua colocação a quatro ou cinco horas do local referido, isto pode significar que o chefe da família terá que permanecer na colocação e a esposa e filhos ficarão no núcleo comunitário. Então para uma família ter acesso a estes benefícios, começa a destituir a unidade e cumplicidade familiar que fazem parte do sentido de companheirismo que reina no ambiente familiar destes camponeses florestais. Isto pode levar destruição do que há de mais sólido nestas sociedades campesinas da floresta – a unidade familiar. Aí então, está o germe de sua expropriação da área que tradicionalmente, tornou seu território de reprodução enquanto trabalhador familiar na floresta. Então, o argumento oficial é lógico, para não se submeter a tais processos, estes pais de famílias poderão fazer seus roçados nas áreas de uso coletivo que estará localizada próxima ao núcleo comunitário e ficar também, com a própria família, ou até se empregar com as oportunidades de empregos que irão surgir. Todavia, deve-se lembrar que isto significa deixar a colocação que é seu território de reprodução conquistado por anos de vida e luta.

Das situações acima citadas podemos concluir que tais medidas não atingem a comunidade de imediato, pois as primeiras ações são bem recebidas, dado o abandono que se encontram. Uma análise profunda e reflexiva da situação foge a compreensão local e o temor que vimos, brotam mais de uma postura própria que no seu universo simples e direto estes homens não gostam de andar na incerteza, de que de uma crítica ou rejeição. Isto não se pode negar que vimos e sentimos presentes.

A proposta da criação das FLONAS e as medidas de manejos são formas que se enquadram no Projeto do Novo Rural Brasileiro (SILVA, 1999) do Governo Federal (refiro-me a política de FHC) e o que está em jogo é a viabilização do uso do solo também da floresta, com manejos de recursos naturais ou uso agroflorestal sob propósitos capitalistas. Para isto, a comunidade local passa a ser vista mais como potencial de mão-de-obra a ser agilizada e preparada para exploração por empresas que atuarão na área, de que como geradora de iniciativa autóctone de desenvolvimento. Portanto, se houver desenvolvimento gerado nesta proposta de uso, certamente não estará sendo gerada sustentabilidade local para as populações.

Para concluir não queremos ficar somente nas críticas julgando, queremos ver além disto, os campos das possibilidades concretas que se podem realizar. Assim entendemos a importância da veemência da adoção de políticas para esta comunidade – aí reside o mérito da questão que é reforçado pelo empenho do órgão oficial responsável pelas FLONAS no município. Mas se quiser falar de uma sustentabilidade socioambiental local, tem-se que considerar expectativas das populações locais. Quebrar a estrutura produtiva da colocação é mexer no espaço produzido em que esta unidade de produção é a célula de toda a resistência do homem da floresta, aí se abala à unidade familiar e estes produtores ficarão expostos a toda possibilidade de expropriação.

Qualquer política agrária que visar a sustentabilidade de comunidades autóctone tem que considerar as condições em que se deu sua formação socioespacial. O primeiro ponto a considerar é que quem mais entende de floresta são seus próprios moradores, por isto temos que saber valorizar seus conhecimentos. Nós temos a oferecer orientações técnicas e reflexivas. Portanto, mais que dizer o que fazer para estes sujeitos sociais é preciso perguntar. A partir de então, busca-se fomentar formas de trazer benefícios para a coletividade em seu local, sensibilizá-los para a conscientização política e da conquista de cidadania, criar escola com curriculum e período escolar voltado para a realidade local, implantar postos de saúde, fortalecer vias e meios de circulação mais eficientes, incentivar a organização coletiva a partir de suas relações comunitárias já estabelecidas (por exemplo, comunidades bases, grupos evangélicos, delegacia sindical etc.), criar condições para que todas as explorações de recursos naturais locais sejam feitas por estas organizações locais e não por empresas externas, transformar residência de moradores locais em pontos de apoio para atividades de pesquisadores e turistas na área (cobrando para isto), valorizar os conhecimentos locais resgatando a medicina popular, as tradições folclóricas, as culinárias, o consumo de frutas silvestre etc. Enfim, nestas iniciativas o poder público teria que ser parceiro de apoio, os

executores devem ser a comunidade organizada. Se quiser falar de desenvolvimento com sustentabilidade, deve-se começar por aqui.

Em suma, em tudo isto se revelou a apreensão de faces do espaço rural acreano, a partir de nossas observações buscando conhecer, compreender, analisar e refletir sobre a realidade visitada e pesquisada e, assim sugerindo alternativas para o desenvolvimento local. Aqui não buscamos a “harmonia”, pois esta é um estado que não existe plenamente na reprodução socioespacial de um lugar (a realidade se processa por conflitos e superações sucessivas), mas vimos a possibilidade de viver o conflito e administrá-los, transformado-o em desafios e estes, em patamares a serem superados com conquistas gradativamente maiores. Nisto podemos contribuir com os responsáveis pela execução dos projetos das FLONAS (governo e coletividade locais).

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **SNUC** – Sistema nacional de unidades de conservação da natureza. Lei nº 9.985 – 18/07/2000. Brasília: MMA/SBF, 2.000. 32p.

_____. **Conselho Consultivo da Floresta Nacional do Macauã e Floresta Nacional de São Francisco – Sena Madureira, AC.** – Gerencia do Acre. Brasília: MMA/SBF; Rio Branco: IBAMA, 2.000. 11p.

CARVALHO, Horácio M. de. Padrões de sustentabilidade: uma medida para o desenvolvimento sustentável. In: D’INCAO, Maria Â., SILVEIRA, Isolda M. da. (org.) **Amazônia e a crise da modernização.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. p.361-380.

FRAXE, Therezinha J. P. **Homens anfíbios:** etnografia de um campesinato das águas. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretária da cultura e desporto do Governo do estado do Ceará, 2000. 192p.

KITAMURA, Paulo C. **A Amazônia e o desenvolvimento sustentável.** Brasília: EMBRAPA, 1994. p.66-81.

SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro.** 2.ed. Campinas: UNICAMP/IE., 1999. (Coleção pesquisa 1 – Edição revisada)

SILVA, José G. da, CAMPANHOLA, C., DEL GROSSI, M. E. **O fim do êxodo rural?** Campinas: UNICAMP/Projeto Rurbano, [www.eco.unicamp.br/Projeto Rurbano](http://www.eco.unicamp.br/Projeto_Rurbano), 2002.

SILVA, Miriam Aparecida B. da. et al. **Atlas escolar Municipal de Sena Madureira.** Rio Branco: PIBIC/AEMAC, 2002. 87p.

SIOLI, Harald. **Amazônia**: fundamentos da ecologia da maior região de florestas tropicais. Petrópolis: Vozes, 1985. 72p.



UÁQUIRI

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia

UÁQUIRI - PPGGEO, v. 1, n. 1, p. 160-165, ano 2019

Home page: <https://periodicos.ufac.br/revista/index.php/Uaquiri>



ISSN impresso: 1806-0218, ISSN online: XXXX - XXX

PROJETO DE COLONIZAÇÃO QUIXADÁ - BRASILÉIA/ ACRE: UM BREVE RELATO (Relato de experiência)

Floripes Silva Rebouças^{1,2*} e Lucilene Ferreira de Almeida^{1,2}

¹Professora da Universidade Federal do Acre, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Rio Branco, Acre, Brasil;

²Professora do Programa de Pós-graduação em Geografia, Rio Branco, Acre, Brasil. * floripesr@bol.com.br

Publicado em 2003, v.1, n.1, p.165-171. Republicado em dezembro de 2019

DOI:

1. INTRODUÇÃO

O Projeto de Colonização Quixadá foi criado em 1981 pelo INCRA, dentro do programa de colonização oficial. Os Projetos de Colonização— PCs, visavam assentar não só a população local rural mas também migrantes sem terras, expropriados do campo de outros estados do país. O PC Quixadá está localizado nos municípios de Brasiléia e Assis Brasil, com 952 famílias assentadas, numa área de 76.447 ha.

Com mais de vinte anos de existência, o PC Quixadá está em fase de consolidação, isto é, na fase em que o INCRA está encerrando seus trabalhos para entrega do projeto à prefeitura. Segundo o técnico Elson Chaves Vieira, atualmente as ações do INCRA têm sido mais restritas à emissão dos títulos das terras aos proprietários, que faz-se necessário para a consolidação do projeto, além de alguns trabalhos em conjunto com a prefeitura de Brasiléia, como a abertura de ramais. As demais ações de apoio e acompanhamento aos produtores do projeto já foram passadas para a prefeitura.

Este trabalho de campo fez parte das atividades realizadas pelo grupo de pesquisa da Atividade 6 — Relações Campo-Floresta-Cidade: a produção social do espaço, urbanidade, ruralidade e desenvolvimento sustentável na Amazônia Acreana, do Programa de

Desenvolvimento Sustentável — PROREDES, parceria da Universidade Federal do Acre — UFAC, com a Fundação Ford. Foi realizado no PC Quixadá do dia 14 a 26 de março de 2003.

2. ALGUMAS IMPRESSÕES: A BR-317 E O PROCESSO MIGRATÓRIO

Ao serem criados, os projetos de colonização tinha como objetivo assentar trabalhadores rurais que se encontravam expropriados pela conjuntura social daquele momento. Nesse contexto, tanto foram assentados trabalhadores rurais locais como trabalhadores rurais de outros estados que se encontravam nessa situação, sendo que a grande maioria dos assentados nesses projetos, aqui incluído o PC Quixadá foram pessoas provenientes de outros estados tais como: Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso.

Essa não foi uma migração "espontânea" e sim uma migração financiada pelo capital estatal, que tinha como principal objetivo expandir o processo de ocupação do Estado.

Segundo alguns moradores daquela época, que ainda encontram-se no local, muitas foram as surpresas desde o início da viagem até a chegada ao projeto. Na lembrança dessas pessoas estão as dificuldades que encontraram para chegar até o Projeto, a viagem que muitas vezes demorava dias, devido às péssimas condições da estrada e o transporte, quase sempre de ônibus ou caminhão. Mas, valia à pena, pois o local de destino oferecia a terra, que no seu imaginário iria lhe propiciar melhores condições de vida.

No entanto, muitos ficaram desanimados ao verem a situação do projeto, grandes áreas desmatadas, sem qualquer tipo de infra-estrutura e de ajuda para poderem dar início aos trabalhos.

Essa situação de abandono e descaso desanimou muitos recém chegados, que depois de alguns anos de trabalho venderam suas terras e deslocaram-se para cidades próximas como Brasiléia, Assis Brasil, Epitaciolândia e Xapuri. Durante esse processo de saída de parceiros, dá-se o início de outro processo - a reconcentração de terras — e, conseqüentemente, a formação de grandes fazendas, processo este mais intensificado com o asfaltamento da BR-317. Um exemplo é o ramal 19, que é formado basicamente por uma fazenda, pertencente ao Sr. Holanda Sabatoque.

Com o asfalto da BR-317 e alguns benefícios como energia elétrica e abertura de alguns ramais, as terras do projeto foram sendo valorizadas e hoje são terras bem procuradas para compra, principalmente as mais próximas da rodovia. Segundo algumas informações de moradores, antes do asfaltamento, um lote era vendido por vinte e cinco mil reais, hoje, graças

aos ramais (mesmo que muitos sejam intrafegáveis no período chuvoso) e energia elétrica, uma colônia é vendida por cerca de quarenta e cinco mil reais. Essa valorização de terras fez com que alguns parceiros endividados, principalmente com os bancos, vendam suas propriedades, migrando para Projetos de Assentamento, como o Pão-de-Açúcar e Três Meninas, que são limitrofes com PC Quixada, onde os lotes ainda têm preços baixos. Migram também para a cidade de Brasília e para os municípios de Rio Branco, Xapuri, Epitaciolândia e Assis Brasil.

3. OS MORADORES

Durante nosso trabalho, conversamos com lideranças do INCRA, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília, com a CAPEB —Cooperativa Agroextrativista dos Produtores de Epitaciolândia e Brasília — e com a prefeitura e outras lideranças da cidade, com o objetivo de conhecermos melhor o projeto. Tivemos, nesses dias de campo, contato com homens, mulheres e crianças do projeto em nossas andanças pelos ramais, muitos deles intrafegáveis. Tínhamos a intenção de observarmos, através de nosso contato com aquela comunidade, o seu cotidiano, os conflitos pela terra e pela vida, o que e como produzem a sua subsistência, a relação com outros lugares (Brasília, Assis Brasil e Rio Branco), os impactos quer sociais como ambientais surgidos a partir do asfaltamento da BR-317, além de outras observações que surgiram ao longo de nosso trabalho.

Nas conversas que tivemos com algumas das lideranças do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília, foi possível ter contato, através da fala de alguns associados, das suas lutas e o trabalho desenvolvido por estes desde a criação do Projeto. Na lembrança destes estão as lutas pela preservação da floresta e os constantes conflitos gerados a partir da chegada dos chamados "sulistas" no Projeto. Na visão dos moradores do local, a maioria seringueiros, os "sulistas" estavam "roubando" seus espaços, e com isso tirando o único meio de sustento do seringueiro—a floresta —, uma vez que os novos moradores do local vinham com a intenção de fazer derrubadas para dar início à criação de gado no local.

4. A AGROVILA

No PC Quixadá, assim como nos demais Projetos de Colonização do Estado, foi planejado uma agrovila, espécie de núcleo urbano dentro do projeto rural. A pretensão do INCRA, ao criar as agrovilas dos Projetos de Colonização, era de garantir aos parceiros uma

área urbana para sustentação dos projetos, onde haveria um posto do INCRA, órgão executor dos projetos e onde os serviços como escola e saúde fossem oferecidos, além dos lotes urbanos que eles teriam, mantendo assim um elo entre campo e cidade (vila).

Ao contrário do vivenciado em outros dois PCs, Pedro Peixoto, localizado nos municípios de Plácido de Castro e Senador Guiomard e PC Humaitá, no município de Porto Acre, onde suas agrovilas hoje são núcleos urbanos, espaços de atração tanto de parceiros dos respectivos projetos, como de pessoas oriundas de outros municípios do Acre e de outros estados, a agrovila do PC Quixadá encontra-se bem planejada no papel, mas inexistente se considerarmos a presença dos aparatos e a sua função dentro do projeto.

Desde a criação do Quixadá, no espaço reservado à agrovila, o único órgão existente era o posto do INCRA, que neste processo de consolidação passou a área para a prefeitura de Brasiléia. Hoje o antigo posto do órgão transformou-se numa escola e num posto de saúde administrados pela prefeitura de Brasiléia, que atendem os parceiros do projeto. Este espaço, destinado à agrovila, encontra-se no km 26 da BR-317, ponto muito conhecido pela população da região.

Desde que foi criado o PC Quixadá muitas famílias vêm ocupando o espaço destinado à implantação da agrovila, algumas ocuparam residências construídas pelo INCRA para alojar trabalhadores do órgão na fase inicial do projeto, outras construíam suas residências na área, que segundo moradores foi assim permitido pelo INCRA.

Percebe-se, devido à falta de um melhor acompanhamento por parte do órgão na ocupação desse espaço, o evidente conflito travado entre prefeitura e moradores, já que esta, munida da planta da agrovila, reivindica os espaços ocupados para finalmente implantar o núcleo urbano no projeto. Em visita à prefeitura, tivemos a oportunidade de observar a planta da agrovila, onde de forma bem delineada encontra-se dividida da seguinte maneira: área verde, área administrativa, área a definir, áreas reservadas para chácaras, lotes urbanos, posto de saúde e escola, sendo que esses dois últimos já existem na localidade, tem levado em conta que esses espaços, constituídos enquanto espaços de vida por essas famílias, que em sua maioria já residem a muito tempo no local, para muitas representam o único, que em caso de expulsão da área ficarão sem referência, visto que no caso de receberem lotes, conforme o planejamento da prefeitura, esses não darão a essas famílias a condição de trabalhar/produzir na terra, já que os lotes terão tamanhos bem menores. O conflito configura-se principalmente na retirada desses moradores de suas respectivas áreas, destruindo, assim, as benfeitorias produzidas em seus espaços.

5. PRODUÇÃO E ENDIVIDAMENTO

A situação vivenciada pelos parceiros do Quixadá não se destingue em muito da situação dos pequenos produtores do restante do estado. Em sua maioria, a produção de lavoura branca, caracterizada por uma agricultura familiar e de subsistência, é o grande suporte para os pequenos produtores. Alguns ainda conseguem vender um pequeno excedente, principalmente os que moram próximo às margens da rodovia.

Encontramos situações de produtores que produzem para a comercialização, em pequena escala. Esses produtores esbarram principalmente nas questões do escoamento e na busca pelo melhor/maior preço dos seus produtos. A produção é comercializada nas feiras, mercados e junto às associações e cooperativas da cidade de Brasília.

Segundo muitos homens e mulheres trabalhadores, a terra encontra-se escassa, sem nutrientes, enfim, não tem mais condições de sustentá-los apenas com a agricultura, e pelo fato de não poderem desmatar mais áreas, já que a maioria já desmatou o concedido por lei, vêm-se sem saída para sustentar suas famílias e sem condições de pagar os empréstimos feitos nos bancos. Mas acreditam que se houvesse uma ajuda do governo para mecanizar a produção, a situação seria outra.

Atualmente, em decorrência desta situação, muitos produtores têm vendido suas propriedades para maiores produtores, principalmente fazendeiros pecuaristas, tendo como consequência a reconcentração da terra e o avanço da pecuária no projeto.

A falta de acompanhamento técnico na produção, no que diz respeito a orientações sobre a potencialidade do solo para determinado produto, sobre práticas agrícolas, entre outros, tem levado muitos trabalhadores a viverem endividados com bancos. Muitos, com pouca ou nenhuma orientação, fazem empréstimos com o objetivo de fazerem melhorias em suas propriedades e principalmente para investirem em um novo produto ou técnica que surge como algo de boa aceitação no mercado. Enfim, buscam formas/meios de aumentarem os rendimentos.

Em conversa com alguns parceiros nessa situação, percebe-se em suas falas que muitos ao receberem o dinheiro do empréstimo não tinham nem mesmo a noção do valor que tinha nas mãos. Em alguns casos, alguns começavam a gastar o dinheiro com outras necessidades e quando iriam investir no que se propunham, o dinheiro havia acabado. Em outras

situações, até havia o investimento na produção, mas o resultado, na maioria das vezes, não era o esperado, como foi o caso do projeto "pimenta longa", muito conhecido naquela região.

Segundo o Sr. Raimundo Alves da Costa, técnico da SEATER-GP, o órgão trabalha com as associações, com assistência técnica, com organizações e crédito rural. Questionado sobre o caso da "pimenta longa", disse que dentro do Quixadá existem três hectares de corte da mesma e que esse projeto da pimenta teve uma grande falha devido a muitos fatores: falta de maior assistência técnica; maiores estudos da produtividade do solo; falta de ramais e transporte adequados; a não concentração de plantio, este, em muitas vezes, ficava longe da usina; plantio e colheitas feitas fora de época; o crédito liberado muito tarde. Nos informou que a pimenta longa tem um grande mercado consumidor e reconhece que a grande falha, que culminou com a dívida de muitos produtores junto aos bancos, é do órgão.

Mesmo existindo algumas associações no projeto, ainda existe, por parte dos parceiros, uma certa resistência na participação, pois dizem que atualmente que as lideranças, tanto das associações como das cooperativas, estão buscando mais os interesses próprios e deixando de lado o verdadeiro sentido dessas organizações. Fazem críticas à CAPEB, que atualmente, tem atuado mais como atravessador, comprando os produtos dos parceiros e revendendo para o mercado. Em conversa com o Sr. Gerônimo Maciel, presidente do Sindicato dos trabalhadores de Brasília, este ratifica dizendo que atualmente, o papel de atravessador da CAPEB tem prejudicado os produtores, pois ao receber subsídios, como por exemplo, o subsídio da borracha, estes não são repassados para os produtores, que acabam vendendo seus produtos por baixos preços.

6. OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Esse breve recorte aqui trabalhado, sobre o PC Quixadá ou no PC Quixadá, é fruto de anotações e observações feitas ao longo dos dias e noites de campo, tenta expressar um pouco da experiência que tivemos no convívio com esses trabalhadores e trabalhadoras do projeto, que não hesitaram em nos contar e mostrar suas histórias e seus espaços de vida. Cada fotografia, cada fala gravada, cada anotação, abre um leque de situações, imaginações, impressões, possibilidades de novas ou de velhas discussões.



UÁQUIRI

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia

UÁQUIRI - PPGGEO, v. 1, n. 1, p. 166-175, ano 2019.

Home page: <https://periodicos.ufac.br/revista/index.php/Uaquiri>



ISSN impresso: 1806-0218

TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES: RIO BRANCO A ASSIS BRASIL E AS TRÊS FRONTEIRAS - " BOL-PE-BRA " (Relato de experiência)

Jones Dari Cloeuerr^{1*}

¹Professor do Departamento de Geografia/UFAC, Rio Branco, Acre, Brasil.

*jonesdari@hotmail.com

Publicado em 2003, p.179-190. Republicado em dezembro de 2019

DOI:

1. Relato

Dias 22 e 23 de fevereiro de 2003. Aulas de campo com alunas e alunos da disciplina de Geografia Política. 4º período do curso de Geografia.

A passagem sobre a ponte do rio Acre, do centro de Rio Branco ao bairro do Segundo Distrito, indicava que as chuvas dos últimos dias haviam sido imensas, pelo grande volume d'água que corria no leito do rio. Ademais, a paisagem que se formava, no contraste entre as altas águas e a rua Eduardo Assmar, com as fachadas dos prédios restaurados, era de uma beleza ímpar.

O rio Acre, além desse primeiro relance na saída da cidade de Rio Branco, também nos "acompanharia" até nosso destino: Assis Brasil, fronteira com Bolívia e Peru. No ponto das três fronteiras reencontraríamos o rio, agora não mais separando partes de uma cidade como na capital acreana, mas três países. Vale dizer que esse local das três fronteiras é único na medida que encerra o contato entre três territórios nacionais: Brasil, Bolívia e Peru. Mas, não é demais observar, que nas fronteiras entre o Brasil e onze países da América do Sul, outras oito tríplice fronteiras se formam: (do sul para o norte) com Uruguai e Argentina; com Argentina e Paraguai; com Paraguai e Bolívia; com Peru e Colômbia; com Colômbia e Venezuela; com Venezuela e Guiana; com Guiana e Suriname; e, com Suriname e Guiana Francesa.

Sabíamos que a "companhia" do rio Acre, inicialmente, estava sempre à nossa direita. Em direções opostas, seguíamos a rodovia BR-317 enquanto o rio, à quilômetros mais e menos, descia rumo à foz com o Purus, em Boca do Acre, cidade do sul do estado do Amazonas. Andávamos, portanto, à direita do rio, unia vez que os lados direito e esquerdo de qualquer curso d'água são definidos pelo seu curso na direção montante-jusante.

Os primeiros vinte e três quilômetros foram percorridos entre Rio Branco — em rumo sul — até a cidade de Senador Guiomard. Dois aspectos nesse trajeto chamavam logo a atenção: as curvas da estrada e o grande número de "chácaras de fins de semana". A estrada com curvas abertas, mas muitas outras fechadas, associada à imprudência de alguns motoristas de carro, moto ou caminhão, tem provocado acidentes vários, também porque o fluxo de pessoas a pé e com bicicleta é expressivo. Sítios e muitas chácaras compõem a paisagem extra-rodovia. Por entre as chácaras algumas fazendas de gado bovino, que se multiplicam proporcionalmente à maior distância da rodovia. Em algumas chácaras via-se piscinas, grandes áreas gramadas e arborizadas, definindo um novo ordenamento à "desordem" da mata nativa. A idéia de limpo associada à idéia do não-mato. Daí o não-mosquito e o não-cobra: a reprodução do inundo urbano no campo com a vantagem de estar "perto da natureza", A paisagem, daí, ser em grande medida construída de asfalto e chácaras bonitas. E com muitas cercas e com muitos muros. Cercas e muros que indicam, que se a rodovia é um lugar de passagem, nas chácaras também pode-se apenas "passar os olhos", se não formos os seus donos ou convidados deles. A "natureza" nos fins de semana, portanto, não é para todos. Para a maioria existem os igarapés ou os clubes abertos, como o "Top 15", próximo cem metros do ponto de ônibus entre Rio Branco e Senador Guiomard, indicando que com três reais se tem a oportunidade de passara domingo ao sol e na pequena lagoa. Mas se não levar a farofa de casa...

Ao longe, uma torre de rádio indica que estamos nos aproximando de Senador Guiomard, popularmente conhecida por Quinari. Por ali a passagem é lenta, mesmo a distância não ultrapassando mais de três quilômetros: o número lombadas impressiona. O comércio local está quase todo centrado às margens da rodovia, ali transformada em avenida. A praça é lugar de encontro tanto para os moradores da cidade como para os habitantes do campo. Policiais militares conversam com pessoas de outro lado do destacamento militar; a fila em frente ao caixa eletrônico, em uma agência bancária, indica que "saiu o pagamento" de alguma instituição pública — porque o poder público aqui, como nas demais cidades acreanas, tem urna importante participação no mercado de trabalho -; uns compram coisas ali e outros vendem mercadorias acolá. A avenida-rodovia é também um lugar de encontro... Por outro lado, Quinari, em alguma

medida, aparece como um apêndice de Rio Branco: trabalha-se e estuda-se na capital; compra-se e vende-se na capital.

Há aproximadamente sete quilômetros da cidade de Senador Guiomard, em vez de seguirmos em direção ao sudeste, rumo a Plácido de Castro — às margens do rio Abunã e divisa com a Bolívia -, entramos em rodovia à esquerda — rumo ao centro-sul - em direção a Capixaba.

Se a "companhia" do rio Acre era urna constante a quilômetros da rodovia, agora, em vez de chácaras, eram as fazendas de gado bovino que moldavam a paisagem. Muito capim, muito gado, muita cerca e poucas casas, o que reflete em poucas gentes. A máxima "terras sem homens para homens sem terra", com a expansão da fronteira agropecuária a partir das décadas de 1960 e 1970, plasma-se no território em outra máxima: "terras sem homens para bois e vacas para a exportação". A mata adensada deu lugar a grandes pastagens, onde partes da floresta ainda podem ser detectadas em locais próximos a igarapés, ou pequenas baixadas onde se concentram algumas áreas de terras alagadas, onde o boi não vai e o capim não cresce. Outra manifestação de que ali a mata já foi a "rainha", é o número impressionante de castanheiras, cada uma aguardando, solitariamente, o seu próprio fim. E a morte "mora" ao lado, ali bem perto das castanheiras, que ainda teimam em continuar em pé, mortas ou quase mortas, jazem outras tantas castanheiras destruídas por "inanição". Protegidas por lei, a agonia que torna conta dos seres "racionalis", que cruzam a rodovia é reflexo da lenta "agonia" dessa espécie de árvores gigantes que, dispostas aleatoriamente, são "cruzes" viva-mortas, lentamente registrando o próprio fim. Na ausência de mata, o ciclo da polinização da castanheira não ocorre. "Cemitério de castanheiras", sem dúvida, é a melhor metáfora. Mesmo que não falem, a solidão das castanheiras denuncia que um modelo de ocupação — a territorialização do capital agropecuário, consorciado ao capital industrial e financeiro-monopolista é tanto a destruição da flora e da fauna acreanas quanto a destruição de territorialidades de gentes, em especial das gentes indígenas e seringueira. Que, no entanto, resistiram e ainda resistem. "Perímetro urbano". A placa de sinalização na rodovia indica a proximidade a outra cidade: Capixaba. Assim como Senador Guiomard, Capixaba surge às margens de uma estrada e não de um rio. (Aliás, a divisão entre, cidades de origem fluvial e rodoviária coloca-se como uma divisão razoável na medida que indica dois momentos da ocupação do território acreano: o primeiro, a partir da terceira parte do século XIX até meados do século seguinte, em especial pelas atividades ligadas à economia extrativista via rios – Acre, Purus e Juruá, principalmente – com a atividade gumífera; e, o segundo, a partir dos anos 1960-1970 com a ocupação dada pela

expansão da frente agropecuária acompanhando as rodovias, em especial as BR's 364 e 317, com a atividade pecuária do gado bovino. Rio Branco, Sena Madureira, Manuel Urbano, Feijó, Tarauacá, Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves, Mâncio Lima, Marechal Thaumaturgo, Santa Rosa do Purus, Assis Brasil, Brasiléia, Epitaciolândia, Xapuri. Plácido de Castro e Porto Acre, participam como exemplos do primeiro momento — mesmo com emancipações políticas mais recentes como Assis Brasil e Santa Rosa do Purus, de 1992 -, enquanto Acrelândia, Senador Guiomard, Bujari, Capixaba pertencem ao segundo momento.

Ademais, em Capixaba, também as atividades comerciais concentram-se na avenida-rodovia central, como em Quinari. Mas parece haver uma diferença, pelo menos enquanto impressão inicial: se Senador Guiomard está umbilicalmente ligada a Rio Branco, Capixaba apresenta uma maior autonomia, certamente também condicionada pela distância - aproximadamente setenta e sete quilômetros da capital. Mesmo desenvolvendo relações com outros municípios, as gentes de Capixaba parecem mais centradas sobre o próprio **lugar**, no pensar e fazer" a cidade e as relações. Depois de cruzar por outras lombadas, agora em Capixaba, retomamos o caminho rumo ao centro-sul acreano.

A paisagem continua muito igual àquela de antes da cidade de Capixaba. Muito pasto e muito boi; pouca gente viva e muita castanheira morta ou à “espera”. Alguns quilômetros adiante uma placa indica: "Estrada da Borracha a 90 km". É a indicação à estrada que dá acesso à cidade de Xapuri, a "princesinha do Acre". Xapuri rima com Chico Mendes, que rima com seringueiro, com movimento social e com os empates. Foi empatando "capangas" da expansão agropecuária, que seringueiras e seringueiros de Brasiléia e Xapuri, principalmente, desenvolveram um dos principais movimentos de contestação à "ordem do boi", em favor de uma ordenação territorial de respeito à territorialidade seringueira, construída concomitantemente à dominação e exploração patronal-seringalista: a resistência que nasce de relações humanas mais espúrias, a escravidão, aqui a "escravidão branca" ou a "escravidão por dívida". Chico Mendes foi morto no quintal da própria casa, porque para os donos do capital — aqui donos das grandes propriedades rurais – não existem limites ou fronteiras – daí a "privacidade" ser um valor eminentemente burguês. Se Chico foi morto, os matadores ainda vivem, assim como permanecem praticamente intactas as suas propriedades, próximas à "estrada da borracha": um grande latifúndio. Mas a entrada para a "princesinha do Acre" é deixada à nossa direita. Seguimos.

Ainda a paisagem continua muito igual. Os aproximadamente cinquenta quilômetros, que separam a entrada da "estrada da borracha" – acesso a Xapuri – e Epitaciolândia e Brasiléia,

indicam que a atividade agropecuária teve a rodovia BR-317 como "porta de entrada" no centro-sul acreano. Mais pastagens, mais bois e vacas, mais "cemitérios de castanheiras", menos gente...

O município de Epiaciolândia é um dos doze no Acre que tem fronteira com países vizinhos — Bolívia ou Peru. Neste caso com a Bolívia. O igarapé Bahia separa o território de Epiaciolândia do território de Cobija departamento boliviano de Pando. Pela ponte, que separa os dois territórios, passam gentes e coisas. Muitas gentes e muitas coisas. O comércio de Cobija é extremamente mais acentuada que Epiaciolândia, em especial pelo comércio de produtos importados do Ásia, desde tênis e brinquedos a produtos eletrônicos e de informática. Muitos brasileiros trabalham em Cobija e todos os dias atravessam o igarapé Bahia pela ponte ou por inúmeras catraias que fazem o transporte tanto pelo igarapé como pelo rio Acre.

Sim, reencontramos o rio Acre, primeiro como limite entre as cidades de Epiaciolândia e Brasiléia e, em seguida, como o limite entre o Brasil e a Bolívia. Diferente de Rio Branco, aqui o rio Acre apresenta um volume d'água bem menor. Mas também diferente da capital — onde o rio divide a cidade — aqui o rio divide duas cidades brasileiras e divide uma delas de outro país. E também em Brasiléia, mesmo sem a existência de ponte entre esta e o país vizinho, catraias ao longo do rio transportam brasileiros para lá e bolivianos para cá. Lá e cá compra-se e vende-se coisas; lá e cá trabalha-se; lá e cá encontram-se e desencontram-se gentes... E lá e cá controla-se e fiscaliza-se quem vêm e quem vai: nos dois lados da sobre o igarapé Bahia, estão os fiscais e a polícia de ambos os países para “dizer”, sobretudo, que a lei também ali deve imperar. Porque trafica-se coisas, muitas coisas: brinquedos, relógios, computadores... Drogas. Muitas drogas. Porque o roubo de carros, motos e caminhões daqui valem algum dinheiro fácil do outro lado do Brasil. Assim como valem as prostitutas brasileiras e as prostitutas bolivianas. E prostituição tem pátria? Brasileiros daqui e bolivianos de lá trabalham. Trabalham muito. E tem pouco. De um lado o português e de outro o espanhol. Pequena diferença, na medida que as relações de exploração e de dominação aqui são intensas quanto lá.

Mas, seguimos. Tanto a passagem por Epiaciolândia quanto por Brasiléia é rápida. Em Brasiléia chamou-nos a atenção o cemitério — talvez pela nossa insistência sobre as castanheiras — agora com mulheres e homens mortos. A atenção se deu em função da altura do mato que tomava conta das sepulturas. Daí a relação com as chácaras entre Rio Branco e Quinari e entre os “cemitérios das castanheiras” e o cemitério das gentes. No primeiro caso o cuidado com a limpeza em relação ao mato nas chacaras é mais intenso que no lugar dos nossos mortos. No

segundo – e em sintonia com o primeiro – o cuidado com os lugares das castanheiras é proporcional ao cuidado com os lugares de nossos mortos: prepondera em ambos o descaso. Talvez, aqui, uma constatação de ordem temporal: o passado pouco ou nada mas importa, por isso nossa relação com nossos ascendentes mulheres e homens e nossos ascendentes flora e fauna, deve se curvar ao progresso, à ordem territorial que inclui bois e vacas e exclui mulheres e homens...

Mais centro e dezoito quilômetros nos separam de nosso destino. Entramos na “Estrada do Pacífico”, anuncia uma grande placa logo na saída da cidade de Brasiléia. Agora não mais seguimos à direita do rio Acre, mas à sua esquerda, ao mesmo tempo que nossa direção agora não se dá mais ao sul do estado do Acre, mas em direção ao leste. Mesmo na “Estrada do Pacífico”, a paisagem monótona das pastagens para o gado bovino persiste. No entanto, topograficamente, o terreno se apresenta mais ondulado, com pequenas colinas: aproximamos cada vez mais do contraforte andino. Também a "Estrada do Pacífico" indica que a relação com os países andinos tende a aumentar: algumas placas de sinais de trânsito em espanhol — principalmente aquelas que chamam a atenção dos motoristas sobre certos cuidados ao volante —, buscam expressar também que nossas relações podem e devem se fortalecer com os países americanos de colonização espanhola, ao mesmo tempo que a indicação ao Oceano Pacífico faz entender que as nossas relações com países asiáticos também devem se fortalecer.

Mas, poderíamos pensar em uma perspectiva geopolítica que também norteia a construção da "Estrada do Pacífico"? Em 1931 o General brasileiro Mário Travassos falava de um "heartland" sul-americano no planalto boliviano. reproduzindo para a América do Sul o que Halford Mackinder havia projetado para a Europa Oriental em 1904. Para este último, quem dominasse o "heartland" dominaria o "World-Island" (Europa, Ásia e África), e quem dominasse o "WorldIsland" dominaria o mundo.

Quem dominar a "Estrada do Pacífico" dominará a América do Sul? No entanto, mais que a idéia de domínio, as placas de orientação nos indicavam também a possibilidade de criação de relações mais intensas com os países hispânicos sul-americanos, aqui em especial com a Bolívia e com o Peru. A construção de uma geografia que envolvesse territorialidades do interior do continente (e não apenas aquelas secularmente desenvolvidas de frente para a Europa e depois para os Estados Unidos e de costas para nossos países vizinhos). E poucas e pequenas perguntas a alunos de qualquer escola ou universidade, rapidamente nos revelariam que conhecemos mais sobre as nações da Europa Ocidental e da América Anglo-Saxônica, do que sobre as nações latinas. (Quer arriscar? Então vai lá: [uma pergunta banal] qual a moeda

espanhola e qual a moeda peruana? Se você respondeu peseta para a espanhola você acertou. E a peruana?).

Na entrada da cidade de Assis Brasil, já foi possível perceber tanto a importância da "Estrada do Pacífico" – ou "Carretera del Pacífico" – como a possibilidade de integração entre Brasil, Bolívia e Peru. O "Monumento de Integração", com uma vista privilegiada sobre a cidade de Assis Brasil e também sobre o horizonte onde se "desenhavam" os territórios boliviano e peruano, com a bandeira dos três países tremulando, dava sinais da importância do corredor rodoviário ligando o Brasil ao Pacífico, mas que também contemplaria a Bolívia e o Peru.

Por outro lado, evidente estava que o monumento antecedia à obra final: a pretendida rodovia era apenas uma realidade no território brasileiro, enquanto em território peruano até a inexistência de uma ponte entre Brasil e Peru é logo perceptível, sem dizer que de Inãpari – do outro lado do rio Acre – à capital departamental de Puerto Maldonado, há aproximadamente duzentos e trinta quilômetros, a estrada ainda era precária e sem pavimentação. E dali até o Pacífico...

O contato mais próximo com a cidade de Assis Brasil deu-se como se estivéssemos chegando a qualquer outra pequena cidade, de pouco mais de dois mil habitantes – outra metade disso forma a população rural do município, portanto, um terço da população total. Muitos pequenos e alguns médios comércios, a praça, a quadra poli-esportiva, alguns bares, uma agência bancária, o posto dos Correios, uma escola próxima, casas e gentes. Era a rua principal. O fim da rua, em declive, indicava o caminho do rio Acre, reencontrado agora como linha limítrofe entre os três países. Se a rua principal de Assis Brasil era calçada e mais algumas outras próximas, a maioria das ruas eram de terra. Foi uma destas últimas que nos "levou" à "Praça das Três Fronteiras", à margem esquerda – brasileira – do rio. Do outro lado a Bolívia e, há uns trezentos metros, era nos indicado o igarapé Javali como o divisor entre a Bolívia e o Peru. Estávamos ali de frente para as três fronteiras, extasiados. Nas canoas que cruzavam os rios seguiam mulheres e homens, completamente indiferentes àqueles limites e ao nosso entusiasmo. A novidade é sempre para alguém e, neste caso, para o "estrangeiro". "Estrangeiros" acreanos em "sua" própria terra.

Sem ponte e pelo volume de água do rio – mais que o normal em função da chuva dos últimos dias, ainda menor que o volume visto no "mesmo" rio entre Epitaciolândia e Brasília e incomparável ao volume do rio em Rio Branco -, a passagem para a Bolívia se deu através de

catraias (a catraia brasileira era motorizada, enquanto a boliviana era conduzida por braços e remos!).

No desembarque na pequena praia de areia, na Bolívia, defrontamos-nos com uma placa de boas-vindas: "Benvenido a San Pedro de Bolpebra" (Bolpebra que poderia ser substituído por "três fronteiras": Bol-ívia, Pe-ru e Bra-sil. A alguns metros dali, quatro-cinco casas enfileiradas de frente para o rio, em que seus cômodos primeiros foram transformados em comércio de produtos importados: uma reprodução miniaturizada de Cobija. Principalmente crianças vendiam as mercadorias. Ao lado da primeira loja, numa área aberta e coberta, alguns adolescentes jogavam "totó". O fenótipo andino das crianças e dos adolescentes, ao lado da fala, também indicavam que não mais estávamos no Brasil.

Dali seguimos beirando o rio até o vilarejo de San Pedro de Bolpebra. Andando por uma trilha entre barro e mato, estávamos "marcando" o território do outro. O Brasil estava do outro lado do rio, a pouco mais de trinta metros. Mas um certo sentimento de estranhamento era perceptível, ao mesmo tempo que a idéia de invasão parecia tomar conta de nós. E era ali, bem próximo do Acre e do Brasil. A chegada ao pequeno vilarejo de San Pedro de Bolpebra — aproximadamente vinte casas e uma escola — realçou a percepção primeira da grande pobreza na qual a comunidade está inserida. Um menino traz fincados em uma vara uns dez peixes mandim. Outros meninos e meninas menores brincam próximos das casas. Alguns porcos procuram comida. Muitas roupas estendidas nos varais. Fogões de barro. Casas de madeira. Muita lama.

Em que tempo estão os moradores de San Pedro de Bolpebra. Os limites fronteiriços marcam tempos sociais distintos. Os mesmos limites, por isso, separam temporalidades e territorialidades assimétricas. Seria ali o tempo ainda permeado pelo rio? As relações entre as gentes e suas plagas seriam ainda mediatizadas por relações de tempos distantes? As perguntas são nossas. Os pré-conceitos também. A atribuição para San Pedro de Bolpebra da existência de uma territorialidade "arcaica" ou "atrasada", daria-se em contraponto à nossa territorialidade "moderna" e "avançada"? Contra o perigo do relativismo, é possível dizer que as temporalidades e territorialidades — o vivido no tempo e no território — do "eu" e do "outro" se interpenetram. Porque o "eu moderno" se dá na relação com o "outro atrasado", que ainda pode resvalar para um certo maniqueísmo grotesco. Não há bem ou mal. Há relações de tempos e de territórios onde e quando mulheres e homens vivem, sobrevivem.

A territorialidade em San Pedro de Bolpebra parece ser permeada por relações, entre comunidade e território, em que a atividade agrícola se apresenta como central. Uma

territorialidade comunitária-camponesa, portanto. Mas, ainda, uma territorialidade bastante permeada pelas relações com o rio, tanto como sustento como transporte. Daí uma territorialidade comunitária-camponesa-ribeirinha. A constituição de um território comunitário, há aproximadamente cem metros do leito do rio – diferente de anos anteriores em que as casas estavam à beira do curso d'água repôs a relação com o rio e com a terra, mas sem destruir nem uma, nem outra. Modificaram-se. Há precariedade infra-estrutural em San Pedro de Bolpebra; há "descuidos" por parte do governo; há remunerações aviltantes para os professores da escola de ensino fundamental; há dificuldades de acesso... São aspectos que não invalidam – pelo contrário reafirmam; mesmo aspectos que devem ser duramente criticados pelo descaso das autoridades públicas que, também ali, atendem mais os interesses de classes dominantes que dos trabalhadores – a construção de experiências e vivências daqueles bolivianos com aquela parte do chão e aquela parte do rio. A constituição de um modo de vida que é, de alguma forma, menosprezado por territorialidades – e temporalidades – outras, como, por exemplo, na dificuldade de alunas e alunos bolivianos dali serem "aceitos" por alunas e alunos brasileiros, em Assis Brasil – parte das relações de alteridade em área de fronteira, sem impedir, de fato, que os daqui, os dali e os de acolá transitem por territórios que não lhes pertencem...

Acolá está Iñapari, no Peru. Separada de Assis Brasil pelo rio Acre e de San Pedro de Bolpebra pelo igarapé Javali, Iñapari reúne mais de mil pessoas que se dedicam ao comércio de produtos importados – com mais intensidade que o comércio boliviano vizinho – agricultura, serviços de controle, fiscal e legal na fronteira, serviços públicos como escola, posto de saúde e prefeitura. A praça, ao centro, e em sua volta algumas ruas num aglomerado de casas, lojas, igrejas, escola, biblioteca, quadra de futebol. No centro da praça um quiosque típico das "cidades do interior" – uma possível territorialidade comunitária-citadina-interiorana. As relações dali com Assis Brasil são mais intensas, tanto pelo maior número de pessoas quanto pela maior movimentação comercial. Alguns carros e motos velhos estacionados e circulando pelas ruas, indicam que a renda da maioria é baixa, mesmo que maior se comparada aos moradores São Pedro de Bolpebra.

Num continuum de desenvolvimento econômico e tecnológico, Assis Brasil se destaca. Maior concentração comercial, financeira, de lazer e de serviços públicos – menos o comércio de importados concentrado nos dois lugares anteriores, maior em Iñapari e menor em San Pedro de Bolpebra. Assis Brasil assume a centralidade das "três fronteiras". A "Estrada do Pacífico", brasileira e pavimentada, vai até ali. O desenvolvimento urbano é acentuado se comparado aos outros dois territórios estrangeiros. A construção da rodovia Brasília-Assis Brasil tem

acelerado a chegada de mercadorias, informações e serviços. A expectativa frente à construção da parte peruana da rodovia até o Pacífico, ativa o interesse de empresários locais e extra-locais e do poder público. Uma outra territorialidade-comunitária-ribeirinha-citadina-interiorana, parece ser atravessada por outra com maior poder de "persuasão". A velocidade da rodovia desativou o transporte fluvial à longa distância entre Assis Brasil e Brasília. As idéias de "progresso" e de "desenvolvimento" permeiam imaginário coletivo com a "Estrada do Pacífico". Projetos de desenvolvimento local e sustentável vêm à tona. A grandiosidade do "Monumento de Integração" entre Brasil, Bolívia e Peru, na entrada da cidade, acirram a perspectiva de inserção do município no "mundo moderno".

Uma outra territorialidade está fincada no centro e na periferia das "três fronteiras": a indígena. Literalmente no centro, em território assis-brasilense e entre a margem do rio Acre e a cidade propriamente dita, em quatro a cinco casas erguidas do chão, contra a possibilidade de inundação das águas do rio, famílias de índios Jaminawa reconstróem um território para além da aldeia. Historicamente nômades, e na "lama" que encontram um lugar que os aproxima de Assis Brasil, de San Pedro de Bolpebra e de Inãpari. Próximos e ao mesmo tempo distantes. Resistem à imposição de temporalidades e de territorialidades boliviana, peruana e brasileira. Estigmatizados aqui, ali e acolá, situam-se entre territorialidades da inclusão-exclusão. A inclusão pode fazer com que renunciem a uma territorialidade própria. A exclusão pode levá-los a sucumbirem enquanto povo. Entre o rio e Assis Brasil, um território de tensão entre humanidades. Humanidades hierarquizadas que extrapolam o território brasileiro e se reproduzem entre Assis Brasil, San Pedro de Bolpebra e Inãpari.

Todo movimento de tensão é também um movimento de reconstrução de tempos e de territórios. Quiçá índias e índios, bolivianas e bolivianos, peruanas e peruanos e brasileiras e brasileiros, possam reconstruir temporalidades e territorialidades respeitadas, solidárias e justas.

Nosso retorno e passagem pela ponte que liga o Segundo Distrito e o centro de Rio Branco, acompanha a passagem do dia para a noite do domingo. Na segunda-feira seremos todos embalados pelo cotidiano do trabalho, do estudo, da família, do trânsito, do comprar e do vender. Mas, olhando para o rio, percebemos que já não somos os mesmos que por ali passaram trinta horas antes. Em nosso reencontro, pudemos perceber que se suas águas já são outras, como também somos outros após a busca de compreensão de territórios e territorialidades entre Rio Branco, Assis Brasil e as três fronteiras - "BOL-PE-BRA".



UÁQUIRI

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia

UÁQUIRI - PPGGEO, v. 1, n. 1, p. 176-178, ano 2019

Home page: <https://periodicos.ufac.br/revista/index.php/Uaquiri>



ISSN impresso: 1806-0218, ISSN online: XXXX - XXX

ANÁLISE AMBIENTAL URBANO/REGIONAL E PERSPECTIVAS DE “DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL” NO ESTADO DO ACRE – CARACTERIZAÇÃO GEO-SÓCIO-AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE ACRELÂNDIA – ACRE (Relato de experiência)

Cláudio Roberto Da Silva Cavalcante, Maria Socorro de Oliveira Maia^{1*}

¹Professor(a) da Universidade Federal do Acre, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Rio Branco, Acre, Brasil. * socorromaia13@yahoo.com.br

Publicado em 2004, v.1, n.2, p139-141. Republicado em dezembro de 2019
DOI:

1. INTRODUÇÃO

Segundo dados do IBGE, a população do Estado do Acre cresceu quase quatro vezes nas duas últimas décadas, estimando-se que para 2010 a concentração urbana esteja na faixa de 72% da população total do Estado. Esta concentração urbana acelerada tem como responsáveis imediatos a falta de oportunidades econômicas e sociais na floresta, a falta de investimentos e a instalação de grandes áreas de pastos. Todas as cidades do Estado do Acre estão perdendo poder na organização da vida urbana, necessitando que estudos sejam realizados nestes espaços urbano-florestais que possam apontar caminhos para o desenvolvimento econômico sustentável dessa região, através de ações/programas que possam propiciar uma gestão ambiental compartilhada entre Região, Floresta e cidade. Os dados aqui apontados são resultado de estudo realizado no município de Acrelândia, que apresenta uma economia diversificada e consideravelmente desenvolvida se comparada com a economia do restante dos municípios acreanos.

2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O município de Acrelândia apresenta uma forma de organização diferente em relação aos demais municípios do Estado do Acre, e o seu processo de ocupação é o responsável por essa singularidade. A sua origem remonta ao período de assentamentos do INCRA, nas décadas finais do século passado, sendo sua população constituída, na sua maioria, por famílias de agricultores que migraram de outras regiões do país, principalmente do Sul e do Sudeste.

Acrelândia atualmente possui trinta e seis (36) associações de produtores rurais e uma cooperativa formada somente por mulheres. Estas associações e cooperativas se organizaram com o propósito de melhorar as suas condições de trabalho e manter uma relação mais direta com os órgãos públicos do município e do estado; ambas são cadastradas na junta comercial do estado e na prefeitura de Acrelândia. As mesmas se distribuem pelos vários ramais que dão acesso à zona rural do município.

Segundo os últimos levantamentos da prefeitura e de outros órgãos, como a FUNASA, Acrelândia tem uma população estimada de 12.501 habitantes, sendo que 70% deste total está na zona rural do município. Entretanto, pelo fato de recentemente ter ocorrido uma redefinição na demarcação fronteiriça dos municípios de nosso estado, essa população pode chegar a 14.000 habitantes, elevando assim ainda mais a porcentagem da população rural do município.

A economia local é bastante diversificada, tendo como principal base econômica a agroindústria, sendo também expressivo o setor madeireiro e o moveleiro que empregam aproximadamente 600 pessoas diretamente. A maioria das indústrias moveleiras tem seus móveis produzidos por escala e direcionados exclusivamente para o comércio de Rio Branco. A agroindústria é representada pelos laticínios instalados no município e os pequenos criadores de vacas leiteiras. No tocante à questão ambiental, o município tem tentado adotar uma política de desenvolvimento sustentável em todas as suas atividades econômicas. Os órgãos ambientais (IBAMA e IMAC) são bastante atuantes na região, coibindo as derrubadas. Existem registros que em um passado bem recente o município foi autuado por desrespeitar as leis ambientais do estado e todas as suas autorizações para o desmatamento foram canceladas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Município de Acrelândia/AC vem passando por um processo de organização, onde a questão ambiental, produto da relação sociedade/natureza, não apresenta ainda efeitos perversos.

Entretanto, considerando que a economia do município é basicamente desenvolvida na zona rural, esta região encontra-se inserida num processo de produção capitalista. Diante deste quadro e reconhecendo que existe uma forte contradição entre os princípios básicos do capitalismo e a preservação do meio ambiente, medidas devem ser adotados para que com o crescimento da população deste município e conseqüentemente do consumo, sejam controlados os níveis de degradação ao meio ambiente, pois como constata Casini (1975):

“não existe uma solução final, e não é a simples condenação da ciência nem da tecnologia que evitará a autodestruição da espécie pela destruição da natureza. A salvação do planeta e dos homens depende, antes, das mudanças nas relações entre os homens, e só poderá ser eficaz, ou não, se constituir um cálculo consciente, resultante de uma inteligência crítica que descubra as reais formas de organização política da vida, que institua uma nova sociedade no processo de produção, na organização do trabalho, que se estabeleça em novas bases de cooperação”.

Nesta linha de pensamento, pode-se afirmar que para ocorrer uma solução integrada dos problemas socioambientais, que por ventura venham a ocorrer na área estudada, faz-se necessário pensar uma gestão ambiental compartilhada em que a cidade e a floresta sejam vistas como parte de um mesmo processo social.

Evidentemente, fica claro que os municípios acreanos podem alcançar a sua sustentabilidade a partir do momento em que redesenharem e reconstruírem as suas funções.

4. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CASINI, P. (1975). **As filosofias da Natureza**. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes.



UÁQUIRI

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia

UÁQUIRI - PPGGEO, v. 1, n. 1, p. 179-190, ano 2019.

Home page: <https://periodicos.ufac.br/revista/index.php/Uaquiri>



ISSN impresso: 1806-0218, ISSN online: XXXX - XXX

UM ENCONTRO COM MARIA (Relato de experiência)

Jones Dari Goettert^{1*}

¹Professor do Departamento de Geografia/UFAC, Rio Branco, Acre, Brasil.

*jonesdari@hotmail.com

Publicado em 2004, v.1, n.2, 146-158. Republicado em dezembro de 2019

DOI:

"Viviam José e Maria num lugarejo chamado Nazaré, terra de pouco e de poucos, na região da Galileia, em uma casa igual a quase todas, como um cubo torto feito de tijolos e barro, pobre entre pobres. Invenções arquitetônica, nenhuma, apenas a banalidade uniforme de um modelo incansavelmente repetido. Com o propósito de poupar alguma coisa nos materiais, tinham-na construído na encosta da colina, apoiada ao declive, escavado pelo lado de dentro, deste modo se criando uma parede completa, a fundeira, com a vantagem adicional de ficar facilitado o acesso à açoteia que formava o testó."

José Saramago (O Evangelho segundo Jesus Cristo)

Manhã de sábado, dezessete de abril de dois mil e quatro. Mulher, filhas, filhos, casa e bairro periférico de Rio Branco. Trabalho de campo¹⁶ no Defesa Civil. Neste pequeno texto, em sua primeira parte, procuro descrever partes da experiência da visita à casa de Maria, uma das moradoras do bairro Defesa Civil. Em seguida, na parte segunda e final, levantar pequenas questões a partir de introdutória análise das escalas que cercam Maria, suas filhas e filhos, sua casa, o bairro, a cidade...

¹⁶ Em acompanhamento ao aluno Antônio Crispim, pesquisador da formação sócio espacial do Bairro Defesa Civil.

1. Maria, Marias

Pequenos pingos de chuva caíam em meu corpo. O céu parecia dizer que o sábado transcorreria em urna balada mediana: temperatura em tomo dos trinta graus, nem sol forte e nem uma chuva arrebatadora. Para caminhar, era um dia sem muitos sacrifícios. E, porque, caminhar é preciso. Viver, talvez.

Chegando próximos à última rua do bairro Defesa Civil – pelo menos considerando que o início da caminhada começara na extremidade oposta - eu e Crispim viramos à direita e seguimos até o final daquela rua secundária, que não era muito extensa (em torno de cem a cento e cinquenta metros). Uma rua sem saída. Ou melhor, a saída era também a entrada. Ao fundo, muito mato impedindo a passagem, até porque, nestes tempos de chuva, o encharcamento também tomava conta. De vez por outra, apenas uma pequena bola de borracha teimava em invadir o mato e a lama, mas por culpa de quatro meninos, que em meio ao final da rua, fincaram duas estacas em distância de dois metros e ali reproduziam pequenos Ronaldinho, Pelé, Zico e garrinchas. Um deles, percebendo a nossa presença, até tentou uma meia bicicleta, deixando o corpo - quase nu - na horizontal e a um metro do chão. Caiu com elegância. E a bola, obedecendo ao chute, voou caprichosamente para o "fundo da rede".

Enquanto os quatro meninos jogavam e sonhavam com uma copa do mundo em que seriam os protagonistas da festa, duas meninas de igual idade ou um pouco mais de anos, na outra extremidade da rua, aproximavam -se com bacias na cabeça. Bacias com água. Seus corpos um tanto franzinos pareciam não se queixar do peso e do desconforto daquelas bacias meio latas. Coincidentemente, o destino da água era a casa próxima de nós, praticamente à nossa frente. Ou ao nosso lado.

Antes das meninas chegarem à casa, de lá apareceu a mulher que precisava da água. Perguntou: " mas, me diz uma coisa, esta pesquisa serve pra quê?" Crispim já passara por ali dias antes e fizera uma pequena entrevista com ela. Vendo ele ali, novamente, não vacilou em perguntar. Explicamos que se tratava de um trabalho monográfico do curso de geografia e, naquela manhã, estávamos tirando umas fotografias do bairro. Ela, então, resolveu nos mostrar melhor um pedaço do Defesa Civil, a sua casa, começando pela situação da cacimba, donde, até uns dias, tirava água para o consumo.

A cacimba ficava a três-quatro metros da rua. A céu aberto, a água apresentava uma coloração cinza-esverdeada, em especial pelas algas que se proliferavam. "Como eu vô tomá dessa água?", questionou. De cima, pois o terreno - da frente para o fundo - apresentava uma

atividade de aproximadamente um metro, escorria uma água que mais se parecia e cheirava esgoto. Também ao fundo, a mais ou menos doze metros, encostada na cerca de madeira no fim do terreno, a "privada" usada pelas e pelos moradores da casa. Um metro quadrado. O buraco circular no centro, ao chão, por onde mulheres e homens - menores e maiores - faziam as suas necessidades fisiológicas.

A casa. Média em torno de seis de frente por cinco de lado. Trinta metros quadrados. Das quatro, apenas a parede da frente era de madeira. A do fundo, de pedaços de zinco, com muitos pequenos e grandes furos. As paredes laterais feitas de pedaços de lona preta ou qualquer outro material velho achado nos lixos de outras e outros pobres. Entre um e outro pedaço do tapa-parede, também muitos buracos. Uma pequena janela para a frente da casa. Uma porta no fundo que dava para a casa ou para o quintal lamacento, sujo e com mal cheiro.

No seu interior, a casa, sem paredes internas, parecia muito mais um depósito de camas e colchões velhos. Aliás, duas camas de solteiro em um canto, com mosquiteiros – também velhos – amarrados e pendurados sobre elas – e com pedaços de colchões em baixo. Em outro canto, um colchão velho maior, dobrado ao meio e à espera da noite, para servir do que Maria chamava de cama!

A mulher. Maria. Perguntou se quiséssemos ver melhor a situação em que vivia com as filhas e filhos. Inicialmente um tanto constrangidos, seguimos aquela mulher de origem negra, mãe e moradora periférica. Pacientemente falou do esgoto e da "privada", da energia elétrica cortada, das doenças da filha, do trabalho, do marido, da política, da comida, da chuva e da falta de água. Falava muito. Parecia querer dizer que tinha pressa e que alguém devia ajudá-la. Ali, em meio à lama e aos seis filhos pequenos, suas forças pareciam esgarçadas. Já falou com autoridades que inicialmente se comoveram. Mas, continua à espera.

Maria. Não sabe o que fazer para conter a água de vem dos terrenos vizinhos. Encharcada pela água e pelo esgoto, acabou, também, se “encharcando” de dívidas. A luz elétrica foi cortada. A geladeira só funciona à noite, quando o “homem que vive comigo, e também tá me batendo”, faz um “gato”. A conta do telefone celular ultrapassou os cem reais e seu nome já está no spc-serasa. O gerente de um banco privado, onde às vezes trabalha de faxineira, abriu-lhe uma conta com um depósito inicial de vinte reais, que ela conseguiu economizar com o trabalho de limpeza e vendendo pequenas peças de roupas e toalhas bordadas. “Sô artesana”. Quando “sobra” um dinheirinho vai ao banco e deposita na conta. Tem todos os recibos de depósito, inclusive um de três reais.

Seis filhos. Dois meninos e quatro meninas. O menino e as duas meninas meio novos se debruçavam sobre a pequena janela que dava para a rua. Fomos chegando mais perto e cruzando por entre a lateral da casa e a cerca que dividia a propriedade privada de Maria e um dos vizinhos. Andávamos com cuidado, porque a pequena lâmina de água que escorria sobre a terra deixava rastros de lama. Maria nos mostrou a “privada” dos vizinhos do fundo e dizia que era de lá que o esgoto penetrava na terra e, como em erupção, surgia em seu quintal escorrendo até a cacimba...

A essa altura, os três filhos menores se amontoavam na porta dos fundos ao redor do tonel azul que servia de depósito para a água trazida pelas filhas maiores, também ajudadas, agora, pelo filho de mesma idade.

O filho menor, em torno de um ano de idade, andava pelado pra lá e pra cá. Em um espaço pequeno, sua mobilidade maior era vertical: subir e descer das duas camas, uma delas encostada à janela que dava para a rua. Dali, podia ver os quatro meninos jogando futebol, esperando que a parca alimentação lhe ajudasse a crescer depressa para participar, pelado, da “pelada”. Enquanto que por ali estávamos, não chorou. Aliás, quase nem abriu a boca. Curioso, seguia-nos com suas pernas pequenas morenas e com seu olharzinho de moleque dengoso. Na hora da foto, a mãe cobriu-lhes as vergonhas e ele, elegantemente, preparou-se para o registro, ao lado das irmãs pequenas.

Duas menininhas. Uma menor, em torno de dois anos, e outra maior, talvez quatro. A menor, mais branca. A maior, mais negra. Cabelos pendurados até o meio das costas. Soltos, balançando com o andar, o pular, o descer e o subir das camas. A menor, com um vestidinho avermelhado, tinha uma barriguinta saliente: “é verme, tá vendo?” Disse a mãe, que quis mostrar a barriga inchada, mas como a filha não vestia calcinha, deixou pra lá. Afinal, não éramos médicos. A outra, a maior, tinha a responsabilidade de cuidar dos dois menores. Menos peralta, sentada sobre a cama e ali permaneceu observando a mãe nos relatos de suas existências. Já ia à escola.

O filho maior, em torno de doze-treze anos, ajudava as irmãs quando chegavam com as bacias cheias d’água. Tímido, parecia saber que carregava uma certa responsabilidade como o homem mais velho da casa. Pelo menos de dia, porque à noite, como disse Maria, “meu marido aparece e faz um gato pra gente tê energia”. O marido que, às vezes, também “me bate”. À espreita, o menino-homem talvez quisesse jogar futebol e marcar uns gols em vez de ajudar as irmãs a descer as bacias e jogar a água no pequeno tonel azul, à porta da casa. Talvez, também, torcesse pro Flamengo, que no dia seguinte disputaria a final do campeonato carioca contra o

principal rival, o Vasco. Que pena! Sem energia elétrica, ficaria excluído de assistir, pela televisão velha de catorze polegadas, em lugar seguro e especial em meio às camas, quem sabe, a conquista de mais um título flamenguista. Apenas mais uma exclusão.

As duas filhas maiores. De longe pareciam gêmeas, principalmente quando, em suas cabeças, as bacias de água envergavam os corpos que pareciam não sentir o peso e nem o desconforto. Não pareciam tristes com o trabalho. Ao contrário, parecia dar-lhes a satisfação do dever – e direito – na participação em ajudar a mãe e os filhos menores. Andar, encher as bacias e levá-las para casa significava também uma possibilidade de sair pela rua e “abandonar” por alguns instantes a casa-quarto, onde mal cabiam os parques móveis velhos que por entre o meio andavam e se “acotovelavam” os corpos móveis novos, das meninas e dos meninos.

Uma das meninas, no entanto, parecia menos alegre e mais retraída que a outra. “Foi violentada por um vizinho aí”, disse a mãe. A fragilidade da casa é também a fragilidade dos corpos meninos-meninas. Quando a mãe sai para o trabalho, o roubo de nada – porque ali nada tem de maior valor para larápios – vira assalto da dignidade do corpo de gentes desprotegidas. A marca da dor é invisível, mas se aloja nas profundezas do olhar que se desvia para o fundo da alma. Maria, mãe, parece sofrer junto a dor da filha. Não quer falar mais sobre o assunto. O silêncio de ambas é o refúgio em um mundo de refúgios. Por outro lado, Maria parece saber, claramente, que os lamentos levam a lugar nenhum. E isto basta.

Em meio às camas e aos colchões, uma máquina de costura – também velha – serve, sobre si, como depósito de peças e pedaços de roupas e tecidos. Maria: costureira. Aprendeu com a mãe o ofício de costurar e bordar panos e mais panos, que viram blusas, camisas, calças e calções. Mas a máquina de costura é movida à energia elétrica! Sem energia, não há trabalho. Sem trabalho, não há dinheiro. Sobre a máquina maior, uma menor. Quebrada. Seu conserto custa setenta e cinco reais. Além da costura, Maria também se dedica, quando trabalho consegue, à atividade de faxineira. Mas, o que quer mesmo, é poder desenvolver a atividade de costurar, pois esta é também uma maneira de ficar perto das filhas e dos filhos. Em casa.

Filhas e filhos, e a mãe Maria, precisavam, imediatamente, comer. A “dispensa” vazia. O fogão velho de duas bocas se espremia entre a geladeira – ainda mais velha – e a “dispensa”. Mesa? Duas pequenas panelas aguardavam a água para serem limpas. Cadeiras? Um pequeno ventilador “importado” da China nem mais se sustentava sobre a haste, enferrujada e à espera de energia elétrica. Perto dele, e pendurado em um pequeno prego fincado na única parede de madeira, a fotografia de casamento de Maria. Ela toda de branco e o noivo-marido de paletó e gravata.

Do outro lado da parede, fora da casa, quase ao fundo do pequeno porta-retratos, um outro prego sustentava um pequeno vaso de flor. Afastados dele, um para cada lado, outros dois enfeitavam e avivavam a parede de tábuas não pintadas. Mas, floridas.

2. Escalas

Neil Smith, geógrafo e professor em Nova Iorque, produziu um importante texto sobre os veículos de sem-teto nova-iorquinos, abordando, especialmente, a relação entre uma política espacializada e a produção de escala geográfica¹⁷, Segundo ele:

“É possível conceber a escala como uma resolução geográfica de processos sociais contraditórios de competição e cooperação. A produção e a reprodução contínuas da escala expressa tanto a disputa social quanto a geográfica para estabelecer fronteiras entre diferentes lugares, localizações e sítios de experiência. A construção do lugar implica a produção da escala, na medida em que os lugares são diferenciados uns dos outros; a escala é o critério de diferença, não tanto entre lugares como entre tipos diferentes de lugares”.

Produzir lugar é produzir escala. Cada escala é critério de diferença na medida que a sua produção requer o outro da projeção definida. Ou seja, a produção da escala do corpo se manifesta na relação com o não-corpo e com outros corpos. Da casa, com a não-casa e com outras casas. Da comunidade, com a não-comunidade e com outras comunidades...

Toda escala é palco de disputa. De controle e de poder.

Mas, também, em toda escala pode emergir a relação solidária, que, em última instância, pode fazer emergir a liberdade e a igualdade, ou pedaços delas.

O corpo de Maria é surrado. É sofrido. É fome: dela e das filhas e filhos. É trabalho muito e dinheiro pouco. É nele, contudo, que sua identidade primeiro se mostra. É, nele e por ele, que Maria vai definindo – e também sobre ela é definido – o seu ser na casa, no bairro, na cidade, na região, na nação e no globo.

O corpo-mãe. Negra, pobre. Suas roupas – igualmente pobres – escondem/ mostram a sua condição no interior de um mundo marcado pela produção, circulação e consumo de mercadorias. E o corpo de Maria também é o que consome.

¹⁷ SMITH, Neil. Contornos de uma política especializada: veículos dos sem-teto e produção de escala, geográfica. In: ARANTES, Antônio A. (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papius, 2000, pp. 132-159. (Todas as citações participam, então, desse texto.)

Segundo Neil Smith:

“O estilo corporal e as roupas medeiam as construções pessoais de identidade com culturas regionais, nacionais, globais, além de proporcionar acesso ao corpo pela indústria internacional da moda: a Benetton lidera o mundo na conquista cultural dos corpos em ação. Embora marcado pelo gênero, o estilo corporal é também uma questão de classe”.

O estilo corporal e as roupas de Maria a identificam como classe do trabalho. Seu lugar no mundo é definido pela marca da mercadoria – aliás, sem marca – e pela marca da pele. Negra. E ali, para os e as não-Maria, ela é “aquela dos seis filhos, do quase sem marido, sem-emprego e à espera”. Ela é também, pra muitas e muitos, a mulher “desnaturada” que não se preveniu e “colocou esse monte de filhos no mundo”.

E quando Maria – seu corpo – transcende a casa e pisa na loja do centro, os olhares – por outros corpos – tanto veem o lucro ou a comissão e a desconfiança. Nas repartições públicas, então, Maria é pedinte, é chata, é eleitora em época de campanha. Enchendo a barriga com uma cesta básica. Para ela e para as filhas e filhos.

O corpo da fome de Maria o é, também, para os seus. Corpos pequenos. Frágeis. Violentados interna e externamente. As lombrigas disputando, na barriga dos menores, os minguidos restos do alimento macaxeira, farinha, água de poço. As cicatrizes nas pernas finas dos menores indicam que a cama não é um bom lugar para as estripulias diurnas. E noturnas. Os pequenos pés inchados demonstram que o assoalho molhado não rima com o ventre da mãe, onde poucos anos antes mergulhavam na ânsia de conhecer o mundo.

Cada corpo, das meninas e dos meninos, é em si mesmo uma relação com o mundo. Por isso, mais que os filhos de Maria, cada uma e cada um define a sua escala enquanto sujeito e subjetividade. “Sou a caçula”. “Sou Joana”. “Sou Jesus”... Corpos desejosos por dias melhores, por futuros menos tristes e com mais comida. Enquanto isso, a violência roça os corpos pela fome, pela brutalidade dos adultos e pelo “circo” midiático - ali em preto e branco - que os faz “iguais” às baixinhas brancas e brancos de Xuxa e dos “Power rangers”.

Mas, sonham... Em uma casa que parece, para nossos olhos estrangeiros, partes de um pesadelo.

A escala, em grande medida, da família. Uma irmandade que se faz na solidariedade, no apoio feito cabeça e tronco para o equilíbrio da lata d’água, da comida pouca preparada, do estudo pouco entendido das filhas e filhos menores e maiores.

Uma escala da propriedade privada feito aconchego, segurança e proteção...

Mas, a família, contra a milenar retórica cristã, é um problema. Ali, no seu interior, também é lócus de disputa e de poder, principalmente entre gerações e entre gêneros. A televisão, o rádio e o jornal mostram, cotidianamente, que é no interior da casa - com gentes próximas e conhecidas - que ocorre o maior número de violência contra as crianças, contra as mulheres e, porque não, contra os homens.

No dizer de Neil Smith: “a casa é um espaço em disputa, especialmente em termos de gênero, com a autoridade mais ampla e socialmente sancionada do homem entrando em choque, em numerosas culturas, com o tanto de autoridade doméstica das mulheres enraizadas na rotina do lar”.

Maria: às vezes apanha do marido, que só aparece à noite. Para bater e fazer o “gato”. Maria, de dia e também à noite, mantém o controle sobre as filhas e filhos... Nem sempre: quando precisa sair, “abandonando” a casa feito lona e zinco, deixa os seus desprotegidos e parte da família é “mordida” em sua dignidade pueril por alguém também conhecido. Vizinho.

“Ali mora Maria”. “Esta é a casa de Maria”... Mãe, esposa, do lar, trabalhadora.

O reconhecimento de Maria e sua família – de sua casa – é dado pelas e pelos de fora, da comunidade feito bairro Defesa Civil. Ali, na comunidade, Maria “é a mãe de seis filhos e mulher de um quase- marido”.

Os corpos, as casas e as ruas do Defesa Civil são muito parecidas umas com as outras. Em milhar de gentes, em centenas de casas e em dezenas de ruas, a dimensão de Maria, seu corpo e sua família, vai dando lugar à generalização que compõe um pedaço da periferia de Rio Branco. O bairro Defesa Civil.

No bairro, Maria e família participam de um *modus vivendi* que alia pobreza, desemprego e subemprego, falta de assistência à saúde, falta de escola e de segurança da milícia oficial armada, falta de infraestrutura e excesso de intra-violência dada pelas poucas perspectivas no passado, de presente e de futuro para muitas e muitos jovens, reféns do tráfico e de um Estado centralizador, autoritário e patrimonialista.

É no conjunto da negatividade que o Defesa Civil é visto pelo não- Defesa Civil. Suas gentes são “embaralhadas” e a dimensão pessoal, familiar, do trabalho, da doença e do pouco dinheiro dão lugar a estereótipos, preconceitos e discriminação. Inclusive pela polícia. Inclusive, e coincidentemente, porque a maioria ali parece ser, assim como Maria e família, de ascendência negra.

Como salientou Neil Smith:

"Se o corpo é a fonte imediata da diferença corpórea apropriada na construção do racismo, é na escala da comunidade que o racismo e qualquer forma de localismo está mais firmemente enraizada. Apesar de suas raízes locais, o racismo é, por tudo, uma construção global dos mercados financeiros e do privilégio cultural, encapsulado na realidade do "terceiro mundo".

O rigor do autor em aspar o terceiro mundo é parte de uma compreensão que transcende os generalismos e a homogeneização de uma certa comunidade terceiro-mundista ou de comunidades em seu interior.

A comunidade africana, a comunidade latino-americana, a comunidade caribenha e a comunidade caucasiana, são exemplos de possíveis generalizações que mais desformam que informam. Formar, muito menos.

Em sentido mais restrito, o bairro Defesa Civil, generalizado abstratamente como o locus de mulheres-homens vivos-mortos (até porque fica ao lado de cemitério) da pobreza e do subemprego, acaba subtraindo dos sujeitos uma prática de resistência e organização comunitária – apropriada por grupos político-partidários, ou não – negando, assim, um conjunto de princípios e de valores histórica e comunitariamente construídos, ali e antes dali.

Em alguma instância, quando Maria diz que já foi – e ainda vai – constantemente reivindicar junto a políticos e prefeitura seu "pedaço do bolo", está querendo dizer que também tem direito ao pedaço. E que o bairro onde mora não pode e não deve ser o contraponto ao Parque da Maternidade, que fica no centro e por onde a classe média e alta desfila seus corpos, seus carros e seu estilo griffe de ser.

Porque, também, o Defesa Civil e o Parque da Maternidade participam de um espaço urbano. Sem generalização. Sem homogeneização. Desigual e combinado? As mulheres do Defesa Civil, algumas, também vendem seu trabalho doméstico nas casas das mulheres, casas e bairros mais ricos, mais "cheirosos" e mais "assépticos". Tudo desigual. "Tudo combinado"!

A relação de Maria, de seu bairro, com a cidade, é afirmada e negada simultaneamente. Como parte dela, Maria se vê em uma cidade que "mutila" pelo transporte coletivo deficitário, pela distância a percorrer de bicicleta ou a pé, pela água que não chega ou chega pouco, pelas políticas e serviços urbanos que teimam em "esquecer" as e os de longe. Ali, no Defesa Civil, Maria é alguém do bairro distante: a generalização, já na escala urbana, é o retrato micro-cosmático da região, da nação e do globo. Sem nome e sem rosto.

Mulher do Defesa Civil. Fundamentalmente, pelo quase nenhum ou pouco dinheiro. Ao lado disso, Maria e o bairro são sempre lembrados nas campanhas eleitorais, nos projetos feitos em Brasília e nunca chegados, como se o bairro fosse um insignificante “átomo” em meio ao universo, à região feita estrelas, cometas e planetas.

A Amazônia. A região da biodiversidade. Da floresta. De índios e papagaios... Nada mais sarcástico, senão cômico, a visão sobre um território nacional e multinacional feito de diversidade e homogeneidade (vide os milhares e até milhões de hectares feito pasto para vaca e boi comer, para crescer, para morrer e para suas picanhas e filés serem comidos nas mesas de gringas e gringos), feito de contrastes e contradições, feito de riqueza concentrada e de pobreza fincada em cada cidade, floresta, estrada, rio e igarapé.

Esses aspectos, no entanto, não retiram de cada lugar e gente regional a riqueza de modos de vida que se fizeram, na labuta de mulheres e homens, do “inferno verde” um paraíso possível. Mesmo na pobreza. Empatando e teimando.

Um espaço regional, hoje como no passado, mirado pelo capital nacional e internacional, focado pelas “águias” que deixam o norte e vão, pouco a pouco, comendo as a raras, as onças, os quelônios, os jacarés... “Comendo” as suas gentes e roubando parte do saber acumulado pelos povos nem um pouco tradicionais, que vivem e fazem da floresta e das cidades da Amazônia parte de seu viver. A etnobiopirataria, em feliz definição do geógrafo Carlos Walter Porto Gonçalves.

E quem é Maria nesta região chamada Amazônia? Dira, talvez, que é uma amazônida! Mas, não é a única. E nem a única brasileira.

O Brasil. A nação.

“Primeiramente uma construção política, o lugar do poder estatal”, policiando “também as fronteiras das escalas espaciais mais baixas; em especial, o corpo, a casa e a comunidade, e os desafios ao poder estatal emanam dessas e de outras fontes de opressão (inclusive ambiental), mesmo que não seja m tão claramente definidas”, no dizer de Neil Smith.

Uma brasileira da Amazônia. Da Amazônia periférica e de um de seus bolsões de pobreza. Nem “desenvolvimento sustentável”, nem manejas madeireiros e não-madeireiros; nem sistemas agroflorestais; nem reservas extrativistas; nem florestas estaduais ou nacionais; e nem reservas de preservação: uma sub-casa, filhas e filhos subnutridos, subemprego, subúrbio, “subdesenvolvido”, subterrâneos e submersos neste “gigante pela própria natureza”.

Na escala Brasil, os reflexos das políticas econômica, social, agrária, agrícola, cultural, urbana, alimentícia... chegam a passos de cágado. Quando chegam... Maria, as filhas e os filhos são importantes, especialmente, no cômputo para a distribuição do fundo de participação dos estados, daí para o fundo de participação dos municípios. Meros dados estatísticos em que chegar à oitava série do ensino fundamental em nada garante, simplesmente, que as filhas e filhos de Maria saibam ler e escrever. Meros números “para inglês ver” – ou para o Banco Mundial ver!

Na escala Brasil, de um poder quase invisível porque também tão distante como a arquetônica nada convidativa à participação da capital do “arquiteto comunista” (que o digam os candangos!), o “fome zero” se traduz em seu contrário: o “alimento zero”! Maria: parte – “1” – dos aproximadamente 50 milhões de mulheres e homens famélicos brasileiros? Não! Porque são “1” + “6” = “7”... “Não dê de comer apenas uma vez, mas sete vezes sete, vezes sete, vezes sete, vezes sete...” Disse, há algum tempo, um profeta... Ser cristão, então, é dividir. Maria e os seus, são cristãos.

Reduzida a quase nada na escala da nação, Maria é transformada em “pó” na escala global. Terceiro-mundista, latino-americana, negra, pobre, sub, sub, sub... Em escala global, na pretensa globalização, o que importa não é Maria e nem as Marias: “a escala global é primeiramente uma construção da circulação de capital”, asseverou Neil Smith.

Contudo, mesmo que o queiram as mulheres e homens do agronegócio, da exportação e do capital, este só se produz pelo trabalho e “as forças do trabalho do terceiro mundo são compostas, em larga medida, não apenas de trabalhadores, mas de mulheres trabalhadoras, negros trabalhadores, pardos trabalhadores”. Africanos, asiáticos, latino-americanos, caribenhos... E também, não são trabalhadores sem as especificidades que lhes dão cor, textura, espessura e magia, de mulheres e homens que labutam simultaneamente em uma estética da fome e em uma estética da solidariedade. Aliás, solidariedade, liberdade e igualdade, ainda teimam em se afirmar como princípios centrais da esquerda em qualquer rincão do mundo. Caso contrário a esquerda sucumbe; ou melhor: vira direita, viração.

Do capital em escala global, Maria não vê nem os rastros... No entanto, só há capital no capitalismo e este pressupõe um conjunto de relações. Relações, daí sim, que fazem parte de Maria, direta ou indiretamente. Maria, como suas vizinhas e vizinhos, moradores do Defesa Civil, também “competem”, também “vendem” e também “compram”... Mas, em que condições? Antes: por que participar dessa lógica competitiva e “irracional”, em que pobres matam pobres e ricos matam mais ainda? Por que fazer parte de um faz-de-conta em que

Maria e os seus aparecem com “branca de neve e os seis anões”, ou seja, como contos de fada dos contos, descontos, aumentos, saldos, juros, superá vits, pibs?

“ Opa!” O furo é mais embaixo!

O furo do mundo, ou da escala global, é onde as Marias labutam com fome e onde os Josés fazem cimento e barro pra casa dos ricos, enquanto nem casa têm, mas onde o "capital urubu" (na boa e talvez única ideia do nem um pouco saudosista “fhc”) pousa e faz dali o lócus de sua reprodução extremamente mal cheirosa. Aliás, a escala do capital, do micro ao macro, nem um pouco interessa ao trabalho Maria e ao trabalho José.

O furo é mais embaixo!

O furo da casa de Maria. Que dá pra casa e que dá pra rua. O furo por d’onde as filhas e os filhos espiam. Da escala do olho para a escala da bola chutada na rua. Da bola que parece um globo. Da escala do furo para a escala do mundo. Do furo da esperança. Do mundo que gira, gira...

Que gira na cabeça de Maria. Tonteia, tonteia e tonteia. Até a fome dormir Maria.

E acordar...

E acordar Maria.



UÁQUIRI

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia

UÁQUIRI - PPGGEO, v. 1, n. 1, p. 191-200, ano 2019

Home page: <https://periodicos.ufac.br/revista/index.php/Uaquiri>



ISSN impresso: 1806-0218, ISSN online: XXXX - XXX

UMA EXPERIÊNCIA DE TRABALHO DE CAMPO: ATIVIDADE INDUSTRIAL NO MUNICÍPIO DE XAPURI-ACRE (Relato de Experiência)

Karina Furini da Ponte^{1,2*}

¹Professora da Universidade Federal do Acre, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Rio Branco, Acre, Brasil;

²Professora do Programa de Pós-graduação em Geografia, Rio Branco, Acre, Brasil.

*karinapontes211@hotmail.com

Publicado em 2007, v.1, n.9, p.154-166. Republicado em dezembro de 2019

DOI:

RESUMO

Compreendendo a relevância do Trabalho de Campo para a construção do conhecimento geográfico é que propusemos na disciplina Geografia das Indústrias II, do Curso de Geografia - Bacharelado da Universidade Federal do Acre, sua realização como uma atividade que possibilitasse levar o acadêmico a compreender, *in loco*, a organização industrial, enfocada na logística produtiva da tríade matéria prima/industrialização/comercialização. Tais observações e análises foram realizadas na indústria de preservativos, na Unidade de Beneficiamento da Castanha e no Polo Moveleiro, localizados no município de Xapuri-Acre. A realização da atividade possibilitou aos acadêmicos uma compreensão mais aprofundada sobre a sua realidade, vista além da sala de aula, mas em um contexto que permite entender a importância das atividades extrativistas para o potencial industrial acreano como uma forma de buscar o desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Geografia das Indústrias, indústrias, trabalho de campo.

A FIELD WORK EXPERIENCE: INDUSTRIAL ACTIVITY IN THE CITY OF XAPURI-ACRE

ABSTRACT

Understanding the relevance of Fieldwork for the construction of geographic knowledge is that we proposed in the discipline Geography of Industries II, Course of Geography - Bachelor of the Federal University of Acre, its realization as an activity that could lead the academic to understand, *in loco*, the industrial organization, focused on the productive logistics of the raw material / industrialization / commercialization triad. These observations and analyzes were carried out at the condom industry, the Chestnut Processing Unit and the Pole Movelier, located in the municipality of Xapuri-Acre. The accomplishment of the activity allowed academics a deeper understanding of its reality, seen beyond the classroom, but in a context that allows us to understand the importance of extractive activities for the Acrean industrial potential as a way to pursue regional development.

Keywords: Industry Geography, industries, fieldwork

UNE EXPÉRIENCE DE TRAVAIL DE CHAMP: ACTIVITÉ INDUSTRIELLE DANS LA VILLE DE XAPURI-ACRE.

RÉSUMÉ

En comprenant l'importance du Travail de Champ pour la construction de la connaissance géographique c'est que nous avons proposé dans la discipline Géographie des Industries II, du cours de Géographie – Bacharelado de l'Université Fédérale de l'Acre, sa réalisation comme une activité que rendait possible emmener l'académicien à comprendre, sur place, l'organisation industrielle, focalisée dans la logistique productive de la triade matière première/industrialisation/commercialisation. Ces commentaires et analyses ont été réalisées dans l'industrie de préservatifs, dans l'Unité d'Amélioration de la Noix du Brésil et au Pôle Moveleiro, localisés à la ville de Xapuri-Acre. La réalisation de l'activité a rendu possible aux académiciens une compréhension plus approfondie sur la réalité, vue dehors la salle de classe, mais dans un contexte qui permet comprendre l'importance des activités d'extractions pour le potentiel industriel d'Acre comme une façon de chercher le développement régional.

Palabras clave: reorganización del espacio; manejo inadecuado del suelo; erosión

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo de relatar uma experiência de trabalho de campo no ensino superior, mais especificamente, na disciplina de Geografia das Indústrias II no curso de Geografia-Bacharelado da Universidade Federal do Acre¹⁸.

Antes de relatar o trabalho de campo, houve a necessidade, surgida desde o momento da elaboração do projeto de trabalho de campo, de realizar uma breve reflexão sobre a importância do trabalho de campo e os elementos necessários que compõem a atividade. Para isso, partiu-se de leituras a artigos específicos da temática de modo a preencher a lacuna teórica e também para contribuir no planejamento do trabalho de campo.

Após o embasamento teórico sobre a questão, partiu-se para o segundo momento na elaboração do artigo que foi o relato de toda a organização do trabalho de campo, esclarecendo assim todas as etapas de realização da atividade, desde a preparação teórica dos sujeitos/objetos, elaboração do roteiro de questões (atividade prévia); a realização do trabalho de campo na indústria de preservativos, na Cooperativa Agroextrativista de Xapuri (CAEX) e no Polo Moveleiro, todos localizados no município de Xapuri/Ac, identificando os pontos observados e analisados na visita; como também o momento posterior a atividade, com a elaboração do relatório de trabalho de campo.

¹⁸ O trabalho de campo foi realizado entre as disciplinas de Geografia das Indústrias II, Hidrografia II e Geografia dos Transportes I e II, mas para a construção deste artigo privilegiou-se apenas a disciplina de Geografia das Indústrias II ministrada pela autora do mesmo.

2. TRABALHO DE CAMPO: UMA ABORDAGEM TEÓRICA

Como afirma Alentejano e Rocha-Leão (2006, p.52), o trabalho de campo é uma ferramenta eminentemente geográfica, presente em todo o processo de evolução da ciência e do ensino de Geografia, ora como parte fundamental do método (nos seus primórdios), ora como o próprio método em si (momento da institucionalização da geografia baseada em uma concepção empirista de descrição da realidade e desprezo pela teoria- Geografia Tradicional).

Desta forma, tem-se o trabalho de campo com uma herança trilhada pelos caminhos da Geografia, esquecida na década de 70 pela Geografia Teórica-Quantitativa, onde a valorização técnica de novos instrumentos assumiu o papel de investigação da realidade, e até criticado pela Geografia Crítica, pois até então o trabalho de campo representava a Geografia Tradicional.

Posteriormente a este período, tem-se a retomada, apesar de ainda incipiente, das discussões teórico-metodológica e da realização prática do trabalho de campo em diversos níveis de ensino, desde as séries iniciais, passando pelo ensino médio e sendo instrumento relevante para o ensino superior.

E esta retomada do trabalho de campo, surge em meio a um contexto onde a realidade observável (paisagística) não consegue, por si só, dar respostas, pois estas envolvem diversos elementos imbricados no processo de produção desta realidade, e que o conhecimento passa a ser compreendido como um processo de construção e não de assimilação.

Nesse sentido, Thomaz Junior (2005, p.32), afirma que o trabalho de campo é “uma alternativa concreta de se viabilizar teoricamente o propósito de ultrapassar a reflexão intra-sala de aula, como forma de executar/‘praticar’ a ‘leitura’ do real, sendo assim, um momento ímpar do exercício das práxis teóricas.”

A partir deste intercâmbio teoria/prática o conhecimento passa a ser reproduzido pelos agentes sociais envolvidos (alunos e professores), sem que haja um processo de alienação a partir da repetição.

Segundo Lacoste (1985) e Kayser (1985), os sujeitos envolvidos na atividade vão aprender a produzir o saber, sem precisar reproduzir um discurso já existente, com isso, o trabalho de campo passa a ser um instrumento de produção do conhecimento geográfico.

Além disto, o trabalho de campo, por estar em “contato prático com a teoria vista” permite penetrar e entender a realidade além do visível, buscando compreender o processo de construção contraditória do espaço, sendo este não só o local onde vive o material, mas a lógica

imaterial, que é o instante de reprodução deste espaço, mediatizado, conforme Thomaz Junior (2005, p.32), pelas relações sociais de trabalho e de produção.

Vale lembrar que estas vantagens e importâncias sobre o trabalho de campo para a construção do conhecimento sobre o real só se tornam verdadeiras a medida que os objetivos e a elaboração da atividade levem para estes caminhos, pois caso contrário pode ser um instrumento de descrição da paisagem ou ser apenas uma excursão como quem vai ao zoológico ou ao safari! (KAYSER, 1985)

Alentejano e Rocha-Leão (2006, p.56) lembram que o trabalho de campo em Geografia, enquanto um momento do processo de produção do conhecimento geográfico, não deve reduzir ao mundo do empírico nem tão pouco prescindir da teoria, sob pena de tornar-se vazio de conteúdo, portanto, deve ser um momento de articulação teoria-prática.

Continuando, Serpa (2006, p.09) ressalta que o trabalho de campo em Geografia possibilita “recortar, analisar e conceituar o espaço, de acordo com as questões, metas e objetivos definidos pelo sujeito da pesquisa”, sendo assim, requer uma definição do recorte espacial e dos espaços de conceitos para que “sejam revelados e tornados visíveis os fenômenos que se deseja pesquisar e analisar na realidade”.

Sendo o espaço uma categoria da ciência geográfica, é necessária sua operacionalização em sua dimensão empírica, para isso,

É necessário, portanto, buscar sempre a totalidade do espaço enquanto dinâmica e processo, relacionando seus elementos enquanto método, não perdendo de vista o conjunto e o contexto. As relações e interações entre as variáveis estão sempre subordinadas ao todo e aos seus movimentos. (SERPA, 2006, p.11)

Esta possibilidade de recortes espaciais no trabalho de campo, nos quais estamos tratando, nada mais é do que uma particularidade na totalidade, uma delimitação para efeito de análise, sendo esta possível de captar e entender sua dinâmica local e global.

Segundo Correa (2005, p.191-193), esta particularidade é uma categoria filosófica que representa a “mediação entre o universal (processos gerais advindos da globalização) e o singular (a especificação máxima do universal) ”; já, no plano espacial, a particularidade é representada pela região.

Para Lacoste (1985, p.20), esta análise escalar se torna necessária, pois “saber pensar o espaço não é colocar somente os problemas no quadro local; é também articulá-los eficazmente

aos fenômenos que se desenvolvem sobre extensões muito mais amplas”, a isto resulta na particularidade, como um resultado da tradição local com a influência dos processos globais.

Ainda para Lacoste (1985) apud Alentejano e Rocha-Leão (2006, p.58):

O campo só é válido se articulado com sistemas globais de interpretação da realidade. É através da articulação das escalas que podemos efetivamente construir uma interpretação geográfica da realidade, indo do particular ao geral, e retornando a este, assim como da prática à teoria e vice-versa.

Dentro da análise escalar, o singular é representado pela paisagem geográfica. Para Thomaz Junior (2005, p.32), esta categoria é “o ponto de partida e também de chegada”, ou seja, a análise do local, parte da compreensão dos seus diversos ordenamentos, mediações e correlações escalares para chegar a um entendimento do local.

Segundo Claval (2004, p.49) apud Serpa (2005, p.16-17):

As paisagens e os mapas podem mentir, senão admitirmos que não é somente a realidade objetiva que deve reter nossa atenção, mas também como essa realidade fala aos sentidos do sujeito que observa e pesquisa. É preciso reconhecer a paisagem enquanto convivência, explorando seus fios cruzados e trocas recíprocas.

Thomaz Junior (2005, p.36-37) ressalta que para compreender a realidade além da aparência, é necessário também utilizar a tática da polemização e envolvimento do grupo no interior das questões, ou seja, buscar a problematização, o que induz a questionamentos do por que? como?, para que?, para quem?, “sempre repensando, reformulando uma leitura de conjunto (saindo do senso comum) para que realmente se consiga entender o real concreto almejado.

Outra questão enfatizada por Thomaz Junior (2005, p.38) é a relevância do método para a análise teórico-prática no trabalho de campo, pois o método “permite caminhar na direção de percebermos o movimento do contexto no qual insere o objeto de pesquisa no entrecruzamento com o modo de produção”.

Nesse sentido, Alentejano e Rocha-Leão (2006, p.53) ressalta que o “trabalho de campo é fundamental, mas se realizado desarticulado do método e da teoria, torna-se banal”.

Portanto, percebe-se que o trabalho de campo é um instrumento que traz consigo uma positividade para a construção do conhecimento geográfico, mas como toda atividade

pedagógica deve ter um planejamento e definições bem claras do seu objetivo, o recorte espacial a ser trabalhado e um embasamento teórico, tudo isto permeado pela questão do método.

3. TRABALHO DE CAMPO: UMA ABORDAGEM PRÁTICA

O trabalho de campo foi uma opção metodológica a ser realizada na disciplina de Geografia das Indústrias II, pois entende-se que o mesmo representa um instrumento que permite articular teoria-prática, possibilitando assim, uma construção do conhecimento geográfico de modo a entender o processo contraditório de reprodução do espaço.

Geografia das Indústrias II é uma disciplina da grade curricular do curso de Geografia-Bacharelado, contando com 60 horas, sendo destinadas 30 horas para atividades teóricas e 30 horas para atividade prática. Dentre esta totalidade das horas práticas é que houve a realização do trabalho de campo.

O objetivo geral da disciplina é de analisar os principais fatores de localização das indústrias e as políticas públicas vinculadas a este setor no período técnico-científico-informacional, de modo a compreender como tais fatores contribuem para a reorganização produtiva do território brasileiro e amazônico. Para isso, após o trabalho teórico a partir de leituras e discussões abordando a organização do sistema produtivo e a localização industrial, o processo de industrialização no Brasil, as políticas industriais e os projetos de localização industrial no Brasil, serviram como subsídio para compreender como os fatores locacionais são elementos de atração ou de repulsão das unidades industriais, variando conforme o tipo de indústria, seu porte e sua localidade.

Após esta construção teórica de âmbito mais geral, passou-se a analisar a escala local, ou seja, as políticas de desenvolvimento e a organização industrial do Estado do Acre, enfocando na logística produtiva da tríade matéria-prima/industrialização/comercialização.

A partir deste objetivo específico da análise do local (Estado do Acre), passou-se a pensar e organizar uma atividade de campo. Para isso, o primeiro ponto foi selecionar o local a ser trabalhado com uma visita prévia pela professora de modo a identificar os pontos possíveis de observação e análise, e ainda, contatar o pessoal responsável pelas unidades para agendamento da visita e das palestras.

Indicado os locais, passou-se para a construção do projeto de trabalho de campo contendo todo o planejamento como: os objetivos, a metodologia e a avaliação. Neste momento também houve o agendamento do ônibus e o pedido do seguro dos alunos.

Concomitantemente a execução destas etapas houve a preparação teórica com os acadêmicos sobre a temática específica e o recorte espacial, pois, as questões gerais já foram abordadas ao longo da disciplina. Tal atividade diz respeito a leituras e discussões com textos e explicação de conceitos.

Esta fase teórica pré trabalho de campo representa uma etapa de grande relevância para a atividade, pois permite com que os sujeitos (aluno e professor) possam entender além do visível, buscar compreender a luz das referências bibliográficas a realidade, pois acreditamos que a preparação prévia, em termos de conhecimento, não direciona a análise apenas para um ponto, mas possibilita a análise divergente e contraditória da realidade.

Nesse sentido, Serpa (2006, p.16) ressalta que é necessário ter múltiplos olhares sobre o espaço e o “geógrafo deve, pois, aprender a multiplicar seus pontos de vista sobre as paisagens, ter frente a elas uma postura ‘ativa’. Só é possível esclarecer as paisagens quando compreendemos como e por que elas funcionam.”

Juntamente com o trabalho de discussão teórica sobre a temática houve o esclarecimento dos objetivos e dos locais a serem observados e analisados, de modo a permitir a construção de uma relação “teoria-quase prática”, o que facilitou no momento de elaboração do roteiro de questões a serem indagadas com os responsáveis pelas visitas em cada unidade.

A etapa de elaboração das questões foi feita em sala de aula de modo conjunto (professora e alunos), construindo assim as preocupações e as indagações a serem observadas e analisadas na realização do trabalho de campo.

Constatou-se que as leituras e a vivência, mesmo que indireta da realidade trabalhada, surtiram muitos questionamentos por parte dos acadêmicos, de modo a elaborar um roteiro amplo com questões que permitissem compreender o processo de organização da unidade produtiva, o papel das políticas públicas, a ação dos órgãos internacionais, os benefícios e malefícios para a população local e para o município, dentre outras.

Após esta preparação prévia houve a realização do trabalho de campo no dia 08/09/2006 no município de Xapuri/Ac, com visitas na indústria de preservativos, na Cooperativa Agroextrativista de Xapuri (CAEX) e no Polo Moveleiro.

O município de Xapuri foi a opção para a execução da atividade, pois é um dos polos industriais em ascensão no Estado do Acre e também por proporcionar o contato com três unidades industriais que se organizam e trabalham com matérias-primas diferenciadas, sendo o látex, a castanha e a madeira, os principais produtos extrativistas do Acre.

A primeira visita foi à indústria de preservativos, lá fomos recebidos pelo tecnólogo da unidade Sr. Castro e pelo geógrafo responsável pela logística da indústria, o Sr. Jorge, onde ambos fizeram uma palestra de abertura e proporcionaram uma visita pela unidade.

Durante a palestra, os acadêmicos fizeram observações, questionamentos e anotações sobre o processo de criação do projeto da fábrica de preservativos, da estruturação da unidade, os objetivos que compõem sua organização e sua importância tanto para os agentes envolvidos como o município.

A fábrica de preservativos de Xapuri/Ac é um projeto criado em 1999 pelo Governo do Estado do Acre, Jorge Viana, e tem como propósito de criar possibilidades de valorização do produto que tem base maior nessa economia - a borracha. Além de não abranger apenas o sentido econômico, mas também social, buscando melhoria na qualidade de vida dos seringueiros e sua permanência nos seringais.

Esta matéria-prima encontrava-se com problemas de baixa produtividade e dificuldades nos preços, e para sanar tais dificuldades pensou-se na verticalização da produção, agregando valor ao produto e possibilitando assim, uma estimulação para o seringueiro através de um aumento da renda como também uma estruturação na logística com melhoramentos de ramais, limpeza de rios e a reabertura de varadouros, além de proporcionar melhor qualidade de vida e sua reinserção no sistema produtivo.

Outra lógica da criação da unidade é para fornecer preservativos para as campanhas de DST/AIDS pelo Ministério da Saúde, já que todo o abastecimento atual é feito através da importação dos países asiáticos.

A segunda visita foi realizada no Polo Moveleiro também no município de Xapuri.

Este projeto foi criado em 2003 pela Igreja Católica e conta com a participação de trabalhadores voluntários, tendo forte presença de estrangeiros, e para seu desenvolvimento recebe recursos de empresas multinacionais.

O Polo Moveleiro é um empreendimento de economia solidária que tem como base três eixos: o técnico, que visa a formação de marceneiros a partir do princípio da autonomia, ou seja, não para serem empregados, mas para abrir sua própria empresa o socioeducativo e o setor mulher.

O segundo eixo é o socioeducativo, neste há uma creche administrada por convênios com a Secretaria do Estado e serve para as mães que não tem onde deixar seus filhos; e o setor mulher que é voltado para as mulheres em “situação de risco” para gerar renda e auxiliar na

melhora de sua qualidade de vida, pois se percebe que no município há grande quantidade de mulheres como chefes de família.

Este projeto é multi-setorial, atendendo tanto a capacitação dos jovens e das mulheres, possibilitando uma geração de renda, como também tem um enfoque social, com a educação através da creche para os filhos das mulheres do município.

O último local visitado foi a Unidade de Beneficiamento da Castanha em Xapuri.

Esta unidade representa a união entre a Cooperativa Agroextrativista de Xapuri (CAEX), que é responsável pelo recebimento da matéria-prima (castanha) com a empresa boliviana Tauamano, que oferece as tecnologias responsáveis desde o descascamento até a embalagem do produto final.

Desta forma, aumentou o valor agregado do produto, tendo maior aceitação, principalmente no mercado europeu, local de escoamento das exportações.

Finalizada a etapa do trabalho de campo, passou-se para a fase da sistematização e análise dos dados e informações coletadas a campo. Nesta houve a construção de um relatório a partir dos dados obtidos nas visitas e também com as leituras prévias realizadas.

A estrutura do relatório foi realizada de uma forma que contemplasse uma breve caracterização do município, afim de que pudessem entender a sistematização econômica/política/social do mesmo e influência de cada unidade para sua organização. Após compreender esta situação mais geral, partiu-se para a caracterização e análise de cada indústria.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de campo realizado pela disciplina de Geografia das Indústrias II possibilitou com que os acadêmicos articulassem as discussões teóricas com a realidade observada, enriquecendo assim, seus conhecimentos sobre seu contexto e facilitando ainda a compreensão das bibliografias estudadas no curso.

Deste modo, a construção teórico-prática permitiu entender a importância das singularidades para o desenvolvimento industrial do local, o que no Estado do Acre, tem-se os produtos extrativistas como fonte principal de renda e de sobrevivência para os povos da floresta.

Percebendo também que as unidades industriais visitadas representam diferentes formas de agregar valor aos produtos da floresta (borracha, madeira e castanha), o que vem representar

a lógica do neoextrativismo, que são novos usos e valores para os recursos a partir da incorporação de tecnologia.

Tem-se então uma interpolação escalar, ou seja, a lógica global sendo incorporada e readaptada a partir do local, surgindo assim, uma nova particularidade.

Assim sendo, a avaliação do trabalho de campo realizado foi positiva, conseguindo alcançar os objetivos propostos inicialmente, que foi de observar e analisar a estrutura industrial do Estado do Acre, bem como seu papel para o desenvolvimento regional, e ainda permitir a construção do conhecimento geográfico buscando entrelaçar teoria e prática.

5. REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo R. R.; ROCHA-LEÃO, Otávio M. Trabalho de campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado? **Boletim Paulista de Geografia**. Trabalho de Campo, São Paulo, n.84, p.51-68, julho de 2006

CORRÊA, Roberto Lobato. Região: a tradição geográfica. In: _____. **Trajetórias Geográficas**. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p.183-196.

KAYSER, Bernard. O geógrafo e a pesquisa de campo. **Seleção de textos**. Teoria e método, São Paulo, n.11, p.25-43, agosto de 1985.

LACOSTE, Yves. A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. **Seleção de textos**. Teoria e método, São Paulo, n.11, p.01-23, agosto de 1985.

SERPA, Ângelo. O trabalho de campo em geografia: uma abordagem teórico-metodológica. **Boletim Paulista de Geografia**. Trabalho de Campo, São Paulo, n.84, p.07-24, julho de 2006.

THOMAZ JUNIOR, Antônio. Trabalho de campo: o laboratório por excelência do geógrafo. In: _____. **Geografia passo a passo**: ensaios críticos dos anos. Presidente Prudente: Centelha, 2005. p.31-9.